



MUNDIS

PAPEL DA MAÇONARIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA



outubro 2023



<https://www.mundiseventos.pt/>

Revista Europeia de Estudos Artísticos

<https://eras.mundis.pt/index.php/eras>

Coordenação: Levi Leonido

© ERAS

Título: *O papel da Maçonaria na sociedade contemporânea*

Autor: AA.VV.

Editor: MUNDIS - Associação Cívica de Formação e Cultura

Revista: European Review of Artistic Studies

Coordenação Geral | Edição | Design Gráfico: Levi Leonido

Prefácio: AA.VV.

Organizadores: Elsa Morgado, Levi Leonido, João Bartolomeu, António Nunes e Luis Canotilho

Capa e Contracapa: Levi Leonido

Data da edição: setembro de 2023

ISSN (online): 1647-3558 **ISSN (impresso):** 2184-2116

ISBN: 978-989-35320-1-0

Classificação THEMA - Nível 1: A – Artes

Classificação THEMA - Nível 2: AB - Artes: questões gerais

Nota: Projeto financiado pelo PAAC (Programa de Apoio a Agentes Culturais) da Delegação Regional de Cultura do Norte.

ÍNDICE

Ficha Técnica	1
Índice Geral	2
Prefácio	3
Notas Introdutórias	5
<i>PARTE I – Olhares sobre o passado da Maçonaria</i>	13
Os elementos simbólicos empregues na composição da “ABÓBADA CELESTE”	14
“Memorial às vítimas da Inquisição em Trás-os-Montes”: Carção / Vimioso	51
Comunicação dirigida à Maçonaria Portuguesa pelo Dr. Trindade Coelho	75
Adelaide Cabete, uma pedra angular na construção da Humanidade	92
Fernando Pessoa e a Maçonaria	109
Composições Género Feminino: Harmonia para Iniciação no Rito Escocês Antigo e Aceite	122
A força dominante do <i>símbolo</i> no dizer de um conto de Eça de Queirós	139
A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa (1905-1987): “...coisa mais útil como pode ser uma escola...”	162
<i>PARTE II – O Presente em diversos contextos e domínios de intervenção da Maçonaria</i>	182
A divisa da Maçonaria aplicada à Medicina e à Sociedade em tempo de Pandemia	183
Perspetivas para a Maçonaria Brasileira na atualidade	191
Ascensão e Queda da Maçonaria no Mundo	198
Hino da Maçonaria: D. PEDRO (Letra e Música)	136
<i>PARTE III – Os desafios contemporâneos e as demandas para futuro</i>	237
O Papel da Maçonaria na Contemporaneidade: Princípios e Valores Universalistas na Criação de uma Sociedade Inclusiva, Solidária e Ética Social	238
Nova Escola Maçonaria Operativa: Rito Universal - RNP – Rito Nacional de Portugal	258
O papel da maçonaria na sociedade contemporânea: um baluarte na defesa dos Direitos Humanos	264

PREFÁCIO

Inspirados num momento histórico vivido no passado dia 24 de março de 2021, na Aula Magna da UTAD onde, de forma semipresencial, se reuniram importantes e relevantes personalidades políticas, civis, religiosas e maçónicas, para debater a temática central do Fórum “MINORIAS: igualdade ou equidade?”, fomos desafiados para organizarmos um livro sobre o “Papel da Maçonaria na sociedade contemporânea”.

Todas as intervenções, de todos os intervenientes, se centraram no combate diário e ininterrupto da sociedade civil, das instituições e dos decisores políticos sobre a solução ou mitigação de muitos problemas que ainda enfrentamos com abordamos esta temática das “Minorias”.

Quisemos que a atividade cívica vincada e reconhecida nacional e internacionalmente, se empenhasse num diálogo que se quis ecuménico (“Diálogo Intercultural e Ecuménico através da Arte” no XI Simpósio Internacional de Investigação em Arte – 2021) e que agora se quer (também) político, cívico-social, espiritual, isotérico-simbólico (e também maçónico). Por forma a que se quebre um ciclo de maledicência acerca de uma obra que esteve e está nas grande mudanças e revoluções do mundo que conhecemos. Onde políticos, cientistas, psicólogos, inventores e, de todos um pouco, este mundo que conhecemos tem obrigação notória, cara e objetiva de seguir ao testemunho inabalável e inequívoco dos grandes mestres do passado.

Neste evento, de entre muitos outros convidados com outras vivências, estiveram presentes, pensamos que pela primeira vez na história, publicamente, quatro Grãos Mestres de outras tantas Obediências Maçónicas (as mais importantes) com grande presença, influência e representação no nosso país (Grande Oriente Lusitano; Grande Loja Legal de Portugal; Grande Loja Simbólica de Portugal; Grande Loja Simbólica Lusitânia). Ousamos quebrar um ciclo de divisão e de incompatibilidade entre Obediências e, acima de tudo, interpor no caminho individual (e coletivo) mais um degrau no caminho e aperfeiçoamento humano recorrente, cíclico e irreversível. Diz-se que quem é *Maçon será Maçon para sempre*. As divisas, os princípios e os valores deveriam (ou poderiam) ser aplicados, vividos e vivenciados por qualquer um, pois, assim cremos, quem celebra as premissas maçónicas, mesmo não sendo formalmente maçom, poderá sê-lo. Obedecendo, desta feita, a si mesmo, aos seus valores e à sua atitude na vida, na profissão, no trabalho e, essencialmente, atuando em conformidade na casa (ou templo) comum que é o mundo. Viver essa experiência, mais pública e menos reservada, seria, assim cremos, algo distintivo e admirável pois, os equívocos, os oportunismos e os falsos juramentos de muitos, cairiam de pé, simplesmente.

Ser maçom pode ser, como muito das vezes (infelizmente) é, um simples ato de militância cega (pois obediente), junto de um quadro de pessoas supostamente importantes e que, também supostamente, serão decisivos nas suas vidas e na dos seus. Nada mais equívoco, mais tonto, mais infeliz até. Quem por aqui (ou aí) estiver, por esta razões (protagonismos, influência, favorecimento ou falsa sensação de importância num mundo secreto e reservado, portanto, não auditado pela sociedade), deveria pensar se não envergonha ou mancha o bom nome de tantos e tantas pessoas (de parte importante de grandes e ilustres personalidades de quase todos os quadrantes e áreas) que escolheram viver a Maçonaria no seu pleno.

Falará (talvez melhor) de maçonaria, quem lá está ou até mesmo, quem lá esteve e claramente se equivocou. Estes melhor saberão, não só dos seus principais valores, das mais valias, das motivações, mas também, dos colossais equívocos que este universo, por vezes, compreende.

O facto de falarmos e termos acesso aos principais Grão-Mestres e Grã-Maçonas das principais obediência maçónica de Portugal, a par de termos amigos (mesmo) em todos quadrantes político-partidários e nas mais diversas instituições religiosas, são um evidente sinal de que a crença nos valores, nas pessoas e humanidade das mesmas é o que verdadeiramente nos interessa, independentemente da sua obediência, da sua crença, da sua fé.

Admiramo-los e entendemo-los, independentemente dos muros que a sociedade (quicá os próprios) ergueram nos dias, semanas e meses, anos e séculos, dos dias dos homens. Os muros, não só diferem na sua dimensão ou nos materiais de que são feitos, mas também, e essencialmente, definidos pela técnica de construção e por quem efetivamente os edifica / constrói / ergue.

Celebremos a vida, o diálogo e o combate ao preconceito.

Levi Leonido, Luis Canotilho e António Nunes

Nota Editorial: a publicação ou republicação (extratos ou versões alargadas) de alguns textos presentes nesta Edição Especial da ERAS / REEA não vincula nenhum dos seus autores a qualquer relação formal ou informal à Maçonaria, em geral, e, em particular a qualquer Obediência. Quando essa relação é assumida (e acontece em alguns textos) os autores optaram por usar o nome dito “Simbólico” (usado no universo maçónico), identificando, inclusive, as suas Lojas e respectivas Obediências. Por sua vez, outros autores, optaram por usar o Nome dito “Profano” sem identificarem qualquer relação direta com a Maçonaria, mesmo que falem sobre ela (Maçonaria) mesmo que numa perspectiva holística e histórico-conceptual mais aprofundada. A identidade dos autores foi mantida na exata forma como recebemos os textos. Essa foi a regra editorial que optamos por usar nesta Edição.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Acedendo ao amável convite do Senhor Presidente da “MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura” para partilhar algumas breves ideias sobre o “Papel da Maçonaria na Sociedade Contemporânea”, neste ano em que o Grande Oriente Lusitano – Maçonaria celebra os seus 221 anos de atividade continuada, gostaria de começar por dizer que a Maçonaria foi oficialmente fundada em 24 de junho de 1717, em Londres, Inglaterra, com a criação da Grande Loja de Londres e Westminster, ancorada na tradição judaico-cristã e nas formas rituais que tinham sido desenvolvidas no século anterior pelas organizações profissionais dos construtores e espalhou-se rapidamente por Inglaterra, Escócia e Irlanda.

Os primeiros vestígios de atividade Maçónica no nosso País remontam a 1727. Temos notícia da fundação, nesse ano, de uma Loja em Lisboa, constituída essencialmente por ingleses e escoceses, que veio a ser oficialmente instalada pela Grande Loja de Inglaterra, em 1735.

Contudo, uma primeira Bula Papal condenatória da Maçonaria, três anos depois, levou a que a prática Maçónica, entendida como delito de religião, fosse interdita em Portugal e assim sucedeu ao longo do resto do reinado de D. João V.

Tal não impediu, mesmo assim, que se tenham vindo a desenvolver Oficinas nacionais, dando, no culminar destes esforços, origem a um novo Corpo Maçónico autónomo e estritamente português que assumiu a designação de Grande Oriente Lusitano, em 12 de maio de 1802.

A Maçonaria surgiu, assim, afirmando o direito ao livre-pensamento como forma de criar uma forma de sociabilidade destinada a aproximar todos aqueles que de outra forma teriam permanecido separados devido às profundas clivagens existentes na sociedade inglesa em matéria de política e/ou religião. Por isso a Maçonaria praticada no Grande Oriente Lusitano é laica e não adota dogmas, sejam eles quais forem.

A Maçonaria é, então, um humanismo e o seu propósito é o da Tolerância e o da Fraternidade, o afeiçoamento moral e intelectual dos seus membros e contribuir para o desenvolvimento da sociedade, defendendo a dignidade humana e a dignidade da pessoa humana. A Maçonaria procura desenvolver os princípios da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade, desenvolver a Justiça, a Verdade e a Razão e luta contra todo o tipo de preconceitos, promovendo o respeito mútuo e a solidariedade. Além disso, a Maçonaria também se dedica a obras culturais, de apoio social, assistenciais e filantrópicas, procurando ajudar os mais necessitados e contribuir para o bem-estar da comunidade em que se insere.

Como afirmava Fernando Pessoa, “A sua acção social varia de país para país, de momento histórico para momento histórico, em função das circunstâncias do meio e da época, que afectam a Maçonaria como afectam toda a gente. A sua acção social varia, dentro do mesmo país, de Obediência para Obediência, onde houver mais que uma, em virtude de divergências doutrinárias — as que provocaram a formação dessas Obediências distintas, pois, a haver entre elas acordo em tudo, estariam unidas. Segue de aqui que nenhum acto político ocasional de nenhuma Obediência pode ser levado à conta da Maçonaria em geral, ou até dessa Obediência particular, pois pode provir, como em geral provém, de circunstâncias políticas de momento, que a Maçonaria não criou”.

Neste contexto, que também é o de hoje, o Grande Oriente Lusitano – Maçonaria Portuguesa reafirma-se, assim, como aquilo que ao longo da sua História sempre foi: um espaço de liberdade onde se procura a construção do conhecimento e a afirmação dos valores primordiais – Fraternidade, Solidariedade e Verdade – e dos princípios da Liberdade de Pensamento, Liberdade de Consciência e da Tolerância.

Isto permite aos seus membros melhorar-se, utilizando as ferramentas simbólicas que o inimitável Método maçónico lhes faculta, numa demanda humanista destinada a contribuir para a existência de Homens e de Sociedades mais perfeitos.

Reafirma-se, repito, também como uma organização distintiva, pelo seu persistente carácter iniciático, diferente de qualquer outra, estando empenhada a opor-se, através da ação de cada um dos seus membros, a tudo o que afronte a Dignidade Humana e a divisa Liberdade, Igualdade e Fraternidade que nos é tão querida.

Para concluir, respeitamos uma premissa fundamental: quem faz a Maçonaria são os Maçons que, hoje, como em outros momentos decisivos da nossa história, têm um papel importante a cumprir em Portugal, na Europa e no Mundo.

Na realidade, os indicadores de desenvolvimento económico, assim como de bem-estar social, estão a acentuar as desigualdades entre cidadãos, em matéria de acesso à saúde, à habitação e conforto, à educação e à justiça.

Por seu lado, os eleitos e os outros titulares de cargos públicos devem elevar o grau de exigência na sua ação para que os seus atos não sejam desvalorizados por questões de legalidade ou de conduta inadequada, porque o bem-estar do cidadão deve ser sempre o fim último de qualquer governante.

Hoje, os desafios das alterações climáticas e da inteligência artificial e do seu potencial impacto na vida das pessoas e nas sociedades, convocam-nos à ação em defesa da dignidade da pessoa humana.

Por isso, aos maçons requiere-se para que, individual e coletivamente, continuem a participar na vida das comunidades em que estão inseridos para promoverem o reforço das liberdades e das instituições democráticas em todos os níveis do exercício da cidadania no País.

O Grão-Mestre,

FERNANDO CABECINHA (2023)¹



¹ <https://gremiolusitano.pt/>

A GRANDE LOJA SIMBÓLICA DE PORTUGAL²

Neste número especial desta revista, dedicado à Maçonaria, alguns Obreiros da Grande Loja Simbólica de Portugal foram convidados a escrever alguns artigos sobre o que é a Maçonaria, o que fazemos e aquilo que perspectivamos para o futuro. Não sendo habitual este tipo de convites a Obediências Maçónicas para exporem os seus pontos de vista em revistas de natureza técnica e científica, deixo aqui expresso o meu primeiro profundo agradecimento ao Editor da Revista e Distinto Diretor da *European Review of Artistic Studies*, meu ilustre Amigo e Professor Levi Leonido Fernandes da Silva. De facto, é com muito orgulho e honra que a Grande Loja Simbólica de Portugal acedeu positivamente ao convite que nos foi formulado e este número da revista demonstra em si mesmo a vitalidade da nossa Augusta Obediência, num período conturbado da sociedade civil em particular e da Humanidade em geral.

Dito isto, passarei a apresentar de forma resumida a Obediência que fomos e somos. A Grande Loja Simbólica de Portugal – G.:L.:S.:P.: – é a terceira obediência maçónica portuguesa e tem uma forte ligação institucional ao Grande Oriente de França, que é a maior obediência mundial da Maçonaria Liberal. Com a instalação em 2008 da Respeitável Loja Phoenix, começámos a praticar o Rito Antigo e Primitivo de Memphis Misraim, um Rito muito místico e esotérico com fundação nos cultos do Antigo Egipto. A Grande Loja Simbólica de Portugal foi posteriormente consagrada em 2011 no Palácio Maçónico do Grande Oriente Lusitano e em 2015 recebemos as Cartas Patentes da Maçonaria Simbólica e da Maçonaria Filosófica (Altos Graus) do Grande Oriente de França. Fomos a primeira Obediência Maçónica portuguesa a praticar de uma forma regular o Rito Antigo e Primitivo de Memphis-Misraim. Atualmente, também praticamos o Rito Escocês Antigo e Aceite e o Rito de Emulação/York, legitimados pelas Cartas Patentes do Grande Oriente de França. Actualmente, trabalhamos em várias Lojas e Triângulos de Norte a Sul de Portugal, nomeadamente Vila Real, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Castelo Branco, Oeiras, Lisboa, Faro, Portimão. Internacionalmente, somos membro das três maiores Organizações Maçónicas Internacionais: (a) CLIPSAS – Centro de Ligação e de Informação das Potências Maçónicas Signatárias do Apelo de Estrasburgo (maior organização maçónica mundial); (b) AME – Alliance Maçonnique Européenne (Maior organização maçónica europeia); (c) UMM – Unione Massonica del Mediterraneo.

² <https://grandelojasimbolicaportugal.com/>

A adesão à Grande Loja Simbólica de Portugal é baseada num forte escrutínio dos candidatos, a que designamos “sindincância”. Temos um princípio fundamental e fundador nos nossos Trabalhos, nos quais são excluídos temas que envolvam a emoção em detrimento da razão. Por isso, temas políticos (ou económicas), religiosos e desportivos não são trabalhados nem admitidos na Grande Loja Simbólica de Portugal. Contrariamente, privilegamos o desenvolvimento intelectual/espiritual dos nossos Obreiros, respeitando a Liberdade Absoluta de Consciência, e desenvolvemos os nossos Trabalhos no domínio filantrópico e social para uma visão mais progressista da Humanidade. Como referi anteriormente, o nosso primeiro Rito praticado foi o Rito Antigo e Primitivo de Memphis-Misraim, fundamentado nos antigos cultos egípcios. Sabendo que os Egípcios apreciavam, na ciência e no conhecimento, a superioridade natural que conferiam ao homem culto sobre o comum dos mortais, é também na descoberta do conhecimento que apostamos fortemente. E este número especial desta revista é disso exemplo, que o conhecimento não deve ser estanque e fechado. No Antigo Egipto, o mundo do conhecimento separava os governantes dos governados. Como refere uma longa inscrição do Papiro Chester Beany IV: *“Enquanto o pobre homem sem instrução, de quem ninguém sabe o nome, semelhante a um burro pesadamente carregado, é conduzido pelo escriba, o homem feliz que acumulou a ciência no seu coração, não trabalha rudemente e converte-se num príncipe sábio.... e mais útil é um livro que uma estela gravada ou que um muro sólido. É como um templo ou uma pirâmide, para que seja celebrado o nome de quem o escreveu”*. Tal como a aprendizagem da escrita e de outras ciências e artes era sagrada no Antigo Egipto, também na Grande Loja Simbólica de Portugal cultivamos o conhecimento e a sabedoria das sete Artes Liberais, na construção de um Homem mais intelectual e espiritual, pronto para os desafios que a actual sociedade nos coloca, a bem do progresso da Humanidade.

E termino este prefácio relembrando que é nestes períodos mais conturbados da nossa história que faz mais falta uma Maçonaria activa e presente, uma maçonaria que não se fecha em si mesma, mas que se abre ao Mundo, uma Maçonaria que se dedica às causas da solidariedade social e que combate os despotismos e obscurantismos. É esta a missão da Grande Loja Simbólica de Portugal, uma Maçonaria que nos orgulha a todos.

O Grão-Mestre,
AMADEU ALVES (2021)



GRANDE LOJA
SIMBÓLICA DE PORTUGAL
MAÇONARIA PORTUGUESA

GRANDE LOJA SIMBÓLICA DA LUSITÂNIA³

A Grande Loja Simbólica da Lusitânia, é uma Obediência Mista e Plural que trabalha de norte a sul do país, com a legitimidade que lhe é conferida pelo Grande Oriente de França.

Como obediência nascida em plena contemporaneidade, e sendo por essa razão ela própria o reflexo da sociedade em que vivemos, onde homens e mulheres em conjunto trabalham lado a lado em prol da construção de uma sociedade melhor, mais evoluída, mais esclarecida e mais fraterna,

A Grande Loja Simbólica da Lusitânia, desenvolve diversas atividades de transmissão de conhecimento maçónico nas suas Lojas, sem descuidar o papel importante que tem na sociedade civil, promovendo conferências e colóquios nas diversas temáticas da atualidade, que vão desde a promoção de eventos culturais, à organização de colóquios e congressos em temas tão atuais, como sendo a área da saúde, da educação e da solidariedade social.

A atividade solidária da Grande Loja Simbólica da Lusitânia é constante, na medida em que através de Protocolos que estabeleceu com diversas Instituições de Solidariedade Social, permite-lhe estar atenta e presente no combate das carências que assolam a nossa sociedade, desde a infância à idade sénior.

A Grande Loja Simbólica da Lusitânia prima por ser uma Obediência ativa, dinâmica e presente nos diversos desafios a que a sociedade contemporânea nos convida a acompanhar, num constante equilíbrio entre a evolução tecnológica e científica por um lado, e o respeito pela defesa dos valores Humanos, por outro lado.

E este é sem dúvida o maior desafio dos tempos modernos, o equilíbrio entre a tecnologia e o que ela nos traz de bom e de útil, e os valores Humanistas e a importância que os mesmos têm na construção do Homem.

A Grã-Mestre,
ISABEL VIANA (2021)



³ <https://grandelotasimbolicalusitania.pt/>

Resumo: Subordinado ao tema “O papel da Maçonaria na Sociedade”, procura-se desconstruir uma visão de maçonaria conspirativa, os terrenos que a maçonaria pisa e a afirmação da igualdade do homem e da mulher, mas também outras áreas de trabalho dos maçons na sociedade.

NOLUMUS LEGES MUTARI

- Nada do que está atrás pode ser mudado -
(Último Landmark de Mackay)

Entender a Maçonaria e a acção dos seus membros requer o conhecimento dos Landmarks de Mackay e Pike, para se interpretar a lógica da instituição e não entrar na perspectiva da associação secreta diabólica e conspirativa, excomungada pela Igreja, que encerra todos os vícios, como os pasquins gostam de pintar nas cores teatrais.

Culpabilizar a Maçonaria pelos casos de corrupção e outros ditames desviantes de alguns políticos seria como, passo a metáfora, responsabilizar o arquitecto Ray M. Boynton por um barco ter embatido num pilar da Ponte sobre o Tejo. Que culpa pode ter a Maçonaria que o “Barco da Corrupção” abalroe os “Pilares Morais da Sociedade”?

Do maçom espera-se mente aberta para ouvir, disponibilidade para refletir, empenho no estudo e sobretudo silêncio, moderação e parcimónia.

Em Loja o maçom está impedido de falar de política e religião, mas pode livremente abordar outros temas com o seu raciocínio e pensamento, ciente que por mais absurdo que seja não sairá da Loja.

As discussões têm o seu tempo na Loja e dali não devem sair, porque os profanos não observam o mesmo espírito aberto, correndo o risco de censura social dos discordantes.

Por outro lado, a disciplina em Loja, os paramentos simbólicos e as práticas rituais, nem sempre são percebidas pelo senso comum, pelo que a discrição é altamente recomendável.

No plano pessoal a Maçonaria visa o aperfeiçoamento pelo estudo filosófico do Homem no todo, que naturalmente o torna melhor e mais apto para perceber a Sociedade e nela colocar em prática os princípios.

A solidariedade entre irmãos no plano interno ou no externo, a filantropia através de voluntariado em organizações sem fins lucrativos que visem melhorar a qualidade de vida da sociedade são incentivados.

O plano externo de intervenção social pelo associativismo vai até à política, onde se gere o bem comum e fiscaliza as acções dos executivos.

Na sua intervenção o maçom cultiva os valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade que dão o mote à sua postura secular.

Uma comunidade coesa atenta aos problemas dos frágeis, será mais igual e fraterna, por consequência mais livre.

A imutabilidade dos Landmarks tem tido virtudes ao longo dos séculos, mas também um problema na modernização e interpretação do papel da mulher na sociedade.

De um período de vassalagem onde a mulher raramente tinha um papel determinante aos dias de hoje onde a igualdade da mulher é reclamada, a Maçonaria tradicional insiste em não responder, mantendo o rigor interpretativo das velhas normas.

Não será de todo assim e os velhos argumentos começam a cair perante conceitos de complementaridade, que tantas vezes fluem no discurso maçónico. Uma moeda tem duas faces e se a marca é a cara de pouco vale sem o verso que lhe dá o valor. Assim nasceu a Maçonaria Mista.

O resultado prático é uma maior consciência das questões sociais e do papel da mulher na família e na sociedade, melhor gestão dos bens comuns, um olhar global que inclui as diferenças de necessidades em busca da felicidade e uma abertura do pensamento para a Humanidade como um todo.

Claro que a maçonaria mista ainda tem um longo caminho a percorrer para ser aceite por todas as potências maçónicas e não constitui o objectivo principal daquelas obediências, os aspectos sociais e culturais são a maior preocupação e o terreno dos desafios que enfrentamos.

Se há um século o foco era a instrução pública massificada, a intervenção da maçonaria tornou-se transversal, passando por sectores como a saúde onde falta a implementação efectiva dos cuidados paliativos e noutras vertentes expandiu-se para áreas humanistas e culturais.

JOÃO PELA (2021)



GRANDE LOJA NACIONAL DE PORTUGAL: A Maçonaria nos nossos dias⁴

A razão de ser da maçonaria prende-se com a essência do ser humano e da sua contextualização no mundo físico que habita. A face conhecida da maçonaria é, no entanto, a de uma espécie de clube secreto onde se conspiram políticas e negócios; estão na origem do derrubar de governos e sistemas políticos; na infiltração de membros nas mais diversas estruturas sociais, políticas e económicas, com o fim de auto alimentar uma superestrutura global que controla tudo e todos.

A verdade é que a maçonaria é precisamente o contrário disto. Todas essas conspirações existem, de facto, mas não têm origem maçónica, antes têm na sua origem pequenos grupos, esses sim secretos, alguns disfarçados de movimentos maçónicos com fins muito pouco claros.

É também verdade que é dentro de algumas grandes lojas que alguns desses movimentos nascem, apenas por conveniência própria e geralmente sem o suporte ou conhecimento da sua obediência e dessa forma reforçam a conotação de comportamentos negativos com a maçonaria. Precisamente por este facto é que é necessário que as Grandes Lojas observem e façam observar nas suas lojas e nos seus Mestres, com rigor, a tradição maçónica e excluam das suas sessões a política partidária, o negócio, a religião e qualquer outro tema fraturante da sã fraternidade entre os seus membros.

A Grande Loja Nacional Portuguesa, em breve a festejar os seus 25 anos de vida, vem trilhando um caminho rigoroso de tradição e regularidade, fatores estruturantes que, quando transpostos pelos comportamentos dos seus maçons para a sociedade a tornam mais justa, próspera e sustentável.

Em paralelo com este comportamento da maçonaria tradicional, que não conservadora, e regular, que não espartilhada, presa a costumes ou dogmas, mas livre, a sociedade civil tem evoluído num sentido em que há o esquecimento, ou mesmo a perda de alguns valores fundamentais.

Neste sentido a maçonaria do século XXI tem a responsabilidade acrescida de conservar e gerir um repositório de valores fundamentais, imutáveis, usando a sua metodologia metaforicamente atribuída à construção do Templo, apurada por séculos, sangue, suor e sacrifícios incontáveis.

Observando esta clivagem entre o que se passa dentro e fora, no mundo “profano”, estamos certos que em determinada altura o trabalho de nivelamento, feito com humildade e tenacidade será importante para a sociedade e será determinante para a evolução harmoniosa e sustentável do planeta.

Grão-Mestre

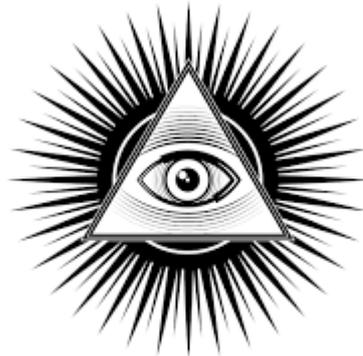
JOÃO PAVÃO (2021)



⁴ <https://www.glantigos.org/>

PARTE 1

Olhares sobre o passado da Maçonaria



OS ELEMENTOS SIMBÓLICOS EMPREGUES NA COMPOSIÇÃO DA “ABÓBADA CELESTE”

Luís Canotilho⁵, & Levi Leonido⁶

Palavras-chave
Abóbada Celeste
Maçonaria Regular
Pintura de Luís Canotilho
Rito Escocês Antigo e Aceite
Ritual Sagrado

Resumo

Mais conhecido como Firmamento para o público em geral, a Abóbada Celeste define-se como o hemisfério celeste visível, cujo estudo pertence ao campo específico da astronomia. Contudo o presente trabalho pretende compreender o conceito, fora do campo científico, através de uma leitura simbólica muito singularizada, contextualizada e interpretada, no seio de uma sociedade discreta, como é a Maçonaria. O presente trabalho que teve como base a revisão da literatura sobre o tema, ao nível dos elementos simbólicos, manuais dos rituais e publicações de caráter histórico, serviu de base para a elaboração de uma composição pictórica que veio a ser executada nos tetos dos dois templos do Rito Escocês Antigo e Aceite da Grande Loja Regular de Portugal / Grande Loja Legal de Portugal, na cidade do Porto, no mês de agosto de 2016.

⁵ LUÍS MANUEL LEITÃO CANOTILHO - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança. PORTUGAL. Email: luiscano@ipb.pt

⁶ LEVI LEONIDO - Centro de Investigação em Ciência e Tecnologias da Artes - Universidade Católica Portuguesa | Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro | Revista Europeia de Estudos Artísticos, PORTUGAL. Email: levileon@utad.pt

CONTEXTUALIZAÇÃO

Se o âmbito deste artigo científico se limitasse ao âmbito da comunidade que pratica e aperfeiçoa a cultura maçónica, passaríamos apenas a descrever a metodologia aplicada à composição pictórica que realizámos durante o mês de agosto de 2016⁷.

Sobre a maçonaria enquanto organização, existem as mais díspares opiniões no público em geral, muitas delas de carácter negativo, motivadas pelo desconhecimento e baseadas numa opinião de “senso comum”, fundamentalmente nas franjas mais incultas da nossa sociedade. Como sabemos, estamos perante uma opinião baseada na transmissão de experiências acumuladas de um determinado grupo social, que segundo Gadamer (1998), permitiu principalmente em Portugal, considerar esta instituição como anticlerical e potencialmente vocacionada para o domínio das estruturas em que assenta uma sociedade democrática.

Estamos perante o mundo das *crenças* e das *proposições*, ausente de qualquer evidência real ou científica. Este estigma que ainda hoje domina as comunidades menos cultas transformou-se como que numa mera crença de carácter popular e superficial, baseada apenas nas aparências, na subjetividade, assistemática e acrítica (Ander-Egg, 2007). Referimo-nos ao período da 1.ª República Portuguesa (5 de outubro 1910 – 28 de maio 1926), onde a *maçonaria irregular*⁸ assumiu um papel de enfrentamento às instituições que assumidamente apoiavam a monarquia, como foi o caso da Igreja (Lázaro, 1996). Estamos a falar do Grande Oriente Lusitano (G.:O.:L.:)⁹ que teve um papel fundamental na Revolução Republicana do 5 de outubro de 1910 e que antes, teria participado na Revolução Liberal de 1820 e na Abolição da Pena de Morte em Portugal, em 1867 (Marques, 1998).

⁷ No Rito Escocês Antigo e Aceite estamos no ano de 6016.

⁸ A maçonaria, independentemente dos seus ritos específicos está atualmente dividida em *Regular e Irregular*. A *Maçonaria Regular*, também designada de *operativa*, terá tido início por volta de 1356, tornando-se *especulativa* em 1717, e está historicamente ligada à Grande Loja Unida de Inglaterra. Inspira-se na Bíblia cristã ao nível dos seus conceitos morais e metafísicos, e de alguma forma está ligada às igrejas Católica e Protestantes, assumindo uma total e explícita neutralidade nos assuntos do foro político e religioso. A *Maçonaria Irregular* é constituída por todas as organizações maçónicas não associadas à Grande Loja Unida de Inglaterra, onde se incluem as maçonarias femininas e “mistas”. Se a maçonaria Regular não admite membros que não acreditem na existência de um deus universal, a maçonaria Irregular permite entre os seus membros a existência de correntes ateias.

⁹ O Grande Oriente Lusitano foi fundado em 1802 e constitui a estrutura maçónica mais antiga em Portugal (Carta patente de 1802 da Grande Loja dos Antigos, de Londres. Cf. Marques 1986, pp. 674-684)

Em 1991 era criada em Portugal a Grande Loja Regular de Portugal (G.:L.:R.:P.:) a partir de um desentendimento (VILELA, s.d.) no seio do G.:O.:L.:¹⁰. Em 1996 surge uma cisão no seio da G.:L.:R.:P.:¹¹ a partir da qual viria a ser criada a Grande Loja Legal de Portugal / Grande Loja Legal de Portugal (G.:L.:L.:P.: / G.:L.:R.:P.:). Atualmente é a única *Obediência Maçónica* (Boucher, 1990) regular reconhecida pela Grande Loja Unida de Inglaterra (U.:G.:L.:E.:) e pela maioria das obediências maçónicas (Anderson, 1734).

Já muito se escreveu sobre esta organização, onde como já referimos, nos países de origem católica, é sistematicamente estigmatizada pela população, fruto da ignorância e de grupos conservadores, mas também através de uma leitura histórica que começou no reinado de D. José I (1750-1777). Posteriormente durante a 1ª República (1910-1926), onde a igreja perderia grande parte dos privilégios como o quase total domínio sobre a educação dos portugueses. Contudo a história documental permite-nos considerar a maçonaria como uma instituição ou sociedade discreta disseminada por todo o mundo (exceto em países de governos totalitários), cujos membros cultivam os princípios da liberdade, da democracia, da igualdade e da fraternidade, constituindo-se numa organização iniciática e filosófica (Macnulty, 2008). Muitos dos maiores vultos da humanidade pertenceram a esta organização (Davis, 2013), que como já dissemos, provoca no público em geral sentimentos de rejeição, mas também de profundo respeito e admiração. Neste caso, poderemos mencionar melhor exemplo do que o do maçom português Sebastião José de Carvalho e Melo? Odiado pelos grupos mais conservadores da igreja e da monarquia, a sua obra ímpar enquanto estadista¹², possuidor de um profundo pensamento marcado pelo *Iluminismo* (Reill, 2004), permitiu a mais profunda transformação num país completamente estagnado e dominado pelos grupos mais retrógrados.¹³

¹⁰. O desentendimento, segundo o autor citado, surgiu no final de 1984, entre o filho do seu ex. Grão-Mestre Adelino da Palma Carlos e o grupo mais próximo do então Grão-Mestre José Eduardo Simões Coimbra.

¹¹. A G.:L.:R.:P.: viria a ser absorvida pela G.:L.:L.:P.: / G.:L.:R.:P.: em 15 de julho de 1991.

¹². Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal (1699 –1782) foi secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I (1750-1777).

¹³. O Marquês de Pombal acabou com a escravatura em Portugal continental (12 de fevereiro de 1761); Reconstruiu a cidade de Lisboa após o terramoto de 1 de novembro de 1755; Extinguiu os Autos-de-Fé; Em 25 de maio de 1773 acabava com a discriminação que se exercia entre Cristãos-velhos e Cristãos-novos; Criou a 1ª região demarcada do mundo em 1756 (Companhia para a Agricultura das Vinhas do Alto Douro); Criou em 1773 a Companhia Geral das Reais Pescarias do Reino do Algarve; A educação que era dominada quase exclusivamente pela igreja, através da Companhia de Jesus, passou-a para a responsabilidade do estado, reestruturando então a Universidade de Coimbra e extinguindo a Universidade de Évora que pertencia aos Jesuítas; Realizou uma reforma completa no campo da economia e das finanças, permitindo um grande desenvolvimento da indústria portuguesa, principalmente a exportadora, como foi o caso da cerâmica, e impediu a importação de produtos das então potências hegemónicas da época (Alemanha, França e Inglaterra).

A proposta de trabalho

Desde o princípio desta década, a G.:L.:L.:P.: / G.:L.:R.:P.: tem tido um grande crescimento de membros em Portugal, a que não é alheio o trabalho realizado pelos seus Grão-Mestres. Fundam-se novas lojas por todo o país e como consequência, as instalações do principal *Templo* (LEIGH, 2006) da cidade do Porto, da rua do Dr. Ricardo Jorge, foram sujeitas a uma intervenção profunda para poderem funcionar ao mesmo tempo várias *lojas*¹⁴, de ritos diferentes, a partir da decisão do Grão-Mestre Júlio Meirinhos¹⁵. O espaço interior foi totalmente remodelado para poderem ser praticados os *Rito Escocês Antigo e Aceite*¹⁶, o *Rito Escocês Retificado*¹⁷, o *Rito de York*¹⁸, o *Rito Adonhiramita*¹⁹ e o *Ritual de Emulação*. Contudo não nos compete através deste trabalho definir os princípios em que se baseia a maçonaria, as suas origens históricas, a diferenciação dos seus ritos ou a organização interna de um templo maçónico. Como já referimos, este artigo pretende limitar-se a descrever o trabalho pictórico realizado nos tetos das duas salas remodeladas do principal Templo do Porto. O desafio consistiu em representar através de uma composição pictórica e escultórica o *conceito* inerente à cultura maçónica, designado de *Abóbada Celeste*, que se aplica ao teto do templo do *Rito Escocês Antigo e Aceite* (R.:E.:A.:A.:), no espaço remodelado da G.:L.:L.:P.: / G.:L.:R.:P.: da cidade do Porto, inaugurado em Julho de 2016 pelo Grão Mestre Júlio Meirinhos, onde foram construídas duas salas para o R.:E.:A.:A.: A, cuja remodelação da arquitetura interior esteve a cargo do Arquiteto Carlos Almeida Ribeiro.

¹⁴ A maioria das pessoas confunde os termos Templo Maçónico e Loja Maçónica. O Templo é um espaço físico onde reúnem geralmente várias Lojas. Uma loja é uma estrutura formada por homens (maçons) que reúnem regularmente praticando um determinado rito que adotaram.

¹⁵ Júlio Santana Meirinhos, é uma das personalidades portuguesas mais influentes no domínio político e da cultura (língua e culturas mirandesa). Exerceu ao longo da sua carreira diversos cargos políticos, tendo obtido vários prémios e condecorações. Atualmente é uma das personalidades mais influentes, a nível mundial, na maçonaria.

¹⁶ O *Rito Escocês Antigo e Aceite* foi organizado a partir de 1804 e deriva do *Rito de Heredom*, praticado na época em que os Cavaleiros Templários fugiram para a Escócia. Está intimamente ligada ao Antigo Testamento bíblico e à *Lenda de Hiram* (lenda que está na base de toda a maçonaria simbólica).

¹⁷ O *Rito Escocês Retificado*, também conhecido como *Rito de Willermoz* (o seu fundador), foi criado nos anos 20 do século passado e, inspira-se profundamente nos princípios da cavalaria, mais propriamente dos Cavaleiros Templários.

¹⁸ O *Rito de York* é o mais influente na sociedade americana e baseia-se num teísmo profundamente cristão. Fundado em 1799, é o rito mais antigo e é o que tem mais seguidores a nível mundial.

¹⁹ O *Rito Adonhiramita* esteve durante muito tempo a ser praticado apenas no Brasil e está ligado aos conceitos do ecumenismo, do esoterismo, da alquimia, do hermetismo, do sincretismo e da cabala.

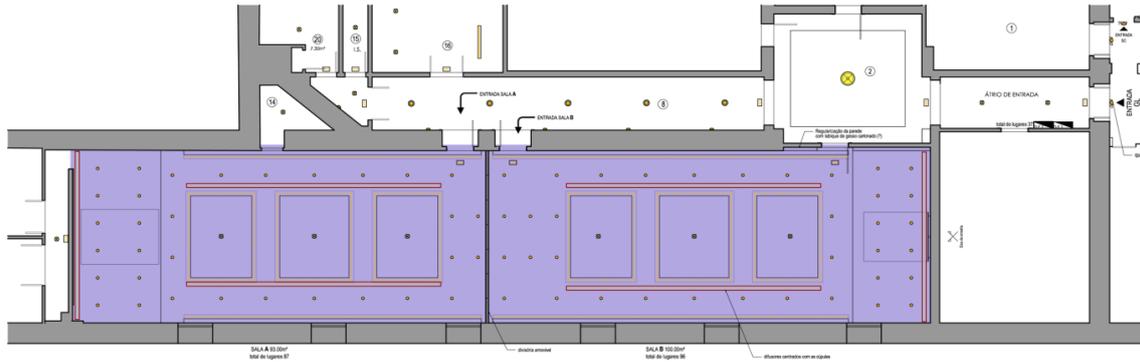


Figura 1 – Salas onde foi realizada a Abóbada Celeste.²⁰

Na Figura 1 está representada a planta do espaço de intervenção constituído por suas salas: Sala A com 93 m² e 87 lugares (lado esquerdo); Sala B com 100 m² e 96 lugares (lado direito).

Não existindo uma parede divisória fixa entre as duas salas, apenas placas de madeira amovíveis, permite retirando a divisória, a realização de grandes reuniões como uma *Grande Loja*. Para o efeito e dado que o *Oriente* da sala A é de maiores dimensões, basta fazer correr a cortina negra do Oriente da sala B, cobrindo o respetivo delta luminoso, para passar a funcionar apenas um espaço que permite a existência de mais de uma centena de lugares.

Dado que a normalidade em termos funcionais será o trabalho contínuo nos dois espaços designados, a decoração ao nível da pintura e dos elementos simbólicos foi repetida, permitindo que duas *Lojas* reúnam ao mesmo tempo.

DEFINIÇÃO MAÇÓNICA DE ABÓBADA CELESTE

Convém desde já referir que sobre esta temática não encontramos qualquer tipo de manual oficial, com regras previamente estabelecidas e aprovadas superiormente, com a designação dos elementos simbólicos a colocar no teto de um *Templo* do R.:E.:A.:A.:, bem como da sua distribuição em termos de composição. Limitamo-nos a indicações e sugestões, que desde os séc.s XVIII e XIX nunca coincidiram, pelo que nos atrevemos a considerar que as propostas encontradas, partem das orientações e interpretações pessoais de mestres, associados à criatividade e destreza psicomotora do artista que executou a obra.

²⁰ Projeto do Arquiteto Carlos Almeida Ribeiro.

Na maçonaria, a oralidade (Bondarik, 2010) é característica dominante, fruto de um passado que se exigia de secretismo, não só devido às perseguições havidas em determinados períodos da nossa história, mas fundamentalmente porque a compreensão dos conhecimentos esotéricos tem como suporte a lenda e o símbolo (Mackey, 1869). Tendo em conta que a lenda é fruto exclusivo da tradição, sem qualquer tipo de documento histórico que demonstre a sua autenticidade, podemos concluir que a sua origem está na oralidade. Contudo é necessário que o leitor compreenda que estamos perante um procedimento de carácter pedagógico em relação aos iniciados nesta ordem (*aprendizes e companheiros*), já que se não existe conteúdo, o objetivo é estabelecer doutrina filosófica. Portanto não se coloca aqui o contexto científico! Logo os dois modelos pedagógicos de aprendizagem baseiam-se em símbolos e lendas. Devemos mesmo considerar que estamos no mundo do *criticismo* de Kant (Moya, 2013) já que a análise crítica da origem, do valor e dos limites do conhecimento racional constituem-se no ponto de partida da reflexão filosófica.

Para crer em Deus basta erguer o olhar para cima (Platão 428? – 348? A. C.)

No campo da arquitetura serão os romanos a construir edifícios com o teto em forma de abóbada nos templos religiosos, embora em honra dos deuses romanos, herdados da cultura religiosa grega. Sabemos que a cobertura dos templos gregos era de madeira na base de uma estrutura de traves entrelaçadas horizontalmente (Janson, 1992), o mesmo sucedeu com outras civilizações como a Egípcia e a Egeia (Cicládica, Minoica e Micénica). Portanto a forma em abóbada é comum aos templos religiosos romanos e posteriormente, adotada aos templos cristãos (Hani, 2001). Na cultura religiosa islâmica este conceito simplesmente não existe, onde qualquer tipo de representação está ausente (Barrucand, 1992). Desde sempre a abóbada de um templo pretende simbolizar o cosmos através da representação do “firmamentum” celeste, a morada dos deuses. No templo maçónico não se representam figuras humanas, deuses ou santos na *Abóbada Celeste*. Simplesmente representa-se o teto do verdadeiro templo da humanidade, se considerarmos simbolicamente a Loja através um significado universal (Leadbeater, 1923).

Quando falamos sobre maçonaria, estamos perante uma sociedade com uma cultura hermética²¹ sob o ponto de vista filosófico, onde a cultura maçónica apropriou-se ao longo dos tempos de várias correntes místicas e filosóficas que começam na civilização egípcia, na astrologia, na alquimia, na Caballah, no exoterismo medieval cristão e no pensamento Rosa-cruz. Tal é o caso da

²¹ O hermetismo é o campo de estudo e prática da filosofia oculta.

religião praticada no Antigo Egito através da valorização do culto do Sol e da astrologia, representados no teto do Templo de Luxor (Castellani, 2012). Posteriormente esta prática influenciaria os povos da Antiga Grécia, o Romano e o Judeu.

Relativamente à *Abóbada Celeste*, seja num Templo do R.:E.:A.:A.:., num Templo Católico ou num templo Judaico, podemos concluir que existe uma perspetiva comum no que respeita ao pensamento filosófico místico judaico-cristão, cuja base encontramos logo nos cinco primeiros versículos do livro bíblico de Géneses:

No princípio Deus criou os céus e a terra.

- 1. Era a terra sem forma e vazia; trevas cobriam a face do abismo, e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas.*
- 2. Disse Deus: "Haja luz", e houve luz.*
- 3. Deus viu que a luz era boa, e separou a luz das trevas.*
- 4. Deus chamou à luz dia, e às trevas chamou noite. Passaram-se a tarde e a manhã; esse foi o primeiro dia. (Livro Bíblico de Géneses 1).*

São estas as palavras que determinarão a divisão em duas partes do Templo de Salomão (tabernáculo) e dos templos cristão e maçónico. Se no Templo de Salomão o “*Santo dos Santos*” era o local mais sagrado onde estava a *Arca da Aliança*, lugar de acesso reservado aos sacerdotes (Gest, 2012) da tribo de Levi, no templo cristão o “*Altar*” é o espaço reservado aos sacerdotes e onde se encontram objetos sagrados como a *Âmbula*, o *Cálice*, o *Ostensório* e o *Crucifixo*. No templo maçónico o “*Oriente*” é o lugar reservado fundamentalmente ao *Venerável-mestre* e onde se encontram elementos simbólicos considerados sagrados como o *Delta Luminoso* e o *Candelabro de três velas*. Todos os elementos e objetos simbólicos referidos representam o sagrado através da **Luz**, que por sua vez se associa ao **Conhecimento** e conseqüentemente, ao **Poder**.

O restante espaço do templo de Templo de Salomão tinha a designação de “*Santo*” (Horne, 1991) e era reservado aos fiéis que assistiam ao ritual judaico. No caso do templo cristão a zona dedicada aos fiéis tem a designação de “*Nave*”. No templo maçónico o lugar destinado aos *Aprendizes*, *Companheiros* e *Mestres* designa-se de “*Ocidente*”. Nos três casos referidos estamos perante um espaço de aprendizagem e, portanto, “*sem luz*”, permitindo a necessária concentração para a aquisição do conhecimento (Davis, 2013). Em qualquer das situações, o primeiro espaço referido (“*Santo dos Santos*”, “*Altar*” ou “*Oriente*”) está sempre num plano superior.

Se no teto do templo religioso são fundamentalmente representados símbolos e figuras humanas (Jesus Cristo, apóstolos e santos), geralmente inseridas numa composição espacial (Gombrich, 2014). No templo maçónico do R.:E.:A.:A.: representa-se a imagem do universo estrelado com o sol, os planetas do nosso sistema solar, constelações, nuvens e símbolos, estando ausente qualquer tipo de representação da figura humana. No que respeita à representação pictórica da abóbada celeste existe apenas um elemento comum entre o templo cristão e o templo maçónico e que consiste na representação do céu e do firmamento.

Com a evolução da arquitetura a forma de abóbada no “Altar” e no “**Oriente**” deixou de ser realizada nos novos templos, passando a ser um plano horizontal. Quando se constitui um novo templo maçónico, raras são as vezes que se parte de uma estrutura arquitetónica projetada com as dimensões em harmonia com os antigos rituais e baseadas em princípios geométricos como a *medida áurea*. Raros são templos da Maçonaria que possuem a forma de uma abóbada no *Oriente*, pelo que a representação pictórica está limitada a um espaço arquitetónico constituído por um teto plano e com um pé bastante baixo, como foi o caso do presente projeto.

SIGNIFICADO E SIGNIFICÂNCIA SIMBÓLICA NA DICOTOMIA MAÇÓNICA

A maçonaria deve ser traduzida através de uma dicotomia ao nível da linguística. Esta questão colocou-se a Platão, Sócrates e Aristóteles, quando observavam na *Alma* o lugar privilegiado da Razão, da Sabedoria e da Ciência. Neste sentido o Corpo é secundário já que erra e permite o enfraquecimento do pensamento. Estamos perante a visão idealista do universo em que se baseia a Maçonaria e que nasce na Grécia Antiga:

“Nada caracteriza melhor o homem do que o fato de pensar”
Aristóteles (384 – 322 a. C.)

“Tudo era um caos até que surgiu a mente e pôs ordem nas coisas”
Anaxágoras (500 - 428 a.C.).

É esta a razão porque a Maçonaria se baseia fundamentalmente em símbolos. Como tal *significante* e *significado* (Pietroforte, 2004) têm uma importância crucial na leitura que se realiza sobre o signo da Figura 2.



Figura 2 – Acácia²²

O *Significante* é a forma. O *Significado* é o conceito (conteúdo). Portanto o *Signo* é formado através do conjunto indissociável do *Significante* e do *Significado*. No caso da Figura 2 estamos perante um *Signo*, onde a palavra acácia é o *Significante* e a imagem da folha é o *Significado* (conteúdo). A disciplina que se ocupa do estudo dos símbolos é a semiótica (Eco, 2009).

Entre Signo e Símbolo o espaço linguístico é muito curto porque o *Símbolo* não deixa de ser um Signo representado de forma abstrata. Na maçonaria o *Símbolo* é o elemento mais importante e essencial em todo o processo de comunicação entre os seus membros, mas também o método pedagógico utilizado na instrução em qualquer dos inúmeros graus existentes. Contudo a comunicação através do *Símbolo* nem sempre assume a forma seja abstrato como na Figura 2, ou como no caso da representação do Grande Arquiteto do Universo (G.:A.:d.:U.:), através da forma abstrata triangular do “*Delta Luminoso*”. Muitas vezes assume a forma realista como na imagem representativa da Lua, situada sobre o *Primeiro Vigilante* (1.º V.:).

OS ELEMENTOS SIMBÓLICOS DA ABÓBADA CELESTE

Se o rigor é apanágio da estrutura maçónica, a realização de uma composição meramente decorativa impediria certamente que se atingissem os objetivos e a plasticidade que se pretende com um

ambiente fraternal e propício para concentrar sua atenção e esforços para melhorar seu caráter, sua vida espiritual e desenvolver seu sentimento de responsabilidade, fazendo-lhes meditar tranquilamente sobre a missão do homem na vida, recordando-lhes constantemente os valores eternos, cujo cultivo lhes possibilitará acercar-se da verdade (Zapolla, 2002).

Se referirmos a “prancha” realizada por Ribeiro (2015), onde refere

²² Elaboração própria.

A abóboda decorada com os corpos celestes simboliza também a abertura da consciência do homem, a sua transcendência, como que um passo mais na percepção da existência de um Ser Supremo.

Entendemos a importância que tem na criação do ambiente de caráter dramático que está em sintonia com o ritual que se vai praticar durante a sessão e que assume um caráter SAGRADO.

Um dos aspetos que mais distrai os fiéis num templo religioso católico são as representações humanas onde se exagera na expressão de sofrimento e também na exagerada decoração “barroca” coberta com folha de ouro. Qualquer tipo de representação humana ou facial como uma máscara destrói todo o ambiente de concentração e reflexivo que se pretende num templo, seja qual for a sua associação religiosa ou filosófica. Facilmente a nossa consciência passa a realizar leituras de ordem estética e dramática, abandonando qualquer tipo de experiência meditativa.

Em sentido contrário, a representação celestial das constelações, planetas e satélites, ausente de elementos figurativos humanos, na composição da *Abóbada Celeste* permite criar o ambiente de abertura da consciência pessoal através da concentração, propício à contemplação, reflexão e meditação (Kaplan, 2008), com o intuito de fomentar a atenção sobre o ritual do R.:E.:A.:A.:

Como já foi referido por nós, não existe uma descrição escrita e objetiva acerca *Abóbada Celeste* num Templo Maçónico bem como da época em que surgiu e respetivo lugar (ARAÚJO, 2008). A primeira descrição (Churton, 2011) teria sido realizada por Elias Ashmole (1617 – 1692) e está representada na

Figura 5. O desenho desta descrição foi realizado no Brasil a pedido da Loja Simbólica "Stella Matutina" nº 658, tendo-se tornando como referência em vários templos deste nosso país Irmão.

Albert Pike (1872) em “Moral e Dogma” refere que no *Rito de York* as dimensões da Loja como sendo

Ilimitadas e cobrem não menos do que a abóbada celeste...

A mente do Maçom é continuamente dirigida a esse objeto”, dizem eles, “e ele espera chegar ali com a ajuda da escada teológica que Jacó, em sua visão, viu subindo da terra para o Céu; as três voltas principais eram chamadas de Fé, Esperança e Caridade; e que nos lembra de ter Fé em Deus, Esperança na Imortalidade e Caridade para com toda a Humanidade.

Mais refere que os antigos contavam sete planetas (Lua, Mercúrio, Vênus, o Sol, Marte, Júpiter e Saturno), não referindo a respetiva posição na Abóbada Celeste. Relativamente ao Sol e à Lua refere

Os Mestres da Luz e da Vida, o Sol e a Lua, são simbolizados em todas as Lojas pelo Mestre e pelos Vigilantes; e isto torna dever do Mestre prover luz para os Irmãos, por si próprio e através dos Vigilantes, que são seus ministros.

Podemos por estas palavras compreender a associação do Sol ao *Venerável Mestre* e a Lua aos *1.º e 2.º Vigilantes*. Dada a posição do *Venerável Mestre* no Oriente e dos *1.º Vigilante* e *2.º Vigilante* no Ocidente, facilmente depreenderemos a existência do espaço de **Luz** no *Oriente* e de **Escuridão** no *Ocidente* do Templo.²³

Como temos vindo a referir as considerações realizadas sobre a *Abóbada Celeste* não assumem verdadeiramente a condição de um esquema a ser cumprido, a partir de um projeto gráfico, nas publicações consultadas.

Encontramo-nos mais perante uma questão de carácter filosófico ao nível da interpretação já que o procedimento para a elaboração de uma *Abóbada Celeste* é de carácter existencial e valorativo, não se constituindo numa mera solução de científica ou técnica.

Na **Figura 3** elaborámos um esquema a partir da revisão da literatura consultada sobre o tema onde os elementos colocados (constelações e planetas) estão sujeitos aos princípios da filosofia maçónica definidos nos *Landmarks da Maçonaria* (Anderson, 1734) e nos respetivos rituais do R.:E.:A.:A.: A interpretação que realizámos está dependente do significado e da significância dos elementos simbólicos na base duma interpretação maçónica.

Partimos do princípio científico que a *Abóbada Celeste*, cuja designação deve ser *firmamento*, que visualizamos fisicamente durante a noite, está dentro do que se designa de trigonometria esférica. Dividimos a circunferência obtida da **Figura 3** em dezasseis partes correspondendo aos pontos cardeais com os respetivos graus de posição.

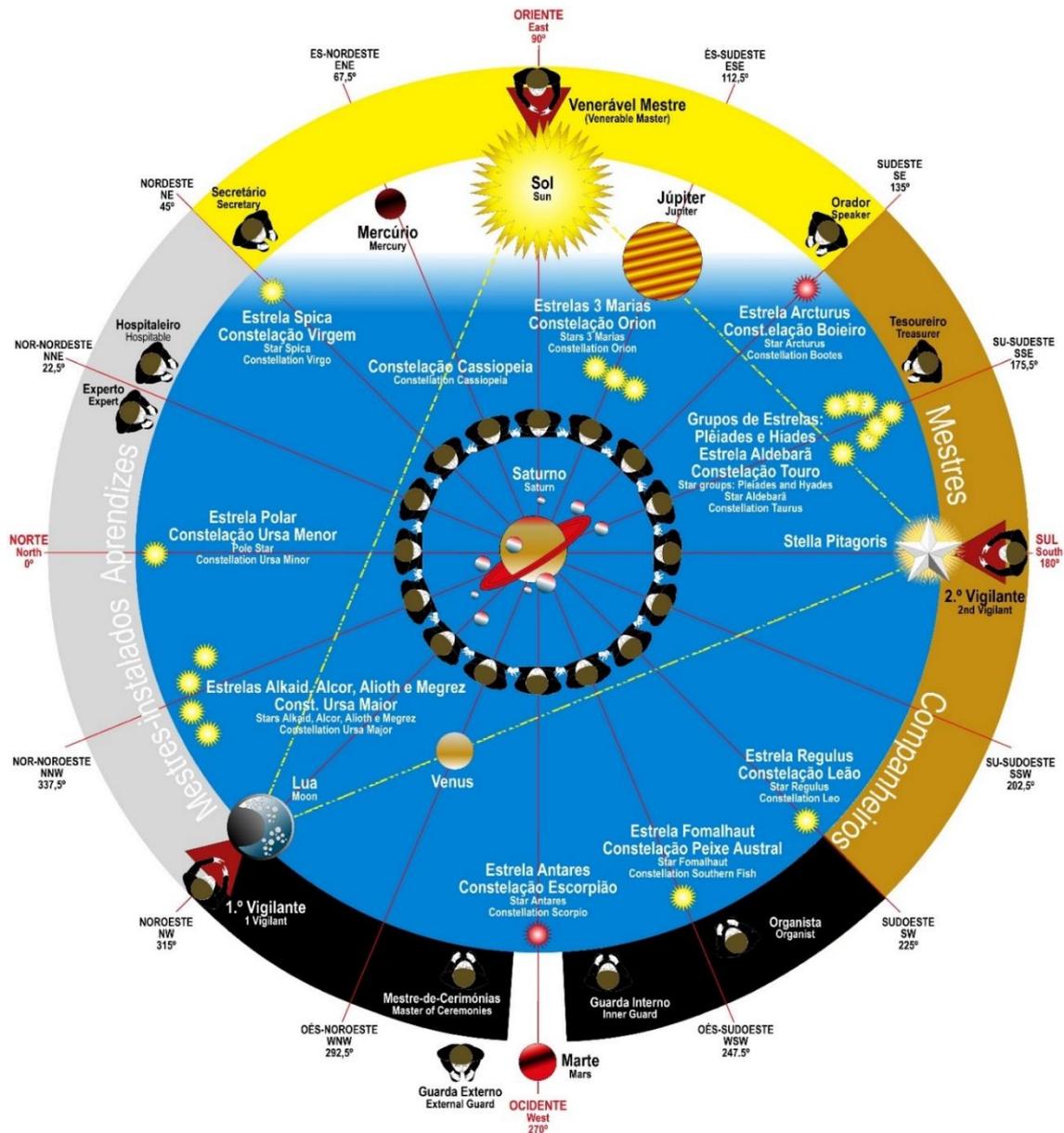
Para o efeito dividimos a circunferência em 4 partes iguais, correspondendo aos 4 pontos cardeais e às 4 paredes do templo. Considerámos o espaço do **Oriente maçónico**, compreendido entre Nordeste | 45º e Sudeste | 135º, correspondendo às posições fixas do *Secretário* e do *Orador* respetivamente, situando-se o *Venerável-Mestre* na posição *Oriente* | 90º. O espaço do **Ocidente maçónico**, a *Norte* foi colocado entre as direções Noroeste | 315º e Nordeste | 45º, a Sul entre as

²³ No espaço físico da maçonaria, designado de Templo as posições dos elementos simbólicos e dos maçons é definida através dos pontos cardeais (Oriente – Ocidente e Norte – Sul). O Oriente é o local mais elevado do Templo através de 3 degraus de escadas relativamente ao Ocidente. A posição Oriente num templo maçónico não tem de estar alinhada com o verdadeiro Oriente geográfico, como no caso de alguns templos cristãos e muçulmanos. Recordo que estamos no mundo simbólico.

direções Sudeste | 135° e Sudoeste | 225° e a Ocidente entre as direções Noroeste | 315° e Sudoeste | 225°.

Na referida posição Norte situámos os oficiais *Hospitaleiro* e *Experto*, sendo este o espaço ocupado pelos *Aprendizes*.²⁴ A Sul encontramos o *Tesoureiro* e o *2.ª Vigilante*, constituindo-se o espaço ocupado pelos *Companheiros* e *Mestres*. A Ocidente situamos o *1.º Vigilante*, *Mestre-de – Cerimónias*, o *Guarda Interno* e o *Organista*.

Fora da circunferência, mas neste espaço angular situámos o *Guarda Externo*.



²⁴ Embora seja o “lugar do Aprendiz”, os Companheiros e Mestres podem ocupar também esses lugares, se assim o entenderem. No entanto e a Sul, só se podem sentar-se os Companheiros e os Mestres.

Figura 3 – A Abóbada Celeste baseia-se na centralidade dos elementos simbólicos associados aos elementos humanos²⁵

Definido um Firmamento simbólico, colocámos as constelações com as respetivas associações simbólicas. No lado Norte, a Estrela **Spica** da Constelação Virgem, associada ao Secretário foi colocada na direção Nordeste | 45°. A direção Norte | 0° compreende, portanto, a estrela **Polar** da constelação Ursa Menor, a maior das referências direcionais do hemisfério Norte. As estrelas **Alkaid**, **Alcor**, **Alioth** e **Megrez** da constelação Ursa Maior estão situadas na direção Nor-noroeste | 337,5° por corresponderem aos *Mestres-instalados*, devendo ser essa a sua posição de ocupação no tempo.

No lado Sul, a estrela vermelha **Arcturus** da constelação Boieiro, ao corresponder ao *Orador*, está situada na direção Sudeste | 135°. Na constelação Touro, podemos observar os grupos de estrelas **Plêiades** que correspondem aos *Mestres*, e as **Híades** correspondendo aos *Companheiros*. Neste grupo ainda existe a estrela **Aldebarã** que corresponde ao Tesoureiro e como tal está sobre a direção Su-sudeste | 175, 5°. A estrela **Regulus** da constelação Leão está situada na direção Sudoeste | 225°. Corresponde ao Mestre-de-cerimónias (contudo na G.:L.:L.:P.: / G.:L.:R.:P.: este oficial está situado no lado Ocidente a Noroeste | 292, 5°. A estrela **Formalhaut** da constelação Peixe Austral corresponde ao *Chanceler*, cargo inexistente em Portugal.

Na posição Ocidente | 270° foi colocada a estrela avermelhada **Antares** da constelação Escorpião e que corresponde ao *Guarda Interno*.

Perto do Oriente estão ainda representadas as constelações Cassiopeia e Orion com as estrelas **Três Marias** correspondendo aos *Aprendizes*.

As **Três Luzes da Loja** (*Venerável-mestre*, *1.º Vigilante* e *2.º Vigilante*) estabelecem uma triangulação cujos vértices estão associados respetivamente ao **Sol**, à **Lua** e à **Stella Pitagoris**.

Júpiter ao corresponder ao Past.Venerável-mestre, está situado perto do Oriente na direção És-sudeste | 112, 5°. **Mercúrio** ao corresponder ao *Hospitaleiro* está perto deste oficial na direção Nordeste | 45°.

Vénus está situado na direção Oés-noroeste | 292,5° e corresponde ao *2º Diácono*, cargo inexistente em Portugal. Como é o “mensageiro do dia” está também associado ao *Experto*.

²⁵ Elaboração Própria.

Finalmente **Marte**, planeta que está associado ao *Guarda Externo*, simboliza a guerra e, portanto, está no exterior do Templo na direção Ocidente | 270º.

Este esquema acima de tudo fez-nos compreender um dos princípios em que assenta esta “Irmandade” e tem a ver com a *Igualdade, Liberdade e Fraternidade*, simbolizada através de **Saturno**. Este planete assume toda a centralidade simbólica, ao ser estabelecida sob ele a *Cadeia de União*.

Definido e identificado o conceito, entendemos então adaptá-lo a um espaço retangular de um templo. Na descrição que vamos passar a descrever, para uma melhor compreensão do leitor, realizamos o esquema elucidativo da Figura 4.

Nesta descrição será conveniente esclarecer que não vamos abordar os oficiais que compõem uma loja, respetivas funções, bem como a posição dos outros elementos (Mestres, Companheiros e Aprendizés), por não fazer parte do tema explorado. Contudo será importante mencionar que os *Aprendizes* se sentam exclusivamente no Norte. Esta é a justificação da existência das nuvens no Norte, a cobrir o céu estrelado, permitindo, no entanto, visualizar as constelações Virgem, Ursa Menor e Ursa Maior. Os *Aprendizes* ainda estão numa fase de obtenção do conhecimento e, portanto, a simbólica visão do universo ainda é limitada.

O leitor também deve realizar a presente leitura interpretativa, relativamente às constelações, estrelas, planetas e satélites, situando-se historicamente no séc. XVIII, onde o conhecimento baseava-se em pressupostos simbólicos, sendo muito limitado. No caso de Saturno estão apenas representados os nove satélites então conhecidos. A leitura assume, portanto, um carácter simbólico e não científico, baseada fundamentalmente nas ideias da época em que os elementos representados na *Abóbada Celeste* exerciam uma influência direta sobre o homem, na vida real.

Importa desde já considerar também que a posição das estrelas, constelações, planetas e satélites, se adequam ou coincidem com a posição no templo dos participantes na cerimónia ritual, sejam *Aprendizes, Companheiros, Mestres* ou *Oficiais*. Contudo a coincidência da posição com representação no teto só existe relativamente ao *Venerável Mestre* (iluminado pelo Sol), ao *Primeiro Vigilante* (iluminado pela Lua) e ao *Segundo Vigilante* (iluminado pela *Stella Pitagoris*). Daí que designamos como as “3 Luzes de uma Loja” estes oficiais que a dirigem efetivamente.

No que respeita às constelações e respetivas estrelas, estão representadas próximas dos elementos que representam, como já referimos. Como o *Oriente* está iluminado, não se observam constelações. Esta é a justificação para colocar próximo do *Oriente* a Constelação Virgem que rege o

Secretário, o mesmo sucedendo com a Constelação Boieiro que rege o *Orador*, oficiais que também se sentam no *Oriente* iluminado.

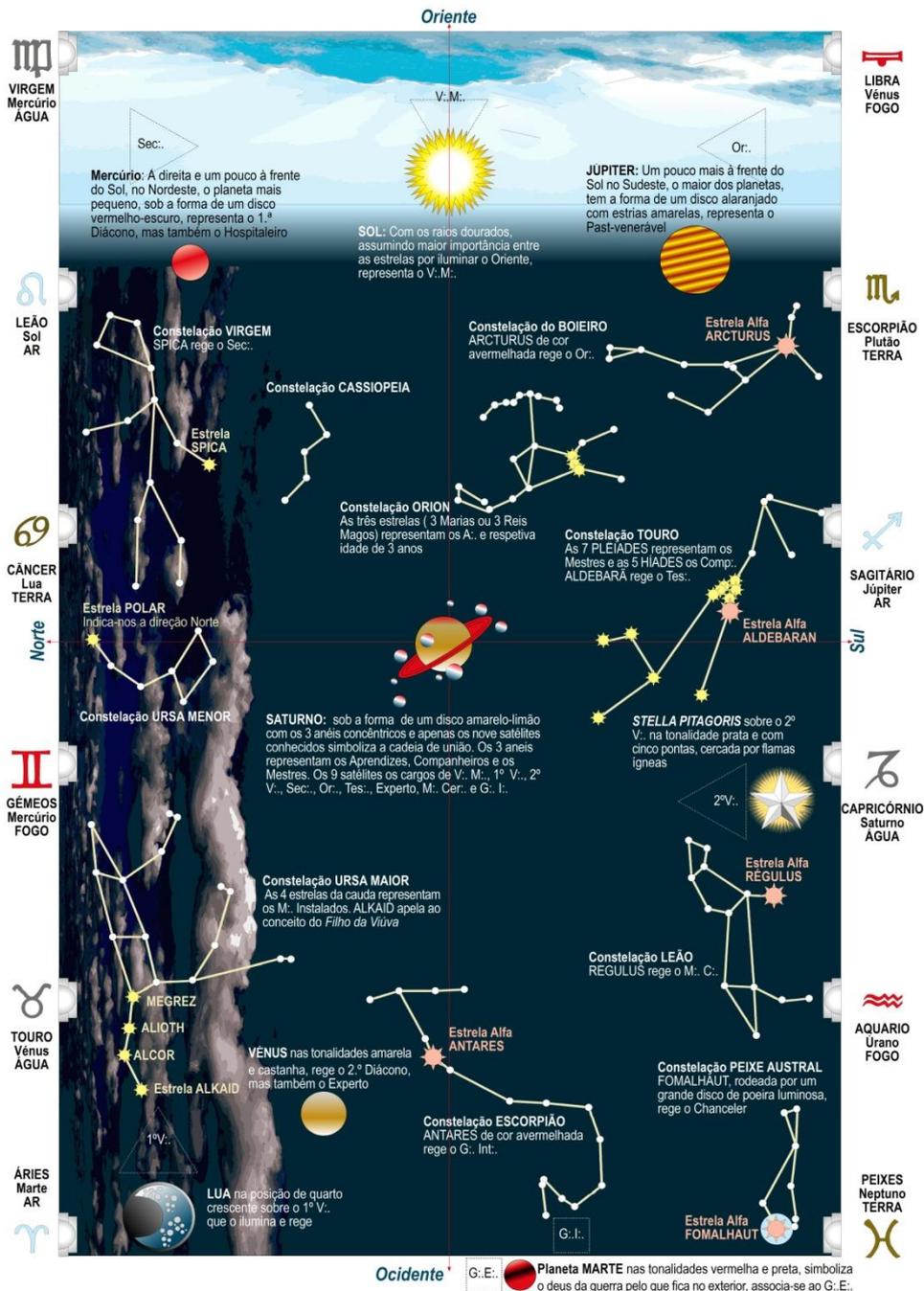


Figura 4 – Descrição visual da Abóbada Celeste²⁶

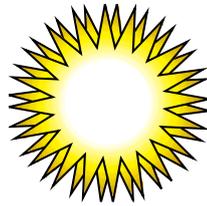
Nas 10 constelações identificadas na *Abóbada Celeste*, mais propriamente nas posicionadas no lado *Sul*, algumas possuem uma estrela designada de “Estrela Alfa”. Tecnicamente esta classificação surge dentro da tradição maçônica e, portanto, não assume um caráter científico já que

²⁶ Elaboração Própria.

todas as constelações possuem uma “Estrela Alfa”. “Alfa” é a primeira letra do alfabeto grego e no presente caso será a estrela mais brilhante da respetiva constelação.

POSIÇÃO DAS ESTRELAS E CONSTELAÇÕES

O Templo Maçónico inspira-se no Templo de Salomão, constituído também por dois espaços (Santo e Santo dos Santos). No presente caso o espaço está dividido em *Oriente* e *Ocidente*, conforme a Figura 4. Neste espaço simbólico designado de *Oriente* existe LUZ por que o **SOL**, situado um pouco à frente do *Venerável Mestre*, ilumina-o ao nível da **Sabedoria**. O restante espaço está escurecido permitindo visualizar na imensidão celestial os principais planetas e constelações (Olivier, 2003). Contudo a “*Norte*”, onde se sentam os *Aprendizes*, “lugar das trevas e do não conhecimento”, a dificuldade é maior porque a existência de nuvens dificulta a visualização do céu estrelado. Todas as publicações antigas referem apenas esta transição do dia ou da “Luz” (“*Oriente*”), para a noite ou para as “*Trevas*” (“*Ocidente*”).

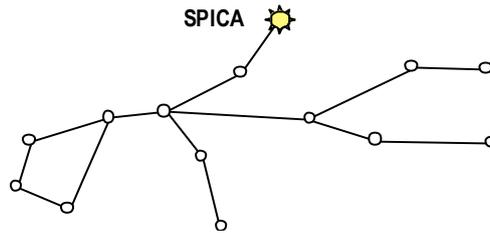


SOL – Sendo a estrela central do sistema solar, foi ao longo dos tempos adorada pelos diferentes povos da antiguidade por permitir a existência de vida no nosso planeta, considerando-o como uma deidade solar, sendo construídos vários monumentos em sua honra. O Sol ocupa um espaço privilegiado na Abóbada Celeste, no eixo central, à frente do Venerável Mestre, iluminando-o representando-o, no “*Oriente*”.

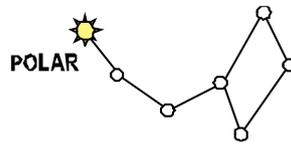
A representação das estrelas principais, para além do Sol, estão inseridas em constelações, enquanto áreas definidas na Esfera Celeste e agrupadas em torno de asterismos. O asterismo constitui um padrão verificável de estrelas durante a noite (Lavrador, 2015)

Na *Abóbada Celeste* estão representadas 10 constelações, das 88 reconhecidas pela União Astronómica Internacional (U.A.I.), desde 1922. Foi Ptolomeu no séc. II, através do seu tratado de matemática e astronomia designado de *Almagesto*, quem identificou na época 48 constelações, embora as primeiras tenham sido registadas na cultura babilónica. As restantes 40 seriam identificadas entre os séc.s XVII e XVIII. Mesmo assim ainda existem outras constelações não reconhecidas de origem chinesa e hindu, principalmente.

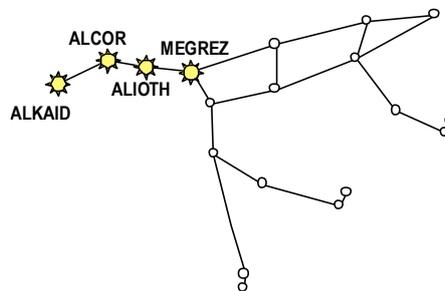
Começando a descrição pelo lado *Norte*, observamos a existência de três constelações.



CONSTELAÇÃO VIRGEM – Situado junto ao *Oriente* observamos a constelação Virgem, onde se destaca a estrela alfa **SPICA** (*Alfa Virginis*, traduzida em latim por “espiga”) que rege o *Secretário* (os instrumentos de escrita usados pelos gregos e romanos eram feitos a partir de caules ocos designados de “spicula”). Na mitologia, *Témis*, deusa da justiça, ascendeu aos céus desgostosa com o comportamento humano. Também se identifica como sendo *Astreia*, filha de *Zeus* e de *Témis*, e que teria habitado a terra durante a Idade de Ouro, Posteriormente e com a enfraquecimento da humanidade, retirou-se para os céus onde se transformou na *Constelação Virgem*.



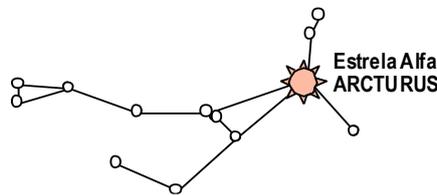
CONSTELAÇÃO URSA MENOR – Continuando a descrição é visível a constelação Ursa Menor, constituída por sete estrelas onde se distingue a Estrela **POLAR**, a grande referência que nos indica o Norte. Também conhecida como o “pequeno carro” foi reconhecida em 600 a. C. por Tales de Mileto. Para os gregos a Ursa Menor é Arcas, filho de Calisto (Ursa Maior), colocado no céu por Zeus.



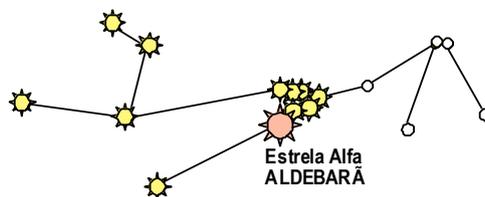
CONSTELAÇÃO URSA MAIOR – Sendo a constelação mais antiga conhecida, representa os *Mestres Instalados*, através das 4 estrelas da cauda e que se distinguem pela sua dimensão (**ALKOID**, **ALCOR**, **ALIOTH** e **MEGREZ**). A última estrela da cauda designa-se de **ALKOID** ou Benetnasch. Estes dois termos fazem parte da frase da cultura árabe “quaid al banat ad nasch” que traduzida significa “a chefe dos filhos do ataúde Mário”. Apela ao conceito do “filho da viúva”, já que no Egito e na tradição

árabe a Ursa Maior era representada através de um sarcófago (Osíris) e a sua Viúva (Hórus) em procissão fúnebre.

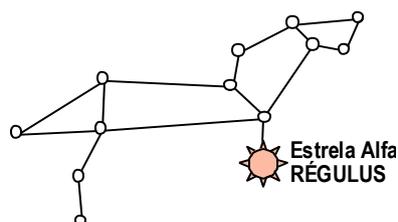
No lado *Sul* da *Abóbada Celeste* estão representadas 4 constelações. Começamos a descrição pela situada junto ao *Oriente*. A limpidez estelar da noite escura indica que estamos nos lugares ocupados pelos *Mestres* e *Companheiros*.



CONSTELAÇÃO BOIEIRO - Perto do Oriente observamos a constelação Boieiro, distinguindo-se a 1ª estrela alfa designada de **ARCTURUS** (no grego significa “guardião do urso”), possui cor avermelhada, corresponde ao cargo do *Orador*. Na mitologia grega representa o filho de Deméter, figura que foi premiada com o céu por ter inventado o arado.

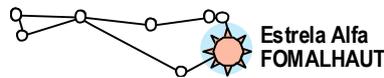


CONSTELAÇÃO TOURO - Na constelação Touro onde são bem visíveis as sete **PLÊIADES** (ou sete irmãs) que representam os *Mestres* (plêiade de homens justos) e as cinco **HÍADAS** (Hyades) dispostas em esquadria representando os *Companheiros*. Nesta constelação é bem visível a 2ª estrela alfa ALDEBARÃ que rege o cargo do Tesoureiro. Dentro da mitologia Zeus transformou-se em Touro para seduzir a Europa, nome de uma princesa fenício da época. Na mitologia egípcia os dois grupos (Plêides e Híades) eram associados à época das chuvas e, portanto, ao rejuvenescimento da natureza. Devemos lembrar que o Touro era associado na antiguidade à força e à fertilidade.

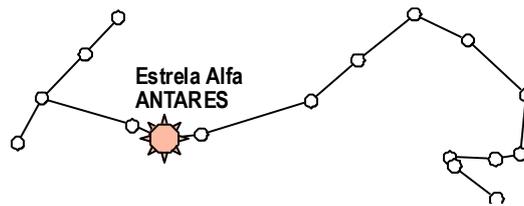


CONSTELAÇÃO LEÃO – Nesta constelação a estrela mais brilhante é **REGULUS** (“Alfa Leonis”), batizada por Nicolau Copérnico, significa “Regente”, correspondendo ao cargo de *Mestre de*

Cerimónias. Na cultura greco-romana representa o leão de Nemeia, um dos monstros mortos por Hércules, que depois de o matar passou a usar a sua pele que por ser muito resistente permitiu vencer as outras criaturas da mitologia grega.



CONSTELAÇÃO PEIXE AUSTRAL – Na constelação Peixe Austral faz-se notar a 4ª estrela alfa **FOMALHAUT** (Alfa Piscis Austrinis) com o seu disco azulado de poeira luminosa, significando em árabe “boca do peixe do Sul”. Esta estrela representa o Chanceler (cargo inexistente em Portugal). Na mitologia esta constelação remonta à antiga Síria.

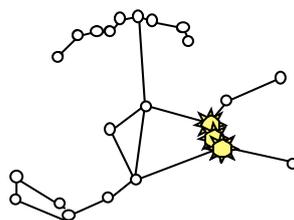


CONSTELAÇÃO ESCORPIÃO – Mesmo sobre o lado *Ocidente*, e no eixo central do templo, observa-se a Constelação Escorpião onde se destaca a 5ª estrela alfa **ANTARES** (“Alfa Scorpii”) de cor vermelha e que rege o *Guarda Interno*. Esta estrela foi muitas vezes confundida na antiguidade com o planeta Marte por serem da mesma cor. Esta constelação é visível no hemisfério sul durante o Inverno e no hemisfério norte durante o Verão. Na mitologia grega Scorpius é o escorpião que matou Oriente (Órion).

No eixo central são colocadas as constelações Cassiopeia e Órion.



CONSTELAÇÃO CASSIOPEIA – Situada perto do *Oriente*, simboliza os comportamentos e atitudes positivas e negativas dos maçons e que devem ser potenciadas ou corrigidas a partir do respetivo esforço individual, como o respeito, a tolerância, a fraternidade, a vaidade, o orgulho, etc.



CONSTELAÇÃO ÓRION –A maior visibilidade parece dirigir-se para a constelação Órion onde se distinguem três estrelas em linha, designadas de "as Três Marias" ou "os Três Reis Magos". Estas três estrelas representam a "idade do Aprendiz". Dentro da tradição árabe, a constelação Órion tinha a designação de "a Ovelha de Cinto Branco". Como sabemos o avental do *Aprendiz* no nos primeiros tempos da maçonaria era feito de pele de carneiro. Estas três estrelas regem os *Aprendizes*. Na mitologia as constelações Escorpião e Órion são inimigas pelo que devem ser colocadas muito afastadas, a primeira no eixo central perto do *Oriente* e a segunda no mesmo eixo, mas perto do *Sul*. Os caldeus designavam-na de Tammuz. Na mitologia grega Órion era um caçador, filho de Neptuno e da ninfa Euriale. Fisicamente era um gigante com muita força e muito hábil no uso do arco com flecha e tinha uma personalidade muito pouco humilde, gabando-se que se quisesse exterminaria todos os animais da Terra. Perante esta atitude arrogante a deusa Gaia, protetora da Terra e de todos os animais, enviou um escorpião que o mataria com a sua picada.

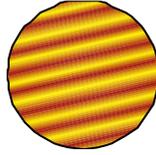
POSIÇÃO DOS PLANETAS E SATÉLITES



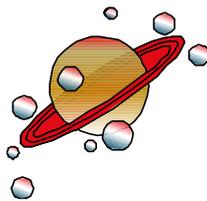
MARTE - Nos planetas a leitura que realizámos é do exterior para o interior, pelo que começamos por observar no teto à entrada do templo, o planeta **MARTE**, nas suas cores originais vermelha e preta. Considerado pelos gregos como o deus da guerra, não tem espaço no lugar onde se procura a *Paz* e a *Harmonia*. Faz parte do mundo profano, tendo a incumbência de "cobrir o templo" pelo que se associa ao *Guarda Externo*. Já referimos que a 5ª estrela alfa **ANTARES** da *Constelação Cassiopeia*, vermelha como o planeta **MARTE**, colocada sobre o *Guarda Interno* vai garantir a fronteira entre os mundos iniciático e profano. Este planeta foi registado pelos astrónomos do Antigo Egito.



MERCÚRIO - No interior começamos a leitura a Nordeste onde está situado o planeta **MERCÚRIO**, em tonalidades de vermelho-escuro e que rege o 1º *Diácono* (cargo inexistente em Portugal), mas também ao *Hospitaleiro*. **MERCÚRIO** (Hermes para os gregos) é o mensageiro dos deuses, sendo o planeta mais pequeno do Sistema Solar. A sua descoberta deve-se aos astrónomos assírios.



JÚPITER - Na mesma posição relativamente ao Oriente, mas a Sudeste, observamos o maior dos planetas do nosso sistema solar, **JÚPITER** (Zeus para os gregos) em tonalidades estriadas que variam entre o amarelo e o laranja. Este planeta rege o *Past Venerável Mestre*, já que simbolicamente é o guardião do *Direito*, protetor do *Estado* e do *Matrimónio*. Na Babilónia representava o deus Marduque.



SATURNO - No eixo central do templo e a meio deste, encontramos o planeta **SATURNO** com os três anéis concêntricos e os nove satélites conhecidos na época, dos mais de setenta existentes, que representam os nove cargos: *Venerável Mestre*, *Primeiro Vigilante*, *Segundo Vigilante*, *Secretario*, *Orador*, *Tesoureiro*, *Chanceler*, *Mestre de Cerimonias* e *Guarda do Templo*. Os três anéis concêntricos representam os *Aprendizes*, os *Companheiros* e os *Mestres Maçons* pelo que este planeta rege a *Cadeia de União*. Deve, portanto, ser colocado sobre os quadros dos três graus.



LUA - Sobre o *1º Vigilante* está representado o satélite **LUA**, em tonalidades cinzentas e em quarto crescente, tendo a função de iluminar e reger este oficial. A **LUA** é o relógio mundial mais antigo, através das suas quatro fases, base de todos os calendários desde a antiguidade.



VÉNUS - O último planeta representado é **VÉNUS** em tonalidades amareladas e acastanhadas, situado perto do *Ocidente* entre o satélite **LUA** e a Constelação Escorpião. O Planeta **VÉNUS** rege o cargo de *2º Diácono* (cargo inexistente em Portugal). Existem publicações que o associam ao *Experto*. Também é designado de “estrela Vésper” por ser a primeira a aparecer ao amanhecer, pelo que este

planeta é identificado como o “mensageiro do dia”. Na mitologia é a deusa Afrodite para os gregos e Vénus para os romanos. É a deusa do Amor. O grande poeta português Luís Vaz de Camões, designa-a nos *Lusíadas* como a deusa que mais apoiava os heróis portugueses.

POSIÇÃO DA STELLA PITAGORIS



Sobre o 2º Vigilante e regendo este oficial está colocada a *Estrela Pitagórica* ou *Estrela Flamejante* com cinco pontas. O seu significado dirige-se para o *Homem Iluminado* que transcende a condição humana.

Estamos perante o pentagrama, que já era conhecido dos antigos sumérios, muito explorado pelo matemático grego Pitágoras, que descobriu nesta forma uma relação direta com o número áureo. Esta forma é usada nos campos místico e científico. No primeiro vamos nos confrontar com a célebre imagem criada por Leonardo da Vinci para o livro “A Divina Proporção” de Luca Pacioli, onde se representa a figura humana com os quatro elementos (ar, água, terra e fogo) coordenados pelo espírito (cabeça). Sob o ponto de vista científico reflete várias leis da matemática como os logaritmos, a sequência de Fibonacci, a espiral logarítmica, etc. (JIMÉNEZ, 2013) No campo específico da maçonaria é a referência aos elementos (ar, água, terra e fogo) e ao espírito.

DISPOSIÇÃO DOS ELEMENTOS SIMBÓLICOS EM CONTATO DIRETO COM A *ABÓBADA CELESTE*

As 12 COLUNAS ZODIACAIS - Embora os símbolos zodiacais não estejam representados na *Abóbada Celeste*, por estarem representados na parte superior das 12 colunas das paredes Norte e Sul, devem ser referidos dentro do mesmo contexto. Com a designação de *Colunas Zodiacais*, a sua disposição e significado simbólico é diferente nos hemisférios norte e sul. A disposição realizada corresponde a um templo situado no hemisfério norte e que passamos a descrever (Tabela 1).

Na parede Norte e no sentido do *Oriente* para o *Ocidente* observamos a seguinte sequência: *Virgem; Leão; Câncer; Gémeos; Touro; Áries*.

Na parede Sul e no sentido do *Ocidente* para *Oriente* observamos a seguinte sequência: *Peixes*; *Aquário*; *Capricórnio*; *Sagitário*; *Escorpião*; *Libra*. Passamos agora através de uma tabela descrever a correspondência de cada signo, no hemisfério norte.

Signo	Associação estabelecida no Hemisfério Norte			
	<i>Elemento</i>	<i>Cor</i>	<i>Planeta ou estrela</i>	Grau
VIRGEM	ÁGUA	Azul-escuro	Mercúrio	<i>Aprendiz</i>
LEÃO	AR	Azul claro	Sol	
CÂNCER	TERRA	Castanho	Lua	
GÊMEOS	FOGO	Vermelho	Mercúrio	
TOURO	ÁGUA	Azul-escuro	Vênus	
ÁRIES	AR	Azul claro	Marte	
PEIXES	TERRA	Castanho	Neptuno	<i>Mestre</i>
AQUÁRIO	FOGO	Vermelho	Úrano	
CAPRICÓRNIO	ÁGUA	Azul-escuro	Saturno	
SAGITÁRIO	AR	Azul claro	Júpiter	
ESCORPIÃO	TERRA	Castanho	Plutão	
LIBRA	FOGO	Vermelho	Vênus	<i>Companheiro</i>

Tabela 1 – Os signos e respetivas associações simbólicas no Hemisfério Norte.

A CORDA COM 81 NÓS – Situada entre a parte superior das *Colunas Zodiacais* e a *Abóbada Celeste*, contorna as paredes do templo e simboliza a *União* e a *Fraternidade Maçônica Universal*. Os nós têm a designação de “laços de amor” e observamos 40 em cada um dos frisos das paredes Norte e Sul. O nó do meio da corda está situado a meio do friso da parede do *Oriente* sobre o *Venerável Mestre*. As extremidades da corda terminam de cada lado da porta de entrada do templo na parede *Ocidente*, através de dois pendentos (em forma de borlas) que simbolizam a *Prudência* e *Justiça*.

No mundo do simbolismo também não pode haver mais do que uma interpretação ao nível do símbolo, e se ela existe, é devido ao pouco rigor na conceção do desenho e da generalização das formas. A título de exemplo, as estrelas principais em alguns tetos observados, ao não estarem inseridas na respetiva constelação, permitem diferentes hipóteses sobre a qual pertencem.

Na Figura 5 está representado o esquema de um teto do R.:E.:A.:A.: realizado a partir da proposta mais antiga conhecida (Churton, 2011), da autoria de Elias Ashmole (1617 – 1692). Esta proposta sem a colocação das principais estrelas na respetiva constelação impediria a sua identificação. O mesmo sucede com os astros que parecem mais sugerir estrelas. A título de exemplo a representação da constelação Ursa Maior não está correta. Na estampa referida, sem uma referência com nomes, apenas seríamos capazes de identificar o Sol e a Lua.

Constelações	Dimensão representada			Estrela principal e secundárias	Cor da estrela real
	<i>Pequena</i>	<i>Média</i>	<i>Grande</i>		
Virgem	13	1		Spica	
Boieiro	11		1	ARCTURUS	Vermelha
Cassiopeia	5				
Touro	5	12	1	ALDEBARÃ. 3 Plêiades e 3 Híades	Amarela
Órion	20	3		3 Marias ou 3 Reis Magos	
Ursa Maior	15	4		Alkaid, Alcor, Alioth e Megrez	
Ursa Menor	6	1		Polar	
Leão	12		1	RÉGULUS	Amarela
Peixe Austral	7		1	FOMALHAUT	Amarela com poeira luminosa
Escorpião	16		1	ANTARES	Amarela com aurela Vermelha
	110	21	5		

Tabela 2 - Dimensões das estrelas e constelações de cada sala.

Tendo em conta a planta fornecida e identificada na Figura 1 decidimos inserir as estrelas nas respetivas constelações, representadas em volume para uma melhor identificação, através de três dimensões. A maior importância simbólica de algumas, obrigou à sua representação em maior grandeza e com raios na respetiva constelação (Tabela 2). Contudo a Sul e a Ocidente ainda existem as designadas estrelas alfa apresentadas numa ainda maior dimensão: ARCTURUS; ALDEBARAN; RÉGULUS; FOMALHAUT; ANTARES. As constelações estão de acordo com a respetiva proporção entre si e na real posição direcional no universo visível, já que nos situamos no hemisfério Norte e temos como referência a Estrela Polar (Figura 10).

A representação dos astros e dos respetivos satélites também foi realizada volumetricamente, respeitando a sua verdadeira tonalidade e textura havendo, desde logo, preocupação pelas proporções entre si (Tabela 3), devendo ser referido que os elementos representados se limitam aos então conhecidos nos primórdios da maçonaria.

Planetas e sol	cor	1	2	3	4	5
Sol	Raios dourados (V.:M.:)					x
Lua	Quarto Crescente e prateada (1.º V.:)			x		
Estrela Flamejante	Prateada com raios dourados			x		
Júpiter	(Past. V.:M.:)				x	
Saturno	9 satélites e 3 anéis (os anéis representam os A.: C.: M.:)			x		
Mercúrio		x				
Vénus	Prateado		x			
Marte	Planeta da Guerra à entrada mas fora da sala			x		

Tabela 3 - Dimensões dos planetas e sol de cada sala

As figuras 6 a 9 correspondem ao trabalho final realizado nos tetos e paredes das duas salas.



Figura 6 – Imagem com a pintura realizada nos tetos na Sala A com 93 m2 e 87 lugares. No fundo (Oriente) observa-se a luz, o delta luminoso e o sol com iluminação própria e realizados tridimensionalmente.



Figura 7 - Imagem com a pintura realizada nos tetos na Sala B com 100 m2 e 96 lugares.

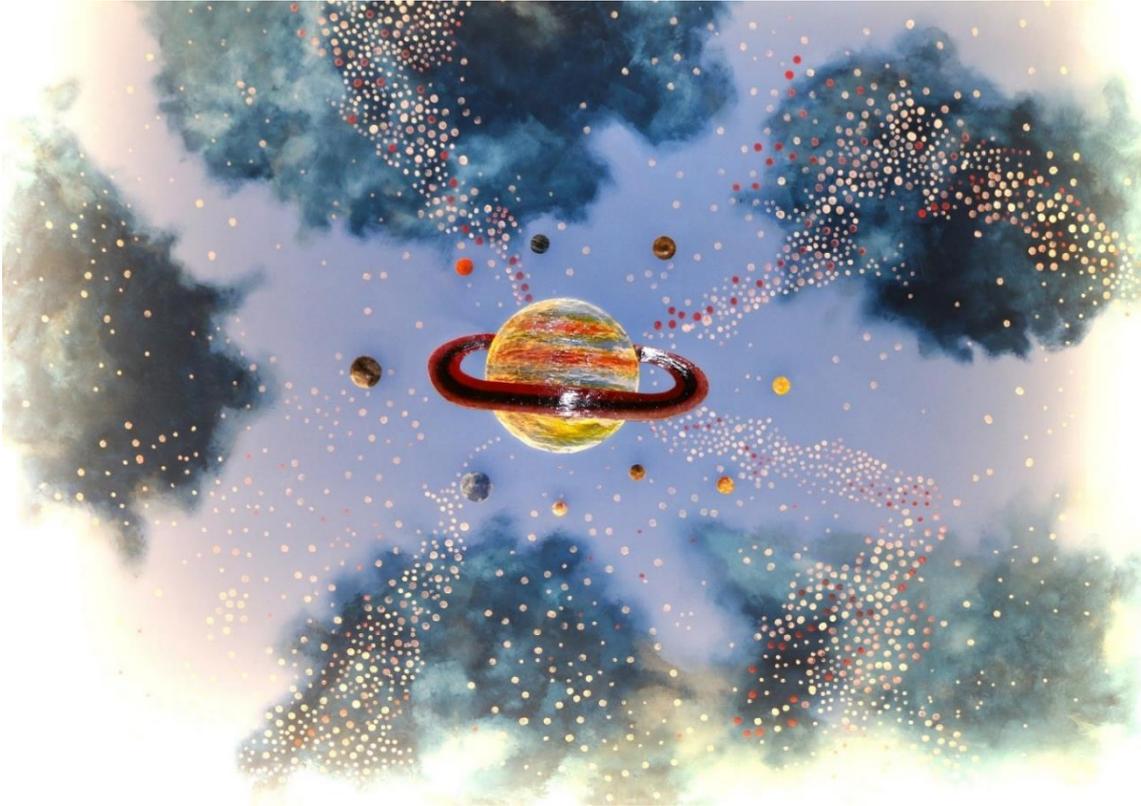


Figura 8 – Pormenor da parte central do teto com a representação de estrelas e Saturno.



Figura 9 – Pormenor do teto com a representação do Sol, junto ao Oriente.

Procedimento técnico

Sob o ponto de vista técnico foram várias dificuldades surgidas que prejudicaram a execução do trabalho tornando-o bastante mais moroso. Quando as duas salas foram entregues para a pintura da *Abóbada Celeste*, já estava colocado o chão em azulejo, as paredes pintadas e a sala completamente mobilada. Este aspeto impediu uma maior liberdade expressiva ao nível da pintura, provocaria uma maior morosidade, tendo sido necessário recorrer ao cobrimento do mobiliário e isolamento da pintura já realizada nas paredes.

Como foi referido no início do nosso trabalho, as salas foram realizadas a partir de espaços recuperados pelo que a baixa altura da sala impediu a realização das nuvens em perspetiva. Modernizada que foi a sala, confrontámo-nos com as várias saídas do ar condicionada, as lâmpadas Led, os detetores de incêndio e as colunas de som, bem como os dois planos existentes no teto.

Na planta representada na Figura 10 observa-se a existência em cada sala de três retângulos ao longo do eixo central e que possuem uma maior altura em relação ao restante teto. Nos dois orientes a altura do pé é ainda menor (265 cm) porque tem de estar mais elevado, segundo o rito.

Havendo necessidade de escurecer o *Ocidente*, dentro dos princípios já referidos do R.:E.:A.:A.: utilizámos um “Luxímetro” para medição da luz em lux, fc ou cd/m². O ambiente antes da pintura era já em si ténue devido ao mobiliário, constituído maioritariamente por cadeiras forradas em vermelho escuro e sem brilho. No teto e nos três retângulos haviam sido instalados fitas de led orientadas horizontalmente, enquanto que nas partes menos elevadas lâmpadas individuais de led dirigidas verticalmente. Depois de pintada uma zona com “Azul da Prússia” verificámos, através da medição com o Luxímetro, que a diminuição de luz ambiente era insignificante.

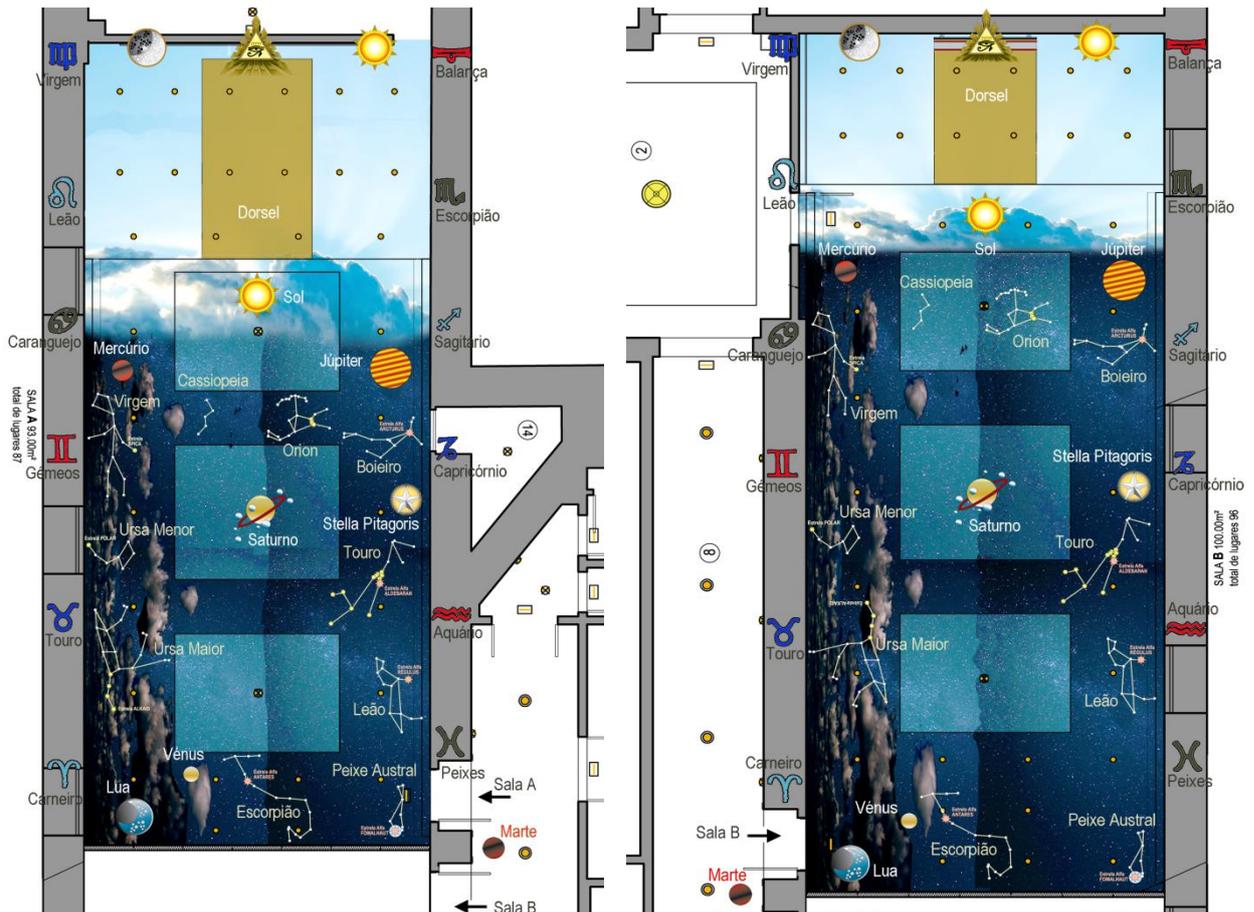


Figura 10 – Esquema do projeto da pintura da *Abóbada Celeste* das duas salas A e B.

Os planetas e as centenas de estrelas foram realizados em volume e pintadas previamente antes de serem coladas no teto. Sendo formas coladas e apesar de haver no mercado ótimos produtos, realizámos os objetos em materiais como o K-line (diversas espessuras), pasta de papel e cimentos acrílicos. Como pretendemos realçar estes elementos em relação à pintura demi-acetinada do teto, utilizámos tintas de esmalte brilhantes fornecidas pelos melhores fabricantes (Marcas Cin e Robbialac).

Previamente à pintura, o teto foi totalmente desenhado com rigor, marcando a posição das centenas de estrelas das diferentes constelações, bem como os astros. No Norte foram também desenhadas as nuvens em cada uma das salas. Depois de coberto todo o mobiliário e o isolamento das paredes já pintadas, com fita autocolante adequada, procedeu-se à pintura do teto começando pela zona do Oriente onde tinha de ser simulado um céu com luz. Depressa nos confrontámos com a impossibilidade de realizar qualquer tipo de perspetiva das nuvens nos dois orientes devido à baixa altura do pé da sala. Recorremos à execução de nuvens como se fossem observadas verticalmente e não através duma leitura horizontal.

Recorremos às tintas das marcas já citadas pela sua qualidade cromática e poder de cobertura. No *Oriente* utilizámos “Branco de Chumbo”, “Branco Titânio”, “Amarelo Índio Escuro”, “Azul Cobalto”, “Azul Cerúleo” e “Castanho Van Dyck”. No *Ocidente* usou-se “Azul Cerúleo”, “Azul da Prússia”, “Branco de Chumbo”, “Branco Titânio” e “Castanho Van Dyck.” As transparências e as misturas realizadas nos astros e no sol impedem a identificação das cores usadas. Também foram usadas tintas metálicas (ouro e prata)

Tecnicamente a pintura foi realizada com o recurso a pequenos rolos (3 cm e 6 cm), trincha de várias larguras e pincéis que geralmente se utilizam na pintura a óleo ou acrílico sobre tela. Também houve o recurso a esponjas variadas. Para a pintura efetuada à volta das principais estrelas foram concebidos três carimbos de feltro.

A pintura foi concretizada na base de “velaturas”²⁸ tendo como único aglutinante das mesmas a água. Sendo um trabalho que se pretendeu simbólico e realista as tonalidades obtidas correspondem às existentes na própria natureza das formas representadas.

Tendo como base a Teoria da Gestalt²⁹ estabelecemos uma opção e preocupação por uma pintura realista, dando sumária importância aos elementos visuais que constituem o processo da comunicação, fomentando a necessária *unidade* da composição através do emprego da ilusão da perspectiva nas nuvens no lado Norte do Templo (Canotilho, 2005). Esta unidade foi conseguida através da definição das formas realistas apoiadas na definição e manipulação dos seus elementos básicos: Ponto; Linha; Contorno; Direção; Tonalidade; Cor; Textura; Dimensão; Escala; Movimento.

O método utilizado na pintura partiu do sistema subtrativo muito explorado por Itten (2005), professor e pintor suíço ligado à Bauhaus. Foram, portanto, conseguidas novas tonalidades. A execução pictórica apoiou-se no nosso princípio pessoal de que a cor possui três dimensões: Escurecimento; Saturação; Tonalidade. Neste contexto estamos convictos que para a obtenção de uma nova cor (tonalidade) só é possível através da mistura com outra cor (tonalidade) qualquer, existente na roda ou disco das cores de Itten. Esta primeira dimensão designa-a de *Tonalidade* e permite obter novas cores. A segunda dimensão sugerida é o *Escurecimento* conseguido através da junção do “valor” preto. Neste caso não se obtém uma nova cor, através da maior ou menor junção do preto,

²⁸ O termo “velatura” corresponde a uma camada de tinta a óleo ou acrílica sobreposta a outra, permitindo transparências mais ou menos acentuadas, dependendo do grau de diluição e do tipo de pigmentos utilizados.

²⁹ Embora Von Ehrenfels tivesse sido o filósofo vienense precursor da psicologia da Gestalt, nos finais do séc XIX, Max Wertheimer, Wolfgang Köhler, Kurt Koffka e Kurt Goldstein são personalidades fundamentais no incremento desta teoria.

ficando apenas mais ou menos escurecida. Através da junção do “valor” branco, entendemos que se passa o mesmo fenômeno que em relação ao preto. A cor não é alterada, apenas *Saturada*.

Portanto neste contexto identificamos na pintura apenas Tonalidades (cores) e Valores (branco e preto), não se obtendo cores (Tonalidades) com a mistura do branco ou do preto. O processo de construção da obra pictórica, independentemente do número de velaturas ou camadas de acrílico dadas, passa por quatro fases distintas que passamos a abordar sucintamente (Canotilho, 2012):

1ª Fase | **Composição** - Definição do tema através de diversos estudos que incluem uma revisão bibliográfica ► Estudos de composição ► Integração do tema da composição no espaço geométrico e na perspectiva ► Opção pelo suporte ► Concretização do desenho;

2ª Fase | **Tonalidade** – Preenchimento do suporte com as tonalidades, privilegiando o contraste das cores complementares (Nesta fase as formas estão basicamente definidas através do contraste das tonalidades assumindo uma leitura ainda bidimensional);

3ª Fase | **Profundidade** – Nesta fase e através de velaturas é construída a perspectiva através da cor realçando os primeiros planos com tonalidades quentes e avançando para os últimos planos através do emprego cada vez maior de tonalidades frias que geralmente terminam nos azuis. Novamente o conceito de cores frias e quentes é estabelecido a partir dos estudos de Itten (2005) e de Hicethier (1985). Este último autor teoriza a cor em 1952 a partir do cubo das cores de Charpentier, criado em 1885;

4ª Fase | **Saturação e Escurecimento** – Modelação das formas através da saturação e do escurecimento das tonalidades dependendo da incidência da luz em contraste com as sombras produzidas ► Definição rigorosa das sombras próprias e projetadas nas formas ► Saturação dos últimos planos recorrendo à indefinição formal ► Identificação do brilho em determinadas formas existentes nos primeiros planos.

CONCLUSÕES

Não é fácil abordar uma temática exclusiva, ligada a uma organização tão antiga como é a maçonaria, principalmente dirigida a para um público académico, onde todo o trabalho está no domínio do método científico.

Com um passado de secretismo, a maçonaria transformou-se numa sociedade discreta na maioria dos países europeus no período pós II guerra mundial (1939 – 1945). Em Portugal e Espanha a designação de “sociedade secreta” deixaria de ter lugar respetivamente, com o 25 de Abril de 1974 e com a morte de Franco em 1975. Hoje em dia e nos países democráticos, é uma organização “discreta” relativamente aos seus membros, mas ativa na propagação dos seus ideais e das obras realizadas. Com efeito consideramos que esta organização, apesar de “discreta”, em muito contribuiu através dos seus membros, para o progresso efetivo da sociedade humana e como tal, este facto deve ser do conhecimento geral já que a sociedade só evolui a partir de leituras reflexivas de ordem histórica e sociocultural.

É nossa intenção, com este artigo, esclarecer a comunidade científica sobre uma temática explorada na maçonaria: *A Abóbada Celeste*, por considerarmos que também se insere no campo da investigação ligada às artes visuais e á história.

Contextualizámos historicamente o conceito de *Abóbada Celeste* através das poucas publicações existentes sobre o tema, ao mesmo tempo que observámos os templos judaicos e cristãos, já que a maçonaria caracteriza-se por se inspirar profundamente na cultura judaico-cristã, ideia testemunhada pelos inúmeros rituais inerentes aos diversos ritos e graus respetivos.

As primeiras referências escritas sobre a *Abóbada Celeste* na maçonaria remontam aos séculos XVII e XIX, respetivamente por Elias Ashmole e Albert Pike. Quando abordamos o conceito num Templo da Maçonaria, ao nível da representação gráfica, parecem só existir imagens interpretadas a partir do que escreveu Elias Ashmole.

Contudo a primeira referência está bem explícita logo no primeiro livro bíblico de Génesis 1, constituindo as primeiras palavras escritas na Bíblia judaico-cristã. Posteriormente observámos fisicamente igual conceito através da descrição do “Templo de Salomão” e dos templos cristãos (católicos e protestantes).

Verificámos que todos eles (templos de Salomão, católico, protestante e maçónico) estão associados à mesma estrutura interna estabelecida através de duas divisões. A primeira de menor dimensão e num plano mais elevado, destinada aos elementos que dirigem o ritual e onde se

encontram os elementos (objetos) simbólicos considerados sagrados. A segunda e de maior dimensão destina-se aos elementos que praticam o ritual. Pelas palavras bíblicas o primeiro é um lugar iluminado pela Luz e, portanto, de acesso a quem tem o Conhecimento, contrariando o segundo espaço.

Perante o desafio plástico proposto, optámos pelo rigor representativo em detrimento de qualquer tipo de conceito decorativo ou a partir de uma oralidade transmitida entre os seus membros, sem qualquer tipo de apoio documental e histórico. Tivemos em conta sob o ponto de vista histórico, o conhecimento do universo, no período entre os séc.s XVII e XVIII.

A partir das indicações escritas antigas, verificámos a existência de uma associação direta das principais estrelas inseridas em constelações, do sol e dos planetas, com os elementos que fazem parte da sessão ritual do *Rito Escocês Antigo e Aceite* (*Aprendizes, Companheiros e Mestres*, alguns dos quais com o cargo de oficiais). Este aspeto determinaria a respetiva posição na *Abóbada Celeste*, a partir da posição física que os maçons ocupam numa sessão ritual do R.:E.:A.:A.:

Plasticamente definimos o *Oriente* como o “Espaço de Luz” e “Conhecimento”. O *Ocidente* como o “lugar da Escuridão”, mas da “Aprendizagem”. Considerámos também que o lugar dos *Aprendizes* a Norte é um lugar ausente de “Conhecimento”, e como tal, o próprio universo está coberto com nuvens deixando apenas visualizar três constelações. Para realçar as estrelas e os planetas optámos pela sua construção volumétrica na forma de calotes onde traduzimos a respetiva morfologia, textura e cores naturais, para que não houvesse qualquer tipo de confusão na sua identificação, como acontece na maioria das abóbadas que visualizámos. A utilização de tintas com brilho na pintura destes astros também ajudou a contrastar com o universo pintado com nuvens e pequenas estrelas não identificadas em tonalidades acetinadas. As principais estrelas foram realçadas através do seu tamanho, mas sempre colocadas na respetiva constelação para que não existissem erros de leitura.

Recusámos prontamente qualquer tipo de ambiente decorativo ou naif, como observámos em vários interiores que estudámos.

Tendo em conta a visão idealista do universo adotada pela maçonaria, traduzido através de um ambiente fraternal, propício à concentração e à meditação espiritual, julgamos ter optado corretamente por uma proposta pictórica e escultórica realista, proporcionadora dum ambiente expressivo / dramático, adequado ao exercício ritual e à transmissão dos valores expressos através dos *Landmarks da Maçonaria*, publicados por Anderson em 1734.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ander-Egg, E. (2007). *Metodología y práctica del desarrollo de la comunidad*. LUMEN HUMANITAS.
- Anderson, J. (1734). *The Constitutions of the Free-Masons*. University of Nebraska - Lincoln DigitalCommons@University of Nebraska – Lincoln.
- Barrucand, M., & Bednorz, A. (1992). *Arquitectura islamica*. Taschen.
- Bondarik, R. (2010). *Escolas do Pensamento Maçónico. Origens e históricas e influências percebidas na compreensão da maçonaria*. Clube de Autores.
- Boucher, J. (1990). *La Symbolique maçonnique*. Editeur Dervy.
- Canotilho, L. (2009). *Do quadrado ao Ponto da Bauhütte*. Série Estudos nº 94. Bragança: Edição do Instituto Politécnico de Bragança.
- Canotilho, L. M. L. (2005). *Perspetiva pictórica*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10198/962>.
- Canotilho, L. M. L. (2012). EXPLORAÇÃO DO CONCEITO “JOGO E CULTURA” NO CAMPO DAS ARTES PLÁSTICAS. *ERAS*, 3(1), 20-39.
- Castellani, J. (2012). *As Origens Históricas da Mística Maçônica*. Editora Landmark.
- Churton, T. (2011). *The Magus of Freemasonry: The Mysterious Life of Elias Ashmole-Scientist, Alchemist, and Founder of the Royal Society*. Inner Traditions.
- Davis, R. G. (2013). *The Mason's Words. The History and Evolution of the American Masonic Ritual*. Building Stone Publishing.
- Eco, H. (2005). *Historia de la Belleza*. G. Canale & Borgaro Torinese.
- Eco, H. (2009). *Cultura y Semiotica*. Círculo de Bellas Artes.
- Gadamer, H-G. (1998). *O Problema da Consciência Histórica*. (2.^a ed.). Editora FGV.
- Gest, K. L. (2012). *Os Segredos Do Templo De Salomão. Os Mitos Em Torno Do Rei Bíblico*. Madras.
- Gombrich, E. H. (2014). *La Evidencia de las Imágenes*. Colección Chiribitas.
- Hani, J. (2001). *O Simbolismo do Templo Cristão*. Edições 70.
- Horne, A. (1991). *Templo Do Rei Salomão Na Tradição Maçônica*. Pensamento.

- Janson, H. W. (1992). *História da Arte*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jiménez, D. (2013). *Historia de la Matemática: Pitágoras y el pitagorismo*. Createspace Independent Publishing Platform.
- Kaplan, A. (2008). *Meditação Judaica*. Um Guia Prático. Ágora.
- Lavrador, M. (2015). *Constelações*. Maria Fumaça Records.
- Álvarez Lázaro, P. (1996). *Maçonaria, Igreja e Liberalismo*. UCP.
- Leadbeater, C. W. (1923). *A vida Oculta na Maçonaria*. Editora Pensamento.
- Leigh, R., & Baigent, M. (2013). *O Templo e a Loja. O surgimento da maçonaria e a herança templária*. Madras.
- Mackey, A. G. (s.d). *O Simbolismo da Maçonaria*. (Vol. 1). Universo dos Livros.
- Macnulty, W. K. (2008). *A Maçonaria. Símbolos, Segredos, Significado*. WMF Martins Fontes.
- Marques, A. H. O. (1998). *A maçonaria em Portugal*. Gradiva.
- Moya, E. (2013). *Naturalizar A Kant? Criticismo Y Modularidad De La Mente*. Biblioteca Nueva.
- Olivier, R. G. (2003). *Dictionary of Symbolic Masonry*. Kessinger Publishing.
- Pietroforte, A. V. (2004). *A língua como objeto da Linguística. Introdução à Linguística. I. Objetos teóricos*. Contexto.
- Pike, A. (2010). *Moral y Dogma del Rito Escocés Antiguo y Aceptado*. Arte Real.
- Pike, A. (2012). *O Pórtico e a Câmara do Meio*. Editora Landmark.
- Reill, P. H. (2004). *Introduction. Encyclopedia of the Enlightenment*. Facts on File.

TEXTOS

A importância de um templo maçônico. António Douglas Zapolla, Delegado da 42a. Região Maçônica – GOP. ARLS LUZ DE BRODOWSKI 072. Oriente de BRODOWSKI– SP.

Araújo, E. (2008). A ABÓBADA CELESTE E SEU SIGNIFICADO NA MAÇONARIA. Prancha apresentada na Loja Armando do Amaral Sá n.º 56.

Carta patente de 1802 da Grande Loja dos Antigos, de Londres. Cf. Marques 1986, pp. 674-684.

Ribeiro, C. A. (2015). O Templo Maçônico e a Arquitetura – Obras na GLLP. A Abóbada Celeste. Prancha apresentada em Loja.

WEBGRAFIA

<https://www.gllp.pt/>

<http://www.noesquadro.com.br/2011/01/por-que-os-aprendizes-se-sentam-no.html>

“MEMORIAL ÀS VÍTIMAS DA INQUISIÇÃO EM TRÁS-OS-MONTES” Carção / Vimioso
Luís Canotilho³⁰, & Luis Filipe Canotilho³¹

Palavras-chave

Memorial Vítimas Inquisição
Antissemitismo
Carção -Vimioso
Geometria Sagrada
Inquisição
Santo Ofício

Resumo

Com a introdução da Inquisição em Portugal, em 23 de maio de 1536, a pedido do Rei D. João III de Portugal, Carção / Vimioso seria das comunidades transmontanas de Cristãos-Novos mais perseguidas, acontecimentos ainda hoje incompreendidos pelas populações. Perante o desafio formulado pelo historiador e presidente da autarquia de Vimioso, Jorge Fidalgo, concretizámos o presente projeto, inspirado e fundamentado nos factos históricos e, nas publicações judaicas sagradas, os livros de Bereshit e Shemot. Foi nossa intenção criar um espaço Sagrado e de Reflexão, através da associação de elementos simbólicos da cultura judaica. No processo de génese da composição artística desde logo rejeitámos leituras descritivas, optando pela representação dos principais elementos simbólicos da cultura judaica, estabelecidos na base do conceito que defendemos de estética científica, permitindo atingir o compromisso Proporção / Harmonia.

³⁰ LUÍS MANUEL LEITÃO CANOTILHO - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança. PORTUGAL.
Email: luiscano@ipb.pt

³¹ LUÍS FILIPE CÉSAR CANOTILHO- Licenciado e Mestre em Arquitetura. Doutor em Ciências da Educação. PORTUGAL.
Email: luiscanotilho@hotmail.com

O mundo não está ameaçado pelas pessoas más, mas sim por aquelas que permitem a maldade. (Albert Einstein).

O DESAFIO

Em 2021, fomos desafiados pelo Presidente da Autarquia de Vimioso, António Jorge Fidalgo Martins³², para a realização de um “Memorial às Vítimas da Inquisição” do Concelho de Vimioso. Esta proposta seria reafirmada pelo Vice-presidente António dos Santos João Vaz e, pelo presidente da Junta de Freguesia de Carção, Daniel Tomé Ramos, ambos “carçonenses³³”.

Dirigiu o projeto a artista plástica Helena Canotilho, sendo o projeto de arquitetura de Filipe Canotilho, cabendo a execução (parte escultórica e definição simbólica) ao artista plástica Luís Canotilho.

Com a introdução da Inquisição em Portugal em 23 de maio de 1536, pelo Papa Paulo III³⁴, a pedido do Rei D. João III de Portugal, a Freguesia de Carção, a par da Vila de Argozelo, seriam das comunidades transmontanas de Cristãos-Novos mais perseguidas na região de Trás-os-Montes.

Escolha apropriada já que Carção, além de possuir o Museu Judaico / Marrano, vestígios arquitetónicos relacionados com a cultura judaica, também tem representado no brasão de armas da freguesia, a imagem do Menorá, um dos principais símbolos da cultura judaica. Outros elementos físicos existentes em Carção poderiam aqui ser referidos, como é o caso da “pedra judicial”³⁵. A carga emocional da população, sobre este evento gravado em granito, ainda é muito profunda nos dias de hoje. Se a memória física documental ainda resiste, a memória imaterial, embora referenciada através da muita documentação solta e publicações sobre o tema da inquisição, não estão devidamente representadas na forma simbólica.

³² António Jorge Fidalgo Martins: Licenciado em História, Variante Arte - Ramo Educacional - pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Mestre em Educação, especialidade em História da Educação e da Pedagogia, pela Universidade do Minho.

³³ Designação que orgulhosamente, os naturais da freguesia de Carção, fazem questão de ser apelidados.

³⁴ A Bula *Cum ad nihil magis*, tinha como alvo prioritário os cristãos-novos judaizantes, mas também o luteranismo, o islamismo e a feitiçaria.

³⁵ Trata-se de uma pedra de granito datada de 1651, assinalando a condenação de Francisco Mendes, com a seguinte referência descritiva: “*NOSTE SITIO ESTAVAM AS CASAS DA MORADA DE FRC^o MENDS QUE FOI CONDENADO HA MORTE PLA DE GASPAR GIV QUE FOI IOIS NESTE LVGAR NA ALCADA EM QUE PROCEDO HO DVTOR CRISTOVAM PINTO DEPAIVA DESEMBARDA CASA DA SOPRICACAM ANO DE 1651 EL REI NOSSO SEÑOR AS MANDOV ARASAR E SALGAR PELA EMPIEDAD E C^o QUE ELE SE OVVE NA DTA MORTE E POUÇO RESPEITO AO SACRAMENTO*”. Traduzida do português arcaico: “*neste sítio estavam as casas da morada de Francisco Mendes que foi condenado à morte por ter morto Gaspar Gonçalves que foi juiz neste lugar na alçada em que procedeu o Doutor Cristóvão Pinto de Paiva Desembargador da Casa da Suplicação no ano de 1651. O Rei nosso Senhor as mandou arrasar e salgar pela impiedade que ele teve na dita morte e pouco respeito aos sacramentos*”. Francisco Mendes foi enforcado na Vila de Outeiro, supostamente pela “possível” morte do juiz e, por ter cortado os braços de uma figura de Cristo na cruz.

Julgamos que nunca foi feita a necessária “*descarga emocional*” provocada pelos traumas da Inquisição, que tanto assolaram Carçã, cujo termo é catarse, empregue pela primeira vez por Aristóteles, enquanto “purificação” (Freire, 1982), na época aplicada às artes performativas, como a “tragédia grega”.

Esta “*descarga de sentidos e emoções*” pode ser resolvida pela arte, como no presente caso, através da linguagem escultórica com significado e profundo simbolismo.

Esta catarse, defendida pela psicanálise, constituirá numa metodologia, através da qual “*purificamos*”³⁶ todas as emoções negativas (raiva, tristeza, etc.). Designado de “*método catártico*” (Freud, 1913), no caso da comunidade de Carçã, passa por uma possível terapia, desbloqueando memórias e tensões acumuladas durante gerações, aceitando o momento histórico e homenageando as suas vítimas de forma nobre, através de um monumento que referencie definitivamente “*um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está destinado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado*” (Costa, 2015).

ANTISSEMITISMO - O MAIS DURADOURO DOS ÓDIOS

Sobre a Inquisição em Portugal não faltam publicações dos nossos maiores historiadores, onde destacamos o estudo de António José Saraiva, *Inquisição e Cristãos-Novos* (SARIAVA, 1969). Sobre Carçã, como ninguém pode ficar indiferente ao período de terror porque passaram os Cristãos-Novos, dramaticamente descrito por António Andrade e Fernanda Guimarães, assinalamos a publicação *Carçã – Capital do Marranismo* (Andrade, & Guimarães, 2008). Recomendamos esta impressionante narrativa dos factos, exercidos sobre os cristãos-novos, através de episódios descritivos que definem o ser humano no seu mais vil e abominável propósito.

Não devemos deixar de assinalar o rigoroso e sintético trabalho publicado por Jorge Martins, *Memorial Virtual às Vítimas da Inquisição* (2021), por ocasião dos 200 anos sobre a extinção da Inquisição (Martins, 2021).

³⁶ A designada “purificação das emoções” fez parte dos estudos realizados pelos médicos Brad Bushman (estudos sobre as causas, consequências e soluções para o problema da agressividade e violência na humanidade), Roy Baumeister (estudos sobre a rejeição social) e Angela Stack, publicado no *Journal of Personality and Social Psychology* – 1999, Vol. 76, n.º 3, pp. 367-376.

A nível documental, duas instituições serão fundamentais para o estudo rigoroso sobre a Inquisição portuguesa. Referimo-nos ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo³⁷ e ao “Acervo digital” da Biblioteca Nacional³⁸.

Este artigo, está escrito por um artista plástico e por um arquiteto, pelo que os aspetos históricos descritivos, que passamos a referir, servem apenas, para que o leitor compreenda, na génese do trabalho artístico, qual foi a base teórica, a descrição histórica, as memórias materiais e imateriais existentes em Trás-os-Montes, a metodologia e o processo técnico empregues, bem como os elementos simbólicos, para a realização do “*Memorial às Vítimas da Inquisição em Trás-os-Montes*”.

A perseguição dos que pensam de forma divergente da nossa, não nasce com a inquisição. É o “MEDO” que transforma os fracos e, os leva a tomar as mais vis ações, sobre os que processam outras culturas e modos de pensar sobre a vida e a interpretação do além. O medo, nos animais e nos humanos, provoca da parte destes a agressividade.

A perseguição dos Judeus ao longo dos séculos, tem assumindo várias formas de ódio como o preconceito do antissemitismo. Não sendo os Judeus o único povo semita, já que os árabes também o são, o antissemitismo define-se, através da ideia de pertença a grupo inferior, negando que façam parte da nação onde residem. Constitui-se numa forma de racismo assente numa ideologia política (Lazare, 1903), residente até aos dias de hoje, desde o suposto primeiro episódio passado em Elefantina, Egito, em 410 a.C. quando um grupo de egípcios destruiu o templo judaico. De maior visibilidade histórica salientamos a chacina de cerca de 4.000 judeus em Granada / Espanha (Gubbay, 1999), em 30 /12/1066, com a ocupação muçulmana (2.ª década do séc. XI – primeiros anos do séc. XVI), os massacres da Renânia (Gilbert, 2010), perpetuados em junho e julho de 1095 e que dariam origem à 1.ª Cruzada (1096), o édito de expulsão dos judeus de Inglaterra promulgado por Edward I em 1290 (Mundil, 1998), os massacres dos judeus espanhóis em 1391 (Gampel, 2016), a Inquisição Espanhola estabelecida em 1478 (Moura, s.d.) pelos Reis Católicos Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela³⁹ e posterior expulsão em 1492, o massacre de Lisboa de 1506 também designado “Matança da Páscoa” (Sariava, 1993), acusados de serem a causa da seca, fome e peste que assolou o Portugal na época, a Inquisição Portuguesa (23 de maio de 1536 a 31 de março de 1821) instituída

³⁷ Alameda da Universidade. 1649-010 LISBOA.

³⁸ Campo Grande 83, 1749-081 Lisboa.

³⁹ O padre Juan Antonio Llorente adianta um número de 39.000, os condenados à morte, embora de comprovação duvidosa. A inquisição espanhola, também designado de Tribunal do Santo Ofício, foi estabelecida em 1478 e teria o seu término em 1808, com a invasão dos exércitos franceses de Napoleão de Bonaparte.

por meio de uma solicitação ao Papa em 1515 por D. Manuel I e posterior expulsão judaica em 1497, Os massacres de judeus pelos cossacos na Ucrânia entre 1648 e 1657 (Kohut, 2003), os vários pogroms (termo russo aplicado à perseguição étnica ou religiosa) no Império Russo entre 1821 e 1906 (Johson, s.d.), a condenação por traição do capitão de ascendência judaica Alfred Dreyfus pertencente ao exército da Terceira República Francesa (1894-1906) (Daughton, 2006), o Holocausto Nazi ou o genocídio de cerca de seis milhões de judeus (Levi, s.d.), a perseguição judaica na Rússia Comunista Estalinista (Pinkus, 1990) a que Josef Stalin designava de "*cosmopolitas sem raízes*", herança cultural que já vinha dos Czares ou, nos dias de hoje: O envolvimento árabe e muçulmano no êxodo dos judeus dos seus países (Aharoni, 2009), são expressões maiores do antissemitismo (Wistrich, 1991), designa o termo antissemitismo como "*o mais duradouro dos ódios*" (Wistrich, 1991). Continua presente nos dias de hoje e o propósito continua a ser o mesmo: A destruição do Povo Judeu, através da rejeição da sua cultura (Tylor, 1920), tendo no fundo, como única opção a conversão, já que com a expulsão não existem por aí lugares de refúgio, como é o caso no atual Israel, onde o antissemitismo cultural estabelece novas formas de projeção, através da vitimização dos extremismos ideológico-religioso palestino e iraniano. Convém referir que entendemos o termo cultura dentro da definição antropológica (Tylor, 1920), onde se aglutinam dentro da mesma abordagem comum, a Mitologia, a Filosofia, a Religião, a Língua, a Arte e os Costumes.

Muitos foram os povos e culturas que, por múltiplas razões, se perderam ao longo dos milénios. No entanto nunca nenhum povo, como o Judeu, sofreu este nível de perseguição e tentativa de destruição cultural. Outro povo. certamente não teria resistido...

Será que a explicação para a sobrevivência do Povo Judeu está na garantida proteção do verdadeiro Deus?

A PERSEGUIÇÃO DOS CRISTÃOS-NOVOS EM PORTUGAL

A inquisição portuguesa tem início em 23 de maio de 1536 e só observa o seu término em 31 de março de 1821. Tinha como objetivo, a par da inquisição espanhola, a perseguição dos *Cristãos-Novos*, também designados de *marranos*.

A destruição das comunidades judaicas em Portugal, iniciou-se com a promulgação do Decreto de 1496, pelo rei D. Manuel I, que mandava expulsar judeus e mouros. Neste período de 40 anos, até à criação da inquisição, as comunidades judaicas existentes em Portugal foram extintas e as suas sinagogas destruídas ou convertidas em igrejas (Saraiva, 1969).

Em Portugal, a conversão da população hebraica ao catolicismo foi forçada (Saraiva 1969, pp. 27-48), acabando desta forma com os Judeus portugueses e o nascimento dos Cristãos-Novos ou marranos. Se a perseguição tem início com D. Manuel I, A inquisição seria introduzida em Portugal no fatídico dia 23 de maio de 1536 pelo papa Paulo III, através da bula *cum ad nihil magis*⁴⁰, a pedido do rei D. João III, tendo como objetivo perseguir os cristãos-novos judaizantes, os luteranos, os islamistas e os praticantes de “feitiçaria”. Caberiam aos tribunais da Inquisição sediados em Évora (1538), Lisboa (1539), Coimbra (1541) e Goa (1560) a destruição das comunidades judaicas e criptojudaicadas⁴¹, agora designados pejorativamente de “marranos”.

Destruídas as comunidades judaicas em Portugal, as suas sinagogas, convertidos ao catolicismo “à força” desde 1497, pareciam receber a “machadada final” no reinado de D. João III, por preservarem a lei de Moisés.

Caberia ao Santo Ofício, através do seu tribunal da Inquisição, “*inquirir heresias*” praticadas pelos Cristãos-Novos durante 285 anos, até 1821⁴². Refira-se que este tribunal não tinha jurisdição por quem não fosse católico.

A barbárie religiosa tinha início em Portugal continental, cabendo ao tribunal de Coimbra, o julgamento das heresias praticadas pelos Cristãos-Novos das regiões centro e norte, onde se inclui Trás-os-Montes. Sendo os juízes recrutados fundamentalmente entre os frades dominicanos, tinham como função investigar, julgar e punir os crimes contra a “*fé*” e os “*bons costumes*”. Contudo, a originalidade do Tribunal do Santo Ofício, baseava-se no processo de averiguações que levava à condenação. Na realidade não seguia os trâmites normais dos crimes comuns, dado que os crimes, sendo de natureza religiosa, as penas aplicadas eram temporais.

Desta forma, as inquisições, desde a sua origem, combinavam dois direitos e jurisdições que tradicionalmente constituíam duas esferas distintas: o direito eclesiástico, aplicado pelo braço espiritual, e o direito civil, aplicado pelo braço temporal. Isto foi possível graças a uma aliança entre o Rei e o Papa (Saraiva, 1969, pp. 13-14).

⁴⁰ Este documento existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, estava dirigida aos bispos de Coimbra, Lamego e Ceuta, nomeando-os comissários inquisidores do papa em Portugal, permitindo também que o rei D. João III, nomeasse juízes para o Tribunal do Santo Ofício para julgarem os cristãos-novos e outras pessoas que praticassem a heresia, com as penas declaradas.

⁴¹ O termo criptojudaísmo aplica-se aos judeus convertidos à força ao catolicismo, designados, portanto de cristãos-novos, mas que continuavam fiéis aos seus costumes e rituais religiosos em segredo. Na região transmontana eram apelidados de marranos.

⁴² Em 31 de março de 1821, as Cortes Constituintes saídas da Revolução Liberal de 1820, decretavam a abolição da Inquisição em Portugal, que já estava meia moribunda desde as imposições decretadas pelo Marquês de Pombal.

Os processos levados a cabo pelo Tribunal do Santo Ofício eram secretos, onde os inquisidores tinham o poder absoluto e arbitrário de condenar ou absolver os réus (Freitas, 1916). O réu passava por uma primeira fase que era secreta, designada de instrução, onde era submetido ao interrogatório, com o intuito de confessar as culpas de que estava acusado. O julgamento passava então para uma segunda fase, também secreta, onde o réu tinha conhecimento da acusação, baseada em denúncias e nos depoimentos da primeira fase. Posteriormente seguia-se a defesa onde o advogado, não era escolhido pelo réu, mas pelo Santo Ofício (Lima, 1999). A sentença final era votada por maioria, da mesa da Inquisição.

Neste procedimento, todas as denúncias eram aceites, independentemente da credibilidade dos denunciantes, através de testemunhas presenciais, por denúncias “*de ouvida*”, caluniosas ou anónimas. Como tudo tinha valor de prova para o Tribunal do Santo Ofício, a tortura constituía-se num processo de confissão eficiente.

As sentenças eram lidas e executadas em cerimónia mais ou menos pública, designadas de “*Auto-de-Fé*”. Nas sentenças lidas e executadas em praça pública, eram expostos os “*reconciliados*” e, os “*relaxados*”, designação dada aos condenados que eram entregues à justiça profana, para aplicação da pena de morte.

O dia da execução da pena capital constituía-se num verdadeiro espetáculo público, que implicava preparativos com várias semanas de antecedência, desde o muito bem publicitado anúncio público, a construção do cadafalso, o palco com as figuras da inquisição e convidados, a confeção e pintura dos “*Sambenitos*” (Karmen, 2011), designação do hábito do condenado.

No dia da execução pública das sentenças, organizava-se uma procissão que saía de manhã da sede do Santo Ofício, percorrendo as principais artérias da cidade, terminando no local da leitura e da execução das sentenças públicas. Na frente da procissão desfilavam os Frades de S. Domingos com o pendão da inquisição, por entre uma multidão que jubilava de alegria sádica, dificilmente controlada por militares armados. “*Tirando as visitas dos reis, os autos-de-fé eram certamente os atos públicos que mais gente e assistência mobilizavam*” (Saraiva, 1969), constituindo-se ao mesmo tempo numa exibição do poder do Tribunal do Santo Ofício.

No Pátio da Inquisição em Coimbra, o condenado ouvia publicamente a sentença proferida, sem sequer conhecer, ou ter tido acesso ao processo inquisitorial, ajoelhado em frente ao altar, de frente para o púlpito de onde o padre pronunciava a sentença a ser aplicada.

A malvezade assumia um requinte muito próprio, por parte dos juizes inquisidores, onde os designados “*relaxados*” (condenados à morte na fogueira) que eram sentenciados à morte, depois de entregues à justiça profana civil, para que cumprissem a pena decretada, pediam hipocritamente que os não matassem.



Figura 1 - Painel sobre a “Cultura Judaica”. Vimioso. Luís Canotilho (2017). Azulejo policromado: 240 cm x 150 cm. As duas figuras da esquerda representam Cristãos-Novos, condenados por heresia para serem “relaxados”, trajados com os “sambenitos” e vela na mão.

Constituindo-se como um espetáculo festivo, os réus “*relaxados*”, entregues à justiça profana, eram conduzidos ao local da execução da pena. Depois de lhes despirem o “*Sambenito*” (Figura 1), ficavam vestidos de branco com uma vela na mão. De seguida eram questionados se pretendiam morrer na religião católica. Em caso afirmativo sujeitavam-se à morte por garrote, queimando o corpo após esta dolorosa morte. Se negassem a religião católica eram queimados vivos, perante as exclamações de alegria da multidão que assistia ao espetáculo. Posteriormente o “*Sambenito*” com a representação do retrato do condenado, era exposto no interior da igreja da localidade donde procedia, como aconteceu por várias vezes em Carção.

A perseguição aos judeus em Portugal terminava, por força da lei publicada no último quartel do séc. XVIII, pelo Marquês de Pombal⁴³ – Carta de Lei de 15 de dezembro de 1774 (Mendes, 2011).

Seria só no governo de Sebastião José de Carvalho e Melo (Alves, 2006), “Marquês de Pombal”, a percepção da única diferença entre Cristãos-Covos e Cristãos-Velhos, que eram as “*leis de limpeza de sangue*”. Como o Marquês de Pombal, tinham chegado ao poder os então perseguidos pela inquisição, a burguesia mercantilista e os grupos de intelectuais que iriam concretizar a Revolução Liberal de 1820 (Cardoso, 2007). Ao mesmo tempo tinha início a expulsão dos jesuítas pelo Rei D. José I em 1759, onde o futuro Marquês de Pombal, era Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino. Esta decisão foi fundamental, já que a Companhia de Jesus, desde o início tinha resolvido adotar o “*Estatuto de Limpeza de Sangue*” relativamente aos Cristãos-Novos (Santos, 2007).

Com o “*Século das Luzes*” (XVIII), os ideais de Liberdade, Progresso, Tolerância, Fraternidade, Poder Constitucional, e Separação Igreja-Estado tinham eco nas populações mais esclarecidas. A intolerância já não tinha lugar e questionava-se definitivamente a ortodoxia religiosa, através da *Sapere aude* (atreve-te a conhecer) (Gay, 1996).

Os ventos do Iluminismo chegavam a Portugal e, com o Marquês de Pombal, proibia-se a importação de escravos (Ramos, 1971) e acabava a discriminação dos Cristãos-Novos. Não extinguido desse logo o Santo Ofício, Pombal limitava-o definitivamente, ao ser colocado sob a autoridade régia, ao mesmo tempo que acabava com a “Real Mesa Censória” (1768). O desenvolvimento do país passava a estar na burguesia mercantilista (Canotilho, 2016), ao mesmo tempo que a nobreza e o clero principalmente, perdiam protagonismo.

"UM POVO SEM MEMÓRIA É UM POVO SEM HISTÓRIA. E UM POVO SEM HISTÓRIA ESTÁ DESTINADO A COMETER, NO PRESENTE E NO FUTURO, OS MESMOS ERROS DO PASSADO"
(COSTA, 2015)⁴⁴

Importa, portanto, preservar a memória das cerca de 40.000 vítimas da Inquisição em Portugal, onde entre os acusados, cerca de 80% eram Cristãos-Novos, cerca de 1.000 praticantes do islamismo, 800 de feitiçaria, 600 por homossexualidade (sodomia), 500 por protestantismo (luteranismo, calvinismo e anglicanismo), 400 padres católicos por solicitação (assédio sexual e

⁴³ Sebastião José de Carvalho e Melo (1699 – 1782), intitulado Marques de Pombal, também primeiro Conde Oeiras, exerceu as funções de Secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I entre 1750 e 1777, sendo uma personalidade de fortes convicções iluministas.

⁴⁴ Emília Viotti da Costa (1928-2017). Professora e historiadora.

violação), 200 por práticas ligadas à bruxaria e, perto de 50 por pertencerem à maçonaria (Baião, 1919). Não podemos deixar de associar a estas 40.000 vítimas da Inquisição, as respetivas famílias e descendentes, que foram expropriados dos seus bens materiais, impedidos de exercer determinadas profissões, cargos públicos e militares, e discriminados socialmente no seio das comunidades que pertenciam (Martins, 2021).

Nestes números impressionantes, tem maior impacto os condenados à morte na fogueira ou falecidos nos cárceres, contando-se por cerca de 1.500 (Bethencourt, 2000).

No distrito de Bragança, podem-se contabilizar 112 as vítimas da inquisição, julgados e condenados no Tribunal da Inquisição de Coimbra, (espaço e edifícios atualmente com a designação de pátio da inquisição⁴⁵). Nesta sucinta abordagem histórica, não podemos deixar de assinalar o fatídico Auto-da-Fé de Coimbra do dia 14 de junho de 1699 (Pereira, 1996), por a maioria dos condenados ser de Trás-os-Montes. Foram lidas 87 sentenças (50 homens e 30 mulheres), 74 dos quais provinham de Trás-os-Montes, onde foram “*relaxados*” (queimados vivos) 3 homens e 3 mulheres e uma urna contendo os restos mortais de um homem já falecido. Foram penitenciados 15 homens e 9 mulheres de Carção e, 12 homens e 3 mulheres de Argozelo.

Os “*relaxados em carne*” do Auto-da-Fé de Coimbra do dia 14 de junho de 1699, eram transmontanos Cristãos-Novos: Jorge de Oliveira de Carção; Catarina Lopes Bicha de Carção; Manuel Lopes e a esposa Ana Lopes de Chacim; Domingos Lopes Ruivo e esposa Maria Lopes Vinagre de Chacim; Restos mortais de Bernardo Rodrigues de Carção.

PROCESSO DA GÉNESE E CONCRETIZAÇÃO DE UMA IDEIA

Entendemos que o artista plástico tem de ser capaz de aglutinar, através da imagem, o pensamento social, interpretando-o tecnicamente, de forma a concretizar a obra criativa representativa de um acontecimento, momento, período, pensamento social ou ideal (Akoun & Pailleau, 2019). Para o efeito, utiliza o método científico, realizando pesquisas, recorrendo aos factos históricos narrados, documentos oficiais e ao espaço geográfico onde tiveram lugar. Contudo deve evitar, interpretações objetiva ou subjetiva, para não cair no erro emocional de “tomar partido sobre uma pessoa” ou, sobre um dos grupos intervenientes.

⁴⁵ No local existiu primeiro o Antigo Colégio das Artes, fundado em 1542 pelo rei D. João III. Em 1555 o Colégio das Artes passou para a administração da Companhia de Jesus, sendo o edifício entregue por estes, ao Tribunal do Santo Ofício que funcionaria até 1821. Para o efeito foram realizadas diversas obras de adaptação, onde ainda são visíveis as antigas celas.

A esta estética designamos de científica. Não se rege pelo vazio, pela subjetividade ou pela religiosidade dos termos “criatividade”, “expressividade” ou adjetivos com “modernidade”.

Se o projeto tem de estar subjacente ao estudo histórico, sociológico, antropológico e conhecimento físico das comunidades, ao artista cabe interpretar esses factos utilizando as tecnologias e técnicas disponíveis para a concretização da ideia. De referir que as competências técnicas e a experiência são também fatores de carácter científico. O mesmo sucede com a geometria enquanto base estrutural sólida da composição.

De outro modo vamos cair nas clássicas leituras, sobre o trabalho artístico coletivo ou individual, que tendem sempre a adjetivar e batizar os artistas num período meramente histórico, sociopolítico ou movimento artístico, terminando sempre e erradamente, na criação das elites culturais (Reis & Grill, 2014). A leitura histórica cabe fundamentalmente aos historiadores de formação, que devem ter a necessária capacidade de se inserir, analisar de forma objetiva e documentalmente, um determinado espaço temporal, tal como os sociólogos e os antropólogos.

O tema proposto exigia da nossa parte, uma reflexão profunda, dado peso histórico e a carga emocional que continua a ser valorizada pelas pessoas de Trás-os-Montes, principalmente os descendentes dos Cristãos-Novos.

À partida, confrontávamo-nos com a possibilidade de optar pelas conhecidas linguagens realista, simbólica, e abstrata ou, na interação de duas delas, ou mesmo das três (Dondis, 1977).

A linguagem realista poderia estabelecer-se através da dramatização de um momento, como a representação dum julgamento do Santo Ofício ou mesmo, a possibilidade de estabelecer uma profunda visão dramática, através da representação da execução da pena do “*relaxado*”. De entre as várias representações sobre o tema em estudo, Goya (1746-1828)⁴⁶ fê-lo de forma excepcional e realista, através da pintura de uma cena do Tribunal do Santo Ofício, cuja composição sobrevaloriza pessoas, o espaço dramático e a cor. Tridimensionalmente, embora em outro âmbito, o ambiente dramático criado por Auguste Rodin (1889), na escultura “bourgeois de Calais”, tal como o primeiro artista, apelam ao dramatismo e expressividade da forma humana.

⁴⁶ *Auto-de-Fé presidido por San Domingo de Guzmán*, de Pedro Berruguete (c. 1450-1504). Óleo sobre madeira, 154 x 92 cm. Museo Nacional del Prado, Madrid.

Contudo, se optássemos pela abrangência da linguagem abstrata, cairíamos certamente na eliminação de detalhes formais identificadores da cultura judaica, desvinculando-se dos elementos históricos e vivenciais destas comunidades perseguidas. Optámos pela linguagem simbólica por permitir, através da redução da forma ao mínimo detalhe, que o observador não se desconcentre nos pormenores ou na expressividade dramática, em interpretações subjetivas ou interrogativas (Canotilho, 2017).

Desde logo, foi nossa intenção criar um espaço Sagrado e de Reflexão, através da associação de elementos simbólicos da cultura judaica.

Como é sabido, o signo tem o seu significante, designado de realidade concreta e representa de forma sintetizada uma organização, um país ou um ideal, que pode ser religioso (Schaff, 1968). O símbolo da Mercedes não identifica apenas a marca de automóveis, é associado à qualidade e fiabilidade. A cruz não identifica apenas o catolicismo ou o protestantismo, acima de tudo o pensamento de Jesus Cristo. Portanto, devemos considerar que o símbolo, sendo um elemento fundamental na comunicação, é algo que representa outra substância.

Neste campo quisemos incluir o “*Menorá*” judaico porque associa o ritual judaica a uma profunda carga sagrada, ao identificar uma cultura religiosa e também por ter sido mandada construir pelo Deus de Abraão a Moisés.

Historicamente, o Santo Ofício teve como intenção a destruição de uma cultura religiosa, constituída por comunidades judaicas obrigadas a converter-se ao catolicismo, designados de Cristãos-Novos. O problema é que os Cristãos-Novos foram obrigados a adotar os símbolos religiosos católicos, como a cruz, a celebração dos seus rituais e crenças, ao mesmo tempo que mantinham de forma secreta os seus símbolos, livros sagrados e celebrações judaicas. Esta era a razão da sua perseguição e destruição. Com a permanente vigilância destas comunidades e a perseguição exercida, as gerações precedentes começaram a misturar os objetos rituais judaicos e os católicos, o que era intolerado pela igreja. Estavam, portanto, proibidos de usar os seus símbolos e praticar os seus rituais.

Este foi o fundamento que encontrámos, para a representação de símbolos judaicos no “Memorial às vítimas da Inquisição em Trás-os-Montes” em Carção / Vimioso. A composição desta representação simbólica não constituirá uma afronta à instituição Igreja, já que consideramos que esta instituição foi também vítima do Tribunal do Santo Ofício, ao condenar muitos sacerdotes.

Com efeito, a interpretação dos símbolos judaicos está dependente dos fundamentos religiosos descritos na Bíblia (Antigo Testamento), cuja interpretação é determinante em termos culturais. Desta forma os elementos simbólicos foram pesquisados no Torá que é composto pelos seus cinco livros, a saber: Bereshit (Gênesis); Shemot (Êxodo); Vayikrah (Levítico); Bamidbar (Números); Devarim (Deuteronómio).

Constituem estes os textos originais da religião abraâmica, onde se estabelecem as Leis de Moisés e toda uma epopeia do Povo Judeu. Só mais tarde, e inspirados nestes documentos, vão surgir as duas linhagens abraâmicas: Cristã baseada na figura de Jesus Cristo cujo livro sagrado é a Bíblia (religião adotada no império romano desde o séc. IV); Muçulmana baseada na figura do profeta Maomé, nascido em Meca no ano de 570 da era cristã (religião adotada pelos impérios islâmicos a partir do séc. VII) (Derrida, 2002).

DIMENSÃO SIMBÓLICA DOS ELEMENTOS EMPREGUES NO PROJETO

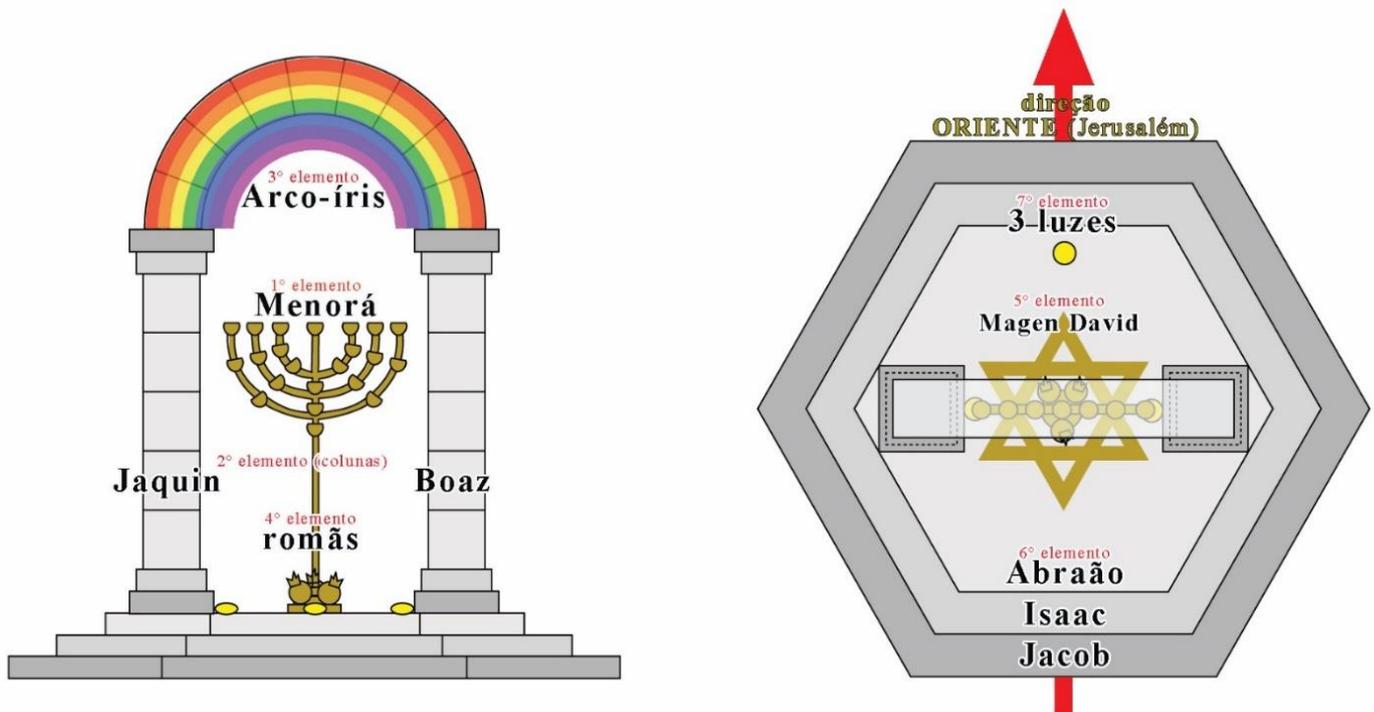


Figura 2 – Planta e alçado do monumento com as referências aos 7 elementos simbólicos: Menorá; Colunas (Jaquin e Boaz); Arco (arco-íris); 3 Romãs; Magen David; Escada dos 3 patriarcas (Abraão, Isaac e Jacob); 3 luzes. Os sete elementos simbolizam os sete dias da criação conforme o livro de Bereshit.

Carção, com já referimos, adotou no brasão de armas, um dos elementos simbólicos mais representativos da cultura judaica - o Menorá (*Menorah*). Trata-se do candelabro de sete braços realizado em ouro batido que existia no primeiro templo (Êxodo 25:31-40; Êxodo 37:17-24, Zacarias 4:2-5; Zacarias 10:14). Em 70 d.C. com a destruição do Templo de Jerusalém pelo exército romano, terá sido levado para Roma, cuja descrição está gravada nas imagens em alto relevo do *Arco de Tito*⁴⁷ em Roma. Constitui esta, uma das muitas afrontas à cultura judaica. Portanto, este objeto simbólico tinha obrigatoriamente de estar presente, conforme o que passamos a relatar.

A menorá, o candelabro de sete braços, um objeto ritual do Templo de Jerusalém, adquiriu grande relevância na literatura bíblica. Primeiro como representação do cosmo, tanto no mundo visível quanto do invisível. Segundo, como árvore da vida, e representação de Deus e da vida eterna. E por fim, no desenvolvimento da Kabalá, como representação da árvore sefirótica.
Arco de Tito (Leite, 2016).

Na Torá, no livro Shemot (Êxodo 25. 8-9), Deus dirige-se a Moisés e ordena que realize um santuário, indicando posteriormente os elementos simbólicos que o compõem (onde se inclui, entre outros, a arca da aliança e o Menorá), bem como a respetiva disposição interior. David (cerca de 970 a.C.) enquanto rei, vai deixar as indicações do projeto arquitetónico do templo e os pormenores sobre a decoração, incluindo os elementos simbólicos, descritos em pormenor a Salomão (Livro do Antigo Testamento - 1 Crónicas 28, 15).

Em 597 a.C. surge a primeira afronta à cultura judaica pelo rei babilónio Nabucodonosor, quando do saque a Jerusalém, os vários candelabros foram destruídos e roubados (2 Reis 24, 13 e em Jeremias 52, 19-19).

Com a restauração do segundo templo em 520 a.C., nele apenas foi colocado um Menorá.

Em 169 a.C. o rei sírio Epifanes, voltava a perpetuar novo saque ao Templo de Jerusalém, levando os objetos rituais sagrados onde se incluía o Menorá, conforme descrito: “*arrebatando tudo consigo, regressou à sua terra, após massacrar muitos judeus e pronunciar palavras injuriosas*” (1 Macabeus 1, 21-24).

Posteriormente, o Templo de Jerusalém é novamente reconstruído pelos judeus (cerca de 160 a.C.) e, Judas Macabeu ordena o fabrico dos objetos sagrados, onde se inclui o Menorá (1 Macabeus 4, 47-51).

⁴⁷ O Arco de Tito foi construído cerca de 82, pelo imperador Domiciano, logo após a morte do seu irmão mais velho, o então imperador Tito.

Conforme já referimos, em 70 d.C. com a destruição do Templo de Jerusalém pelo exército romano, o Menorá e os outros objetos simbólicos desaparecem definitivamente, criando-se os mitos conhecidos.

Ao considerarmos o Menorá, como o elemento simbólico mais sagrado, não poderia ser sujeito a qualquer tipo de estilização ou interpretação. Com efeito, a sua descrição que passamos a citar, e que respeitámos, encontra-se no livro de Shemot⁴⁸. Quando YHWH no Monte Sinal, se dirigiu a Moisés referindo *“faz-me um santuário, para que eu possa habitar no meio deles. Farás tudo conforme o modelo da habitação e o modelo da sua mobília que irei te mostrar”*.

31. Farás um candelabro de ouro puro; e o farás de ouro batido, com o seu pedestal e sua haste: seus cálices, seus botões e suas flores formarão uma só peça com ele.

32. Seis braços sairão dos seus lados, três de um lado e três de outro.

33. Num braço haverá três cálices em forma de flor de amendoeira, com um botão e uma flor; noutra haverá três cálices em forma de flor de amendoeira, com um botão e uma flor e assim por diante para os seis braços do candelabro.

34. No próprio candelabro haverá quatro cálices em forma de flor de amendoeira, com seus botões e suas flores:

35. um botão sob os dois primeiros braços do candelabro, um botão sob os dois braços seguintes e um botão sob os dois últimos: e assim será com os seis braços que saem do candelabro.

36. Esses botões e esses braços formarão um todo com o candelabro, tudo formando uma só peça de ouro puro batido.

37. Farás sete lâmpadas, que serão colocadas em cima, de maneira a alumiar a frente do candelabro.

38. Seus espevitadores e seus cinzeiros serão de ouro puro.

39. Empregar-se-á um talento de ouro puro para confeccionar o candelabro e seus acessórios.

40. Cuida para que se execute esse trabalho segundo o modelo que te mostrei no monte.” (Êxodo 25, 31-40).

Considerámos seria este o primeiro e principal elemento simbólico, colocado em lugar de destaque, no centro da estrutura. No livro sagrado Shemot⁴⁹ embora a construção seja pormenorizada, não refere as dimensões do Menorá, bem como desenho da base de sustentação. Contudo, a referência ao peso de um talento de ouro puro batido, que corresponde a 32,3 kg / 71 lb (talento romano), permitiu-nos estabelecer um cálculo para o Menorá do monumento, com cerca de 160 cm x 190 cm (figura 2).

⁴⁸ Êxodo (25, 31-40).

⁴⁹ Êxodo nas Bíblias cristãs.

O segundo elemento, representado no “Memorial às vítimas da Inquisição em Trás-os-Montes”, teria de passar obrigatoriamente pela representação simbólica do Templo de Jerusalém, várias vezes destruído, restando hoje, os restos do muro de suporte no designado “*Monte do Templo*” (Har Há-Bayit em hebraico) em Jerusalém, também designado de “*Nobre Santuário*” (al-Haram al-Sarif em árabe).

Já referimos que após a destruição do Templo de Jerusalém pelo exército romano em 70 d.C., em 361, o imperador romano Juliano ordena a sua construção, obra que viria a ser abandonada em consequência do terramoto de 363. Nos finais do séc. VII, o califa omíado Abdal Malique Ibne Maruane (623-685), ordenou a construção no Monte do Templo da Mesquita de Al-Aqsa. Aí já existia, desde a primeira metade do séc. VII uma pequena mesquita construída pelo califa Omar (586-644). Posteriormente a Mesquita de Al-Aqsa, seria reconstruída por duas vezes em consequência de dois sismos (748 e 1033).

Com a Primeira Cruzada em 1099, era criado o *Reino Latino de Jerusalém* onde o espaço, passou a servir de palácio real e posteriormente, quartel general dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão “*Pauperes commilitones Christi Templique Salomonic*”, designação dos Cavaleiros Templários.

Com a conquista de Jerusalém por Saladino na batalha de Hattim (1187), com a derrota do exército cristão, a mesquita de Al-Aqsa, voltou a ser lugar do culto muçulmano.

Quando em 1967, o estado de Israel conquistou a parte oriental de Jerusalém, permitiu que a mesquita continuasse como espaço de oração, de administração muçulmana.

Importa aqui referir a permanente resignação e tolerância do Povo Judeu que, ao assumir a administração de Jerusalém Oriental, poderia cair na tentação de destruir a mesquita e proceder a uma nova construção do Templo de Jerusalém.

O Templo de Jerusalém está perfeitamente descrito em I Livro de Reis (Capítulos 5 a 9). Contudo jamais seria nosso propósito a sua representação numa escala inferior, caindo na “armadilha estética” de estabelecer o conteúdo descritivo do espaço, em detrimento do seu valor simbólico e sagrado.

13. O rei Salomão mandara vir de Tiro um homem que trabalhava em bronze, Hirão,

14. filho de uma viúva da tribo de Neftali, cujo pai era de Tiro. Hirão era talentoso, cheio de inteligência e habilidade para fazer toda espécie de trabalhos em bronze. Apresentou-se ao rei Salomão e executou todos os seus trabalhos.

15. Fez duas colunas de bronze: a primeira tinha dezoito côvados de altura; a sua periferia media-se com um fio de doze côvados. Tinham quatro dedos de espessura e eram ocas. A segunda coluna era semelhante a esta.

18. Dispôs em círculo ao redor de cada uma das malhas duas fileiras de romãs, para ornar cada um dos capitéis que cobriam as colunas.

20. Os capitéis colocados sobre as duas colunas elevavam-se acima da parte mais grossa da coluna, além da rede; em volta dos dois capitéis, havia duzentas romãs dispostas em círculo.

21. Hirão levantou as colunas no pórtico do templo, a coluna direita, que chamou Jaquin, e a esquerda, que chamou Boaz. (I Livro dos Reis. Capítulo 7).

As duas colunas colocadas no “Memorial às vítimas da Inquisição em Trás-os-Montes”, representam o Templo de Salomão, várias destruído e saqueado. A primeira tem a designação de *Jaquin* significa “*Ele estabelecerá*” e a segunda *Boaz* “*Ele vem com poder*” (Figura 2) (Hamblin & Seeely, 2007).

As duas colunas no memorial sustentam um arco perfeito de meio círculo, possuindo a “*pedra de fecho*”.

Este arco perfeito é o terceiro elemento simbólico colocado. Representa o Arco-íris, enquanto símbolo “*Sinal da Aliança*” que apareceu, conforme descrito em Géneses 8, 9-17, após o Dilúvio, no momento em que a “*Arca de Noé*” encalhou no *Monte Ararate*. Deus prometia nunca mais destruir a humanidade através da água diluviana (Figura 2) (Greenle, 1980).

Fomos então à procura de um quarto elemento para conjugar com o Menorá, as Colunas *Jaquin* e *Boaz*. e o Arco Perfeito. Um elemento com o significado simbólico de Amor e Esperança. Inquestionavelmente fomos buscar a Romã, o fruto da romãzeira. Este fruto sagrado, conforme descrição das últimas referências bíblicas em inúmeras passagens e particularmente em I Livro dos Reis, capítulo 7, constitui objeto de decoração do Templo de Jerusalém e das colunas. Para o povo judeu, a romã tem especial significado no ritual do ano novo, por acreditarem que o ano que inicia, será sempre melhor.

Quando o Povo Judeu abandonou o Egito a caminho da “terra prometida” por YHWH, os 12 espias que foram enviados, regressaram carregados de frutos, dos quais muitos eram romãs. Este fruto sagrado que passaria a decorar o Templo de Jerusalém e os jardins de Salomão, como símbolo de esperança, fecundidade e amor (atributos também comungados pelos outros povos do oriente), foi por nós representado no número de três na base do Menorá (Figura 2).

O quinto elemento simbólico representativo da cultura judaica do memorial é a Estrela de David (*Magen David*). O termo substantivo “Magen” tem o significado de escudo, enquanto elemento de proteção do corpo durante o combate (Figura 2). Está presente em todas as sinagogas sendo o símbolo do estado de Israel.

Depois da representação das romãs, o número três volta a ser repetido, enquanto número ímpar, nos três degraus das escadas hexagonais. São hexagonais, por inserirem no seu centro a Estrela de David, a “*Magen David*” (Pavitt & Pavitt, 1922), com seis vértices, inseridos nesta figura geométrica plana com seis lados.

O sexto elemento simbólico é constituído pelos três degraus (escadas) e correspondem ao número sagrado ímpar de 3. Pretendemos desta forma homenagear os três patriarcas de Israel (Abraão, Isaac e Jacó).

Estão na base do monumento e na base das três religiões abraâmicas (judaísmo, cristianismo e islamismo). Estas três escadas referem uma identidade comum que ao longo dos séculos muito ódio fomentou entre si (Figura 2).

Faltava-nos o último e sétimo elemento criado por YHWH no primeiro dia: Luz.

No degrau superior estabeleceu-se novamente o número de 3 focos de luz, que na noite, dois iluminam as colunas e o terceiro o Menorá, dado que em *Bereshit*⁵⁰, depois de YHWH ter criado os céus e a terra disse: “*Faça-se a Luz*”,

5 - Deus chamou à luz DIA, e às trevas NOITE. Sobreveio a tarde e depois a manhã: foi o primeiro dia. (Gênesis 1, 5).

Pretendemos, portanto, que não existam as Trevas. De “Dia” o Sol iluminará o monumento. Mas na da noite, o monumento será iluminado com os três focos de luz.

A comunidade judaica de Cristãos-Novos de Trás-os-Montes jamais será esquecida nas “Trevas”.

Na composição que realizámos do “Memorial às vítimas da Inquisição em Trás-os-Montes” (figura 2), constituído através da composição geométrica com os 7 elementos simbólicos judaicos, O Menorá e as Colunas Jaquin e Boaz, constituem elementos simbólicos sagrados que já não existem. Estes elementos representam, tal como o seu povo, a permanente destruição e perseguição, perpetuada por povos, ideologias religiosas e políticas.

⁵⁰ Gênesis 1, 1-5.

Contudo os 5 elementos simbólicos constituídos pela romã (significado de Esperança e AMOR), a *Magen David* (Estrela de David enquanto escudo divino protetor), o arco perfeito (Arco-íris⁵¹, enquanto “*Sinal da Aliança*” entre Deus e os Homens), as 3 escadas hexagonais (referência aos três patriarcas de Israel Abraão, Isaac e Jacó) e as 3 luzes (energia divina que dá vida), permanecem vivos.

Considerámos estes sete elementos como as nossas referências simbólicas e exotéricas, no presente trabalho. No *Bereshit* o número sete apela aos sete dias da criação,

2. Tendo Deus terminado no sétimo dia a obra que tinha feito, descansou do seu trabalho.
3. Ele abençoou o sétimo dia e o consagrou, porque nesse dia repousara de toda a obra da Criação.
4. Tal é a história da criação dos céus e da terra. (Gênesis 2, 2-4).

A dimensão espiritual e exotérica do projeto escultórico, implica que a sua direção seja para Oriente (figura 2), virado, portanto para Jerusalém, a capital física e espiritual comum às 3 religiões abraâmicas: judaísmo, cristianismo e islamismo.

PROPORÇÃO E HARMONIA NOS ELEMENTOS EMPREGUES

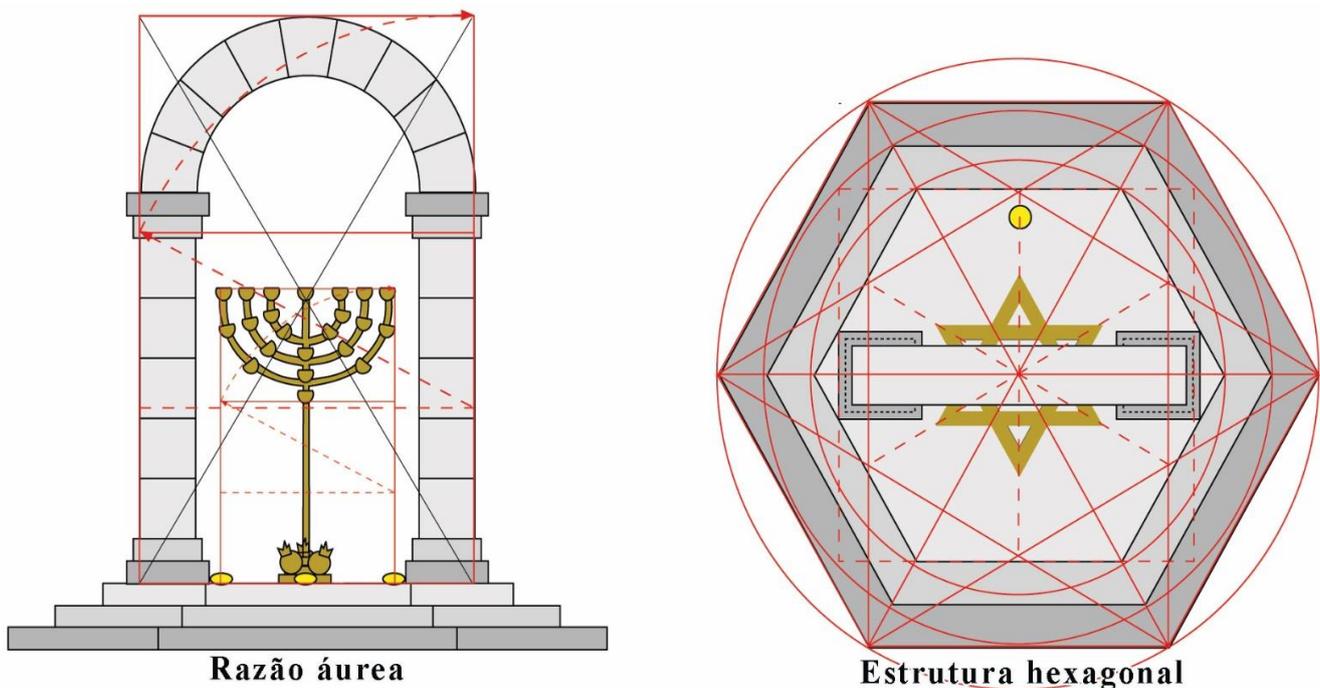


Figura 3 – Planta e alçado do monumento com as estruturas geométricas referenciadas: Dimensões áurea e hexagonal.

⁵¹ Salmos 88, 38; Livro de Eclesiastes 43, 12 | 50, 8; Ezequiel 1, 28; Apocalipse 10, 1.

O monumento está situado ligeiramente ao centro da Rua Dr. Manuel Maria Lopes, espaço de configuração ovalóide. O monumento foi colocado de modo a não interferir com a estrada nacional n.º 218, pelo que teve de ser desviado lateralmente, estando colocado na direção do Oriente (figura 2), dirigida para Jerusalém, a capital física e espiritual do Povo Judeu. A criação da Razão Áurea, Media Áurea, Divina Proporção, Número de Ouro ou Número de Fídias, teve como objetivo de fundo, estabelecer a proporção ou relação harmónica mais correta nos campos da arquitetura e das artes (Canotilho, 2009). A sua descoberta deve-se a Matila Ghyka⁵² e como é evidente, parte sempre como referência a dimensão humana. A Razão Áurea ou Retângulo de Ouro é aquele que tem a seguinte propriedade: Quando lhe retiramos em área o correspondente à superfície de um quadrado, obtemos um outro retângulo semelhante ao primeiro, mas em área menor, e assim sucessivamente. É o caso identificado no alçado frente do projeto (figura 3), bem como da dimensão no menorá que cumpre a mesma proporção. Também se pode verificar que a “luz” central do Menorá corresponde ao centro do retângulo da Razão Áurea. As sete “luzes” do Menorá estão também no alinhamento da mediana do retângulo referido. A Razão Áurea na figura está de acordo com a *Sequência de Fibonacci*⁵³

Conseguimos, com a sujeição dos elementos arquitetónico e escultórico do monumento, à Razão Áurea, estabelecer o binómio fundamente em composição (Canotilho, 2017), que consideramos ser o compromisso entre Proporção e Harmonia.

Também a planta, descrita na figura 3, corresponde a esse compromisso entre Proporção e Harmonia. Para o efeito, partimos da subdivisão concêntrica da estrutura hexagonal (Canotilho, 2005), que serviu de grelha para a disposição ordenada dos elementos simbólicos. Com isto entendemos e valorizamos o conceito de estética científica, inspirada nos princípios filosóficos de Platão e Euclides. Na figura 4 podemos observar a imagem diurna do projeto concluído, com a respetiva adequação ao campo da geometria. Na figura 5 podemos observar duas imagens noturnas do projeto iluminado, pelos três focos de luzes, na noite de Carção.

⁵² O termo “numero de ouro” só nasceu em 1932 e deve-se a Matila Ghyka, diplomata e engenheiro romeno, que sobre o termo realizou uma volumosa obra. O livro de Matila Ghyka publicado em 1932 resultou num grande êxito, já que estava inspirado na corrente filosófica alemã do século XIX, que consagrava Platão e Euclides, numa tentativa de criar uma espécie de estética científica. O “numero de ouro” é identificado pela letra grega “fi” ϕ .

⁵³ Leonardo Fibonacci (1170 – 1240). Matemático italiano, nascido na cidade de Pisa. A sucessão de Fibonacci constitui-se numa série de números, onde o valor de cada corresponde a soma dos dois precedentes: 0, 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, 34, 55, 89, 144, 233, 377, 610, 987, 1597, 2584, 4181, 6765, 10946..., e assim sucessivamente.



Figura 4 – Projeto final onde se observam as dimensões áureas aplicadas ao monumento, ao Menorá, bem como a centralidade das 7 luzes na mediana horizontal do retângulo e da luz central, dentro dos princípios de uma estética científica.



Figura 5 – Projeto final. Iluminação noturna do “Memorial às Vítimas da Inquisição em Trás-os-Montes”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aharoni, A. (2009). The Forced Migration of Jews from Arab Countries. Wayback Machine. Historical Society of Jews from Egypt website.
- Akoun, A., & Pailleau, I. (2019). Sketchnoting. Pensamiento visual para ordenar ideas y fomentar la creatividad. Editorial Gustavo Gili S.L.
- Alves, J. A. S. (2006). O Marquês de Pombal e a mudança de paradigma. *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, 22, 177-192. <https://doi.org/10.4000/cultura.2222>.
- Andrade, A. J., & Guimarães, M. F. (2008). Carção – Capital do Marranismo. Edição: Associação Cultural dos Almoçreves de Carção, Associação CARAmigo. Escola Tipográfica – Bragança.
- Baião, A. (1919). Episódios dramáticos da inquisição portuguesa. *Homens de Letras de Sciencias por ela condenados – Vária*. (Vol. II). Álvaro Pinto Editor.
- Bethencourt, F. (2000). *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália. Séculos XV – XIX*. Companhia das Letras.
- Canotilho, L. (2009). Do Número 1,618 ao Ponto da Bauhütte. Série Estudos. Instituto Politécnico de Bragança.
- Canotilho, L. F. C. (2016). Projeto de um manual de cerâmica na base da contextualização arquitetónica, artística, histórica e tecnológica. [Dissertação de Doutoramento]. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Canotilho, L. M. L. (2005). *Perspetiva pictórica*. Publisher: Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação.
- Canotilho, L. (2017). *Composição Plástica*. Edições ERAS.
- Cardoso, A. M. (2007). *A Revolução Liberal em Trás-os-Montes (1820-1834). O Povo e as Elites*. Edições Afrontamento.
- Daughton, J. P. (2006). *An Empire Divided: Religion, Republicanism, and the making of French Colonialism, 1880-1914*. Oxford Univ. Press.
- Derrida, J. (2002). *Acts of Religion*. Anidjar, Gil, ed. New York & London: Routledge.
- Dondis, D. A. (1977). *La sintaxe de la imagen. Introducción al alfabeto visual*. Editorial Gustavo Gil.

- Freire, A. (1982). A catarse em Aristóteles. (vol. 6.). Coleção "Pensamento filosófico". Faculdade de Filosofia.
- Freitas, J. (1916). O Marquez de Pombal e o Santo Ofício da Inquisição - (Memoria enriquecida com documentos inéditos e facsimiles de assignaturas do benemerito reedificador da cidade de Lisboa). Sociedade Editora José Bastos.
- Freud, S. (1913/2011). Totem et Tabou: Alguns Pontos de Concordância entre a Vida Mental dos Selvagens e dos Neuróticos. Alianza.
- Gampel, B. R. (2016). Motins antijudaicos na Coroa de Aragão e a Resposta Real, 1391-1392. Cambridge University Press.
- Gay, P. (1996). Enlightenment: An Interpretation. W. W. Norton & Company.
- Gilbert, M. (2010). The Routledge Atlas of Jewish History. Other Press.
- Greenle, R. (1980). Rainbows, Halos, and Glories. Other Press.
- Gubbay, L (1999). Sunlight and Shadow: The Jewish Experience of Islam. Other Press.
- Hamblin, W. J., & Seeely, D. R. (2007). Solomon's Temple; Myth and History, Thames and Hudson.
- Johnson, S. (s.d.). Pogroms, Peasants, Jews: Britain And Eastern Europe'S 'Jewish Question', 1867-1925. PALGRAVE.
- Karmen, H. (2011). A Inquisición Espanhola. Uma revisão histórica. (3ª ed.). Barcelona: Crítica.
- Kohut, Z. E. (2003), The Khmelnytsky Uprising, a imagem dos judeus e a formação da memória histórica ucraniana. História Judaica.
- Lazare, B. (1903). Anti-Semitism Its History And Causes. KESSINGER PUBLISHING.
- Leite, E. (2016). A Menorá e a árvore da vida. Revista Hélade, Dossiê: Religiões no mundo antigo, 2(2), 59-65.
- Levi, P. (s.d.). Se isto é um homem. Uma das mais lúcidas e impressionantes visões dos campos de extermínio nazis. Dom Quixote.
- Lima, L. L. G. (1999). O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição: o suspeito é o culpado. Rev. Sociol. Polit. (13), 17-21. <https://doi.org/10.1590/S0104-44781999000200002>

Martins, J. (2021). MEMORIAL VIRTUAL ÀS VÍTIMAS DA INQUISIÇÃO. 31 DE MARÇO DE 2021 (ducentésimo aniversário da extinção da Inquisição).

Mendes, P. (2011). O Marquês de Pombal e o Perdão aos Judeus. Inquisição, legislação e solução final da questão do perdão aos judeus com o novo enquadramento jurídico pombalino. [Dissertação de mestrado - Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais]. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Moura, A. P. (s.d.). El Tribunal De La Inquisicion En España (1478-1834). ACTAS.

Mundil, R. (1998). Solução judaica da Inglaterra: Experimento e Expulsão, 1262-1290. Lisboa.

Pavitt, W. T., & Pavitt, K. (1922). The Book of Talismans, Amulets and Zodiacal Gems. Oxford.

Pereira, I. R. (1996). Auto-da-Fé de Coimbra do dia 14 de junho de 1699. Edições Colibri. URI: <http://hdl.handle.net/10451/39671>. ISSN: 0870-4104.

Pinkus, B. (1990). The Jews of the Soviet Union: The History of a National Minority. Cambridge University Press.

Ramos, L. A. O. (1971). Pombal e o escravagismo. Revista da Faculdade de Letras. Repositório Aberto da Universidade do Porto

Reis, T., & Grill, I. G. (Org.) (2014). Estudos sobre elites políticas e culturais. Edufma.

Santos, R. L. L. (2007). Anti-Semitismo na Companhia de Jesus (1540-1593). Universidade de S. Paulo.

Saraiva, A. J. (1969). Inquisição e Cristãos-Novos. Editorial - Inova.

Saraiva, A. J. (1993). História de Portugal. Publicações Europa-América.

Schaff, A. (1968). Introdução à semântica. Almedina.

Tylor, E. (1920). Primitive Culture. Researches into the development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art, and Custom. London.

Wistrich, R. S. (1991). Antisemitism: The Longest Hatred. Pantheon Books.

COMUNICAÇÃO DIRIGIDA À MAÇONARIA PORTUGUESA PELO DR. TRINDADE COELHO

João Bartolomeu Rodrigues⁵⁴, & Levi Leonido⁵⁵

Palavras-chave

Grande Oriente Lusitano Unido
Maçonaria *Portuguesa*
Trindade Coelho

Resumo

O objetivo central desta texto e consequente reflexão é, única e simplesmente, dar a conhecer o pensamento de Trindade Coelho, a par da missão e divisas associadas à Maçonaria (Grande Oriente Lusitano Unido) que lhe edita, via Tipografia Casa Portuguesa, em 1906, o texto intitulado de “Comunicação dirigida à Maçonaria Portuguesa”.

INTRODUÇÃO

Mas seja o que for: o país é um rebanho de 4 milhões de analfabetos, e o padre é ainda o pastor desse rebanho. E esses 4 milhões são uma força; e no outro milhão, os próprios ateus... rezam!

A *Comunicação dirigida à Maçonaria Portuguesa* (1906) pela pena de José Francisco Trindade Coelho foi editada pelo Grande Oriente Lusitano Unido em 1906, na tipografia Casa Portuguesa. Não sabemos ao certo a tiragem de exemplares deste opúsculo. Por ocasião da celebração do centenário da morte de Trindade Coelho (2008), ocorrida em Mogadouro, a editorial Moura Pinto levou a cabo a reedição desta *Carta* fac-similada, precedida do estudo - *Trindade Coelho, um Amigo do Povo* - da autoria de Amadeu Carvalho Homem, com uma tiragem de 1000 exemplares. A apresentação desta publicação constituiu o ponto alto das comemorações do centenário da morte do ilustre escritor transmontano, levadas a cabo pela Câmara Municipal de Mogadouro, as quais contaram com a presença do então Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano, António Reis e o Ex-Grão-Mestre, Dr. António Arnaut.

⁵⁴ JOÃO BARTOLOMEU RODRIGUES – CECS & Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, PORTUGAL. Email: jbarto@utad.pt

⁵⁵ LEVI LEONIDO - Centro de Investigação em Ciência e Tecnologias da Artes - Universidade Católica Portuguesa | Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro | Revista Europeia de Estudos Artísticos, PORTUGAL. Email: levileon@utad.pt

Saudamos as iniciativas levadas a cabo pelas instituições e pessoas acima referidas. Na continuidade da divulgação de uma das figuras maiores da Cultura Portuguesa, a ERAS (Revista Europeia de Estudos Artísticos), por ocasião deste número especial, dedicado à Maçonaria, associa-se a este esforço de divulgar o pensamento arguto de Trindade Coelho, expresso na *Comunicação dirigida à Maçonaria* (2008), que soube ler os “sinais dos tempos” e interpretar o fenómeno político e as tensões que este arrastava consigo desde *Carta Constitucional*, outorgada por D. Pedro IV, em 1826, bem como apresentar a solução que no seu entender ultrapassaria as clivagens que os séculos XVIII e XIX testemunharam nas relações Igreja-Estado e ofereciam ao século XX como herança. Amadeu Homem, no prefácio que faz na referida edição de 2008, refere: “O desenlace da *Comunicação dirigida à Maçonaria Portuguesa* é pouco menos do que surpreendente. Trindade Coelho pretendia fazer dos párocos ... oficiais do registo civil! (HOMEM [rec a] Coelho 2008, pp. 26-27). É, no nosso entender, muito mais do que isto: pretendia reconciliar a sociedade portuguesa, combatendo o ultramontanismo e o famigerado artigo VI da *Carta Constitucional* que a partir de 1865 alimentou a polémica do “Casamento civil”; pretendia, com o clero, implementar em Portugal o projeto concebido por Alexandre Herculano em *Eu e o clero* (1850), carta dirigida ao Cardeal Patriarca, onde propôs um novo modelo organizacional da Igreja portuguesa, coordenada pelo estado português e livre do centralismo de Roma, ou seja, procurava aproximar-se da doutrina veterocatólica de Döllinger e afastar-se da eclesiologia defendida pelo Vaticano I (1869-1870), que gravitava em torno do primado e da infalibilidade do Papa (Clemente, 2013, p.110). Em síntese, pretendia fundar, em Portugal, à luz do que acontecera em Inglaterra, uma Igreja Portuguesa: “Restauremos a Igreja Lusitana; façamos uma igreja nacional, como a Inglaterra tem a sua; emancipemo-nos de Roma, que é o mesmo que dizer do estrangeiro. Isso equivaleria a fazermos a nossa regeneração moral, base da regeneração política” (Coelho, 1906, p. 12).

Assim o defende Trindade Coelho: mas como operacionalizar essa revolução? Seria feita não *contra o clero*, mas *com o clero*:

Qual é melhor: levantar a questão religiosa *com o clero*, ou levantar a questão religiosa *contra o clero*? Com o clero, bem dirigida, seria talvez solúvel desde já. Contra o clero, sê-lo-á somente pela evolução, produto da educação, e esta, influenciada pelo romanismo, estorvará aquela indefinidamente... (Coelho, 1906, p. 8).

Sem qualquer pretensão de a fazer preceder esta *Comunicação* de um estudo cabal que a enquadre, contextualize e a explicite, optámos simplesmente pela sua divulgação: deixamos esse estudo para uma próxima ocasião. Estamos certos, apesar de tudo, que Trindade Coelho dispensaria qualquer apresentação para os leitores portugueses. Estamos igualmente certos que os potenciais leitores da (ERAS) são todos os leitores da lusofonia e, por isso, introduziremos uma breve nota biográfica para que todos possam conhecer o autor da *Comunicação dirigida à Maçonaria Portuguesa*, e julgar por si o pensamento do autor de *Os meus amores*.

Trindade Coelho (1861 – 1908) nasceu no planalto mirandês, mais concretamente em Mogadouro, uma “vilinha transmontana de origem árabe, a quase 1000 metros de altitude”, como ele dizia na sua *autobiografia* (1910). A sua infância alheia ao que então nos bastidores da capital do reino se passava decorreu na pacatez da sua terra: entre Mogadouro e a aldeia de Travanca fez Trindade Coelho aquilo que então se designava por “escola primária”. Às fragilidades da oferta educativa da Escola Régia correspondeu seu pai ao providenciar explicações particulares de um professor experimentado. O gosto pela leitura era um dado já adquirido: Foi nessa mesma idade iniciado na aprendizagem da língua latina com os padres de Mogadouro. Esta marca telúrica e indelével que a infância lhe imprimiu na alma, viria a tornar-se um compromisso com a sua terra, as suas gentes, a sua origem: a alma transmontana viria a ser ornada, mais tarde, na sua literatura, com palavras de oiro, o oiro mais fino de Ofir.

Nem a saída para o Porto, nem o Colégio de São Carlos, onde deu continuidade aos seus estudos, lhe fizeram esquecer as suas origens. O clima repressivo do Colégio e de profunda injustiça de que ele se queixa não lhe deixaram as melhores memórias: Recorda-os como «seis anos miseráveis, de uma obediência estúpida e passiva, sempre a toque de sineta» (*Autobiografia*), que só a boa camaradagem tornou suportáveis. O ambiente de censura que então se vivia e proibia a leitura de romances não o impediram de se aproximar de alguma – pouca – literatura, que na clandestinidade ia lendo à revelia. Apesar dessa contradição – uma escola que proíbe a leitura – foi nesse período que se iniciou na escrita, tendo publicado o conto *Uma Trovoada* e iniciado o romance *O Enjeitado*, o qual só viria a ser publicado em 2001 pela mão de José Viale Moutinho. Foi também nesse período que à revelia do pai publica um artigo «Cepticismo».

A mudança para Coimbra também não foi fácil: se a vida académica fora da universidade era “uma delícia”, *intra murus* era um pesadelo. Essa inadaptação aos métodos e aos professores faria com que reprovasse no primeiro ano. Seu pai cortou-lhe a mesada e foi obrigado a dar explicações para se poder sustentar e estudar. Numa segunda fase começou a colaborar em diferentes jornais e revistas. O seu amor às letras levou-o a fundar dois jornais: *Porta Ferrea* e a revista *Panorama Contemporâneo*. Dois factos inesperados complicam esta fase final da sua vida na academia: o casamento seguido do nascimento de um filho e a morte inesperada de seu pai, o que lhe viria a causar um forte constrangimento financeiro.

A sua vida profissional começou na magistratura como Delegado do Procurador Régio, na comarca de Sabugal, tendo sido pouco depois transferido para Portalegre, onde fundou dois jornais *Gazea de Portalegre* e *Comércio de Portalegre*. A última etapa Profissional foi na capital, onde teve que supervisionar a imprensa, por ocasião do *ultimatum*, o que lhe causou grandes dissabores, tendo-se transferido para Cintra em 1895. Foi a Cabo Verde defender 33 presos políticos, de onde regressou passados três meses com a libertação dos presos e a prisão dos acusadores. A sua atividade como jornalista intensificou-se tendo colaborado com as revistas *Portugal*, *Novidades* e *Repórter* e fundou a *Revista Nova*, onde publicou os Folhetos para o Povo.

A sua fama como magistrado, o seu prestígio como escritor não foram suficientes para fazer de Trindade Coelho um homem feliz: era o homem profundamente infeliz, cujo passar do tempo o conduziu inexoravelmente ao suicídio, no fatal dia 9 /06/1908.

A sua obra reparte-se por 4 vertentes: *jurídica cívica*, *jornalística* e *literária*. Enquanto jornalista, além dos jornais já referidos, colaborou com o *Progressista*, o *Imparcial*, o *Tirocínio*, *Beira e Douro*, o *Jornal da Manhã* e o *Ditírio Ilustrado*. A obra literária conta com cerca de trinta obras, destacamos apenas aquelas que nos parecem mais significativas: *Os Meus Amores* (1891) e *In Illo Tempore* (livro de memórias de Coimbra-1902); *ABC do Povo*; *Primeiras Noções de Educação Cívica*; *Manual Político do Cidadão Português*; *O Primeiro Livro de Leitura*; *O segundo Livro de Leitura*; *O Terceiro Livro de Leitura*. Destacamos também um conjunto significativo de opúsculos destinados ao Povo, onde se incluem, entre outros: *Parábola dos Sete Vimes*; *Rimas à Nossa Terra*; *Remédio contra a Usura*; *Laos à Cidade de Bragança*; e *Cartilha do Povo*; *A Minha candidatura por Mogadouro*; *O Senhor Sete*, etc...

COMUNICAÇÃO

DIRIGIDA À

MAÇONARIA PORTUGUESA

PELO

DR. TRINDADE COELHO

EDITADA PELO GR ∴ OR∴ LUSITANO UNIDO

LISBOA

Typographia- CASA PORTUGUEZA - Papelaria 139, Run de S. Roque, 141

1906

PROBLEMAS DEMOCRÁTICOS

O clero secular e o registo civil

E' sabido que o nosso clero secular, saído do povo tem inato o sentimento de independência que caracteriza todo o bom lusitano, sentimento que certas circunstâncias tem sempre oprimido e abatido, é verdade, mas que não deixou nunca de ser vivo e fecundo, e de aspirar, sempre que pode, a emancipar-se.

Creemos que resolvido o problema da independência material, económica, do padre perante o bispo, o padre secular português seria um ótimo elemento com que a democracia poderia contar para as suas conquistas - inclusive para a liberdade de cultos e para a separação da Igreja e do Estado.

O nosso clero é, porém quanto, mais português do que romano; e dominado, contra vontade, pelo clero regular das congregações e pelos bispos, não deixaria, numa afirmação simpática de independência e de patriotismo, de concorrer para a nacionalização da igreja, isto é, para a restauração da Igreja Portuguesa com as suas velhas isenções e liberdades, - se o poder civil, o Estado, o colocasse em condições de respirar um pouco livremente diante dos bispos e das congregações religiosas, principalmente da *Companhia* chamada de *Jesus*, que é hoje, como já dizia Alexandre Herculano, sinónima da Santa Madre Igreja.

Supor que a questão religiosa pode ventilar-se com êxito *sem contar com o padre* (os bispos sem os padres não podem nada) é quase um absurdo; é, pelo menos, muito arriscado, - pois o padre dispõe de força e influência junto do povo, e este ainda não está instruído para poder subtrair-se àquela influência.

Absurdo seria também supor, que no estado de atraso em que o país se encontra, e dada a influência da sua educação religiosa e a influência efetiva, direta, do clero, - absurdo seria supor, dizemos, que se o registo civil obrigatório fosse decretado, cessaria, *ipso facto*, o registo eclesiástico. - Tendo portanto de subsistir os dois, ao menos por um largo período; e sendo o lado económico do registo eclesiástico a razão fundamental por que o clero recalitra ao registo civil: cremos que se o Estado encarregasse o clero secular de efetuar este registo nas freguesias, decretando, ao mesmo tempo, que o registo eclesiástico seria facultativo; que não poderia efetuar-se antes do civil; e que os nascimentos, os casamentos, os óbitos, as legitimações e os reconhecimentos só poderiam legalmente provar-se, para efeitos civis ou de qualquer natureza, por certidões extraídas do registo civil: - todos os atritos estariam vencidos; e o clero aceitaria de bom grado, e até com agradecimento, o registo civil, de que o pároco ficaria sendo na sua freguesia o oficial público - devidamente remunerado, é claro, com os emolumentos da respetiva tabela.

Esta função civil do pároco seria independente da sua função eclesiástica; de modo que se o bispo suspendesse o pároco do exercício das ordens, a suspensão não o privasse do exercício da função civil. Seria, em muito, a emancipação do clero do despotismo estrangeiro, romano, exercido por intermédio dos bispos; o caminho para a restauração da velha Igreja Lusitana em que a nomeação dos prelados não dependia do papa, mas do clero nacional e do povo; o caminho, finalmente, para uma emancipação ou reforma religiosa, que levaria, sem abalos, à separação da Igreja e do Estado.

Não esqueçamos que no estado atual da instrução do país, não seria fácil alargar o registo civil até às freguesias rurais *não se* utilizando, para esse ser viço, o pároco da freguesia, pois o regedor, em regra, é ainda pouco instruído. Concedendo ao pároco uma aposentação regular na qualidade de funcionário civil, o êxito, parece-nos, seria completo.

É claro que a oposição do clero ao registo civil não tem outra causa senão a económica; mas desde que lhe não cerceassem o rendimento do registo eclesiástico, pois este continuaria facultativo (como afinal o é hoje, porque se o registo civil não é obrigatório, também não o é o eclesiástico, que qualquer pode substituir pelo civil) o acréscimo de receita proveniente do registo civil a cargo dos párocos, faria com que os padres até aceitassem este de bom grado, pois além de lhes dar dinheiro, colocava-os diante dos bispos em condições económicas de independência que hoje não têm mas por que todos suspiram. E alguns, a grande maioria, até a alma se lhes arranca nesse suspiro!..

O nosso clero secular é por enquanto português e liberal por índole, - e foi isso o que tornou necessário ao romanismo a introdução em Portugal de clero regular estrangeiro, passivo às ordens de Roma, e inimigo do clero nacional; - e se o romanismo ainda consegue desnacionalizar este, fazendo-o, em caso de colisão ou conflito, mais obediente a Roma do que às leis do Estado (a que se não peja de chamar «infamíssimas») - a razão é porque a única fonte de receita do padre é a igreja; e se o bispo o suspender ou o perseguir, não há-de viver, ele e a família, do ar...

Enfim, o problema é muito interessante e complexo; mas se queremos partir para a emancipação religiosa, para a conquista da verdadeira liberdade de consciência, e, no campo político das reformas rasgadamente democráticas, para a separação da Igreja e do Estado, é indispensável que estudemos os meios *práticos* de realizar tais conquistas. E só uma imbecilidade de raça, como já escrevi algures, pode acreditar na possibilidade de se fazer a reforma política, ou sequer a económica, antes de se fazer a religiosa. Enquanto tivermos a *administração estrangeira* no espiritual - com larga e intensa influência no temporal, pois são católicas romanas todas as leis que nos cingem - é tempo perdido pensar em progresso: fazemos que andamos, mas não andamos...

Poderão dizer-nos que há certa contradição de princípios em encarregar o pároco do registo civil. Haverá. Mas nós já temos o padre na instrução oficial (primária, secundária, superior, etc.); temo-lo na burocracia; temo-lo, em suma, investido em funções civis variadíssimas. Qual seria, pois, melhor: investi-lo em mais uma, e angariá-lo para o lado da democracia; ou deixá-lo como está, nas mãos, ou debaixo dos pés, do clero regular estrangeiro, e termos de o aguentar como nosso inimigo, ou como instrumento passivo dos nossos inimigos?

Reformas de carácter administrativo como as que está tentando o atual governo, são decerto excelentes; mas é preciso marchar também pelo caminho das reformas sociais; e muitíssimas são, em verdade, as que um estadista sinceramente liberal ainda pode realizar dentro do regímen, e até no interesse deste.

A obrigatoriedade do registo civil tem de ser uma dessas reformas; como a laicização do ensino e a proscrição das ordens religiosas regulares; - é no campo restritamente constitucional, mais valera que em vez da anunciada reforma de alguns artigos da *Carta e Actos Adicionaes*, aquela e estes fossem substituídos *in limine* por uma verdadeira CONSTITUIÇÃO, mediante cortes constituintes expressamente eleitas para a elaborarem. Tudo o mais, é pôr uma ou outra corda nova num manicórdio e aumentar-lhe a desafinação! Haja visto o que sucedeu com a Câmara dos Pares, que modificada, em relação à maneira como a *Carta Constitucional* a estabelecia, pelos *Actos Adicionaes* de 1885 e 1896, chegou ao que se vê. Tem de ser substituída necessariamente por um senado eletivo; e a razão é a mesma por que toda a Carta Constitucional deve e tem de ser substituída por uma Constituição.

Seria conveniente que todos os que se interessam pela marcha das ideias democráticas estudassem o problema que acima fica esboçado; pois é indispensável que todas as questões que já estão liquidadas em tese, passem a ser encaradas sob o ponto de vista concreto, positivo, pratico, da sua realização. Se ninguém discute já hoje a necessidade de se estabelecer o registo civil obrigatório, o que é preciso é estudar a maneira prática de o levar a efeito, contando, na solução a dar ao problema, com as iniludíveis circunstâncias do meio, e jogando com estas de modo a aproveitar as que forem benéficas, e a converter em favoráveis as que forem hostis.

TRINDADE COELHO.

1.ª APOSTILA

Qual é melhor: levantar a questão religiosa *com o clero*, ou levantar a questão religiosa *contra o clero*? Com o clero, bem dirigida, seria talvez solúvel desde já. Contra o clero, sê-lo-á somente pela evolução, produto da educação, e esta, influenciada pelo romanismo, estorvará aquela indefinidamente...

Ora se a *reforma* está já feita nos espíritos ilustrados; se os padres portugueses não são hostis à democracia e o são, no íntimo, ao romanismo, de cujo despotismo eles são as primeiras vítimas e os que mais o detestam; se, por outro lado, Portugal já teve uma Igreja Nacional não inteiramente espoliada das tradições democráticas da primitiva igreja cristã, e cuja restauração acabaria com o romanismo, valorizaria o clero secular, seria um caminho fácil para a separação da Igreja e do Estado,- pergunta-se: porque se não há-de ir com o clero, ou antes, porque se não há-de atrair o clero, por todas as formas leais e justas, para esse combate da democracia?

A questão religiosa é essencialmente uma questão de princípio: aspira a liberdade de consciência; não aspira à irreligião. Logo, não visando à extinção do padre só porque é padre, mas a dar liberdade a este mesmo e à sua consciência, e a integrá-lo na sociedade viva, onde vai correndo o risco de parecer um fóssil, - porque não contar com o padre como auxiliar desse bom combate? Para que ir contra o padre, só porque é padre? Não era frade Lutero? Calvino não era padre? Não o era Zwinglio?

Aceitemos o padre como auxiliar da ideia, e, hoje, auxiliar indispensável. Felizes somos nós tendo ainda um clero nacional isento de facciosismo religioso, nada ultramontano, nada intolerante, e, politicamente, adstrito ao liberalismo, porque tem militado sempre, e milita, nos chamados partidos liberais.

Quantos padres tem hoje D. Miguel? Quantos padres tem a Republica? Pois mais pode esta contar com os padres, do que D. Miguel. Não é isto uma grande vantagem e uma felicidade enorme para o problema?

Ora digam aos padres que já tivemos uma Igreja Nacional menos escrava do romanismo; que essa Igreja, que foi a dos nossos antepassados, é compatível com a hierarquia eclesiástica; que nessa Igreja os bispos são eleitos pelo próprio clero e pelo povo; que dentro dela todas as modificações são possíveis na disciplina por mera ação de sínodos diocesanos, ou seja pela vontade do clero nacional; - em suma, que essa igreja, ao contrário da romana, é compatível com a liberdade, e portanto

com a civilização e com o progresso, coisas que o SYLLABUS excomungou e o romanismo odeia: -- e ver-se-á como estas ideias calam no espírito do clero, e o atraem, convertendo-o, patrioticamente, numa milícia ativa contra o romanismo.

Há padres e padres; e o que importa, já que o próprio Renan é de parecer que a «religião é a manifestação de um facto eterno», é estremar no padre o que é por nós ou contra nós, pela ideia ou contra a ideia, pela liberdade ou contra ela. E é minha convicção, derivada da observação, que o padre secular português é, por índole, liberal e patriota. E tanto assim o compreendeu o romanismo, que este o odeia; que o suplanta por todas as formas, pois não tem nele a menor confiança.

Mas seja o que for: o país é um rebanho de 4 milhões de analfabetos, e o padre é ainda o pastor desse rebanho. E esses 4 milhões são uma força; e no outro milhão, os próprios ateus... rezam!

Ainda outro dia, no congresso do clero em Coimbra, não foi um padre português educado em Portugal, mas um padre português educado em Roma e portanto desnacionalizado, quem propôs a criação de um grande jornal em Lisboa «para combater o liberalismo (sic); e essa proposta não encontrou na imprensa clerical se não um eco de antipatia. Porquê? Porque convinha aos jornais católicos afastar um concorrente? Talvez não fosse só por isso; mas por um pouco de amor à liberdade. E o partido nacionalista católico, esse mesmo teve de declarar, para angariar adeptos, que não era incompatível - *com o próprio sistema republicano*.

E aos *exercícios espirituais*, que são uma forma de conspiração, dominação e captação jesuíticas, só de má vontade e à força concorre o clero secular - clero que o romanismo entendeu carecer de tais exercícios, por muito rebelde à obra...

A reforma religiosa tem de ser uma conquista da liberdade contra a reação. Com que elementos conta, pois, a liberdade, se não aproveitar a influência do clero? E emancipar este do romanismo, não será já, para a liberdade, vencer o melhor da demanda?

TRINDADE COELHO.

2.^a APOSTILA

Convém encarar ainda o problema por outro lado. A união do clero secular com o Estado não é tão forte em Portugal, que não seja relativamente fácil separá-los. Bem sei que o clero não é a Igreja; mas é a milícia desta. Ora fraca milícia, desde que não a estimula o interesse! E não estimula. O clero da metrópole não tem dotação; e todos os dias se queixa de que nem sequer consegue do Estado que lhe garanta o recebimento da misera cômgrua (Vid. *Manual Politico*, pág. 280 e 281, e a nota de pág. 281. Vid. *Conclusões do congresso do clero*, realizado em Coimbra em setembro de 1906. -Vid. *Discurso proferido na câmara eletiva pelo deputado Arthur Brandão no dia 12 de outubro do mesmo ano*). Os párocos e o clero secular da metrópole vivem, essencialmente, da contribuição voluntária dos fiéis. Os próprios seminários são subsidiados pela Bula da Cruzada, e dela vivem, e dos bens, rendimentos e receitas próprias.

O que fica? A milícia das ordens regulares, a milícia do clero estrangeiro, com os seus enormes interesses tirados dos seus institutos, e angariados pelos mil processos industriais de que lança mão. Essa milícia acabaria, porém (e tem de acabar, se quisermos viver!), pela extinção das ordens regulares mediante o cumprimento das leis de Pombal, Aguiar e Loulé. Por aí se deve começar, como lucidamente compreendeu o Grémio Montanha, a fim de desarmar e dispersar os únicos elementos temíveis da reação, esses, sim, esses verdadeiramente temíveis. Mas odiando-os o clero secular, este mesmo secundaria a campanha contra as ordens regulares, porque só teria a lucrar, em interesses materiais e morais, com a sua extinção.

Conviria submeter o estudo deste problema a todas as lojas do país. Elas devem conhecer bem o clero secular, e, melhor do que ninguém, podem determinar o grau de viabilidade deste plano, em cuja solução importa meter um conhecimento quanto possível minucioso e exato das ideias e tendências do clero.

Pode ser que eu exagere nas que lhe atribuo. Mas são fruto da minha observação pessoal, exercida sobre um bom número de padres. Posso até dizer que ainda não encontrei nenhum que assim não pensasse. Ora, com semelhante matéria-prima, só se não vence a campanha dirigindo-a mal; tanto mais que o povo português, por seu lado, odeia de tal modo o jesuíta (alma da reação) que já fez daquela palavra, não obstante a sua nenhuma instrução, uma injúria grave e um insulto.

A questão religiosa só espera que a Maçonaria queira resolvê-la, estudando-a concretamente no terreno das soluções. As nossas condições a este respeito são inquestionavelmente melhores do que as da França, - e não se comparam com as da Espanha. Da raça latina, temos obrigação de ser a segunda nação da Europa a separar a Igreja do Estado.

Restauremos a Igreja Lusitana; façamos uma igreja nacional, como a Inglaterra tem a sua; emancipemo-nos de Roma, que é o mesmo que dizer do estrangeiro. Isso equivaleria a fazermos a nossa regeneração moral, base da regeneração política.

Politicamente, governa-nos uma *Carta*, que nem a soberania nacional reconhece de um modo expresso! Espiritualmente, governa-nos o estrangeiro, pois obedecemos à soberania do Papa, no qual a sensata Inglaterra apenas vê o *bispo de Roma* - igual a qualquer bispo estrangeiro.

Numa nação em que a lei fundamental estabelece a «religião do Estado», não existe de direito a liberdade de consciência.

Num jornal de Lisboa, *O Independente*, 4.º ano, n.º 167, de 14 de outubro de 1906, acusava-se recentemente o Patriarca de «falta de vontade em atender e julgar com justiça o clero secular, para proteger todos os fradinhos e jesuítas, principalmente estrangeiros».

O artigo era evidentemente escrito por um padre. Pensam todos assim; e nas dioceses, pensam todos o mesmo dos respetivos prelados. O mesmo rancor - honra lhes seja! - ao despotismo do clero estrangeiro; e a mesma atitude divergente diante dos bispos, quase todos instrumentos daquele despotismo. Igualmente expressiva era uma carta publicada na *Vanguarda* de 16 de outubro de 1906 e assignada por um padre inimigo dos jesuítas; - e já na atual sessão parlamentar, no dia 23 daquele mês e ano, outro padre, que é deputado, não se contentou em se declarar liberal; acrescentou: «Creio que um padre também pode ser republicano».

A carta da *Vanguarda*, a que nos referimos, essa dizia que «sendo o clero secular, na sua maioria, democrata e pobre, tratam de deprimi-lo e degolá-lo»; acrescentando que os jesuítas «têm ido aos seminários e expulsado por motivos fúteis os alunos mais inteligentes que se não prestam a ser jesuítas ou autómatos; e igualmente têm embaraçado por todas as formas e feitios a frequência da faculdade de teologia da Universidade de Coimbra, para fazer com que a mesma faculdade acabe». «Estão senhores do campo (acrescenta); e se não houver uma reação forte, dentro em breve acabará o clero secular: só teremos jesuítas em Portugal e seus domínios». «Uma parte do clero tem reagido (diz mais a carta); mas a maior parte permanece muda e queda, porque é pobre e tem medo de morrer à míngua».

... O jugo pesa-lhes como se vê! Ora com um clero secular *neste estado d'alma*, e nestas miseráveis condições, morais e económicas, o romanismo só vive por cobardia - não dos padres, que ainda têm a seu favor o argumento da «disciplina», mas dos chamados elementos liberais», que teriam no clero nacional, se soubessem atrai-lo convenientemente, o grande, o decisivo fator de impreteríveis reformas, - talvez fáceis com o concurso dele, mas arriscadas, pelo menos, sem esse concurso...

TRINDADE COELHO.

3.ª APOSTILA

Outro aspeto da questão. Pode dizer-se (e disseram-no os bispos na câmara dos pares, quando se discutiu o caso do bispo de Bragança, em maio de 1905) que uma Igreja Lusa ou nacional que aliás já tivemos e durou seculos- é incompatível com a unidade na fé. Será. Mas ainda nesse particular, se, como dizem, a unidade na fé tem hoje como expressão e garantia supremas a infalibilidade pontifícia, que sobrepôs o pensamento e a vontade do Papa ao pensamento e à vontade dos próprios concílios, ou seja dos bispos todos da obediência romana, - certo é que Portugal não reconheceu oficialmente o dogma da infalibilidade, não lhe concedeu o beneplácito.

Basta este facto para tornar legítima a pretensão do clero secular português quando insta, como ultimamente tem feito, pela convocação de sínodos diocesanos, assembleias que seriam aliás absurdas em Portugal, se a proclamação dogmática da infalibilidade pontifícia tivesse por nós sido aceite. Bem sabemos que as coisas se passam em Portugal como se o dogma da infalibilidade tivesse sido recebido pelas nossas leis; mas no campo jurídico as coisas são o que as leis portuguesas dizem que são, e nenhuma lei portuguesa, ou coisa que o valha, reconheceu, até hoje, a infalibilidade papal.

Os sínodos diocesanos podem por conseguinte ter lugar; mas não os veremos restabelecidos, preenchendo-se uma lacuna que, contra a expressa disposição do concílio de Trento, já dura desde o meio do século XVIII, enquanto o clero secular português, no uso legítimo do seu direito, e adstringindo-se patrioticamente às leis do país, isto é, sendo mais português do que romano, ou melhor, deixando-se de ser romano para ser português, não restaurar a Igreja Lusitana, não se resolver a considerar a igreja portuguesa como uma sociedade livre no Estado livre.

Diz-se, e disseram-no também os bispos no lugar e ocasião referidos, que sendo a igreja católica uma sociedade universal, tal igreja é adversa, naturalmente, à instituição de igrejas nacionais. E' o contrário. E' pelas igrejas nacionais que pode chegar-se á catolicidade evangélica, ou seja ao domínio universal da doutrina cristã, universalidade concebida por Jesus; e se a esta se não chegou ainda, em dezanove séculos de cristianismo, foi porque a catolicidade evangélica tropeçou no seu caminho com a igreja romana. Entendamo-nos: é preciso não confundir a igreja do Cristo mártir com a igreja do papa-rei; a igreja do Calvário com a igreja do Vaticano; e igreja do «filho de Deus», pobre, humilde, crucificado, com a do homem a quem os presbíteros falam de joelhos; a igreja da humildade e do perdão, com a da sobrançeria, do orgulho e da intolerância; a igreja da cruz, do sacrifício e da abnegação, com a igreja de Roma, sequiosa de milhões e das regalias do mundo:- igreja particularista que o próprio Jesus condenou na figura de Satanás, quando este, levando-o aos pináculos do templo, lhe ofereceu os tronos da terra. O que vale à catolicidade evangélica e a expansão cristã fora do romanismo. Haja vista o protestantismo, que, mais do que o romanismo, alargou pela Europa a doutrina cristã, fazendo retrair, paralelamente, as ambições papais. No formidável duelo, talvez o maior de que reza a Historia, que Lutero e Inácio de Loyola iniciaram no século XVI - aquele, hasteando no campo religioso a bandeira da liberdade de pensamento, o segundo a da servidão da própria consciência, o vencedor é ainda Lutero. Portugal está sob a bandeira de Loyola, é certo; mas a consciência nacional emancipou-se já dessa servidão, que é apenas oficial (Carta Constitucional, art. 6.º). O clero secular, patriota, fará o resto; - e sem deixar de ser cristão, deixará, em todo o caso, de ser romano, isto é, de reconhecer dentro das fronteiras do seu país outra soberania que não seja a sua, a nacional, a de portugueses, em vez da soberania de um estrangeiro, o papa, cujos decretos absolutos, mesmo quando não são proferidos *ex cathedra*, têm a pretensão de se impor à vontade das nações, de dominar as leis nacionais, de escravizar estas às leis romanas.

... Quer-se a demonstração? Não a há mais viva, nem mais flagrante, do que a fornecida agora pelos bispos espanhóis de Lugo, Orense, Tui e Oviedo, manifestações contra o poder civil. São da *pastoral colectiva* desses prelados as seguintes palavras, que pondo a questão quase brutalmente, sintetizam numa fórmula admiravelmente expressiva os intuítos do romanismo:

«Por toda a parte - dizem os prelados - as leis humanas têm de submeter-se às leis divinas; devendo as disposições legais ser sempre eminentemente católicas, pois toda a lei contrária à doutrina da Igreja não passa de uma infração das leis concordatárias.» (Vid. Le Matin, de 13 de outubro de 1906).

Quer dizer, a única monarquia existente é a do papa; e as diferentes nações do orbe não são senão províncias dessa monarquia, regendo-se por leis cuja essência, cujo fundamento, cujo espírito, só o pontífice romano pode ditar. - Portugal é uma província ou colónia de Roma; o chefe do Estado em Portugal, um delegado do papa, «por graça de Deus»; a vontade nacional, uma escrava submissa, passiva, beata, da vontade do pontífice romano; a soberania nacional, em suma, um joguete de Roma e uma mentira.

Este é o espírito do romanismo. Clero nacional e leis portuguesas, - heresia! Clero português e leis portuguesas, - cisma! Cristianismo sem papa, - absurdo! Absurdo, cisma, heresia, como se a organização primitiva da igreja cristã não fosse o contrário, o oposto, da atual organização romana.

E todavia, foi aquela heresia, foi aquele cisma, foi aquele absurdo, a Igreja dos nossos maiores: medrou com ela, independente e heroica, a nacionalidade portuguesa; e foi quando nos afastámos dessa Igreja, estendendo os pulsos ao grilhão jesuíta, que a nossa independência desapareceu por quase meio século, e que a heroicidade tradicional dos portugueses degenerou em poltroníssimo.

Depois, o resto: deformada a nossa mentalidade pelo ensino jesuítico, mnemónico, dogmático, antinatural e anticientífico, verdadeiramente irracional, chegámos, em religião, quase a um fetichismo grosseiro, e, sob o ponto de vista da instrução, ao vergonhoso estado em que nos encontramos: a bem dizer, incompatibilizados com a civilização, que seguiu um rumo contrário.

Precisamos reencontrar-nos com a civilização; mais: afervorar-nos no sentimento de uma pátria verdadeiramente livre, sem tutelas de qualquer ordem, consciência dos seus direitos, dos seus destinos e da sua força. - Em suma, parafraseando o canto do galo francês, que está saudando, lá baixo, uma alvorada nova prestes a fazer-se dia, precisamos dizer também:

- PORTUGAL PARA OS PORTUGUESES!

Em

Resumo e conclusão

Decretada a *liberdade de cultos*, o catolicismo romano não poderia contar em Portugal, mercê da hostilidade dos bispos para com o clero, senão com os bispos: - e como estes, abandonados pelo clero e sem subvenção do Estado, ficariam, à falta de fiéis, reduzidos a bispos *in partibus*, de duas uma: ou se ligavam ao clero e formavam com este a Igreja Nacional; ou não se ligavam ao clero, e este organizava, por exemplo, o presbiterianismo; ou mesmo, por si só, organizava a Igreja Lusitana, escolhendo ele próprio os seus bispos, que um metropolitano sagraria - sem a menor intervenção do Papa, como é direito primordial da Igreja Cristã, que ao Pontífice romano confere apenas, no gozo do primado, a *administração* e *inspeção* de Igreja Católica, sem a menor absorção da jurisdição dos bispos.

Tudo aquilo, é claro, sem prejuízo de se organizarem quaisquer outros cultos, inclusive o romano - sob a forma de associações culturais, ou outra.

Por seu lado, confiando o registo civil ao clero da Igreja Nacional, o Estado subvencionava esta indiretamente. Seria a criação de uma Igreja Nacional, presbiteriana ou mesmo episcopal mas Lusa, que não romana; seria uma Igreja Lusa subvencionada pelo Estado como em Inglaterra, mas com uma diferença portante em relação a esta: e é, que ao passo que Inglaterra o Estado, no mesmo tempo que reconhece liberdade de cultos, subvenciona diretamente a igreja inglesa ou anglicana, em Portugal o Estado só *indiretamente* subvencionaria a Igreja Lusitana, conferindo ao clero desta, considerada Igreja Nacional, funções civis remuneradas.

Queremos supor que decretada a liberdade de cultos, o nosso clero secular, patriota, se inclina para o presbiterianismo, que é a forma cultural mas parecida com a da primitiva igreja cristã; ou para lusitanismo, idêntico ao anglicanismo, e, portanto, com hierarquia eclesiástica (metropolitano, bispos, cabidos presbíteros) e com uma disciplina própria - compatível, inclusivamente, com o casamento dos padres.

Se não for assim, nem nas suas relações com bispos, nem, muito menos, nas suas relações com a Estado, o clero português jamais melhorara de sorte. Morrerá de imobilidade, que é a morte que espera a igreja romana, amparada, desde o século XVI, à mentira jesuítica - *perinde ac cadaver!*

Em suma, e mais concretamente:

- Será possível dentro do atual sistema político e religioso da nação - estabelecer o registo civil obrigatório em todas as freguesias do reino - *pondo de parte o clero secular?*

Se não é possível, será de adotar o alvitre de fazer do pároco, *desde já*, oficial do registo civil?

Ou convirá mais - pugnar primeiro pelo estabelecimento da liberdade de cultos, e, estabelecida esta, dar aos párocos que seguirem a antiga, tradicional e portuguesíssima forma da IGREJA LUSITANA o papel de oficiais do registo civil?

Sendo preferível este segundo caminho, como organizar uma poderosa e ativa campanha que leve, sem tréguas, ao estabelecimento da liberdade de cultos? ⁵⁶

Outubro de 1906

TRINDADE COELHO.

BIBLIOGRAFIA

Clemente, M. (2013). “Alexandre Herculano e o Clero ou o Clero de Alexandre Herculano: no 2º centenário do nascimento do escritor”, in MARINHO, Maria de Fátima.

Coelho, T. (1906). *Comunicação Dirigida Á Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: GR :: OR:: Lusitano Unido.

Coelho, T. (1910). *Autobiografia e Cartas*. A. Editora.

Homem, A. C. [rec a.] Coelho, T. (2008). *Comunicação Dirigida á Maçonaria Portuguesa*. Editorial Moura Pinto.

Janus [Döllinger] (1877). *O Papa e o Concílio*. Brown & Evaristo, Editores.

⁵⁶ Não sendo o art. 6.º da Carta matéria «constitucional» (pois só é constitucional, nos termos do art. 144º, o que diz respeito aos limites e atribuições respetivas dos poderes políticos e aos direitos políticos e individuais dos cidadãos), segue-se que o art. 6º, que diz que a religião do Estado é a católica apostólica romana, não carece, para ser alterado, de cortes constituintes: pode ser reformado e substituído pelas legislaturas ordinárias, como preceitua o art. 144.º, - o que certamente simplifica o problema,

Se o sonho dos liberais monárquicos é uma monarquia democrática, é evidente que eles não podem, aiosamente, subtrair-se à reforma do regime religioso do país, sob pena de comprometerem irremediavelmente o seu programa. Este deveria ter mesmo como primeiro mandamento a substituição da Carta, doada pelo imperante, por uma verdadeira Constituição, soberanamente decretada pela Nação. Dessa Constituição houvera de fazer parte, sem dúvida, o princípio da liberdade de cultos.

ADELAIDE CABETE, uma pedra angular na construção da humanidade
João Bartolomeu Rodrigues⁵⁷, Ana Beatriz Coelho⁵⁸, Larissa Brandão⁵⁹, Valeryia Zholtzikava⁶⁰, & Levi Leonido⁶¹

Palavras-chave

Adelaide Cabete
Feminismo
História Política Portuguesa
Licença Maternidade

Resumo

A presente investigação encontra-se publicada na Revista Europeia de Estudos Artísticos (European Review of Artistic Studies)⁶², numa edição especial interdisciplinar em revista internacionalmente indexada com sistema *peer review*, cuja edição (junho de 2023) se encontra pública em regime de open access. Em suma, revista-se a vida e obra de uma das personalidades mais desafiantes, inspiradoras e ecléticas da sociedade portuguesa do século XIX. Foi obstetra, ginecologista e educadora, mantendo um contacto relevante e atento com as lutas e reivindicações da classe operária, dos direitos das mulheres (lutando para incluir as mulheres como cidadãs plenas) e das crianças (tratamento pré-natal e infantojuvenil). E, de entre outras funções de relevo no plano cívico-político, destaca-se o facto de ser feminista, escritora, republicana, sufragista, publicista, socióloga, maçona, socialista e livre-pensadora, com função e atividade reconhecida em diversas organizações da sociedade portuguesa do seu tempo. Uma mulher à frente de seu tempo.

NOTA INTRODUTÓRIA

O que é a mulher? — O que é este ente a quem devemos o existir, que guia os nossos primeiros passos ao sair do berço, e que, assemelhando-se a um anjo consolador, vela por nós até descermos à sepultura? (Alexandre Herculano, 1837, p. 62).

É consabido que o papel desempenhado pelas mulheres ao longo dos tempos, em todas as longitudes e latitudes, foi o de ocupar um lugar absolutamente secundário em relação à posição dominante de homem: cuidar do lar e da família. É igualmente consabido que houve mulheres que irreverentemente se recusaram a assumir essa famigerada e triste condição de eternas submissas e tudo fizeram para alterar o paradigma, a que a sorte as votara, atrevido-se a escrever com o sacrifício das suas vidas novas páginas da História: páginas essas que paulatinamente foram alterando o *status quo* e imprimindo um traço indelével na cultura, na justa medida em que souberam elevar a dignidade da mulher, cujo “destino” ficaria doravante traçado: “por ela, Deus continua a criação superior, a do reino espiritual, a que se desenrola sobre a Terra o lar, a família, a tribo, a cidade. É Eva que cimenta

⁵⁷ JOÃO BARTOLOMEU RODRIGUES – CECS & UUTAD, PORTUGAL. Email: jbarto@utad.pt

⁵⁸ ANA BEATRIZ DIAS COELHO – UTAD, PORTUGAL. Email: anabeatrizdias66@gmail.com

⁵⁹ LARISSA BRANDÃO – UTAD, PORTUGAL. Email: larissacandidob@gmail.com

⁶⁰ VALERYIA ZHOLTSIKAVA – UTAD, PORTUGAL. Email: lera.zholtikova17@mail.ru

⁶¹ LEVI LEONIDO - Centro de Investigação em Ciência e Tecnologias da Artes - Universidade Católica Portuguesa | Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro | Revista Europeia de Estudos Artísticos, PORTUGAL. Email: levileon@utad.pt

⁶² Vol. 14 N.º 2 (2023): 53.ª Edição | ERAS. Consultar em: <https://eras.mundis.pt/index.php/eras/article/view/297>

e bate as grandes pedras angulares na construção da humanidade” (Queirós, 1988, p. 366). Não faltam, felizmente, exemplos de mulheres que no seu tempo fizeram a diferença. Hoje, dedicamos o nosso interesse à figura de Adelaide Cabete (1867-1935), cuja vida se traduz no desafio de se superar a si própria na teia dos padrões sociais que a excluíam do banquete da vida: luta pela instrução superior, luta pelos seus direitos. Porém, o altruísmo que lhe corre nas veias não lhe permite descansar à sombra do estatuto que a sua carreira profissional de médica lhe proporciona: a vida de Adelaide Cabete traduz-se num grito de alerta onde denuncia e combate os males que afetam a sociedade portuguesa do seu tempo. Será a voz dos “sem voz” que irá colocar o “dedo na ferida aberta”, chaga social que a República não conseguiu sarar, ao denunciar e combater os males que afetam a saúde pública, em geral, e o bem-estar das grávidas e crianças, em particular: tais aspetos serão objeto de reflexão nas linhas que se seguem.

1. BREVE NOTA BIOGRÁFICA

Associar a data do seu nascimento à famigerada Regeneração, tão preconizada pela geração liberal, em pleno século XIX, precisamente no ano em que em Portugal se publicava o Código civil, poderíamos ser levados a vislumbrar que os esperados anos de paz e prosperidade marcariam a infância e a juventude de Adelaide Cabete. Porém, a História encarregou-se de mostrar precisamente o contrário: os partidos do rotativismo - Regenerador e Progressista – não souberam estar à altura dos desafios que a situação portuguesa exigia: o analfabetismo, a corrupção e o atraso do país que não conseguia apanhar o carril do desenvolvimento e o vexame a que o *ultimatum* inglês nos sujeitou, cavaram a sepultura da monarquia, anunciada nas *Conferências do casino* e tentado o seu funeral a 31 de janeiro de 1891, na cidade invicta, facto que viria a ser adiado e finalmente consumado, na revolução do 5 de outubro, levada a cabo no famigerado ano de 1910.

Foi este o ambiente social, económico e político em que Adelaide de Jesus Damas Brasão Cabete nasceu, em Elvas, precisamente a 25 de Janeiro de 1867. A sua família, profundamente marcada pela pobreza, contava-se entre as muitas do profundo Alentejo, cujos escassos proveitos não permitiam assegurar aos filhos uma educação primária. Assim, a sua infância teve lugar no seio de uma família modesta de trabalhadores rurais. A situação de pobreza extrema exigiu dela um amadurecimento precoce: repartiu o tempo da sua infância entre o exercício de funções domésticas a que se viu obrigada a desempenhar e a necessidade de trabalhar na secagem de ameixas, bem como exercer atividades agrícolas, não lhe restando qualquer tempo para brincar. No entanto, apesar das dificuldades, aprendeu, como autodidata, a ler e a escrever.

Aos 18 anos, casou com Manuel Ramos Fernandes Cabete, um sargento do exército, republicano, homem culto, que a incentiva a instruir-se. Realiza o exame de instrução primária aos 22 anos e concluiu com distinção o seu diploma da escola secundária, aos 27 anos de idade.

Em 1895, o casal mudou-se para Lisboa. No ano seguinte, Adelaide Cabete ingressou na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, aos 28 anos, completando o seu curso em 1900 com a sua dissertação *A Protecção às mulheres grávidas pobres como meio de promover o desenvolvimento physico [de novas] gerações*, tendo concluído o curso pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa com a classificação de 14 valores. No mês seguinte o periódico *Elvense* noticia a defesa da tese e a conclusão da licenciatura de Cabete. O mesmo jornal publicará o seu primeiro artigo intitulado: “instrua-se a mulher” em 9 de maio de 1901.

Foi admitida como membro na Sociedade das Ciências Médicas em 15 de dezembro do mesmo ano. Desta forma, “Adelaide foi notável entre pares, num universo maioritariamente composto por homens. De ideias firmes e de fortes convicções, foi lutadora ímpar, soube ser solidária, destemida mulher de causas” (Lousada, 2010, pp. 23-24). Foi apenas a terceira mulher a receber formação médica em Portugal e a abrir a sua própria clínica ginecológica em Lisboa. Esse facto faz de, Adelaide Cabete “uma figura incontornável na História das Mulheres Portuguesas. Como mulher soube impor-se numa sociedade fechada, tradicionalmente patriarcal, capaz de sujeitar o feminino ao foro do privado, num isolamento a que não sobreviveriam tantas outras mulheres da sua geração” (Lousada, 2010, p. 23).

2. ADELAIDE CABETE, UMA PEDRA ANGULAR DO SEU TEMPO

As causas abraçadas por Cabete cruzam-se e, invariavelmente, convergem na intervenção cívica por si levada a cabo. E se as isolamos é apenas por uma questão metodológica, no sentido de as arrumar e apresentar aos leitores devidamente ordenadas. Já fizemos referência à formação de Cabete. Uma questão que a choca, ao longo da sua formação, prende-se com a composição das turmas, no que concerne ao género, onde observa o fosso que separa o número de homens do das mulheres: no liceu, 119 dos seus colegas eram homens e ela era a única mulher; na faculdade de Medicina havia 36 homens e duas mulheres, precisamente Adelaide Cabete e Maria do Carmo e Joaquim Lopes. Essa constatação irá concorrer, por exemplo, para a indefinição da fronteira entre a medicina e o feminismo.

Adelaide Cabete é inseparável da história das ideias sociais e políticas do seu tempo: não estranha, por isso, que ela tenha sido uma ativista republicana, em cuja luta empreendeu esforços, que levariam à revolução do 5 de Outubro, que poria fim a quase oito séculos de monarquia. Enquanto ativista, foi militante de muitas organizações como a *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* (LRMP), as *Ligas de Bondade* ou a *Liga Portuguesa Abolicionista*. No entanto, seria como fundadora e Presidente do *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (CNMP) que a sua intervenção mais se faria sentir.

Importa também referir que Cabete foi iniciada na maçonaria em Lisboa, a 1 de março de 1907, no Palácio Maçónico, de acordo ao prenúncio do G.O.L.U. - Grande Oriente Lusitano Unido segundo o rito REAA (Rito Escocês Antigo e Aceito). E ela escolheu o nome simbólico Louise Michel (1830-1905), famosa figura francesa. Como maçónica, Cabete empenhar-se-á nos tratados feministas, em missivas que mostra à Respeitável Loja Obreiros do Trabalho, em Março de 1911. Em 1923, ainda no âmbito da maçonaria, Adelaide Cabete obtém autorização para criar a Ordem Maçónica Mista do Direito Humano e funda a Loja Humanidade 776, sendo eleita “Venerável”.

Em 1929 parte para Angola, onde se empenha na defesa dos direitos dos autóctones e de outras causas justas, sem nunca esquecer a luta pela criação de maternidades e de instituições para crianças. Por meio disso, em Luanda, abriu consultório médico e continuou a escrever nos jornais locais e nos periódicos da metrópole. Além disso, em África, fez parte de cursos, colóquios, conferências e lecionou em cursos de “férias” no Liceu Salvador Correia. Tornou-se uma grande voz no apoio às maternidades em Portugal, finalmente com sucesso, em 1932, quando foi aberta a primeira maternidade no país.

Em jeito de síntese, Lousada invocando um dos seus biógrafos, Henrique Viena, que por ocasião do primeiro aniversário da sua morte, em 14 de setembro de 1936, aponta o seu caráter poliédrico ao referir que “não seria possível dar uma pálida ideia acerca da sua existência se tivéssemos a pretensão de a arrumar em compartimentos estanques, de tal modo profícua e prolixa ela tinha sido, mas a lição sobre ela pronunciada é modelar e revela o quão intensa e extraordinária foi a sua vida” (Lousada, 2010, p. 25). Vejamos algumas facetas que concorrem para o caráter compósita desta figural singular:

Médica e Higienista

Em 1885, ano em que Adelaide Cabete e Manuel Cabete se conhecem, o Conselho Municipal de Paris admite médicas ao internato nos hospitais. Contudo, em Portugal, essa prática já era permitida, desde 1870. Porém, foi como Alice Samora afirma: “medida emancipatória que foi levada a cabo por razões mais conservadoras” (2007, p. 100). Já que as mulheres pacientes estariam mais inclinadas a serem observadas, tocadas e analisadas por outras mulheres. Cabete sabia dos constrangimentos que as pacientes sentiam com os médicos, bem como das resistências misóginas de alguns médicos. Por isso, não estranhamos a reação enérgica, quando protesta: “não pertencço ao número dos doutores que andam sempre a atirar à cara dos outros o seu diploma, mas também nunca consinto, sem protesto, que o meu seja amesquinhado porque me custou muito trabalho, e, a meu marido, a pequena fortuna que tinha quando casou comigo” (Cabete, 1932, p. 2, cols 2-3). Começou por exercer medicina no seu próprio consultório, primeiramente na Rua da Prata, 153, – 2.º, depois na Rua dos Restauradores. Especializou-se naquela que atualmente se conhece por Ginecologia e Obstetrícia: “Exercendo a clínica geral, dedicou-se em especial às doenças das senhoras, merecendo-lhe particular atenção as moléstias uterinas e os partos, o que ainda mais lhe tem aumentado o número de seus admiradores” (D. Adelaide Cabete, 1905, p. 2 col 1).

Além disso, nos cinco anos que passou em Angola, de 1929 a 1934, abre também em Luanda um consultório médico. Segundo Elina Guimarães, Cabete foi “acompanhando com o melhor espírito de camaradagem as tendências da sua geração escolar” e também por meio do seu trabalho, observou-se “onde pela primeira vez se revelaram as ideias de justiça social e o infinito amor pela mulher e pela criança que mais tarde norteariam a sua vida” (1935, p. 1, col. 3). Assim, Cabete escolheu medicina pelo “altruísmo natural e o espírito investigador” (Guimarães, 1935, p. 1, col. 3) e ela era uma mulher com “bom humor e retidão de carácter [...] digna de simpatia era essa rapariga alegre e corajosa, que, sendo em toda a aceção da palavra a «fada de um lar», era simultaneamente uma cientista brilhante” (Guimarães, 1935, p. 1, col. 3). Cabete preocupava-se com a vida das mulheres e grávidas, pois

as que, condenadas pela dura lei da necessidade a serviços violentos até ao termo da sua gravidez, merecem a minha comiseração, tais como costureiras de máquinas, lavadeiras de casas e de roupas, vendedoras ambulantes, operárias de certas fábricas e outros misteres tão penosos como em extremo prejudiciais para o desenvolvimento e robustez do fruto que albergam em seu seio; sendo certo que este nasce duplamente enfezado, já por não permanecer no útero o tempo preciso, já por se nutrir mal durante o tempo em que ali se conserva (Cabete, 1908, p. 2, col. 5).

Assim, esta inquietação levará Cabete a esforçar-se na defesa das condições médico-sanitárias e medidas sociais essenciais para a qualidade de vida mínima dos mais vulneráveis. Desta maneira, ela promoveu a proposta de preservar das tarefas pesadas as mulheres grávidas, a partir dos dois meses (8 semanas) até ao fim da gestação (36 semanas). Por meio disso, Adelaide Cabete é considerada uma das pioneiras na defesa da licença maternidade, preservando a saúde e o bem-estar das grávidas, mães solteiras, prostitutas, antes, durante e depois do nascimento das crianças.

Hoje, verifica-se que as causas em que Adelaide Cabete se empenhou, Portugal ainda não curou, completamente, essa chaga de que o país padece. Cabete, atuou contra o que atualmente se conhece pelo nome de “violência obstétrica”. Segundo a Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto (ADMGP), a violência obstétrica consubstancia-se na “violência contra as mulheres no contexto da assistência à gravidez, parto e pós-parto”. Assim, as formas mais comuns de violência obstétrica incluem abusos físicos ou verbais, práticas invasivas, uso desnecessário de medicação, intervenções médicas não consentidas, humilhação, desumanização e recusa de assistência ou negligência pelas necessidades da mulher.

Comprova-se que na 2ª edição do inquérito “Experiências de Parto em Portugal” baseou-se no QACE (Questionnaire for Assessing the Childbirth Experience), a primeira forma padronizada que mostra uma avaliação multidimensional da experiência subjetiva do parto, validada e usada em muitos países. O formulário teve a participação de 7 555 mulheres que tiveram um parto nos hospitais portugueses entre 2015 e 2019. Ao redor de 30% das mulheres entrevistadas no inquérito afirmaram ter sido vítimas de desrespeito, abuso ou discriminação. Contudo, a representante do “Movimento Violência Obstétrica em Portugal”, Carla Santos está a buscar soluções e afirma que “está à procura de um enquadramento legal para a violência obstétrica. Está à procura de conhecimento por parte da Ordem dos Médicos e do Colégio de Especialidade de Ginecologia e Obstetrícia, e está também à espera de medidas preventivas desta realidade de violência” (Carvalho 2021), para que nenhum ser humano tenha que ser humilhado e abusado quando der à luz.

Por meio do seu trabalho, Cabete integrou as ciências sociais, políticas e médicas para melhorar o bem-estar dos mais desfavorecidos, pois ela já sabia que as condições de habitação e acesso a saneamento básico predisõem para o aparecimento de doenças como hepatite A, doenças respiratórias, parasitoses, subnutrição, enfermidades sexualmente transmissíveis, tuberculose, pneumonia e muitas outras. Assim, Cabete defendia o acompanhamento psicológico e apoio institucional às mães depois de terem dado à luz, apresentando a necessidade na criação de creches

e sua regulamentação legal. “Adelaide Cabete defendia a vantagem na permanência das mães em maternidades para acompanhamento pós-parto, zelando por ambientes em condições higiênicas favoráveis ao desenvolvimento saudável das crianças recém-nascidas” (Lousada, 2010, p. 34).

Deste modo, é essencial referir que «eram as mulheres de menores recursos [que] passaram a ser “casos clínicos” para ensinar os estudantes de medicina, enquanto as das classes mais abastadas continuaram a ser assistidas pelas parteiras nos recatos das suas casas e, se iam para o hospital, os seus partos não eram assistidos pelos estudantes e os seus casos não serviam para formação” (Marques, 2006, p. 87). Além disso, Cabete alertava para os riscos que a grávidas corriam ao recorrerem, num contexto de clandestinidade, a parteiras particulares, sem quaisquer condições de higiene e segurança, para interromperem a gravidez. Daí o seu alerta ao referir que

perante a prática abortiva, que eram as mulheres pobres as mais negligenciadas e maltratadas, as primeiras a sucumbir às mãos de matronas, ou na sequência de abortos feitos pelas parteiras, em péssimas condições, quando chegavam (se chegavam) ao hospital já nada havia a fazer para as salvar. Sendo verdadeiramente assustador o número de pessoas infectadas por sífilis, Adelaide faz-nos saber que nem sempre as mulheres sabiam serem portadoras da doença e que no caso da escolha de uma ama-de-leite toda a atenção era pouca, visto aparentemente aquela ser uma doença passível de passar despercebida a leigos na matéria (Lousada, 2010, pp. 34-35).

Apesar de não haver dados da taxa de mortalidade infantil em Portugal, antes de 1960, verifica-se que já neste ano, a percentagem chegava a 77.5% e em 2020, o valor chegou a 2.4%. Assim, infere-se que a mortalidade infantil era muito alta quando Adelaide Cabete praticava medicina, pois as condições de saúde pública e desigualdade social em Portugal eram significativas. Deste modo, verifica-se que em 2020, Portugal segue sendo um dos países com maior desenvolvimento humano no mundo, porque fez um forte investimento em saúde pública. Assim, Ricardo Jorge já afirmava: “é que a partir do primeiro ano, já de si muito carregado, as nossas crianças mortas atingem cifras in comportáveis. Que denota isto senão que no período do desmame e da primeira infância, tratamos tão mal as crianças que lhes infligimos um tremendo inigualável morticínio?” (Ricardo Jorge referido por Cabete, 1900, p. 89). Também Alfredo da Costa disse: “o prematuro, como o débil de nascença, é, em geral, um condenado a uma vida inteira de fraqueza corporal, em que amiúde se enxertam as distrofias, as neuropatias e as moléstias consumptivas” (Costa referido por Cabete, 1900, p. 89).

A MODA

Não foi Adelaide Cabete a primeira figura a denunciar os efeitos nefastos de determinadas modas. Já Alexandre Herculano nos anos em que foi Diretor e principal redator do Jornal *O Panorama* (1837-39) denunciara um conjunto de modas – algumas delas importadas – que escravizavam a mulher, particularmente o uso de barbas de baleia. Mas não só: também a prática de entregar as crianças a amas, com a estrita finalidade de as amamentarem, para que as mães não desfigurassem o corpo foi objeto de denúncia por parte do redator de *O Panorama*, acusando os malefícios que involuntariamente infligiam às crianças (Rodrigues, 2008, pp. 163-168). Na mesma linha, Adelaide Cabete denunciou abertamente a supremacia da indústria da moda em detrimento da qualidade de vida das mulheres:

munindo-se da “arma da ciência”, ao exibir o título de médica, denunciará inúmeras vezes que, por ignorância e vaidade, as mulheres cometem verdadeiros crimes contra a sua saúde e, no caso de estarem grávidas, contra a dos seus filhos. A moda sempre foi por ela analisada através da bitola científica e avaliada segundo as normas e os cuidados de saúde, particularmente no tocante à prevenção da doença. Neste combate analisa e condena o seguimento cego aos ditames da “moda pela moda”, observa e postula acerca dos conceitos que ela envolve, elevando e ampliando a sua intervenção ao plano das ideias médicas (Lousada, 2010, p. 37).

Sem ser pioneira nesta causa, combateu o bom combate, usando, como Herculano, a mesma arma de arremesso – a imprensa: as mesmas causas, os mesmos argumentos, mas agora fortalecidos pela chancela da ciência. Cabete no artigo “A Moda e a Higiene”, publicado em *Portugal Feminino*, afirma:

[...] vê-se também que neste assunto não existe uma razão higiénica a presidir à aceitação ou rejeição de qualquer modernismo no vestuário feminino, mas antes a maneira de explorar melhor a vítima da moda, que é sempre a mulher [...] Ora eu opto pelas saias curtas, não acima do joelho [...] a principal razão porque reproveo as saias de cauda é por serem perigosas – para a saúde da mulher (Cabete, 1930, p. 6).

Esta afirmação e outras afirmações de Adelaide Cabete, apoiadas em evidências científicas estabelecem uma relação de causa efeito entre as ulcerações do colo do útero e as inflamações decorrentes das poeiras que as caudas dos vestidos arrastavam e levantavam, não observando tal situação nas mulheres do campo e as do povo, pelo facto de não usarem saias “*de rojo*”, mas curtas. Assim, Cabete mostra que a cultura da moda já fazia das mulheres meras consumidoras passivas: “as mulheres não vestem o que elas querem, mas sim, como escravas da moda, o que lhes impõem os mercenários, sem se preocuparem com os resultados funestos que daí resultam” (Cabete, 1930, p. 6).

Cabete além das saias, denunciou o dano provocado pelos espartilhos no corpo das senhoras, causando sérios problemas respiratórios e em todo o aparato digestivo e reprodutor. Refere: “só quem viu os estragos em cadáveres como me aconteceu no meu estudo de anatomia pode avaliar a sua nefasta ação nos órgãos principais à vida daquela que a outros tem de dar vida” (Cabete, 1931, p. 22). Além disso, afirma: “o regresso do espartilho, segundo consta, está para breve, devemos acautelar-nos contra a sua nova invasão para não termos de observar outra vez as costelas assentes nos pulmões e as barbas do espartilho vincadas no fígado e que acima nos referimos” (Cabete, 1931, p. 22).

Cabete, uma mulher da polis

Havia um analfabetismo gritante no país. No entanto, no que às mulheres dizia respeito era vergonha: a entrada no ensino era restrita. A educação feminina era próxima da educação espartana: esta buscava preparar as jovens para o que a sociedade esperava delas - serem boas esposas, boas mães e boas donas de casa. O princípio republicano que apoiava a educação das jovens era algo que estava em conformidade com o feminismo da época: mas entre os princípios e os factos havia um abismo inaceitável. A inserção da mulher no mercado de trabalho apenas serviu para agudizar a injustiça: sem serem aliviadas das lides domésticas e familiares, trabalhavam o dia inteiro nas fábricas, a troco de um vencimento miserável, manifestamente insuficiente para proverem à sua suas necessidades, de forma independente e digna.

Não detinham direitos políticos: votar ou serem eleitas era impensável, estavam totalmente dependentes dos maridos e não podiam fazer uso dos seus bens sem o consentimento do cônjuge e assim, eram consideradas seres humanos de segunda categoria no seu próprio país. Perante tal situação, Cabete envolve-se no movimento *O plebiscito das mulheres portuguesas*, com o intuito de promover o acesso ao voto a metade da população, ou seja, às mulheres.

Cabete afasta-se da *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* em novembro de 1909, por combater a exclusão das mulheres do acesso ao voto. Pois, segundo Elina Guimarães,

apesar da propaganda republicana defender objectivos como a democratização, laicização e secularização do Estado e das instituições, pugnando pela dignificação do estatuto social do trabalhador, da mulher e da criança – chegando a inscrever no seu programa, o sufrágio feminino – o advento da I República, nunca o efectivou. Constituindo uma desilusão para a desejada emancipação feminina (pese embora o alargamento da participação das mulheres no funcionalismo, a sua entrada nas universidades e a publicação das denominadas Leis de Família, como a Lei do Casamento como Contrato Civil, a Lei de Protecção dos Filhos e a Lei do Divórcio) foi causa directa do aparecimento, em 1914, do CNMP e da extinção da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (Elina, 2004, p. 36).

Apesar de suas aspirações pessoais e das suas conquistas pessoais, no que concerne aos seus direitos como cidadã, Cabete percebeu que as medidas políticas republicanas não eram sequenciais, então teve que continuar atuando. Assim, em 1914 foi criado o *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (CNMP), a organização feminista que maior número de sócias angariou; tendo-se internacionalizado, foi, igualmente, a organização do gênero que maior longevidade conheceu (1914-1947). Deste modo, Cabete continuou usando suas competências oratórias e de comunicação para apresentar os seus ideais, baseados no respeito da pessoa humana. É sintomática a afirmação produzida no ensaio chamado “*A dobrez do homem: o pai e o marido perante a mulher*”:

o casamento nunca deve ser um acto para descansar, mas sim uma nova vida, onde os dois nubentes entrem com toda a coragem, para despenderem energias, que são necessárias para educação das novas vidas que desse núcleo vão surgir. É assim que o casamento deve ser encarado por toda a mulher que é feminista na verdadeira acepção da palavra, porque, neste caso, ela é considerada pelo marido como uma igual e não como uma inferior, a quem ele considera, na maioria dos casos, como uma governante com mais algumas prerrogativas, que os homens cedem muitas vezes por esmola, e mais nada (Cabete, 1925, p. 66).

Além disso, Cabete escreveu às mães como deveria educar as suas filhas, pois a construção da autoestima, do valor próprio e da consciência do papel subalternizado na sociedade que as mulheres são submetidas, começa no ambiente doméstico, assim, sugere:

[façam] propaganda feminista entre os homens que tenham filhas. Não sejamos egoístas: para que o nosso trabalho seja perfeito e seguro, preparemo-lo para as mulheres de amanhã o aproveitarem. E o que V. Ex.^a tem a fazer desde já é preparar as suas duas filhas para viverem do seu trabalho honesto, visto que não são ricas, e dar-lhes uma perfeita noção da sua dignidade pessoal, ilustrá-las e dignificá-las, de modo que os maridos vejam nelas mais alguma coisa do que a besta de carga e a máquina de fazer filhos, como dizem alguns escritores balofos e algumas banalidades masculinas (Cabete, 1925, p. 66).

Durante 2.^o Congresso Feminista e da Educação, de 1928, emergiram fortes reações contra o feminismo, contudo as militantes do CNMP, aproveitaram a oportunidade para denunciar que a principal causa dos sentimentos antifeministas era o desconhecimento. Carmen Marques em *O Rebate*, num artigo intitulado “O Feminismo vai vencer” aprofundou esta defesa, afirmando:

quando todos souberem que o feminismo é a guerra à prostituição, é a luta a favor da criança e da mulher, é a luta pela criação do novo espírito cívico que faça de todos os infelizes e desprotegidos, pela educação e dedicação dos instruídos e fortes, instruídos e fortes como eles na medida da sua natureza (Marques, 1928, p. 1, col. 2).

Esta visão mais evoluída mostra a importância do *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* e como outras figuras abraçaram a mesma causa da emancipação da mulher. Ribeiro Carvalho já em 1912 dera voz à mesma causa, ao afirmar que “as [mulheres] que não têm um lar, as que não têm uma família, as que não podem aspirar a ser esposas ou a ser mães – terão um meio, assim, de fugir à prostituição e à fome. [...] Libertemos a Mulher, não protegendo-a com esmolas, mas emancipando-a, pelo trabalho digno e honesto” (Carvalho, 1912, p. 1). Pois somente por meio do empoderamento das meninas perante a sociedade é que se alcançará uma comunidade plenamente democrática. Nesse contexto, Lousada fazendo uso de expressões de Cabete é perentória ao afirmar:

só dessa forma se contraria a “escravatura da mulher” libertando-a pela autonomia permitida pela autossuficiência. Quando a mulher se basta a si própria terá conquistado a sua “carta de alforria”. À mulher deverá ser permitido alcançar, pelo trabalho e pelos direitos, a igualdade. Caso contrário terá a chamá-la uma vida de miséria, fome e morte miserável, diz-nos ainda Ribeiro de Carvalho que, nesse caso, se abre o caminho mais imediato, o da prostituição (Lousada, 2010, p. 51).

Contudo, seria necessário esperar pelo 25 de abril (1974) para, em Portugal, as mulheres puderam exercer o direito de votar e poderem ser eleitas.

Separação entre o Estado e a religião.

As batalhas contra a monarquia antes de 5 de outubro estavam relacionadas com disputas contra a religião, dado que havia uma relação direta entre as duas instituições que segundo o ponto de vista da médica não contribuíam para o desenvolvimento da sociedade portuguesa. Assim, grande parte dos periódicos da época, pertencentes à parte republicana, faziam questão de demonstrar a falta de aprovação de Adelaide Cabete relativamente ao domínio exercido pela Igreja Católica. Assim, ela afirma: “em todos os tempos houve mistificações e houve mistificadores. Em todos os tempos a Mentira guerreou a Verdade e não raro a levou de vencida. A coisa vem de longe. Vem do pai Adão e da mãe Eva. À Verdade também se chamou Bem e à Mentira chamou-se Mal” (Cabete, 1907, pp. 22-23). Além disso, Cabete combatia ferozmente a superstição: “as tendências fatalistas da nossa raça, agravadas com a falta de energia que nela determinou o alheamento da própria vontade, criado pela influência religiosa e pelos rigorismos inquisitoriais, tornaram-na campo aberto à influência de todas as superstições, e é a este grande mal social que urge opor um rude combate com medidas, enérgicas, de ação imediata” (Michel *Carta*, 1911). Logo, ela mostra um grande repúdio pelas práticas de “adivinhação” que classifica como fraudes e que acabam por dificultar o trabalho dos profissionais de saúde em busca do bem-estar social.

Adelaide Cabete e seu sobrinho Arnaldo Brazão lideraram o movimento abolicionista em Portugal, frequentemente associado ao combate ao alcoolismo. A *Liga Portuguesa Abolicionista* foi estabelecida no ano de 1924, cujo presidente foi Arnaldo Brazão (1890-1968), sobrinho e filho adotivo de Adelaide Cabete, o qual já tinha apresentado uma tese a favor da abolição da prostituição no Congresso feminista, em 1924.

Cabete também fez parte da *Liga Antialcoólica* que entre 12 e 20 de janeiro de 1924 organizou, em Lisboa, a semana antialcoólica, com o objetivo de chamar a atenção do público para os problemas derivados do álcool, “tendo por foco os malefícios produzidos pelo alcoolismo (classificado pelos promotores como um problema de ordem social e moral, mais do que uma questão de natureza patológica)” (Lousada, 2010, p. 41). Pois a sociedade portuguesa era acometida pelos achacares da fome, da falta de higiene, da ignorância e da pobreza, dando lugar a hábitos prejudiciais ao desenvolvimento humano.

Na sessão de encerramento da campanha antialcoólica que teve lugar, na sede da Universidade Livre foi festejado o 9.º aniversário da publicação oficial da “lei seca”, que contou com a presença de Adelaide Cabete como oradora. Esta Associação localizava-se no consultório da médica e tinha também como cerne a luta pela melhoria de condições de vida dos trabalhadores.

Os perigos da má alimentação dos operários e das operárias foi uma preocupação constante da ativista. Para tal foi feita uma campanha anterior à concretização do *2.º Congresso Abolicionista* organizado em Lisboa, em Maio de 1929, onde Cabete apresenta a tese “Eugenia e Eugénica”, assunto até então pouco abordado no país. A crítica social e política marcou a sua escrita: “Os maus governos têm farto quinhão de culpas” (Cabete, 1900, p. 94) escreve, colocando responsabilidade na política tributária sobretudo naquela em que há um agravamento dos produtos de primeira necessidade, realçando o aumento da pobreza na camada mais pobre que dessa forma vão “perecendo à míngua de uma alimentação suficiente” (Cabete, 1900, p. 94). Adelaide Cabete desde cedo entendeu a importância de disposições legais que garantissem os direitos essenciais dos mais desprivilegiados, dando especial atenção às grávidas, durante o serviço.

A carreira policial feminina em Portugal começou nos anos 1930 com a aceitação na polícia de Lisboa das primeiras agentes policiais. Decorreu um debate público sobre a sua necessidade e benefícios, na década de 1920, levado a cabo pelos movimentos feministas, especialmente o *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*. Assim, no *Primeiro Congresso Nacional Abolicionista* organizado em 1926 pela *Liga Portuguesa Abolicionista*, Adelaide Cabete num dos seus discursos fala,

abertamente, da necessidade de uma polícia feminina. Dando o exemplo de outros países, onde a presença de agentes femininas era já uma realidade e era algo vantajoso.

Deste modo, Cabete resume os benefícios da polícia feminina em três aspetos fundamentais: o combate da prostituição o que supõe a alteração da profissão de acordo com os ideais abolicionistas; as funções policiais das mulheres são de vigia e defesa das crianças, jovens, mulheres e prevenção da criminalidade; por último, a polícia feminina deve ter uma função educativa. A médica fundamentava esta sua tese, invocando o êxito que tais polícias femininas tinham em vários países, especialmente nos Estados Unidos da América e Inglaterra. Adelaide Cabete afirmava que as polícias ideais deviam estar ancoradas em três pilares:

1. serem portadoras de uma educação estremada, terem informações acerca da metodologia policial e porte moral irrepreensível;
2. terem conhecimentos sobre a higiene pública e particular e primeiros socorros;
3. deviam ainda ter competências para identificar algumas disposições do código Penal, particularmente no que concerne a narcóticos e à datiloscopia.

CONCLUSÃO

Adelaide Cabete, Médica, republicana, sufragista, higienista, publicista, socióloga, maçona, socialista, livre-pensadora, educadora e defensora convicta dos ideais feministas, foi uma mulher singular na história do seu país. Mudou e impactou a comunidade por meio de seu trabalho como escritora, médica e feministas. Inconformada com a sorte a que o destino a “condenara”, trilhou o caminho das pedras e combateu o bom combate: ilustrou-se desenvolveu os talentos com que a natureza a dotara, ganhando autonomia financeira e autonomia num mundo em cuja profissão era dominada por homens.

Altruísta e profundamente humanista, não se contentou com a sorte das suas conquistas: profundamente sensível ao sofrimento de quantos viviam excluídos do banquete da vida, arregaçou as mangas e levantou uma cruzada contra as chagas que flagelavam os mais vulneráveis. A sua profissão confunde-se com as causas que abraçou. A sua vida traduz-se num serviço permanente aos outros: o tempo que lhe faltou em criança para brincar, não o recuperou, mais tarde, colhendo, como a linda Inês, de seus anos doces frutos” (Camões III, 120). Não! O sofrimento alheio compungiu-a a empreender o combate nas frentes de batalha mais difíceis: emancipar a pessoa toda e toda a pessoa.

Cabete, enquanto médica, bateu-se pela causa da saúde pública de seu país. Iniciou o que hoje se dá por adquirido: a licença de maternidade, o acompanhamento das grávidas, antes durante e depois do parto, a noção dos malefícios da moda no corpo das mulheres, a importância da higiene e muitas outras medidas preventivas da enfermidade e do mal-estar público. Ainda no âmbito da saúde pública, combateu os achacares e ameaças que, em nome da ignorância, atentavam contra saúde: os curandeiros, as “mezinhas”, as “benzeduras” e as superstições que eram responsáveis por disseminar doenças e desinformação. Atuou também em Angola a favor dos mais carenciados, em defesa das maternidades, da educação, do desenvolvimento pré-natal e infantojuvenil.

Esta senhora aliou sua prática médica com os conhecimentos adquiridos e constantemente atualizados a favor da comunidade, para agora servir de base para estudos científicos, médicos, sociais e políticos. Excelente conselheira, promoveu recomendações que foram e são essenciais para uma sociedade que se desejava democrática e justa. Observou a importância da separação do Estado, da Saúde Pública e da Religião

Em suma, Adelaide Cabete buscou na sua época antecipar o objetivo número 5, que se refere à igualdade de género, dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2015. Objetivos estes que têm como propósito a paz, a justiça e instituições eficazes no mundo. Logo, a igualdade de género, não é uma mera questão de género, é uma questão de direitos humanos, de fazer o mundo mais sustentável, eficiente, justo, seguro e saudável. Investir as mulheres da sua dignidade é uma necessidade ambiental, ecológica, política, social e de saúde pública.

Cumprimos, assim, o principal objetivo desta investigação: prestar homenagem a esta figura poliédrica, dando a conhecer a obra de uma humanista que tem tanto de grande e nobre, como de desconhecida – pelo menos do grande público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cabete, A. (1900). *A protecção às mulheres grávidas pobres como meio de promover o desenvolvimento physico de novas gerações*. Dissertação defendida perante a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Typografia Mattos Moreira & Pinheiro.
- Cabete, A. (1900). *A protecção às mulheres grávidas pobres como meio de promover o desenvolvimento physico de novas gerações*. (Dissertação inaugural apresentada e defendida perante a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa). Typografia Mattos Moreira & Pinheiro.
- Cabete, A. (1907). Almanach Democrático para 1908, Lisboa, [1907], pp. 22-23.
- Cabete, A. (1908). “Hygiene da mulher segundo as edades”, *A República*, 10 de Junho de 1908, p. 2.
- Cabete, A. (1925). A dobrez do homem: o pai e o marido perante a mulher. *Educação Social, Revista de Pedagogia e Sociologia*, 15 Março, 1925.
- Cabete, A. (1930). A Moda e a Higiene: Saias Curtas. *Portugal Feminino*, 7, agosto, p. 6.
- Cabete, A. (1931). Selecção Humana. *Alma Feminina*, 5-6, maio e junho.
- Cabete, A. (1932). A Mulher e a inteligência. *A Província de Angola*, 17 de Agosto de 1932, p. 2.
- Camões, L. (2021). *Os Lusíadas*. Porto Editora.
- Marques C. (1928). O Feminismo vai vencer. *O Rebate*, n.º 229, 4 de Julho de 1928, p. 1.
- Carvalho, R. (2021). Violência obstétrica: Ordem dos Médicos conclui que termo não se aplica em Portugal, vítimas, ativistas e profissionais de saúde garantem que sim. *Jornal Visão*. Internet. Disponível em: Visão | Violência obstétrica: Ordem dos Médicos conclui que termo não se aplica em Portugal, vítimas, ativistas e profissionais de saúde garantem que sim (sapo.pt)
- Correia, R. (2013). *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: A Principal Associação de Mulheres da Primeira Metade do Século XX*. (Dissertação de Mestrado) em Estudos sobre as Mulheres, As Mulheres na Sociedade e na Cultura. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas- Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Guimarães, E. (1935). *Uma alma de mulher. A Dr.ª Adelaide Cabete*. Correio Elvense, n.º 267, 17 de novembro.

Herculano, A. (1837). Educação materna. In *O Panorama: jornal litterário e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, (8) 24 julho 1837 pp. 62-63)

<https://run.unl.pt/bitstream/10362/12614/1/ocia%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520de%2520Mulheres%2520da%2520Primeira%2520Metade%2520do%2520S%25C3%25A9culo%2520XX%2520%25201914-1947%2520Rosa%2520de%2520Lurdes%2520Matias%2520Pires%2520Correi.pdf>

Lousada, I. (2009). International Expectations: ICW - Prelúdio para o CNMP. In *Faces de Eva*, n.º 22, 2009. Disponível em: [international expectations.pdf \(unl.pt\)](#)

Lousada, I. (2010). Adelaide Cabete (1867-1935"). In *Colecção Fio de Ariana*. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género Presidência do Conselho de Ministros Lisboa, Lisboa, 2010. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género Presidência do Conselho de Ministros Lisboa. Disponível em: [Adelaide Cabete_Miolo \(unl.pt\)](#)

Marques, R. (2006). O Aborto. In *Lisboa, Ela por Ela*. Coleção Mulheres do século XVIII. Internet. Disponível em: [CIG - O aborto / Regina Marques](#)

Michel, L. [Cabete] (1911). Carta da médica dirigida em Março de 1911, à Loja Obreiros do Trabalho, denunciando a superstição e a crendice que a maçonaria deveria combater, assinando com o seu nome simbólico, na qualidade de Venerável (BN, N47, Cx1)

Nações Unidas Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental (2022). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - 17 Objetivos para transformar o nosso mundo*. Disponível em: [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ONU Portugal \(unric.org\)](#)

National Geographic (2021). Adelaide Cabete, o rosto do feminismo português no século XX. Internet". Disponível em: [Adelaide Cabete, o rosto do feminismo português no século XX | National Geographic \(natgeo.pt\)](#).

Pires, A. (2012). A liga republicana das mulheres portuguesas e a enfermagem do século XX - leituras na imprensa feminista. *Revista de Enfermagem*, III, 171-178.

Pordata (2022). Taxa bruta de mortalidade e taxa de mortalidade infantil. Quantas mortes há por cada 1.000 residentes? Quantas crianças morrem com menos de um ano de idade por cada 1.000 nascimentos?. Disponível em: [PORDATA - Taxa bruta de mortalidade e taxa de mortalidade infantil](#)

Queirós, E. (1988). *“Adão e Eva no Paraíso” em Obras Completas de Eça de Queiroz*. Resomnia Editores.

Carvalho, R. (1912). Emancipemos a mulher. *O Radical*, Leiria, 25 de janeiro de 1912, p. 1.

Rodrigues, J. (2008). *A Educação na Revista O Panorama*, Tomo I. UTAD.

S/A - “D. Adelaide Cabete” *A Chronica*, n.º 149, dezembro, 1905, p. 2, col. 1.

Samara, A. (2007). Adelaide Cabete, a incansável lutadora. Disponível em: Adelaide Cabete – She Thought It (ilcml.com).

Urbano, P. (2020). *Adelaide Cabete e a génese da polícia feminina*. In Instituto de História Contemporânea - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2020. Disponível em: Adelaide Cabete e a génese da polícia feminina — Universidade NOVA de Lisboa (unl.pt)

FERNANDO PESSOA E A MAÇONARIA

Irm.: LAS - RLOD⁶³

Palavras-chave

Fernando Pessoa
Grande Oriente Lusitano Unido
Grau de Companheiro
Opúsculo associações secretas
“Poema S. João”

Resumo

Investigação que versa sobre o contexto histórico-ritualístico do Grau de Companheiro (Grande Oriente Lusitano), enveredando por uma exaustiva recolha de conceito, divisas e informações relacionadas a este assunto. Na essência do mesmo surge, de forma não só comprovada, mas também contextualizada a notória relação de Fernando Pessoa e outras ilustres personalidades que lhe são contemporâneas. Historicamente não só se descreve evolução política e cívico-interventiva (de então), mas também a própria evolução (nomenclatura) do atual Grande Oriente Lusitano (antigo Grande Oriente Lusitano Unido), entre outras matérias de interesse para a perceção e informação públicas sobre a matéria em apreço.

O trabalho maçónico, na definição estabelecida no *Dicionário de Maçonaria Portuguesa* “compreende essencialmente uma parte ritualista e uma parte intelectual e material, que se interpenetram (...) e o seu objectivo geral é a construção do templo» (MARQUES, 1986, p. 1432). O Companheiro deve trabalhar, com humildade (característica maçónica, ligada à aprendizagem e ao aperfeiçoamento constante de todo o obreiro, qualquer que seja o grau (p. 748), a pedra cúbica “símbolo da obra-prima que o Companheiro deve procurar realizar pelo aperfeiçoamento de si mesmo e o controlo das paixões e dos impulsos” (p. 1099) e do vício (pp. 1484-85). “O aperfeiçoamento individual e a luta em prol do aperfeiçoamento da humanidade inserem-se entre os deveres dos “que receberam a luz” (p. 1113), o “dever de todo o maçõn, desde o começo até ao final da sua carreira maçónica” (p. 84). Deve para isso o maçõn a obrigação da assiduidade, condição de aumento de salário (p. 109), após proposta de proponentes (pp. 1073-74) em que apresenta prancha “para aprovação ou consentimento” (p. 88) em Assembleia, “nome dado a uma sessão de loja no 2.º grau” (pp. 108-09) ou Câmara de Companheiro (p. 245) de respeitável loja simbólica de São João, dos três primeiros graus (p. 285) da maçonaria simbólica (p. 929) ou azul (p. 924), tanto para o REAA como para o RF. «O Companheiro, (p. 221) título de 2.º grau de todos os ritos maçónicos, organizado em catecismo, “nome dado aos rituais elementares de cada grau, para instrução do respectivo iniciado” (p. 308). Como Companheiro “Acompanha o Mestre” (p. 369). “De acordo como painel do grau, quadro rectangular onde estão desenhados os atributos e características do grau” (p. 1074), “passa do fio-de-prumo ao nível”, isto é, torna-se capaz de começar a relacionar os elementos do conhecimento com o cosmos em que se insere.” O nível é uma das ferramentas usadas na maçonaria

⁶³ IRM.: LAS – RLOD. G.:O.:L.: | Grande Oriente Lusitano.

operativa e simbolicamente pela maçonaria especulativa também. Servindo para reconhecer se um plano é horizontal e sem acidentes, simboliza a igualdade social, indicando que os direitos dos homens são os mesmos. Elemento passivo é um dos utensílios cujo conhecimento associado ao do motivo fio-de-prumo, se exige do companheiro. (...) É também o atributo do 1.º vigilante que vigia a coluna dos Companheiros” (p. 1030). Nas suas 5 viagens “que são percursos simbólicos realizados pelos candidatos durante o acto de iniciação. Neste sentido para além de sempre aprendiz, é-se sempre iniciado a cada grau de ascensão. Correspondem a ensinamentos conseguidos pela experiência e pela reflexão” (p. 1482). (...) Conhece a letra G (p. 620) (Geometria, Geração, Gnose e Gravidade) e a estrela flamejante pentagonal (também chamado pentagrama (p. 1108) e pentalfa, é o emblema da natureza e do homem que nesta se insere. As cinco pontas iguais correspondem à cabeça e aos quatro membros do ser humano)” (pp. 533-534). “A vida é simbolizada pelo pentagrama ou estrela flamejante” (p. 1485). “A geometria é uma das ciências frequentemente mencionadas nos vários graus maçónicos. Mencionado no 2.º (Companheiro). Como símbolo significa o rigor, a medida do universo, uma das maneiras de atingir a construção do templo” (p. 636). A geração” é sinónimo de força vital” (p. 637). Gnose” conhecimento iniciático obtido pelo maçom a cada grau que ascende e, por extenso, conhecimento moral e impulso que o leva a querer conhecer sempre mais” (pp. 639-640). E assim sendo a ascensão na gnose implica querer aprender mais, ora então somos sempre e cada vez mais aprendizes aprofundando conhecimentos, por método iniciático. Gravidade é “a força universal e cósmica de atracção, símbolo da unidade fraterna, da solidariedade dos maçons de todo o mundo” (p. 708).

A marcha, “conjunto ritual de passos, variável, no número e na forma, de grau para grau, e praticado na entrada do templo. O número é relacionado com a idade simbólica nos três primeiros graus, varia depois notavelmente na escala hierárquica, consoante as características e as tradições de cada grau” (p. 947). No grau de Companheiro começa por ser de três passos rectilíneos, como o de Aprendiz, mas cresce-se depois de dois desvios mais, para a direita e para a esquerda, significativos dos rumos diversos que os seus conhecimentos lhe permitem já trilhar. É-lhe por isso dada uma palavra passe, “um dos tipos de palavra ritual existente em quase todos os graus dos diversos ritos” (p. 1082) que é neste grau (schibboleth, ou sibboleth (p. 1313), do hebraico, espiga ou rio. Com o sentido de numeroso como as espigas de trigo. Símbolo da fecundidade e da universalidade do espírito, bem como da indestrutibilidade da vida (p. 525). É a palavra ritual tanto no REAA, como RF (p. 1336), visto ter suficiente autonomia e liberdade para se deslocar em algumas direcções. Como

os seus olhos já podem aguentar mais luz, o companheiro senta-se, em loja na coluna sul (J no REAA). Como ferramenta utiliza principalmente a régua,” instrumento activo, simboliza a rectidão, a precisão na execução, o método, a lei justa, o aperfeiçoamento de toda a construção. Simboliza ainda o infinito, visto permitir traçar a linha recta, sem princípio nem fim. Associa-se à alavanca, instrumento passivo” (p. 1211). Mas também o malho e o cinzel ou escopro, o compasso, a alavanca,” emblema da força moral, da perseverança, do poder, da vontade, um dos instrumentos simbólicos, passivos do grau de Companheiro” (p. 29), o esquadro, o nível, o fio-de-prumo “que tal como na maçonaria operativa serve para verificar a vertical correcta de qualquer lugar, assim, na maçonaria especulativa, o fio-de-prumo simboliza a profundidade e a rectidão do conhecimento, sem quaisquer desvios. E tal como entre os pedreiros, o fio-de-prumo, associado ao nível e ao esquadro permite construir com perfeição um edifício, da mesma forma, entre os pedreiros-livres, aqueles objectos são indispensáveis à perfeição do indivíduo. O fio-de-prumo é o elemento activo, de movimento e acção, que se associa ao nível, elemento passivo, de inércia e repouso. O fio-de-prumo é também o atributo do 2.º vigilante e faz parte de um dos emblemas dados a conhecer aos companheiros.” (pp. 588-89). “A trolha é um instrumento de pedreiro, emblema da maçonaria, do amor fraternal que cimenta a unidade e da benevolência, para com todos, sempre no ritual do 2.º grau. (...) Colher em linguagem ritual de banquetes maçónicos” (p. 1445). “A arquitectura é um dos temas básicos do ritual do 2.º grau” (pp. 99-100). «A arquitectura é a “arte suprema”. A arte por excelência e, por isso mesmo, designada muitas vezes por “Arte Real”. (...) É o mesmo que maçonaria. Usou-se sobretudo no século XVIII, só pouco a pouco se vulgarizando o termo maçonaria” (p. 100). O compasso, símbolo do espírito, do relativo (círculo) dependente do ponto inicial (absoluto) entrelaça-se com o esquadro” (p. 372), “num ângulo de 45.º” (p. 78). “O esquadro é o resultado da união da linha vertical e a linha horizontal, é o instrumento indispensável ao obreiro para que ele realiza uma construção harmoniosa e equilibrada, sobretudo nas suas bases. (...) É a acção do espírito e da vontade humanas sobre as paixões e as emoções” (p. 526). É ainda sob o manto do silêncio do eterno Aprendiz “uma virtude maçónica, expressa pela descrição, a ponderação, a tolerância e a prudência em relação a si mesmo e ao próximo” (p. 1337) que o Companheiro soletra a sua prancha, que é em sentido amplo “nome dado a qualquer escrito” (p. 1152). O Companheiro de alvo avental, “o elemento essencial das insígnias maçónicas, símbolo do trabalho tanto físico, como intelectual e moral. É geralmente composto por um rectângulo (alusivo à forma do templo (p. 1414) de Salomão) a que se sobrepõe uma abeta triangular. No 1.º grau acha-se levantada, ao passo que em todos os demais graus ela se dobra para baixo” (p.

129), “por necessidade de menor protecção do que o Aprendiz (...)”. O uso do balandrau ou abola (p.8)” sobre a qual se envergam as insígnias do grau, (...) garante uma digna uniformidade de trajó em sessões de loja” (p. 142). Trabalha, simbolicamente, no polimento da pedra bruta (...) do meio-dia à meia-noite” (p. 370), as horas maçónicas “um tempo simbólico que caracteriza o desenrolar dos trabalhos em loja” (p. 739). Recebe o seu salário e pagar é assistir com conhecimentos que se vão adquirindo a partir da iniciação, grau a grau e que são representados por símbolos” (p. 94). “O verbo utiliza-se em sentido alegórico, referindo-se aos vigilantes que “pagam” aos Aprendizes e Companheiros os respectivos salários” (p. 1072). Junto à coluna B (Bo’as, uma das colunas que se erguem à entrada das lojas dos 1.º e 2.º graus) do templo. Tem a idade simbólica de 5 anos (p. 759), “alusiva aos quatro elementos (mundo material) acrescidos da energia do Homem e aos cinco sentidos (mundo sensorial), às cinco ordens de arquitectura. Às clássicas gregas: à dórica (p. 483) força; à jónica (p. 1271-72) sabedoria, e à coríntia (p. 411) beleza (p. 169), juntam-se as romanas toscana (p. 1433) e compósita, isto é o mundo da beleza), segundo alguns autores, às cinco principais ciências (matemática, geometria, filosofia, biologia e sociologia) e às cinco principais artes (arquitectura, escultura, pintura, música e poesia)” (p. 371).” Cinco é o número sagrado do grau de Companheiro. A bateria é de 9 palmas (p. 163). “A bateria recorda, possivelmente, o trabalho ritmado sobre a pedra dos antigos pedreiros operativos” (p. 164). A cor principal usada nas insígnias e templos da Maçonaria é o branco, característica dos dois primeiros graus de qualquer rito (...) além disso quase todos os aventais são de base branca” (p. 406). O branco é a síntese de todas as cores. O azul “como cor do céu é também a do espírito divino que se transmite pelo ar e, conseqüentemente, a cor do Verbo, da verdade e da sabedoria” (p. 138). “É ainda a cor do segundo degrau da escada simbólica existente no grau de companheiro” (p. 138). “O amarelo é a cor ritual que, com o azul, decora as lojas do 2.º grau (...) do REAA. Alude às nuvens douradas do céu, à riqueza (ouro), abundância do afecto que o Companheiro deve possuir e expender com os seus irmãos” (p. 60). «“O coração, com símbolo do amor altruísta” dever básico do grau 2.º (...) de toda a maçonaria, é simbolizado por um dos 5 degraus do seu templo” (p. 65) “e da fidelidade, surge nos rituais dos graus 1.º Aprendiz e 2.º Companheiro, tanto no REAA como no RF” (p. 409). A mão direita colocada sobre o “brinquedo de corda, a que chamamos coração”. “A corda, símbolo da humildade e da escravidão em que se encontra um candidato a um determinado grau, até o receber. Surge muitas vezes, nos 1.º e 2.º graus da Maçonaria simbólica” (p. 409).

E é com humildade e na sequência das viagens que empreendi, com energia da nossa humanidade, “com os sentidos bem alerta”, inspirado nas ordens arquitectónicas clássicas, de entre as ciências à filosofia e nas artes à poesia e com consciência do trabalho inacabado que me proponho a trazer à reflexão uma personalidade expoente da cultura portuguesa e universal, e particularmente acerca de uma obra “As Associações Secretas” que faz luz sobre os laços que uniam o espiritualmente imortal Fernando António Nogueira Pessoa, que perfez 75 anos da sua passagem ao oriente eterno e com a sua morte, que ele venceu, dia 30 de Novembro de 2010, e para cuja vitória ritual contribuiremos com a leitura da sua obra visível perscrutando o invisível que os olhos da espiritualidade vêem. E diz Pessoa muito claramente “posição religiosa: Cristão gnóstico e, portanto, inteiramente oposto a todas as Igrejas organizadas, e sobretudo à Igreja de Roma. Fiel, por motivos que mais adiante estão implícitos, à Tradição Secreta do Cristianismo, que tem íntimas relações com a Tradição Secreta em Israel (a Santa Kabbalah) e com a essência oculta da Maçonaria. (...) “Posição iniciática: iniciado, por comunicação directa de Mestre a Discípulo, nos três graus menores da (aparentemente extinta) Ordem Templária de Portugal. (...) Ter sempre na memória o mártir Jacques de Molay, Grão-Mestre dos Templários, e combater, sempre e em toda a parte, os seus três assassinos – a Ignorância, o Fanatismo e a Tirania”»⁶⁴. A ignorância “é um dos inimigos de todo o homem e que o maçom deve combater sem tréguas desde o momento da sua iniciação”⁶⁵. O fanatismo é “vício oposto à tolerância e derivado da ignorância, o fanatismo é considerado um dos adversários da maçonaria que mais cumpre combater e destruir” (MARQUES, 1986, p. 550). A tirania é “um dos inimigos da ordem maçónica, naturalmente oposto à tolerância, à fraternidade, à igualdade, à liberdade. O combate à tirania é um dever iniludível do maçom” (p. 1422). Embora segundo António Henrique de Oliveira Marques “a ligação aos Templários com a Maçonaria especulativa constitui, do ponto de vista histórico, pura lenda. A introdução do mito templário na história tradicional maçónica surgiu apenas no século XVIII encontrando aliás bom acolhimento e conseguindo introduzir-se na hierarquia dos graus, nomeadamente no 30.º (Grande Eleito Cavaleiro Kadós) e 33.º (Soberano Grande Inspector Geral) do REAA” (p. 413).

Seria autodidacta, sem Loja, sem Constituição, nem Regulamento Geral, nem catecismo a que tivesse de obedecer ou comprometer-se, mas aderindo mística e gnoseologicamente aos mistérios da Augusta Ordem.

⁶⁴ Lisboa, 30 de março de 1935, Fernando Pessoa.

⁶⁵ *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. II, p. 761.

Escreveu um opúsculo acerca das associações secretas (PESSOA, 2005), na sua obra homónima, que é o manancial deste labor, no Diário de Lisboa, nº 4388, 4-II-1935, e posteriormente publicada em livro (PESSOA, 1935)⁶⁶. Referindo-se ao projecto do Dr. José Cabral “estabelece várias e fortes sanções (com excepção da pena de morte) para todos quantos pertençam ao que o seu autor chama associações secretas, sejam quais forem os seus fins e organização”. As penas várias incluíam sempre prisão, multa e, em casos de reincidência, desterro, «os candidatos ao funcionalismo público e os funcionários públicos em exercício seriam obrigados a declarar, por sua honra, que não pertenciam nem jamais pertenceriam a qualquer associação secreta, ou que haviam deixado de a ela pertencer. Todos os bens das referidas associações seriam arrolados e vendidos em praça, revertendo o seu produto para a assistência pública.»⁶⁷. Agostinho da Silva colocado no Liceu de Aveiro como professor, onde lecciona durante dois anos será demitido, em 1935, do ensino oficial por não ter assinado a Lei Cabral (obrigatória para todos os funcionários públicos)⁶⁸. «Ainda que o não especificasse, o projecto dirigia-se unicamente contra a Maçonaria. Isso mesmo foi desde logo compreendido por ela, motivando a carta de respeitoso protesto que o Grão-Mestre Norton de Matos resolveu escrever ao presidente da Assembleia Nacional, Dr. José Alberto dos Reis, ironicamente maçom este também». “Acabou por trair a Maçonaria, recusando-se a receber a carta-protesto do Grão-Mestre Norton de Matos, dirigida à Assembleia Nacional (31.01.1935), e consentindo que sob a sua presidência, fosse discutido e votado o projecto de lei de suspensão das chamadas “sociedades secretas” convertido na lei n.º 1901 (21.05.1935).” (MARQUES, 1986, pp. 1218-1219). Domingos Fezas Vital, “que foi um dos membros da Comissão da Câmara Corporativa que, em março de 1935, deu parecer sobre o projecto de lei do deputado José Cabral” (p. 1504).

Pessoa considera que por "associação" “se entende um agrupamento mais ou menos permanente de homens, ligados por um fim comum, e que por "secreto" se entende o que, pelo menos parcialmente, se não faz à vista do público, ou, feito, se não torna inteiramente público, posso, desde já, denunciar ao sr. José Cabral uma associação secreta - O Conselho de Ministros. De resto, tudo quanto de sério ou de importante se faz em reunião neste mundo, faz-se secretamente. (...) As associações secretas”, que ele verdadeiramente visa, são aquelas que envolvem o que se chama "iniciação", e, portanto, o segredo especial a esta inerente”⁶⁹. «O Dicionário da Língua Portuguesa

⁶⁶ Fonte: "Associações Secretas", in Diário de Lisboa, nº 4388, 4-II-1935. Retirado do livro "Fernando Pessoa - Obra em Prosa" - Editora Nova Aguilar.

⁶⁷ <http://www.gremiolusitano.pt/>.

⁶⁸ <http://www.agostinhodasilva.pt>.

⁶⁹ Diário de Lisboa, nº 4388.

Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa (2001) define Maçonaria do seguinte modo “Sociedade secreta de carácter iniciático com fins altruístas, sociais e económicos, espalhada pelo mundo; associação de pedreiros-livres» (HURTADO, 2006, p. 17).

Sobre a ignorância dos anti-maçons disse “não faço, creio, ofensa ao sr. José Cabral em supor que, como a maioria dos antimaçons, o autor deste projecto é totalmente desconhecedor do assunto Maçonaria. (...)” Não sou maçom, nem pertenço a qualquer outra Ordem semelhante ou diferente”⁷⁰. De facto, no *Dicionário*, diz-se “embora não pertencesse à Maçonaria, (...) compreendeu plenamente os seus ideais e as suas formas” (MARQUES, 1986, pp. 1115-16).

Peremptoriamente afirmou “não sou, porém, antimaçom, pois o que sei do assunto me leva a ter uma ideia absolutamente favorável da Ordem Maçónica. A estas duas circunstâncias, que em certo modo me habilitam a poder ser imparcial na matéria, acresce a de que, por virtude de certos estudos meus, cuja natureza confina com a parte oculta da Maçonaria - parte que nada tem de político ou social -, fui necessariamente levado a estudar também esse assunto - assunto muito belo, mas muito difícil, sobretudo para quem o estuda de fora. Tendo eu, porém, certa preparação, cuja natureza me não proponho indicar, pude ir, embora lentamente, compreendendo o que lia e sabendo meditar o que compreendia. (...). A Maçonaria é uma *Ordem* secreta, ou, com plena propriedade, uma *Ordem iniciática*. (...) A Ordem Maçónica é secreta por uma razão directa e derivada - a mesma razão por que eram secretos os Mistérios antigos, incluindo os dos primitivos cristãos, que se reuniam em segredo, para louvar a Deus, em o que hoje se chamariam Lojas ou Capítulos, e que, para se distinguir dos profanos, tinham fórmulas de reconhecimento – toques (p. 1428), ou palavras de passe, ou o que quer que fosse.”⁷¹.

E acrescenta “se o sr. José Cabral cuida que ele, ou a Assembleia Nacional, ou o Governo, ou quem quer que seja, pode extinguir o Grande Oriente Lusitano, fique desde já desenganado. As Ordens Iniciáticas estão defendidas, *ab origine symboli*, por condições e forças muito especiais que as tornam indestrutíveis *de fora*. (...), a prova prática no que tem sucedido noutros países, onde se tem pretendido suprimir as Obediências maçónicas. Pondo de parte a Rússia (...) sei apenas que os Sovietes, como todo o comunismo, são violentamente antimaçónicos (...).”⁷².

“Mussolini procedeu (...) contra o Grande Oriente de Itália (...). O que sei, de ciência certa, é que o Grande Oriente de Itália é um daqueles mortos que continuam de perfeita saúde. (...) O

⁷⁰ Diário de Lisboa, nº 4388.

⁷¹ Diário de Lisboa, nº 4388.

⁷² Diário de Lisboa, nº 4388.

camartelo do Duce (...) não tem força para abater colunas simbólicas vazadas num metal que procede da Alquimia”. Primo de Rivera procedeu mais brandamente (...) contra a Maçonaria Espanhola. (...) O resultado - o grande desenvolvimento, numérico como político, da Maçonaria em Espanha.”⁷³.

“Hitler, depois de se ter apoiado nas três Grandes Lojas cristãs da Prússia, (...) Deixou em paz as outras Grande Lojas - as que o não tinham apoiado nem eram cristãs - e, por intermédio de um tal Goering, intimou aquelas três a dissolverem-se. Elas disseram que sim - aos Goerings diz-se sempre que sim - e continuaram a existir.”⁷⁴. No caso português “resultaria (...) num grande número de perseguições a oficiais do exército e da armada (excepto em Cascais) e a funcionários públicos. As palavras "excepto em Cascais" estão omitidas no texto do *Diário de Lisboa*. Referiam-se, muito provavelmente, ao então Presidente da República, General Óscar Carmona, que residia na Cidadela de Cascais e era maçom, e a funcionários públicos. Perderiam os seus lugares os que não quisessem ter a indignidade de repudiar a sua Ordem. Resultaria, portanto, a miséria para as suas famílias. (...)». Carmona veio enfim a traí-la, permitindo que ela fosse perseguida e acabando por assinar a referida lei, que oficialmente extinguiu a Maçonaria (MARQUES, 1986, p. 273).

Depois Fernando Pessoa trata das consequências que “adviriam da aprovação do projecto para a vida e o crédito de Portugal no estrangeiro”.(...)“As Obediências maçónicas são potências autónomas e independentes, (...) “A Grande Loja de Inglaterra (...) cortou, em 1933, as relações com a Grande Loja das Filipinas, em virtude de divergências - cuja natureza não sei mas presumo - quanto à maneira de desenvolver a Maçonaria na China. Assim a Maçonaria necessariamente toma aspectos diferentes - políticos, sociais e até rituais - de país para país, e até, dentro do mesmo país, de Obediência para Obediência (...) Conquanto, porém, a Maçonaria esteja assim materialmente dividida, pode considerar-se como unida espiritualmente. O espírito dos rituais, e sobretudo o dos Graus Simbólicos (nos quais, e sobretudo no Grau de Mestre, está já, para quem saiba ver ou sentir, a Maçonaria inteira), é o mesmo em toda a parte, por muitas que sejam as divergências verbais e rituais entre graus idênticos, trabalhados por Obediências diferentes. (...) Resulta desta comunidade de espírito profundo, deste íntimo e secreto laço fraternal, que ninguém quebrou nem pode quebrar, que uma Obediência, ainda que tenha poucas ou nenhuma relações com outra, não vê, todavia, com indiferença o ser esta atacada por profanos”⁷⁵.

⁷³ Diário de Lisboa, nº 4388.

⁷⁴ Diário de Lisboa, nº 4388.

⁷⁵ Diário de Lisboa, nº 4388.

E narra um acontecimento interessante e oportuno. “Aqui há anos, pouco depois da Guerra, o Governo Húngaro decretou a supressão da Maçonaria no seu território. Pouco depois negociava um empréstimo praticamente feito quando veio da América a indicação final de que ele não seria concedido se não se restabelecessem “certas instituições legítimas”. O Governo Húngaro percebeu e viu-se obrigado a entrar em transacções com o Grão-Mestre; disse-lhe que autorizava a reabertura das Lojas, com a condição (que parece do sr. José Cabral) de que nelas pudessem assistir profanos. É escusado dizer que o Grão-Mestre recusou. O Governo manteve, portanto, a “supressão das Lojas...” e o empréstimo não se fez”⁷⁶. “Não venha o sr. José Cabral dizer-me que não precisamos de empréstimos do estrangeiro”⁷⁷.

Depois discorre com acuidade acerca do que considera como três elementos essenciais”: o elemento iniciático, ou método iniciático (MARQUES, 1986, p. 985) ou via iniciática (p. 1482) pelo qual é secreta; o elemento fraternal; e o elemento a que chamarei humano - isto é, o que resulta de ela ser composta por diversas espécies de homens, de diferentes graus de inteligência e cultura, e o que resulta de ela existir em muitos países, sujeita portanto a diversas circunstâncias de meio e de momento histórico, perante as quais, de país para país e de época para época, reage, quanto à atitude social, diferentemente.

Nos primeiros dois elementos, onde reside essencialmente o espírito maçónico, a Ordem é a mesma sempre e em todo o mundo. No terceiro, a Maçonaria - como aliás qualquer instituição humana, secreta ou não - apresenta diferentes aspectos, conforme a mentalidade de maçons individuais, e conforme circunstâncias de meio e momento histórico, de que ela não tem culpa.

Neste terceiro ponto de vista, toda a Maçonaria gira, porém, em torno de uma só ideia - a tolerância (p. 1424); isto é, o não impor a alguém dogma nenhum, deixando-o pensar como entender”⁷⁸. Como sabemos a tolerância é “uma das mais importantes virtudes maçónicas, já expressa nas Constituições de Anderson (base I) e, desde então, sempre praticada e defendida dentro da Maçonaria. É através dela que podem ser iniciados e podem permanecer dentro das lojas irmãos de todas as tendências políticas e religiosas, convergindo aquelas no “Centro de União” preconizado por Anderson. Nas várias constituições maçónicas portuguesas, a tolerância surge como princípio e divisa fundamentais da ordem.”⁷⁹. “Por isso a Maçonaria não tem uma doutrina. Tudo quanto se chama

⁷⁶ Diário de Lisboa, nº 4388.

⁷⁷ Diário de Lisboa, nº 4388.

⁷⁸ Diário de Lisboa, nº 4388.

⁷⁹ Diário de Lisboa, nº 4388.

"doutrina maçónica" são opiniões individuais de maçons, quer sobre a Ordem em si mesma, quer sobre as suas relações com o mundo profano⁸⁰.

E dá exemplos históricos. "Beijem-lhe os jesuítas as mãos, por lhes ter sido dado acolhimento e liberdade na Prússia, no século XVIII - quando, expulsos de toda a parte, os repudiava o próprio papa - pelo maçom Frederico II. Agradeçamos-lhe a vitória de Waterloo, pois que Wellington e Blücher eram ambos maçons. Sejamos-lhe gratos por ter sido ela quem criou a base onde veio a assentar a futura vitória dos Aliados - a *Entente Cordiale*, obra do maçom Eduardo VII. Nem esqueçamos, finalmente, que devemos à Maçonaria a maior obra da literatura moderna - o *Fausto*, do maçom Goethe⁸¹. E por fim "deixe o sr. José Cabral a Maçonaria aos maçons e aos que, embora o não sejam viram, ainda que noutra Templo, a mesma Luz."⁸².

"Nem a carta, nem o contundente artigo que Fernando Pessoa, nem um segundo artigo foi cortado pela censura -, nem todas as diligências junto dos parlamentares e de outras autoridades lograram travar a marcha dos acontecimentos"⁸³. "No entanto, a Maçonaria adoptara as medidas de emergência que se impunham. O decreto nº 28, dos começos de 1935, reeditava o regime de triangulação para todas as lojas em moldes semelhantes ao de seis anos atrás. (...) O decreto maçónico nº 30 entregava a plenitude do Poder Executivo ao Conselho da Ordem, em caso de falta ou impedimento do Grão-Mestre e de seus substitutos legais. Se também o Conselho da Ordem estivesse impedido de actuar, então todas as funções executivas caberiam a uma comissão de três membros, nomeados livremente pelo Grão-Mestre. (...). Antecipando-se à aprovação pela Assembleia do projecto, o Grão-Mestre Norton de Matos transmitia todos os seus poderes e funções ao Grão-Mestre-Adjunto, Oliveira Simões. Em 18 de Maio, (...) era a vez de o Grão-Mestre-Adjunto transferir todas as suas funções e poderes ao presidente da Grande Dieta que, por seu turno, no dia imediato, os transmitia ao Conselho da Ordem, presidido pelo Dr. Mauricio Costa (Grão-Mestre Interino entre 1935-1937) (MARQUES, 1986, p.681). Por fim, e nos termos do decreto nº 36, da mesma data, o próprio Conselho da Ordem conferia ao seu presidente a plenitude dos poderes legislativo, executivo e judicial"⁸⁴.

"Triangulada a Maçonaria e concentradas todas as funções superiores numa só pessoa, haviam-se criado as condições indispensáveis à operacionalidade da Ordem em regime clandestino.

⁸⁰ Diário de Lisboa, nº 4388.

⁸¹ Diário de Lisboa, nº 4388.

⁸² Diário de Lisboa, nº 4388.

⁸³ [Http://www.gremiolusitano.eu/](http://www.gremiolusitano.eu/)

⁸⁴ <http://www.gremiolusitano.eu/>

(...) O Grémio Lusitano, não podendo acatar o texto da lei, foi dissolvido. A sua sede, confiscada pelo poder público, foi cedida à Legião Portuguesa, que nela instalou um dos seus quartéis. Por todo o País outro tanto ocorreu com as sedes das lojas e triângulos, sempre que eram próprias. Uma pequena parte dos haveres confiscados – como pendões, insígnias, livros, fotografias, etc. – iria, mais tarde, decorar duas vitrinas da famosa “escola” da não menos famosa P.I.D.E., a Sete Rios (Lisboa). A biblioteca e parte do arquivo entraram nos haveres do Ministério das Finanças, onde viriam a ser encontrados depois do 25 de Abril. Em hasta pública é que se terá vendido pouca coisa. (...) Muitos obreiros entraram nas prisões do Continente e das Ilhas Adjacentes ou sofreram perseguições e discriminações de outro tipo”⁸⁵.

A biblioteca pessoal de Fernando Pessoa não seria devorada pela ignorância e nela se encontram ainda diversas e bastantes obras acerca da maçonaria, que seria exaustivo aqui listar. A título de exemplo “O Manual do Franc-maçón do ritual francês ou moderno por um cavaleiro Roza Cruz”, ou “Manuel d'histoire de la Franc-Maçonnerie Française”⁸⁶. Curioso é também que, segundo Luís Machado (2021) tenha privado com Alfredo de Araújo Mourão. Pura coincidência de investigação este nosso irmão era “natural de Vila Verde da Raia (Chaves) em 26.09.1874 e falecido em Lisboa em 24.6.1960. Comerciante, proprietário da pastelaria Ferrari e do Café Martinho da Arcada, em Lisboa, foi iniciado em data desconhecida com o nome simbólico de Dante. Pertenceu à Loja Pureza, de Lisboa, fazendo parte do Grémio Luso-Escocês. Só em 1934 reentrou na obediência do GOL. Durante a clandestinidade desempenhou o cargo de Grande Tesoureiro Geral” (MARQUES, 1986, pp. 1008-09).

No âmbito literário Fernando Pessoa conviveu com o nosso irmão João de Castro Osório de Oliveira (p. 1066), filho da maçona Ana de Castro Osório (p. 1065), surge em diversas fotografias, que Richard Zenith fotobiografou⁸⁷ registando a presença de ambos no Martinho da Arcada.

Correspondeu-se com o maçón Teixeira de Pascoais, esse vulto maior da cultura portuguesa, a quem Pessoa chamava mestre foi” iniciado em 1905 no triângulo n.º 50 de Amarante, com o nome simbólico de Gogol” (p. 1087). Curiosamente um dos académicos que estudou aprofundadamente Fernando Pessoa, foi o maçón “José Augusto Baptista Lopes e Seabra (Vilarouco, São João da Pesqueira) 24 de Fevereiro de 1937 foi um professor, diplomata e político português. (...) desenvolveu estudos de Literatura, na École Pratique des Hautes Études. Sob a orientação de Roland

⁸⁵ <http://www.gremiolusitano.eu/>

⁸⁶ <http://casafernandopessoa.cm-lisboa.pt>

⁸⁷ <http://casafernandopessoa.cm-lisboa.pt>

Barthes doutorou-se na Universidade de Paris III, apresentando a tese *Fernando Pessoa: do poemodrama ao poetodrama*, depois publicada em Portugal e no Brasil⁸⁸.

E para que a poesia adorne os nossos trabalhos, e Pessoa nos inspire e sensibilize: as Últimas Estrofes do “Poema S. João” (1935)⁸⁹ (recolhido por Alfredo Margarido):

(E) foi então que, para te vingar
E à maneira de santo, os arreliar
Desceste mansamente à terra
Perfeitamente disfarçado
E fizeste entre os homens da razão
Um milagre assignado,
mas cuja assignatura se erra
Quando em teu dia, S. João do Verão,
Fundaste a Grande Loja de Inglaterra.

Isto agora é que é bom,
Se bem que vagamente rocambolico.
Eu a julgar-te até catholico,
E tu sahes-me maçõn.

Bem, ahi é que ha espaço para tudo,
Para o bem temporal do mundo vario.
Que o teu sorriso doure quanto estudo
E o teu Cordeiro
Me faça sempre justo e verdadeiro,
Prompto a fazer fallar o coração
Alto e bom som
Contra todas as fórmulas do mal,
Contra tudo que torna o homem precario.

⁸⁸ <http://pt.wikipedia.org/wiki/>

⁸⁹ Fernando Pessoa – Últimas Estrofes do Poema S. João (1935), (recolhido por Alfredo Margarido), in <http://www.gremiolusitano.eu/>

Se és maçom,
Sou mais do que maçom – eu sou templário.

Esqueço-te santo
Deslembro o teu indefinido encanto.

Meu Irmão dou-te o abraço fraternal.”⁹⁰.

Templo Marquês de Pombal, em 10 de janeiro, e .: v .: Disse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Marques, A.H. O. (1986). Dicionário de Maçonaria Portuguesa (vol. II). Editorial Delta.
- Marques, A.H. O. (1986). Dicionário de Maçonaria Portuguesa (vol. I). Editorial Delta. Pessoa, F. (2005). *Obra em Prosa*. Editora Nova Aguilar.
- DIÁRIO DE LISBOA (ANO 14, N.º 4388). PIDE, documentos apreendidos à Maçonaria, mod.1, gaveta 13.
- COTA ANTIGA PIDE/DGS, NT 9170, pt. 34
- Hurtado, A. (2006). *Nós, os maçons*, prefácio de Álvaro Carva, Maia. Verso e Reverso.
- Machado, L. (2001). *À mesa com Fernando Pessoa*, prefácio de Teresa Rita Lopes. Pandora.
- Pessoa, F. (2006). *Poesia: 1931 – 1935*. Assírio & Alvim.

⁹⁰In *Poesia 1931-1935 e não datada*, Assírio & Alvim, ed. Manuela Parreira da Silva, Ana Maria Freitas, Madalena Dine, 2006.

COMPOSIÇÃO MUSICAL DE GÉNERO FEMININO: Harmonia para Iniciação no Rito Escocês Antigo e Aceite

Levi Leonido⁹¹

Palavras-chave

Mulheres compositoras
História da Música
Ritual Maçónico
Maçonaria Portuguesa
Rito Escocês Antigo e Aceite

Resumo

A presente investigação decorre de um artigo publicado no ano de 2008 e que, neste livro, se aqui adequa (em parte) ao Ritual de Iniciação maçónico no Rito Escocês Antigo e Aceite, com base num estudo de aplicação em contexto no quadro da audição e educação musical em ambiente específico. A amostra do estudo é de 62 individuais sem formação artística avançada em contexto universitário. A aplicação em contexto decorre num ritual de iniciação num Templo Maçónico e apresentação (reflexão) levada a cabo num ágape de uma Sessão do Grande Oriente Lusitano no quadro dos Trabalhos desenvolvidos numa Loja do nordeste de Portugal. As fases desta investigação, aliadas ao facto da adequação supramencionada, redundam num caso e perspectiva a ser replicada em qualquer tema, área ou conteúdo que se queira trabalhar (dentro e fora do universo maçónico). Em suma o papel da Coluna da Harmonia / mestre da Harmonia é aqui referenciado como um papel de elevada importância e de decisiva responsabilidade no desenrolar dos trabalhos de uma Sessão Maçónica. Conclui-se que, ao invés do que é feito, a escolha dos temas (numa perspectiva de adaptação) foi feita ao nível da audição, da percepção do que a música representa para cada indivíduo audiente / participante e, desta feita, trabalhos e aplicado em contexto, sendo possível que, após a aplicação, se debatam os critérios, as razões e os propósitos de cada um das escolhas. No caso, um tema claro e objetivo: trazer a composição musical de género feminino para um ritual e um universo em que o papel da mulher é, ainda, periclitante e, em determinadas situações, completamente ignorada.

⁹¹ LEVI LEONIDO - Centro de Investigação em Ciência e Tecnologias da Artes - Universidade Católica Portuguesa | Universidade de Trás-os-Montes e Alto, PORTUGAL. Email: levileon@utad.pt

Nota introdutória: A escolha / seleção das músicas usada neste exercício (Harmonia⁹² para iniciação de um maçom), resulta de guias de audição realizados com 62 elementos (sem formação artística avançada), com base *no que a música os faz lembrar / pensar* em vez de, como seria classicamente convencional, a escolha ser realizada atendendo ao propósito e ao motivo, à temática ou à ideia ou à inspiração assumida pelo seu autor / criador. Por norma, no universo das várias tipologias de sessões maçónicas, são escolhidas (e aplicadas em contexto pelo Mestre de Harmonia), temas compostos por compositores maçons ou obras musicalmente de mais fácil reconhecimento por parte dos públicos / audiências. No caso, a opção foi inversa. Ou seja, o propósito maior foi celebrar a composição de género feminino e, ao mesmo tempo, trazer para o Ritual Maçónico uma experiência única que, assim cremos, se materializa com a partilha e conhecimento de autoras e composições desconhecidas do público em geral (e específico) e, se conhecidas, raramente lhes são associadas de forma direta ou evidente.

INTRODUÇÃO

Esta temática foi desenvolvida num artigo com o título “COMPOSIÇÃO MUSICAL DE GÉNERO FEMININO” publicado na Revista *Sinfonia Virtual*⁹³, cujo objetivo foi, de forma resumida, apresentar algumas das mais importantes figuras de género feminino que, de sobremaneira, foram (global ou parcialmente) ofuscadas ou vítimas de um tempo da história da música em que, de certa forma, as mulheres compositoras ou intérpretes eram secundarizadas ou esquecidas. Para este efeito, transcreve-se, de forma adaptada (comentada e alargada), parte do artigo referido.

Faremos uma incursão biográfica sobre algumas das mais importantes compositoras de todos os períodos da história da música universal, entre as quais destacamos: Hildegarda de Bingen (1098-1179); Maria Anna Mozart “Nannerl” (1751-1829); Fanny Mendelssohn (1805-1847); Clara Schumann (1819-1896); Chiquinha Gonzaga (1847-1935); Nadia Boulanger (1887-1979); Germaine Tailleferre (1892-1983) e Lili Boulanger: 1893-1918).

Os restantes exemplos que poderíamos abordar são, entre outras, compositoras de grande relevância no panorama musical internacional mas, devido a limitações de ordem espaço temporal do presente artigo, faremos apenas a sua identificação que passamos a anunciar (VER no sítio da Internet da MELOTECA- Sítio da Música e das Artes - Dicionário Meloteca de Mulheres Compositoras): Corona Schröter (1751-1802); Augusta Holmès (1847-1903); Teresa Carreño (1853- 1917); Elsa Barraine (1910-1999); Vivian Fine (1913-2000); Galina Ustvolskaya (1919-2006); Tona Scherchen-tsião (1938-); Françoise Barrière (1944-); Graziane Finzi (1945-) e Beatriz Ferreyra (1937).

⁹² Numa Sessão maçónica existe, invariavelmente, a função e responsabilidade da Coluna da Harmonia que, entre outras funções, lhe é delega responsabilidade de propiciar determinados momentos e estados de espírito atinentes ao ritual e respetiva função aos presentes (nos vários *Graus* e *Qualidades* que se encontrem em Loja). O Mestre da Harmonia ou Coluna da Harmonia assume funções relevantes na ajuda à condução dos Trabalhos no âmbito adstrito à componente sonoro-musical e expressiva do ato e respetivos propósitos ritualísticos, espirituais e simbólicos da vida maçónica.

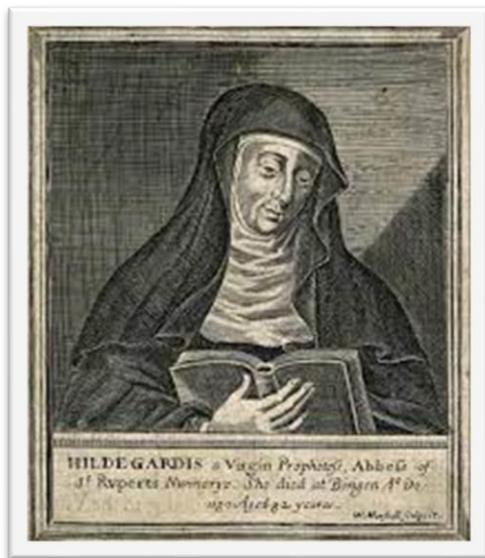
⁹³ Artigo publicado no nº 0009 da Revista *Sinfonia Virtual*. Data de Publicação: outubro de 2008.

Para Penteado (2006) num artigo intitulado “Mulheres na Música” refere que mesmo que tenham sido (e continuam a ser) as mulheres algumas das maiores expressões da música vocal, na ópera, ou dos instrumentos de concerto e sejam mulheres boa parte dos músicos das orquestra e mesmo algumas Maestras, a verdade é que são raras as que realmente se destacaram como compositoras. Apesar desse ser um facto irrefutável, existem verdadeiros casos que fugiram à regra, onde a emancipação feminina e a sua presença artística é fundamental e alicerçada, quer pela sua qualidade e valor artístico, quer pela dificuldade verdadeira com que uma mulher se depara no sentido de tentar impor-se no universo musical grandemente dominado pelos homens. A verdade é que esse universo musical sempre teve um cunho afincadamente machista, onde a presença da mulher foi grandemente ofuscada ou relegada para segundo plano. Em alguns casos por mero preconceito social, noutros casos por ignorância e desinformação. Por exemplo, existiram casos em que a carreira musical da mulher foi subaproveitada dado que o marido, ao tempo, tinha uma carreira e uma reputação musical a defender, tal como aconteceu com Clara Schumann em relação ao seu irmão Robert. No caso de Fanny Mendelssohn, o irmão (Félix Mendelssohn) era detentor de um prestígio de tal maneira publicamente exposto e assumido que, a irmã viu desvalorizado o seu talento e mérito artístico, tendo mesmo acontecido, situações em que obras da autoria de Fanny teriam sido assinadas pelo irmão, pois potencialmente obteriam maior aceitação e o êxito seria praticamente garantido (o mesmo aconteceu a Clara Schumann). Aliás, justiça seja feita, Félix Mendelssohn dizia claramente que a irmã compunha canções e tocava (piano) melhor do que ele.

É verdade que houve um monopólio quase absoluto do género masculino em todos os períodos da história da música, quer no que diz respeito à música em si, como também no que respeita aos libretos e textos dramáticos para canções e óperas, entre outros géneros musicais que careciam de um suporte escrito. O período da história da música mais recente, o Moderno ou Contemporâneo tem, a par da sociedade e de um mundo artístico mais aberto, feito justiça às mulheres compositoras, tendo promovido uma maior igualdade de oportunidades. Pois ao longo dos tempos, ou se têm por um lado “banido” e por outro “esquecido” as compositoras e grandes interpretes de género feminino. Para Penteado (2006) citando o musicólogo Aaron Cohen, afirma que o não-reconhecimento da competência feminina para a composição musical radica claramente em preconceitos históricos. Como forma de contrariar esta tendência, Cohen (1987) fez o mais amplo estudo mundial sobre compositoras (International Encyclopedia of Women Composers, New York: Books & Music), tendo descoberto 6.000 compositoras em mais de 70 países.

São casos como os acima referidos, aliados a outros tais como Cecile Chaminade (autora de um concertino para flauta obrigatório no estudo de instrumento); Ethel Smith (detentora de composições variadas, nomeadamente seis óperas, canções e música de câmara); Amy Beach (primeira compositora a se destacar nos EUA.) e Nadia Boulanger (célebre pela lista de alunos posteriormente famosos que inclui alguns dos centrais criadores do século XX) que consubstanciam a mudança de mentalidades em relação a este paradigma. Sobre este assunto, Jocy Oliveira (200), uma das grandes precursoras no Brasil da emancipação feminina no que respeita à música refere que "é claro que esgueirar-se como pioneira num universo masculino não é fácil". No seu entender o entrosamento da mulher no panorama musical ainda está longe de ser uma realidade "é só examinar os programas das orquestras, instituições e organizações musicais em todo o mundo".

Passamos a apresentar os exemplos que achamos mais representativos no que respeita à presença da mulher na vida musical em toda a história da música universal:



HILDEGARDA DE BINGEN (1098 -1179)

Há mais de nove séculos, nascia uma das maiores referências musicais e intelectuais do seu tempo. Eis que Hildegarda de Bingen ou Hildegard von Bingen, poetisa, mística e compositora alemã de origem nobre, ingressa aos 15 anos no mosteiro beneditino de Disibodenberg, sucedendo a Jutta de Spanheim como superiora na mesma instituição. Fundou ainda os mosteiros de Rupertsberg e Eibingen. Representa, nada mais nada menos que um dos mais antigos compositores de toda a história da música ocidental. A abadessa Hildegarda, agora a Santa Hildegarda de Bingen que, para a igreja católica, e depois de quatro tentativas de beatificação, permanece apenas beatificada, somente a igreja anglicana a reconhece como santa, deixou um legado relevante de poemas (cerca de 70 poemas reunidos na obra intitulada "Symphonia armonie celestium revelationum"), tal como refere Horta (1985: 172) "um dos mais importantes compositores medievais de cânticos, ela escreveu a Symphonia harmonie celestium revelationum, compreendendo mais de 70 poemas líricos musicados, juntamente com o auto de moralidade Ordo virtutum", assim como tratados médicos e científicos (exemplares únicos na Europa no século XII onde patenteia o seu admirável saber sobre plantas medicinais), para além de cartas e de um significativo número de

composições de música sacra, onde constam variadíssimas composições de temática religiosa tais como *Viridissima virga*; *Ordo Virtutis* (espécie de ópera que narra um diálogo de um grupo de freiras com Deus). No domínio da escrita, destacam-se os livros que, segundo Hildegarda são reais relatos de visões inspiradas por Deus em que o próprio a incentiva a escrever estes mesmos livros: *Scivias*, *Liber vitae meritorum* e *De operatione Dei*. Muito para além da sua intervenção política e diplomática, uma vez que a sua fama transbordou as fronteiras do seu mosteiro, compunha brilhantemente cânticos monódicos para vozes femininas que se afastavam do canto gregoriano e, em algumas circunstâncias, dos próprios textos oficiais, o que realça a preparação técnica e emocional de uma compositora somente da sua época no plano corpóreo. Estava, isso sim, para além do compreensível ao seu tempo, tendo por várias vezes sido visitada por comissões nomeadas pelo Vaticano, a fim de ser aferida a sua sanidade mental.

Atualmente existem várias peças e obras em vários suportes desta incontornável compositora, mulher, lutadora, crente, mística e uma força da natureza que, assim cremos, serão uma surpresa para quem desconhecer a obra de Hildegarda de Bingen. São novecentos anos que nos separaram em termos temporais, mas, como poderão verificar, a sua música eleva-nos a um patamar espiritual deveras impressionante.



MARIA ANNA MOZART (1751 -1829)

Tinha como apelido “Nannerl”, mais tarde fica conhecida por Marianne. Irmã mais velha de Wolfgang Amadeus Mozart. Famosa intérprete em toda a Europa no século XVIII. Era apresentada conjuntamente com W. A. Mozart como os meninos-prodígio, mas Nannerl tinha-se tornado em Marianne, ou seja, somente Mozart ganhava a atenção de todos, uma vez que Nannerl se tinha tornado moça, se bem que somente 4 anos separavam a idade de Wolfgang da de Nannerl. Era possivelmente, há altura, tão talentosa como o irmão, mas, como já referimos deixou de cativar atenção daqueles que tinham os meios e o poder para lançar ou, melhor dizendo, para suportar uma carreira musical. Para além de certamente o facto de ser mulher lhe teria causado grandes entraves. O que seria de Marianne se Mozart não tivesse existido e se o preconceito não tivesse vingado? Seria Marianne que faria triangulação com os outros dois alicerces do período clássico, Beethoven e Haydn. Ser irmã do maior talento de toda a história da música não

seria propriamente uma tarefa fácil. O mestre dos mestres não tinha ninguém com quem se comparar, quanto mais com uma mulher, precisamente a sua irmã. Mesmo assim não há notícia de que W. A. Mozart tenha desencorajado a irmã neste aspeto. Em cartas que Wolfgang escreveu, parece haver referências claras às composições de Marianne, as quais eram elogiadas pelo seu irmão, mas, no acervo de cartas deixado por Leopold não existe menção alguma às suas composições. Apenas se sabe concretamente que Mozart escreveu várias obras para Marianne, nomeadamente o Prelúdio e Fuga em Do maior, K.394 (1782) e até ao ano de 1785 endereçava cópias das suas obras para Marianne (até o concerto N°21).

Wolfgang nutria um grande afeto pela irmã, tal como refere Parauty (1991:130) citando uma carta enviada a Nannerl, onde se lê “adeus meu pulmão! Beijo-te, meu fígado e sou, como sempre, meu estômago, o seu indigno frater”, apesar dela ter que, por vezes, dar aulas em casa para sustentar a família, dados os gastos das viagens de Mozart e que, um dia afirmou, numa carta escrita em 1793, que Mozart “teria sempre precisado de um pai, uma mãe ou de um mentor” no que respeita à gestão patrimonial. Mas o seu respeito por Mozart é imenso “era um mestre completo quando se sentava ao piano... enquanto durava a música, todo ele era músico; desde que acabasse, reaparecia a criança”. Usavam deliberadamente uma espécie de linguagem secreta nas suas cartas, para passarem mensagens sem que ninguém decifrasse o que queriam dizer um ao outro, o que demonstra claramente a cumplicidade significativa que existia entre ambos. Desde tenra idade, Wolfgang venerava Nannerl. Era o seu mais perfeito ídolo, tal como refere Solomon (1995:339) “aos três anos, Wolfgang se inspirou em música observando seu pai a dar aula a Marianne. Ele queria ser como ela”.

Leopold Mozart, compositor, músico e diretor, assume a educação musical de ambos desde tenra idade e, logo vê que tem em mãos duas prodigiosas crianças. Não para de as exhibir por toda a Europa como forma de amealhar dinheiro ou, na tese em que mais acreditamos, apenas e só porque se trata de um pai orgulhoso por ser mestre destes dois talentos invejáveis. Quem, em toda história da música, teve tais tesouros em mãos? Para Parauty (1991:35) quem não mostraria ao mundo um milagre, como referiu o criador da Sinfonia dos Brinquedos, Leopold Mozart “tenho de mostrar este milagre ao mundo... porque hoje... negam-se os milagres”. Nannerl era sempre levada nas tournées de demonstração de talento do clã Mozart, mas, apesar do seu empenho e fama, aliado ao facto de a sociedade e da própria família que intercede neste sentido, fica desde cedo claro que Nannerl não enveredará pela carreira musical. Mesmo assim conseguiu fama significativa como instrumentista.

Marianne permaneceu inteiramente submissa às ordens de Leopold, seu pai, ao contrário de Wolfgang. Prescinde de uma carreira musical, do amor da sua vida (Franz d'Ippold) e casa (sem amor) com Johann Baptist Franz von Berchtold zu Sonnenburg, tomando conta de todos os filhos frutos dos seus casamentos. Morre detentora de título nobre e completamente cega, esta dedicada esposa e compositora incógnita.



FANNY MENDELSSOHN (1805-1847)

Um dos casos mais flagrantes de esquecimento e de subaproveitamento de um talento artístico. O seu irmão, o famoso compositor Felix Mendelssohn afirmava continuamente que Fanny tocava piano melhor do que ele e que, não obstante ser uma surpresa esta declaração, faria uma ainda mais reveladora, quando dizia que Fanny compunha melhores canções do que o próprio. Este reconhecimento familiar do talento e virtuosismo de Fanny não chega para que, em tempos vitorianos, uma mulher se impusesse no mundo da música e da composição. Tal como Clara Schumann a produção em termos de composição musical de Fanny, foi claramente relegada para segundo plano, uma vez que assumiu a família e a vida de doméstica a tempo inteiro, fazendo disto uma opção de vida. Pelo menos nada na altura se sabia do que Fanny compunha, mas, recentemente têm-se descoberto muitos exemplares de composições de excelente recorte artístico que passaram a ser interpretadas e estudadas pelas recentes gerações de músicos.

Evidentemente que Fanny, nesta conjuntura machista, preconceituosa e retrógrada não teria qualquer hipótese de singrar na vida artística, até porque tinha a sua vida familiar para assegurar e, apesar do seu talento nato para a música, o próprio irmão e o pai a exortavam-na a não publicar absolutamente nada. Aliás, Félix constantemente solicitava a sua opinião sobre os seus trabalhos, mas, tal como seu pai achavam que Fanny não deveria mostrar o mundo o seu valor musical e artístico. O casamento de Fanny com um artista (pintor prussiano) de nome Wilhelm Hensel foi a única oportunidade de mostrar publicamente o seu valor artístico, mesmo que não tivesse grandes consequências, o seu marido era a única pessoa a incentivá-la a compor, a publicar e a procurar oportunidades neste ramo. Das poucas publicações que conseguiu levar a bom porto, algumas delas

foram publicadas sob o nome do seu irmão Felix Mendelssohn (opp. 8 e 9). Depois da sua morte ter acontecido há quase dois séculos, somente na década de 80, já em pleno século XX a maioria das suas obras começaram a serem publicadas e, posteriormente a serem mais aprofundadamente estudadas. Um caso peculiar de manifesta “delapidação” de um pedaço significativo da história da música universal.



CLARA SCHUMANN (1819-1896) Compositora e pianista da corte austríaca. Esta mãe de 8 filhos, foi, para além de dedicada esposa, uma das mais afamadas pianistas do século XIX. Para Borba (1999: 538) “companheira dedicada e sofredora, consagra parte da sua actividade de concertista à divulgação das obras daquele (referindo-se a Robert Schumann)”. Nasceu no seio de uma família de grande tradição musical. O seu pai, Friedrich Wieck, seria, desde muito cedo, o responsável pela aprendizagem técnica de piano e, sua mãe, Marianne, dar-lhe-ia alguma inspiração para a arte musical, uma vez que era uma excelente concertista. Mas, nem os cinco anos de idade

tinha alcançado, os seus pais divorciaram-se e, o seu pai, com a sua custódia legalmente atribuída, começou de forma exaustiva e rígida a ministrar-lhe lições de piano. Aos 9 anos de idade dava o seu primeiro concerto na cidade de Leipzig. Aos 13 anos, aposta em digressões por França, Dinamarca e Rússia, fazendo jus ao seu talento e consolidando a sua carreira internacional. Aos 16 anos, com direcção do famoso compositor e maestro Felix Mendelssohn, foi publicamente apresentado o seu Concerto para piano em lá menor. Segundo Lopes-Graça (1999:538) “Em 1837 exhibe-se com grande êxito em Viena, recebendo então o título de Krammer-Virtuosin da corte”. Começou por se notabilizar pelas performances de compositores contemporâneos da sua época, tais como Carl Maria Von Weber e Chopin. Mais tarde notabiliza-se por ser detentora “na interpretação inimitável dos papéis vocalmente ligeiros das óperas de Mozart, bem como no de Sophie de O Cavaleiro da Rosa, de Strauss. Ganhou também grande fama como cantora de concerto, sobretudo na interpretação de canções de Strauss, com o qual fez uma digressão artística à América em 1921”. Foi cantora lírica em Hamburgo (elenco da Ópera da cidade) e, por indicação de R. Strauss ingressa no elenco da Ópera de Viena.

É na adolescência que surgem os reais desafios e conflitos. Conhece Robert Schumann, aluno de seu pai e, apaixonou-se perdidamente pelo aspirante a compositor. Seu pai reprova este romance e, alegando que Schumann tinha problemas de saúde do foro psiquiátrico (depressões constantes) e que enveredada por caminhos pouco aceitáveis, tais como o seu gosto inexcedível por fumo e bebida. Como não conseguiu demover os jovens deste propósito, Schumann envolve-se numa batalha legal pela permissão para despojar Clara e, um ano volvido consegue legalmente realizar as suas pretensões. Casaram-se e, Clara (com 21 anos), une o seu reconhecido talento e virtuosismo aos conhecimentos do seu marido no que respeita à obra de Bach e Beethoven, tornou-se numa das mais marcantes pianistas da sua época.

Clara e Robert eram portadores de personalidades bastantes distintas e, apesar de existir uma constante colaboração entre ambos, as diferenças foram-se acentuando ao longo do tempo. Clara vê-se forçada a interromper a sua carreira por inúmeras vezes em prol dos interesses do seu marido e para assegurar a educação e acompanhamento de 8 filhos. Pois as crises nervosas de Robert faziam com que Clara se visse forçada a assumir sozinha as responsabilidades familiares. A sua carreira sempre foi ofuscada pela do seu marido, chegando ao ponto em que, dado o temperamento de Schumann e das suas crises, ter que esperar que o marido ensaie e componha até cansar para que ela possa tocar ou compor, uma vez que se não acatasse este plano, perturbava, segundo Robert, a sua concentração. Robert era intransigente quanto à existência de silêncio enquanto compunha ou praticava. No fundo ele compunha e a ela era dada a tarefa de interpretar e divulgar as obras de Robert. No caso, Clara abdicava, por vezes, da sua carreira para promover a do seu marido. Clara organizava e editava as obras de Robert. Por sua vez, Robert “fez por várias vezes uso de temas da mulher nas suas composições”. Por outro lado, Robert detestava tournées e Clara adorava-as.

Após 14 anos de casamento, Robert é internado num manicómio, onde permanece até à sua morte, depois de lhe ser diagnosticada uma depressão crónica. Clara vê-se obrigada a dar aulas e a fazer apresentações, como forma de sustentar a família. Mas, por incrível que pareça é nesta fase que consolida a sua carreira, muito por auxílio de seu amigo Brahms. Apesar de se afirmar que teriam vivido um intenso romance, nunca foi confirmado, mas, resultou numa colaboração incessante (até à morte de Clara) na senda da defesa dos valores da estética romântica, a qual defendiam veementemente. Esta linha de ação artística pretende defender uma estética que se oriente por um padrão mais formal. Do outro lado desta fação estavam compositores e interpretes tão importantes como Liszt e Wagner.

Clara Schumann compôs especialmente música de câmara, mas, do seu repertório constam ainda um extraordinário concerto para piano e orquestra, assim como coletâneas de "lieder"., num total de cerca de quarenta obras de relevo. Subitamente a sua actividade como compositora cessou, logo após a morte do seu marido, o famoso compositor Robert Schumann. Nada mais compôs de relevante nas quatro décadas seguintes. Apesar das consecutivas investidas e paragens na sua carreira ao longo da sua vida, os derradeiros anos da compositora foram marcados pela consagração da sua carreira como professora e concertista, chegando a ser comparada com extraordinário compositor e pianista Liszt, um dos maiores de sempre. Como docente, segundo Lopes-Graça (1999:538) foi nomeada como professora do Conservatório Francoforte de Neno “funções que desempenhou, rodeada do maior respeito e admiração, até ao fim dos seus dias, havendo formado numerosos pianistas de renome”.



CHIQUINHA GONZAGA (1847-1935)

Uma das mais conhecidas compositoras brasileiras no mundo. Apesar da sua apetência para a composição de peças populares, é igualmente autora de partituras para grande orquestra e orquestra de câmara, piano, música sacra, operetas e música de teatro. No campo do teatro, Chiquinha Gonzaga desempenhou um papel fundamental para o incremento das artes, nomeadamente no que diz respeito aos direitos autorais (fundadora da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais). Compositora e pianista de renome, desde cedo assumiu a sua vocação, tendo-se tornado a primeira chorona, primeira pianista de choro, ou seja, foi autora da primeira marcha carnavalesca *Ô Abre Alas* (1899). A sua primeira composição *Canção dos Pastores* (aos 11 anos). Aos 13 anos, por imposição familiar, casou-se e, logo desde o início, teve ordens claras para que se alheasse do mundo da música e, como seria de esperar, atendendo ao seu temperamento, separou-se do seu marido (Oficial da Marinha Imperial) levando consigo os seus cinco filhos, depois de anos a fio aprisionada num navio onde o marido prestava serviço e onde a música para ela seria um bem inalcançável.

Depois deste desastre matrimonial, segue-se um outro, casa-se com o Eng. João Baptista (aos 18 anos), o qual também reprova a sua ligação visceral à música. O desfecho é o mesmo e, logo de seguida, separa-se e torna-se intérprete e compositora independente, tocando inicialmente piano em lojas de instrumentos musicais e, ao mesmo tempo que ministrava aulas de piano como forma de assegurar o sustento dos seus filhos. Com este início improvisado, avança para uma carreira imparável e inigualável, deixando para trás alguns compositores da época no auge das suas carreiras. Torna-se finalmente num caso sério de sucesso, compondo polcas, valsas, tangos e canções. Pertencia, ao mesmo tempo, a um grupo de músicos de choro que fazia espetáculos em festas e comemorações.

Para Cardoso (2007) “A necessidade de adaptar o som do piano ao gosto popular valeu a Chiquinha Gonzaga a glória de se tornar a primeira compositora popular do Brasil. O sucesso começou em 1877, com a polca Atraente. Em 1897, tornou-se conhecida sua versão estilizada do "Corta-Jaca", sob a forma de tango, intitulada Gaúcho. Dois anos depois, compôs a marcha Ô Abre Alas, a primeira música escrita para o carnaval de que se tem notícia, para o cordão Rosa de Ouro, do bairro carioca do Andaraí”.

Seguidamente investiu no teatro de variedades e na revista, onde primeiramente compõe a trilha da opereta de costumes "A Corte na Roça" (1885). Em 1911, estreia seu maior sucesso no teatro: a opereta Forrobodó (1500 apresentações). Foi ainda a criadora da notável partitura da opereta "A Jury", de Viriato Correia. Em 1934, aos 87 anos, compôs a sua última obra conhecida, a partitura da peça "Maria". De referir que, para além das suas 77 peças teatrais, é autora de duas mil composições em diversos géneros musicais (valsas, polcas, tangos, lundus, maxixes, fados, quadrilhas, mazurcas, choros e serenatas).

Para Horta (1985:151) Chiquinha Gonzaga esteve ativamente envolvida na campanha abolicionista “vendendo partituras de porta em porta para angariar fundos” e na campanha republicana. É e será um caso de emancipação extraordinário. Uma vida em prol da música, das ideias e das suas mais apuradas convicções. A título de curiosidade, Chiquinha Gonzaga, granjeou uma grande popularidade em Portugal, chegando mesmo a compor para autores portugueses.



NADIA BOULANGER (1887-1979)

Compositora, pianista, diretora de orquestra e pedagoga francesa. O amor pela música e pelo ensino estendeu-se por toda a sua vida. Estudou com Vierne e Fauré no Conservatório de Música de Paris. Em 1908, tal como a sua irmã, obteve o Grand Prix de Rome e tornou-se assistente de Harmonia no Conservatório de Paris (1909-24). Leccionou durante cerca de duas décadas na École Normale de Musique e no Conservatório Americano de Fontainebleau, cuja direcção assumiu em 1950. Alcançou fama mundial como professora de composição, tendo uma lista eclética que inclui, entre outros, alguns dos principais criadores do século XX, tais como Astor Piazzolla, Philip Glass, Leonard Bernstein, Quincy Jones, Almeida Prado, Aaron Copland, Lennox Berkeley, Cárter e Thea Musgrave. Como consequência direta da sua ascensão global como pedagoga, os seus dotes como pianista, diretora de orquestra e compositora foram, de certa forma, menos valorizados. Mesmos assim deixa um significativo número de composições, das quais se destacam peças para órgão, uma Rapsódia para piano e orquestra, a cantata *Sirène*, assim como *Lux Aeterna* e *Vers la Vie Nouvelle*. Promoveu e divulgou a obra de outros autores, nomeadamente autores clássicos franceses da Renascença (Claudio Monteverdi, J. S. Bach e Heinrich Schutz.) e, de forma clara, as obras de sua irmã, cuja vida foi tão efémera ao contrário da sua obra. Tinha como compositores prediletos Stravinsky, Ravel e Debussy.



GERMAINE TAILLEFERRE (1892-1983)

A única mulher incluída no famoso "Grupo dos Seis" (compositores modernos franceses). Para além de Germaine ingressavam neste grupo Georges Auric, Louis Durey, Arthur Honegger, Darius Milhaud e Francis Poulenc. Na retaguarda deste movimento, estaria o seu contemporâneo Erik Satie, o qual nunca pertenceu oficialmente a este grupo, mas, como é sabido, teve sobre ela uma influência completamente decisiva. As influências não ficam por aqui, pois teve-as claramente de Couperin, Grétry, Chabrier, Debussy, Ravel, Stravinsky e, sobretudo de toda

uma tradição clássica francesa. Germaine foi aluna do Conservatório de Música de Paris, tendo como professor de orquestração o incontornável Maurice Ravel. Foi discípula de Charles Koechlin e condiscípula de Georges Auric, Artur Honegger e Darius Milhaud. Escreveu numerosas obras instrumentais, músicas de cena e de filme, "La Cantate de Narcisse" (1937), "Quarteto de Cordas" (1918) e a ópera cómica "Il était un petit navire" (1951).



LILI BOULANGER (1893-1918)

Compositora francesa, cuja vida breve não permitiu que a sua obra fosse ainda mais contundente no panorama musical francês e internacional. À morte precoce, alia-se o virtuosismo precoce. Aos 11 anos de idade, compunha a sua primeira melodia. Em 1909, ingressa no Conservatório de Música, onde

estuda Contraponto com Georges Caussade e Composição com Paul Vidal. Foi a primeira mulher a vencer o célebre "Prix de Rome", com a cantata "Faust et Hélène", com apenas 19 anos de idade. Estudou ao lado da sua irmã Nadia Boulanger, a qual, postumamente, divulga a sua obra musical (música vocal, sinfónica, peças para piano e para outros instrumentos). Destas obras, destacam-se "Thème et variations", "D'un matin de Printemps", "Nocturne", "Cortège", "Clairières dans le ciel", "D'un vieux jardin", "Dans l'imense tristesse", "Le retour" e "Pie Jesu" (a sua última obra). Para além da sua influência claramente impressionista, Lili, tem uma certa simpatia por textos religiosos e fúnebres.

Seguidamente apresentamos uma lista, onde constam alguns dos exemplos de composições perpetradas por mulheres que são referências absolutas para o universo musical, nomeadamente as que achamos da maior relevância (da autoria das compositoras que são objeto do de estudo no presente artigo): 1. Aria O Viridissima Virga (Hildegard von Bingen); 2. Trio em ré menor para piano, violino e violoncelo (Fanny Mendelssohn); 3. Trio em sol menor, opus 17 (Clara Schumann); 4. Concerto para Piano em Lá menor, opus 7 (C. Schumann); 5. Nocturne e Cortège (Lili Boulanger); 6. D'un Matin de Printemps (L. Boulanger); 7. Trio para piano nº 1 em sol menor Opus 11 (Cecile Chaminade); 8. Quarteto para cordas em si menor (Teresa Carreño); 8. Sonata para violino e piano

em dó sustenido menor (Germaine Tailleferre); 9. Concertino para Harpa e Orquestra (G. Tailleferre), entre milhares de exemplos que poderiam suportar as presentes afirmações sobre esta temática.

A organização de encontros internacionais de mulheres compositoras (homenagens específicas a compositoras de todo o mundo), a feitura de congressos subordinados a este tema (onde se debate e se revelam acervos recentemente descobertos de compositoras), assim como o planeamento de eventos marcados pela presença feminina em termos artísticos, são parte da dinâmica que valoriza e dá visibilidade a muitas compositoras de renome, as intérpretes brilhantes, no fundo a mulheres que engrossam as fileiras de orquestras, de bandas, dos agrupamentos mais variados, na senda da mudança de mentalidade global sobre este assunto. Enfim, tudo está a acontecer, como deveria ter acontecido desde que o mundo é mundo.

Para finalizar, deixamos duas questões para reflexão: 1. Onde poderiam chegar artisticamente estas mulheres (Clara Schumann, Fanny Mendelssohn; Maria Anna Mozart) se não tivessem como irmãos e maridos estes familiares mundialmente aclamados do mundo da música? 2. O que seriam estes compositores (Mozart, Schumann e Mendelssohn) se não tivessem irmãs ou esposas com este talento?

Já agora, o contributo de Hildegarda de Bingen, Chiquinha Gonzaga, Germaine Tailleferre e as irmãs Boulanger foi, assim como as restantes compositoras que enunciamos, um grande exemplo de luta contra preconceitos sociais ainda hoje existentes em algumas áreas. Felizmente tudo está em mudança, neste aspeto, também espero que engrosse as fileiras do razoável da igualdade de oportunidades e de não sonegação de talentos que, no passado, incessantemente não deixaram medrar a veia compositora e artística destas mulheres espantosamente talentosas e artisticamente brilhantes.

A elas, brindemos, ao futuro.

HARMONIA do Ritual de Iniciação

No quadro da iniciação maçónica de um dos seus membros, existe uma estrutura e formato rígido ritualístico para este propósito e o qual se enquadra num elemento formal e estruturado que, comumente, se denomina de **RITUAL DE INICIAÇÃO**.

No caso foram identificadas as partes e fases da iniciação passíveis de utilização musical e, em momentos, acrescentadas outras que não estão propriamente plasmadas nesse mesmo ritual.

Assim, e por forma a que a iniciação tivesse um caráter integrador, plural e de valorização e registo da memória coletiva pela via da música e das suas compositoras, foram identificadas N.º de temas necessários e, mediante os guias de audição realizados a uma amostra de 62 pessoas sem formação artística avançada, integrando-se no que se denomina de HARMONIA da Ritual de Iniciação Maçónico.

Os temas e autores escolhidos foram aos seguintes pela ordem e sequência ritualista:

1. Lili Boulanger “Cortège” **Abertura dos TTrab.:**
2. Clara Schumann “Pianoconcerto in A minor, Op. 7” **Cortejo**
3. Cecile Chaminade “L'Ondine Op.101”. **Os VVig.:. percorrem CCol.:**
4. Germaine Tailleferre “Adagio” **O 1º Exp.:. abre o Livro da Lei Sagrada**
5. Louise Farrenc “Symp No. 3 in G Minor Op. 36” **Expediente**
6. Lili Boulanger “Nocturne” **1º Exp.:. acompanhado do M.:. de CCer.:. cobre o Templ.:**
7. Louise Farrenc “Piano Quintet No.1 1st Movement” **Suspensão dos TTrab.:. para a Recreação**
8. Fanny Meldelshon “Piano Trio in D Minor” **Cerimónia de Inic.:**
9. Fanny MENDELSSOHN “Trio op. 11. 4 Finale” **Os Iirm.:. 1º Exp.:. e Tes.:. vão buscar o Questionário, o Testamento e os metais do Candidato**
10. 1ª VIAGEM – **Vento** (extrato de temas compostos para a EXPO 98)⁹⁴
11. 2ª VIAGEM – **Água** (extrato de temas compostos para a EXPO 98)
12. 3ª VIAGEM: Nadia Boulanger “Fantaisie pour piano et orchestre”
13. 4ª VIAGEM – **Fogo** (extrato de temas compostos para a EXPO 98)
14. Cecile Chaminade “Concertino, Op. 107 Chaminade - flute & piano” **1º Exp.:. deixa cair a venda ao Neófito**
15. Louise Farrenc “Symphony No. 2 in D Major Op. 35” **Os VVig.:. fazem o Neófito levantar-se**
16. Louise Farrenc “Trio in E Minor Op. 45” **Neófito entre CCol.:**
17. Clara Schumann “Trio Für Violine, Cello Und Klavier Op. 17” **Circulação dos troncos**
18. Clara Schumann “Piano trio in G minor, Op. 17 – Andante” **Cadeia de União**
19. Lili Boulanger “Cortège” **Encerramento dos TTrab.:**

A metodologia associada às audições teve como base a indicação dos propósitos de cada ação e de uma listagem de temas de mulheres compositoras que associamos às que estão retratadas no presente artigo.

⁹⁴ SURTIDA DE CARETOS. Composição Musical de Levi Leonido a convite da Filipe Crawford Produções para a EXPO 98.

A estes temas adicionaram-se temas sobre elementos da natureza inscritos na composição “SURTIDA DE CARETOS” (Expo 98). Somos de apresentar a estrutura, por fases, desde a apresentação, à recolha e ao tratamento de dados:

<i>Fases</i>	<i>Ações</i>	<i>Observações</i>
1. ^a Fase	Apresentação de 35 extratos de temas 12 autores diversos	Para escolha de 16 ações
2. ^a Fase	Recolhidas de palavras que indicam ações ou ideias a partir dos temas escutados	Recolhidas 32 palavras / ideias / temáticas
3. ^a Fase	Tratamento de dados: redução e partilha de palavras associadas às ações a serem associadas aos temas	Redução para 16 temas
4. ^a Fase	Listagem de temas a utilizar em contexto: 1. “Cortège” de Lili Boulanger; 2. “Nocturne” de Lili Boulanger; 3. “Fantaisie pour piano et orchestre” de Nadia Boulanger; 4. “Piano Trio in D Minor” de Fanny Mendelssohn; 5. “Trio op. 11. 4 Finale” de Fanny Mendelssohn; 6. “Adagio” de Germaine Tailleferre; 7. “Pianoconcerto in A minor, Op. 7” de Clara Schumann; 8. “Trio Für Violine, Cello Und Klavier Op. 17” de Clara Schumann; 9. “Piano trio in G minor, Op. 17 – Andante” de Clara Schumann; 10. “L'Ondine Op.101” de Cecile Chaminade; 11. “Symp No. 3 in G Minor Op. 36” de Louise Farrenc; 12. “Piano Quintet No.1 1st Movement” de Louise Farrenc; 13. “Symphony No. 2 in D Major Op. 35” de Louise Farrenc; 14. “Trio in E Minor Op. 45” de Louise Farrenc; 15. “Concertino, Op. 107 Chaminade - flute & piano” de Cecile Chaminade.	
5. ^a Fase	Verificação de temas que eventualmente se repetem no ritual e acrescentar temas associados aos elementos da natureza (extrato de temas compostos para a EXPO 98): 1. Vento; 2. Água; 3. Fogo.	Considerando repetição ritualística verificadas
6. ^a fase	Apresentação em contexto (em Ritual).	Investigação aplicada em contexto
7. ^a fase	Apresentação interna da justificação da metodologia e do tema associado à iniciação em Prancha temática em sessão.	Reflexão sobre o quadro metodológico, intenção e propósito da iniciativa

CONCLUSÃO

Podemos deduzir que esta abordagem metodológica pode ser usada para qualquer tema ou assunto da vida cotidiana. No caso, dado que os elementos que participaram na audição eram externos ao universo maçónico, a abordagem teve que ser feita de forma global e genérica com base no conceito desenvolvido no MILMESA (Método Interdisciplinar de Literacia Musical, Educação e Sensibilização Artística)⁹⁵ numa atividade que operacionaliza guias de audição para este efeito denominada de “Diz-me o que esta música / tema te faz lembrar”).

⁹⁵ Tese de Doutoramento em Educação apresentada à Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Salamanca, no ano letivo de 2005-06.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ardley, N., & Arthur, D. (1997). *O Livro da Música*. Editora Melhoramentos.
- BORBA, T., & LOPES-GRAÇA, F. (1999). *Dicionário de Música*. Mário Figueirinhas Editor.
- Cardoso, O. (2007). *Chiquinha Gonzaga: primeira compositora popular do Brasil*. Ministério da Cultura – Fundação Cultural de Palmares.
- Cohen, A. (1987). *International Encyclopedia of Women Composers*. Books & Music.
- DEUTSCH, O. (1965). *Mozart: A Documentary Biography*. Stanford University Press.
- ENCICLOPÉDIA SALVAT DOS GRANDES COMPOSITORES. (1988). Publicações Alfa.
- FEREIRA, A. J. (2008). *Dicionário Meloteca de Mulheres Compositoras*. MELOTECA.
- FUBINI, E. (1993). *La Estética Musical desde la Antigüedad Hasta el Siglo XX*. Alianza Música.
- GRIFFITHS, P. (1995). *Enciclopédia da Música do Século XX*. Martins Fontes Editora.
- GROUT, D., & PALISCA, C. (1997). *História da Música Ocidental*. Gradiva.
- HORTA, L. (1985). *Dicionário de Música*. Zahar Editores.
- MARQUES, O. (1986). *Dicionário de Termos Musicais*. Editorial Estampa.
- PARAUTY, M. (1991). *Mozart amado dos Deuses*. Círculo de Leitores.
- SOLOMON, M. (1995). *Mozart: A Life*. Harper Collins.
- STANLEY, S. (1980). *The New Grove Dictionary of Music & Musicians*. London.

A FORÇA DOMINADORA DO SÍMBOLO NO DIZER DE UM CONTO DE EÇA DE QUEIRÓS⁹⁶

João Bartolomeu Rodrigues⁹⁷, Elsa Morgado⁹⁸, & Levi Leonido⁹⁹

Palavras-chave

Eça de Queirós
Estrutura Simbólica
Organização isotérica
Tetractis Pitagória

Resumo

«Adão e Eva no Paraíso» é um conto de Eça de Queirós. Nele trava-se um interessante diálogo entre duas visões epistemológicas em permanente confronto: por um lado a Bíblica, representante do criacionismo e, por outro, a perspectiva evolucionista. Eça trava, assim, um interessante diálogo entre as duas perspectivas referidas, nunca excluindo uma em detrimento da outra, assumindo uma posição neutra. A tetractis pitagória serve de estrutura formal ao conto. Esta pirâmide é preenchida e ornamentada com os recursos e a força dominadora que os símbolos lhe emprestam: por um lado, os números concorrem para compor as sequências temporais (da criação e da evolução) que compõem o enredo; por outro, a simbologia dos elementos vai fazendo subir, degrau a degrau, o estado de hominização de Adão, na complementaridade de Eva que bate as pedras da civilização, rumo à perfeição que se manifesta na atividade artística.

Nota prévia

A presente investigação foi publicada em 2017 na Revista *Crítica Cultural*, v.12, n.2, precisamente com o significativo título “Adão e Eva no Paraíso: a força dominadora do símbolo no dizer de um conto de Eça de Queirós”. O propósito dos seus autores prendia-se exclusivamente com uma das exigências académicas: para além da lecionação, o Professor Universitário está, por força do estatuto que rege a carreira docente universitária (ECDU) obrigado a fazer extensão à comunidade e, sobretudo, fazer investigação e publicá-la em revistas da especialidade.

A investigação tem a particularidade de frequentemente nos surpreender com repostas a questões que não levantámos previamente. Este foi um dos casos: não encontrará o leitor qualquer pergunta inicial a questionar a possibilidade de Eça de Queirós ter pertencido ou não à maçonaria. No entanto as três questões apresentada na introdução, mas particularmente a segunda, que se foca na relação entre o uso da simbologia e a ideologia do autor, conduzem-nos inexoravelmente não à conclusão, mas à hipótese com que terminamos este artigo e que para situar o leitor antecipamos, desde já: “Não queremos tirar conclusões precipitadas, sem outras fontes que o confirmem, mas o profundo conhecimento que Eça de Queirós revela ter de uma sociedade secreta, particularmente da tetractis pitagórica, que serviu de matriz à estrutura do conto, bem como o uso da símbolo, afigura-se-nos como sintoma demasiado claro, roçando as franjas da evidência, para silenciarmos, pelo menos a hipótese, de que Eça de Queirós tenha pertencido a qualquer organização esotérica” (Rodrigues et al., 2017, p. 330).

Por isso, entendeu a comissão organizadora incorporar esta investigação neste volume dedicado à temática da Maçonaria: nela, pode o leitor perceber que Eça escreve para dois destinatários distintos (público em geral e os iniciados).

⁹⁶ A partir do Artigo publicado na Revista *Crítica Cultural* | Palhoça, SC, v. 12, n. 2, p. 315-331, jul./dez. 2017., com o título “Adão e Eva no paraíso: a força dominadora do símbolo no dizer de um conto de Eça de Queirós”.

⁹⁷ JOÃO BARTOLOMEU RODRIGUES – CECS & Universidade de Trás-os-Montes e Alto, PORTUGAL. Email: jbarto@utad.pt

⁹⁸ ELSA MARIA GABRIEL MORGADO – CEFH – Universidade Católica Portuguesa & Instituto Politécnico de Bragança, PORTUGAL. Email: elsa.morgado@ipb.pt

⁹⁹ LEVI LEONIDO FERNANDES DA SILVA - Centro de Investigação em Ciência e Tecnologias da Artes - Universidade Católica Portuguesa & Universidade de Trás-os-Montes e Alto, PORTUGAL. Email: levileon@utad.pt

INTRODUÇÃO

A presente investigação resulta de um trabalho constante que tem vindo a ser continuamente aprofundado e melhorado ao longo do tempo. A última versão foi publicada em 2017 na Revista Crítica Cultural, precisamente com o significativo título “Adão e Eva no Paraíso: a força dominadora do símbolo no dizer de um conto de Eça de Queirós”. Com esta publicação, damos mais um passo, introduzindo novos elementos, retirando outros, enfim tentamos aperfeiçoar a análise. O propósito dos seus autores prendia-se exclusivamente com uma das exigências académicas: para além da lecionação, o Professor Universitário está, por força do estatuto que rege a carreira docente universitária (ECDU) obrigado a fazer extensão à comunidade e, sobretudo, fazer investigação e publicá-la em revistas da especialidade.

“Adão e Eva no paraíso” é, precisamente o título que Eça de Queirós atribuiu a um dos seus contos mais significativos. Estamos, assim, diante de um conto essencialmente descritivo, cuja mundividência da temática se recorta no intertexto de uma narrativa judaico-cristã, onde as personagens retiradas do texto bíblico mantêm o mesmo carácter simbólico do Génesis.

Depois de uma leitura mais aprofundada facilmente constatamos que estão patentes duas perspetivas em permanente diálogo. Por um lado, a perspetiva bíblica, representante do criacionismo e, por outro, a perspetiva evolucionista. Tal como afirmam Gonçalves e Monteiro (2001, p. 24) ao referirem que “Eça trava um interessante diálogo entre estas duas perspetivas, nunca excluindo uma em detrimento da outra, assumindo uma posição neutra”.

Qual a pergunta ou perguntas de partida a que pretendemos responder ao longo desta investigação? Neste caso em concreto assumimos as seguintes três questões: 1. Como é que Eça de Queirós lida com a problemática que no seu tempo opunha a tese da criação à perspetiva evolucionista? 2. Qual o contributo da simbologia para uma leitura da ideologia do autor? 3. Em que medida a moral do conto nos revela o perfil ideológico de Eça de Queirós?

As três questões apresentadas nesta introdução, mas particularmente a segunda, que se foca na relação entre o uso da simbologia e a ideologia do autor, conduzem-nos inexoravelmente não à conclusão, mas à indagação de fortes indícios, cedidos pelo texto, de Eça de Queirós ter pertencido à maçonaria: não se trata de apresentar evidências de tal pertença, mas buscar a possibilidade de níveis diferenciados de leitura que tornem possível, plausível e muito muito provável esta hipótese que aguarda pela descoberta do documento que ateste a sua iniciação ou qualquer outro que confirme a sua pertença a qualquer obediência, como acontece, por exemplo, com Alexandre Herculano, cuja

evidência surge na troca de cartas entre Sr. D. António da Costa e Herculano na famigerada polémica que levou à inserção do casamento civil no novo código civil. Na segunda Carta de Herculano, este refere: “Decerto os argumentos do sr. D. António da Costa não me parece que valham muito; mas valem indubitavelmente mais do que os dos foliculários pios. Não se reduzem a chamar-nos pedreiros livres, ímpios, inimigos...” (Herculano, 1866). Não nos move, portanto, qualquer pretensão de provar seja o que for, mas abrir novas possibilidades de leitura que ampliem e legitimem novas interpretações.

Em virtude da delimitação temática a que este tipo de investigação nos compele, propomo-nos abordar tão-somente as problemáticas da criação e da evolução: 1. A criação - análise dos números que surgem referidos ao longo do conto; 2. Apreciação do uso que o autor faz dos quatro elementos (terra, ar, água e fogo) no preenchimento da matriz que preside à estrutura formal do conto –, a tetráctis pitagórica.

Eça de Queirós dividiu o conto em três partes, que enumerou à romana, não dando títulos a cada uma. A fé ou convicção de Eça, na criação, aparece com toda a clareza, na primeira parte do conto, em dois momentos distintos: A criação da Terra e do Homem; e a crença na evolução aparece na terceira parte da narrativa.

1. A Criação: a via dos números

Na *criação do mundo* são referidos dois tempos: O primordial e o advento. No primeiro tempo, o *primordial*, refere que a “terra existia desde que a luz se fizera, a 23, na manhã de todas as manhãs” (Queirós, 1988, p. 343), a qual se caracterizava pelo facto de ser

parda e mole, ensopada em águas barrentas, abafada numa névoa densa, erguendo aqui e além, rígidos troncos de uma só folha e de um só rebento, muito solitária, muito silenciosa, com uma vida toda escondida, apenas surdamente revelada, pelo remexer de bichos obscuros, gelatinosos, sem cor e quase sem forma” (Queirós, 1988, p. 343).

No segundo tempo, o *advento*, é o tempo em que a terra se prepara para receber o Homem. “Não! Agora, durante os dias genesíacos de 26 e 27, toda ela se completara, se abastecera e se enfeitara, para acolher condignamente o Predestinado que vinha” (Queirós, 1988, p. 343). Neste período, a Terra apresenta já um estado de evolução muito avançada.

Eça sente necessidade de recorrer ao intertexto do Génesis, a fim de a caracterizar: “No dia 28 já apareceu perfeita, *perfecta* com as provisões e alfaias que a Bíblia enumera, as ervas verdes de espigas maduras, as árvores pródidas do fruto entre a flor, todos os peixes nadando nos mares” (Queirós, 1988, p. 343). No entanto, essa perfeição, que mais tarde se revelará imperfeita, ficará sujeita às futuras mutações:

A Terra ainda não era uma obra perfeita: e a divina energia, que a andava compondo, incessantemente a emendava, numa tão móbil inspiração que em sítio coberto ao alvorecer por uma floresta, à noite se espalhava uma lagoa onde a Lua, já doente, vinha estudar a sua palidez” (Queirós, 1988, pp. 357-358).

A criação do homem aparece igualmente desdobrada em dois tempos. O conto começa justamente com a afirmação da crença na criação: “Adão, Pai dos Homens, foi criado no dia 28 de outubro, às duas horas da tarde” (Queirós, 1988, p. 343). Neste sentido, Chaboche refere que “vinte e oito é o número dos dias do mês lunar (médio). Mas é também o número de anos de um ciclo solar (após o qual os dias da semana se reproduzem nas mesmas datas)” (1979, p. 172).

Ao colocar o aparecimento do homem a 28 de outubro, Eça atribui-lhe o papel de hermafrodita, pois 28 relaciona-se com a lua (mês lunar) e com o sol, (ciclo solar). Isto significa que Adão é, em si mesmo, Homem e Mulher. A leitura de 28 ($2+8=10$) dá dez, que é o número do mês – outubro. O facto de considerar Adão como hermafrodita significa que Adão é o homem perfeito, completo, susceptível de iniciação. Por outro lado, o 10 que na simbólica da árvore da vida é Malkuth exprime a ideia de mundo.

Ao ser criado a 28 de outubro, Adão é o ser perfeito para o mundo. Vinte e oito (28) é um número solar e lunar, é o número dos anos de um ciclo solar. Igualmente o número dos dias do mês lunar (médio). Eça de Queirós parte do princípio que o homem primitivo é masculino e feminino. É o homem total. Baseia-se na mitologia grega, onde o homem primitivo era redondo porque continha os dois princípios em si. Ao ser criado no dia 28, cuja leitura é 1 ($28=10=1$), este número representa a ingenuidade antes de acabado (Paneth, 1976, p. 38). A criação do homem exprime a evolução da ingenuidade para a síntese (o amor), da animalidade para a humanização (Queirós, 1988, p. 346), para a racionalidade através da aecálie (os 10 sefirotos); o estádio edénico anterior ao conhecimento.

- A ideia de perfeição concretiza-se neste dia, Eça refere-a com a repetição do mesmo adjectivo, em português e latim, “No dia 28 já apareceu perfeita, *perfecta*, com as provisões e alfaias que a Bíblia enumera [...]” (Queirós, 1988, p. 342).

Foquemos outro aspecto ligado ao dia da criação do homem, isto é, ao 28º. A criação do mundo e do homem são do signo Escorpião. O escorpião vê o afastamento do Sol e o adormecimento da natureza. É o Outono. Tempo da nostalgia e da melancolia. Deve salientar-se que Eça é um melancólico. O Outono pela coloração da morte, pelo carácter intimista que proporciona, favorece o isolamento que agrada a Eça. A criação do homem será a criação de Eça, que assim se retrata?

Pitágoras dirige-se a Policarpo nestes termos:

A metade (dos meus alunos) estuda a admirável ciência das matemáticas. A eterna natureza é objecto dos trabalhos de um quarto (desses alunos). A sétima parte deles entrega-se à meditação e ao silêncio. Além disso, há três mulheres, das quais a mais notável é Teano. Esse é o número dos meus alunos que é também o das minhas musas (Chaboche, 1979, p. 172).

Consideremos, agora, o mês de outubro. Outubro contém uma dupla possibilidade: pelo nome relaciona-se com o oito; pela localização no ano com o 10.

O oito (8) exprime a encarnação do espírito na matéria. Esta, a partir de agora, cria e automatiza-se. Exprime a transição de uma estrutura, de uma situação, ou de um ritmo para outro. O oito é também o número da prova, da iniciação e o número da ressurreição. É o dualismo humano elevado ao cubo (2^3): o homem relacionando-se consigo, com a natureza, com o universo. Corpo alma e espírito. Por isso, exprime o “homem perfeito em seu domínio das leis cósmicas (Paneth, 1976, p. 38): situa o homem entre o céu e a terra, ele é o mediador. Possui a lei natural e a lei divina.

O dez (10) indica a maior perfeição possível. Daí que o homem seja o ser mais perfeito da natureza. Liga-se na Cabala Judaica com a árvore sefirótica, que aparece na terceira parte do conto. O homem é a harmonia da criação: local de convergência e local de domínio, sobretudo através do homem-anjo, “porque ao lado de Adão velava uma figura séria e branca, de asas brancas fechadas, os cabelos presos num aro de estrelas, o peito guardado numa couraça de diamante, e as duas refulgentes mãos apoiadas ao punho de uma espada que era de lume – e vivia” (Queirós, 1988, p. 357). Colocada a vida do homem na III parte, significa que Eça lidou com o *número de homem*, o terceiro¹⁰⁰.

O 10 relaciona-se com a tetráctis pitagórica que significa a união dos 4 elementos. O 10 é o fogo, o elemento superior dentro desta estrutura. Exprime a “criação universal” (Chevalier & Gheerbrant, 1994, p. 261), a totalidade em movimento (Chevalier & Gheerbrant, 1994, p. 261).

¹⁰⁰ O *número de homem* obedece à seguinte fórmula: n^2+1 . São número de homem os três primeiros: 2, 5, 10, se aplicarmos a n os valores de 1, 2, 3. Pode relacionar-se este facto com a hora da criação: 2 horas da tarde, ou 14 horas. A leitura de 14 é 5 ($1+4=5$).

O 10 corresponde ao cruzamento das horas ($14=5 \times 2=10$). O 2×5 indica a dualidade do ser humano: vitorioso, mas simultaneamente cheio de “temor” e “miséria”. São, no entanto, o medo e a miséria que promoverão a humanização.

2 horas da tarde = 14 horas

Em *duas horas da tarde* surge o problema do 2 e do 14.

O dois (2) é o reflexo do um e estabelece o homem como reflexo do Criador. Indica a dualidade, base do ser humano, embora salientando, por ser número par, o carácter feminino.

Exprime a simetria em oposição e complementaridade fecunda. Indica o ritmo primeiro, binário e o movimento.

Em II, desenvolve as primeiras peripécias do homem no mundo: a primeira surpresa, os primeiros sustos. O homem contempla o desaparecimento do mundo anterior a ele servindo, quase à maneira do pensamento de Pascal, do ponto que liga os dois infinitos. No final do II surge a mulher. Corporiza-se, deste modo, o masculino e o feminino. Dentro da maçonaria, o dois exprime as duas colunas exteriores ao templo: a masculina – *Yakîn* (à direita) - e a feminina – *Boas* (à esquerda)¹⁰¹. Os nomes vêm do Antigo testamento, do templo de Salomão (I Re 7,41; 2Cr 3,17). O homem e a mulher são os dois suportes da evolução e do progresso.

A esse respeito, Jean Mattéi refere que “a escola pitagórica foi, para o mundo ocidental, o primeiro modelo de uma sociedade secreta e, pois, fechada em suas particularidades – a franco-maçonaria emprestará dela inúmeros símbolos essenciais” (2000, p. 30).

O catorze (14) exprime a prova, a dureza, o medo, a morte iniciática. Ao longo do texto o medo, as durezas predominam e condicionam a vida do homem em constante ato iniciático. Pela leitura indica o número 5, o número do homem físico em que, pelo facto de ser ímpar, se manifesta a preponderância masculina,

1.1 Os dias da criação do mundo e do homem

Na primeira parte do conto surge uma seqüência numérica, a saber: 23, 24, 25, 26, 27, 28. Podemos questionar-nos: porquê estes dias? A leitura deles pode indicar-nos algo:

$23 = 5$; $24 = 6$; $25 = 7$; $26 = 8$; $27 = 9$; $28 = 10 = 1$

¹⁰¹ *Yakîn* = «il stabilizara» et *Boaz* = «en lui la force» ou «dans la force». Esta nota é retirada da TOB (Traduction Oecoménique de la Bible), da nota v, correspondente a 2Cr 3,17.

23 de outubro – “A terra já existia desde que a luz se fizera, a 23, na manhã de todas as manhãs...” (QUEIRÓS, 1988, p. 343). Ao situar a criação do mundo e da luz, em 23, Eça de Queirós atribui-lhe o significado de templo ao mundo, à terra. O cinco indica o templo, a união do homem com a mulher, a união do par com o ímpar. Por isso no final do conto surge a referência às três colunas internas da Loja Maçónica: força beleza e sabedoria:

Já não receio que a terra instável vos esmague; ou que as feras superiores vos devorem; ou que, apagada, à maneira de uma lâmpada imperfeita, a energia que vos trouxe da floresta, vos retrogradeis à vossa árvore. Sois já irremediavelmente humanos e cada manhã progredireis, com tão poderoso arremesso, para a perfeição do corpo e esplendor da razão (Queirós, 1988, p. 370).

Depois prolonga-se pelos dias 24, 25, 26 27 e 28. Eça segue a teoria bíblica dos seis dias.

24 de outubro - Embora o dia 24 faça parte do “período de tempo” da criação, este dia não aparece referido explicitamente no texto, deixando clara a ideia de que Eça não está preocupado com a descrição pormenorizada, tal como acontece no texto do Génesis, mas tão simplesmente com a ideia que o número seis (os dias da criação) encerra em si mesmo. O número 24 aparece implicitamente referido no texto, tendo presente a leitura de 24, isto é, $(2+4 = 6)$. Seis é o número dos dias da criação. 6 é, ainda, um número imperfeito, por isso, o 24, não pode aparecer referido, uma vez que não se reveste de dignidade para preparar a vinda daquele que há-de realizar a perfeição. Por outro lado, o 24 liga-se à fonte original, a todo o processo criador, à necessidade de ordem, à harmonia do céu e da terra. É o sentido esotérico da primeira palavra da Bíblia: *Bereshit*, o criador do seis (*bara schit*). Iguamente “constitui a primeira palavra do Evangelho de S. João [$\epsilon\nu$ αρχη ην ο λογος], uma das luzes da loja maçónica (Chaboche, 1976, p. 134).

25 de outubro. Por oposição ao dia 24 este já aparece, bem explícito, no texto. Caminhamos para a perfeição, ou seja, o 25, que tem por leitura o 7 $(2+5 = 7)$, indica a complementaridade viva entre o Criador e a criação. É a música do Universo, a harmonia das esferas. Mas o 7 ainda avança mais. É o número da relação viva entre Deus e o homem (Chaboche, 1976, p. 135), a síntese do conhecimento e do amor (Chaboche, 1976, p. 137), o número do templo (e o templo vivo é o homem), o número da iniciação e do ciclo da vida.

Contudo, mais especificamente, o 7 simboliza a reintegração do espírito e da matéria, do tempo e da eternidade, numa unidade única e reconciliada, em que o espírito se alia à matéria $(3+4)$ e o tempo se funde na eternidade (Chaboche, 1976, p. 143); o 7 é o número do templo. No conto, o 7 aparece ainda numa outra expressão: “

Mas quem pode garantir estes bosques e estes bichos, pois que desde esse dia de 25 de outubro, que inundava o Paraíso de esplendor outonal, já passaram, muito breves e muito cheios, sobre o grão de pó, que o nosso mundo, mais do que sete vezes setecentos mil anos?

Aqui, porém, em lugar de só referir o número 7, Eça de Queirós chama a atenção para mais dois: o 100 e o 1000. O mundo é o templo edificado por Deus à sua glória. Daí que Eça de Queirós reitere o exemplo do 7 elevando-o à classe das centenas de milhares. As centenas individualizam uma realidade numa realidade mais vasta. É a situação da terra em relação ao universo. Significa a perfeição da vida.

O mil (1000) relaciona-se com o cosmos, o universo:

Pode-se lembrar aqui a doutrina dos sete milênios, tal como ela se apresenta na epístola de Barnabé, em relação com a gnose judaico-cristã do Egito. A semana cósmica era constituída por sete milênios. A divisão do mundo em sete milênios não pertence ao meio judeu tradicional, mas sim na tradição judaica helenizada (Chevalier & Gheerbrant, 1994, p. 452).

Assim, “sete vezes setecentos mil anos” refere-se ao homem, ao mundo e à terra. Por isso, o dia 25 tem uma “madrugada purificadora”, Deus começa a preparar um mundo que seja habitável pelo homem e não só um mundo com vida, sobretudo monstruosa.

Por isso, $7 \times 7 = 49$. Este número significa a realização da viagem, um *terminus*, mas igualmente, um ponto de partida.

Esta referência ao número 7 vezes 700.000 introduz-nos no intertexto do Evangelho e lembra-nos, a noção de perfeição, onde Cristo diz a Pedro que tem que perdoar setenta x sete vezes. Perdão é uma manifestação de Amor, e por coincidência, o conto termina com a importância do amor.

Mas o 7 ainda avança mais. É o número da relação viva entre Deus e o homem (Chaboche, 1979, p. 135), a síntese do conhecimento e do amor (Chaboche, 1979, p. 137), o número do templo (e o templo vivo é o homem), o número da iniciação e do ciclo da vida. O espírito alia-se à matéria (3+4) e o tempo funde-se na eternidade.

26 e 27 de outubro, sem descer a pormenores, refere que foi nestes dias que a criação se preparou. O «26» lê-se «8» e exprime o equilíbrio cósmico, a harmonia, a ordem universal: é a rosa dos ventos com os seus 4 pontos cardeais e os quatro pontos colaterais. Indica a Lei e a situação intermédia entre o quadrado e a esfera, entre a terra e o céu. É o número da justiça, daquilo que compete a cada ser do universo. Por isso Javé passou os dias 26 e 27 a completar o Universo: “Agora,

durante os dias genesíacos de 26 e 27, toda ela se completara” [com um objectivo bem concreto] [...] se abastecera e se enfitara, para acolher condignamente o Predestinado que vinha” (QUEIRÓS, 1988, p. 343). É a concretização da palavra bíblica: “Deus viu que tudo era bom” (Gn 1, 31). Traduz as articulações, a transição de uma estrutura a outra, a mudança rítmica que produz a harmonia.

O «26» corresponde ao 4º dia da criação: o dia em que o Criador determinou as luzes do firmamento. Igualmente corresponde à totalidade das ordens divinas na criação. Esta totalidade de ordens, efectuou-se ao longo de seis dias (Gn 1, 3.6.9.11.14.20.24.26).

- Deus disse: que a luz seja [...] (**primeiro dia**);
- Deus disse: que exista um firmamento [...] (**segundo dia**);
- Deus disse: que se reúnam as águas existentes sob o céu [...]
- Deus disse: que a terra se torne verde [...] (**terceiro dia**);
- Deus disse: que haja luzes no firmamento [...] (**quarto dia**);
- Deus disse: que as águas fervilhem [...] (**quinto dia**);
- Deus disse: que a terra produza seres vivos, segundo a sua espécie [...]
- Deus disse: façamos o homem à nossa imagem e semelhança [...] (**sexto dia**)

A partir do 4º dia começou a formação do Universo humano e deixou de haver a formação das generalidades do Universo. Agora este começava a entrar na relação mais direta com o homem.

No dia 27 extinguiram-se todos os monstros: “na véspera do advento do homem, Jeová, muito caridosamente afogou todos os iguanodontes nos lodos de um pântano, a um canto escondido do Paraíso, onde hoje se estende a Flandres” (Queirós, 1988, pp. 361-362. O «27» concretiza-se na leitura do «9». O “arrumar da casa” concretiza-se, diversifica-se, pormenoriza-se. As águas mexem-se, os seres vivos surgem conforme a sua variedade. O nove significa a totalidade do mundo criado. É o momento final da geração no ovo, cujo eclodir originará a nova realidade. Por isso se reveste de um carácter feminino, lunar. É a manifestação do amor, a geminação para baixo (9); marca o final da Criação divina; a partir daí compete ao homem criar.

2. A EVOLUÇÃO: a via dos elementos

A terceira parte do conto, que recorre a uma maior velocidade diegética, encerra toda a evolução do homem: “E assim Adão e Eva, fugindo do fogo, fugindo da água, fugindo da terra, fugindo do ar, encetavam a vida no jardim das Delícias” (Queirós, 1988, p. 359). Como consequência de tudo o que ficou dito anteriormente, para Eça, a hominização parte de um triplo princípio: proteção divina, consciência da miséria própria e sentimento de medo que obriga à sua remoção: Este triplo princípio é comum a toda a iniciação. Fernando Pessoa (1888-1935) retrata-o no poema «O Infante» da Mensagem: “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce” (Pessoa, 1997, p. 73).

A partir daqui os saltos evolutivos são os seguintes: 1. A arma; 2. A técnica; 3. O fogo; 4. A tentação da serpente; 5. O cozer (carne assada); 6. O coser; 7. A domesticação; 8. A agricultura; 9. A descendência; 10. A arte. Estes dez elementos recordam a tetráctis pitagórica que Eça, certamente conhecia, pois é um dos elementos de formação maçónica a que Eça pode ter tido ligação desde 1888 (Arnaut, 1999). Com estes elementos forma-se a pirâmide pitagórica:

Estes dez elementos recordam a tetráctis pitagórica¹⁰² que Eça, certamente conhecia, pois é um dos elementos de formação maçónica a que Eça pode ter tido qualquer ligação desde 1888 (Arnaut, 1999).¹⁰³

Com estes elementos forma-se a pirâmide pitagórica:

```
      *
     * *
    * * *
   * * * *
```

Esta preenchida com os elementos do conto, temos o seguinte resultado:

¹⁰² A tetráctis diz respeito à série dos quatro primeiros números, de cuja soma resulta o número dez: $1+2+3+4=10$

¹⁰³ Esta ideia é defendida por Arnaut, António – *Entre o espaço e o compasso*, Lisboa, Universidade Editora, 1999.

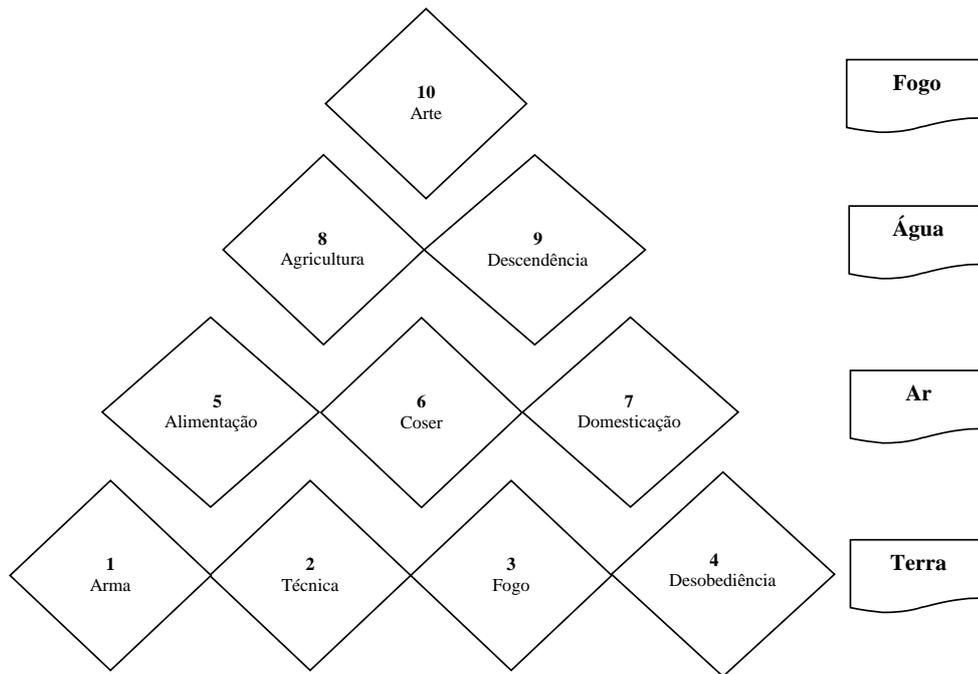


Figura 1. Tetráctis pitagórica

2.1. Os quatro elementos

E assim Adão e Eva, fugindo do fogo, fugindo da água, fugindo da terra, fugindo do ar, encetavam a vida no jardim das Delícias.

A Terra: Os primeiros quatro elementos (arma, técnica, fogo e desobediência) referem-se ao domínio da terra. A última dá a dimensão em crescendo de toda a série. Aquilo a que na tradição cristã se convencionou chamar “pecado original”, ou a “queda”, acabou por tornar o homem como ser, indivíduo, humano: pensa e distingue o que é bom e mau.

A terra é o primeiro elemento que contacta com a humanização, é também o primeiro momento dessa humanização. Largados da árvore, “todas as tradições, as mais orgulhosas, concordam em que Adão, na sua entrada inicial pelas planícies do Éden, tremeu e gritou como criancinha perdida em arraial turbulento” (Queirós, 1988, p. 346). Começa a luta com a natureza.

Quando um galho alongado o roçasse, decerto nosso Pai atiraria contra ele as garras desesperadas para o repelir e lhe escapar. Nesses bruscos ímpetos quantas vezes se desequilibrou, e as suas mãos se abateram desamparadamente sobre o solo da mata ou rocha, de novo precipitado na postura bestial, retrogradando à inconsciência, entre o clamor triunfal da floresta! (Queirós, 1988, p. 346).

De seguida, o nosso pai ergue-se, toma a postura humana e começa a ganhar consciência. “E há já consciência, pressa da racionalidade, nos ressoantes passos com que se arranca ao seu limbo arboral, despedaçando as enredanças, fendendo o bravio denso [...]” (Queirós, 1988, p. 346). “E Adão sai da floresta para o mundo e contempla-o através das “campinas do Eufrates” (Queirós, 1988, p. 347). A terra é a mãe, a origem de toda a vida. Nela reside o conflito entre a animalidade e o início da racionalidade, a oposição entre o hábito a abandonar e a sublimação, a elevação.

O Ar: Até ao 5, o homem reside no estado semiconsciente; agora começa uma nova etapa em direcção ao 10, à arte, como manifestação suprema. A costura, a colinária e a domesticação dos animais são as formas mais elementares, da noção de arte, que tende a tornar-se a grande manifestação de arte. Os três elementos seguintes (alimentação, coser e domesticação) referem-se ao ar, como “a justificação” no mundo do homem consciente de si mesmo, “é uma conquista de um ser outrora pesado e confuso que, pelo movimento imaginário e escutando as lições da imaginação aérea, se tornou leve, claro e vibrante [...]” (Chevalier & Gheerbrant, 1994, p. 78).

O ar é o segundo elemento a manifestar-se ao homem. Manifesta-se por “um grande pássaro” (Queirós, 1988, p. 348), que passa diante do homem que contempla a natureza, “um pássaro cinzento, calvo e pensativo [...]” (Queirós, 1988, p. 348).

Relaciona-se com o esforço de compreensão: “O nosso Pai venerável, com a fusca face franzida, no doloroso esforço de compreender, pasmava para aquele pássaro, que ao lado, sob o abrigo de azáleas em flor, terminava muito gravemente a construção de uma cabana” (Queirós, 1988, p. 348). Termina, no entanto, pesarosamente, “Mas o Pai dos homens, nessa tarde, ainda não compreendeu” (Queirós, 1988, p. 348). Vê, no entanto, como se constrói uma cabana. O ar e o fogo são elementos activos enquanto a terra e a água são passivos. Por isso, quando o homem começa a actividade abandona a terra e contempla o pássaro, símbolo do subtil; daí que o homem ainda não compreenda. Mas constitui a base para a liberdade a usufruir; a condição para a imaginação, a partir do pesado da terra e da confusão inicial. Por isso o pássaro roça o nosso Pai quando este se encontra perante a totalidade da natureza, totalidade que ele admira sem compreender, nem destrinçar.

A Água: Os dois elementos seguintes: a agricultura e a descendência, ligam-se com a água – elemento essencial para a criação das plantas e do homem (feto). Com a água a humanização dá um grande salto em frente. Relaciona-se com o apetite: “Adão vai arfando entre o apetite daquela resplandecente Natureza e o terror dos seres nunca avistados [...] (Queirós, 1988, p. 348). Com a água relaciona-se a energia: “Mas dentro dela borbulha, não cessa, a nascente sublime, a sublime nascente de Energia” (Queirós, 1988, p. 348). É a energia que desenvolverá os “dons que estabelecerão a sua supremacia sobre essa natureza incompreendida e o libertarão do seu terror” [...] (Queirós, 1988, pp. 348-349). É com a água que chega a linguagem: “Adão solta roucas exclamações, gritos com que desafoga, vozes gaguejadas, em que por instinto reproduz outras vozes [...] (Queirós, 1988, p. 349), inicialmente imitações, prosopopeias, e, por fim, já palavras.

A água é mãe e matriz. A palavra que se pronuncia primeiramente, “mãe”, foi substituída no conto pela água: “Lhlâ! Lhlâ” (Queirós, 1988, p. 349). É a fecundação da alma do pensamento, a grande revelação, ainda informe, mas já saborosa, sensual.

O Fogo surge no final do primeiro dia de Paraíso de Adão. Inicialmente é uma manifestação divina. Adão dorme e todos os animais se colocam diante dele, prontos a devorá-lo. Só que ... nada conseguem “porque ao lado de Adão velava uma figura séria e branca, de asas brancas, fechadas, os cabelos presos num aro de estrelas, o peito guardado numa couraça de diamante, e as duas refulgentes mãos apoiadas ao punho de uma espada que era de lume [...]”(Queirós, 1988, p. 357).

O fogo impõe a supremacia do homem sobre os outros elementos da natureza. Só mais tarde o homem entrará em contacto com a presença, a fabricação do fogo. Por fim, a arte funciona como o grande fogo que tudo transforma daí que – logo no início do segundo dia – a ocupar o centro matemático do conto – surja Eva tirada do Homem, durante o sono. Razão e bondade (Eva, a mulher, a água) – é a união dos contrários que permite a reprodução, que se complementa o ser humano total. A conclusão é que o homem é a manifestação do homem-anjo – o homem superior, o homem que se afirma pensamento. Pode revestir-se dois aspectos: ou o fogo da iluminação e da razão, ou o fogo da paixão.

Chegados a este ponto, o homem imortaliza-se e manifesta o estado perfeito. Nesse caso, o Homem é o templo acabado e com vida interior. Daí que depois desta descoberta da hominização, Eça foque o nome das três colunas interiores do templo maçônico: Força, Beleza, Inteligência/sabedoria. Falta, no entanto, referir a seiva que alimenta e percorre a árvore da vida, da iniciação. Essa seiva é o amor. E Eça termina o conto com a apologia do amor.

2.2. A Evolução à luz da *tetráctis pitagórica*

Para compreendermos o alcance ideológico deste conto, temos que ter presente a concepção filosófica designada pelo nome de evolucionismo. Não pretendemos abordar o evolucionismo com profundidade, porque nos afastaríamos do objecto do nosso trabalho, apenas referiremos o conceito. “Dá-se o nome de evolucionismo à corrente filosófica que pretende explicar a formação e desenvolvimento, tanto do mundo físico como das espécies vivas, da consciência e da sociedade humana, por um mesmo processo natural, segundo leis idênticas”¹⁰⁴.

Reconhecemos, no conto, que em termos ideológicos, em Eça não há qualquer oposição entre a criação e o evolucionismo, sendo esta consequência natural da primeira.

A partir daqui (início da parte III), termina a protecção divina. Sem tal protecção, “começaram, para nossos Pais, os dias abomináveis do Paraíso” (Queirós, 1988, p. 357). Por isso, o “destino” de Eva (com Adão) está doravante traçado: “por ela Deus continua a criação superior, a do reino espiritual, a que se desenrola sobre a Terra o lar, a família, a tribo, a cidade. É Eva que cimenta e bate as grandes pedras angulares na construção da humanidade” (Queirós, 1988, p. 366).

Este é o momento oportuno para perguntarmos pela causa, ou causas que fizeram de nós, humanos, seres únicos, que nos tornam a espécie mais bem-sucedida, que habita á face da terra? Será o nosso cérebro o responsável por tais êxitos, como a faculdade de comunicar, a capacidade de fazer uso de instrumentos, ou o caminhar bípede? ou pelo contrário, terão sido os desafios que os primeiros humanos tiveram que enfrentar que levaram a máquina evolutiva ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do cérebro, e em última análise do homem? Sem qualquer pretensão de carácter científico para responder a este tipo de perguntas, limitamo-nos a constatar que o paradigma darwinista presidiu à ideologia de Eça, particularmente no que diz respeito à parte III do conto: reflete a mentalidade científica do século XIX, da qual Eça se constituiu interprete:

se não rugisse outrora o leão das cavernas, não trabalhava hoje o homem das cidades – pois que a civilização nasceu do desesperado esforço defensivo contra o inanimado e o inconsciente. A sociedade é realmente obra da fera. Que a espleia e o tigre, no Paraíso, comessem por acariciar languidamente o ombro peludo de Adão com pata amiga – Adão ficaria irmão do tigre e da espleia, partilhando as suas tocas, as suas presas, os seus ócios, os seus gostos bravios. E a energia inteligente que o descera da árvore, em breve se apagaria dentro da sua bruteza inerte, como se apaga a faísca, mesmo entre galhos frescos, se um frio sopro, vindo de buraco escuro, não a estimula a viver, para vencer a friagem e vencer a escuridão (Queirós, 1988, pp. 363-363).

¹⁰⁴ “Evolucionismo” In *Grande enciclopédia Luso-Brasileira*.

O «destino» de Eva (com Adão) está doravante traçado: “por ela, Deus continua a criação superior, a do reino espiritual, a que se desenrola sobre a Terra o lar, a família, a tribo, a cidade. É Eva que cimenta e bate as grandes pedras angulares na construção da humanidade” (Queirós, 1988, p. 366).

Retomemos os saltos evolutivos, acima referidos, a fim de verificarmos o percurso evolutivo que o Homem teve de calcorrear, desde que iniciou esta aventura da hominização, até à meta da perfeição:

1- A arma: Os primeiros quatro elementos (arma, técnica, fogo e desobediência) referem-se, como vimos, ao domínio da terra. Depois da tomada de consciência de si, dos perigos que o espreitam, privado da proteção divina, o medo apodera-se do homem. É numa situação de ameaça que o Homem, como que num instinto de defesa, faz pela primeira vez uso da sua energia inteligente. Perante a ameaça inesperada das patas negras e da goela sangrenta do pai dos Ursos “na apertada ânsia de defender a sua fêmea, o Pai dos Homens arremessou contra o Pai dos Ursos o cajado a que se arrimava, um forte galho de teca, arrancado na mata, que findava em lasca aguda (...). E o pau atravessou o coração da fera” (Queirós, 1988, p. 363).

2 - A técnica: Depois da primeira façanha, ainda quase instintiva, e da respetiva tomada de consciência do significado do ato, Adão e Eva mergulham na floresta e transformam-na em oficina donde extraem ramos destramente quebrados em lasca: Ah!, que soberbo estalar de hastes, pelo fundo bosque, através da frescura e da sombra, para a obra primeira da redenção! Selva amável que foste a primeira oficina... Quando da mata largaram, fumegando de suor, para recolher à toca distante, nossos Pais veneráveis vergavam sob o peso glorioso de dois grossos molhos de armas” (Queirós, 1988, p. 363). Ao fabrico da lança segue-se o do martelo: “apanha um pedregulho, bate a rocha, arranca a lasca... E eis o martelo! (Queirós, 1988, p. 364).

3 - O fogo é, sob o ponto de vista simbólico, de uma riqueza incomparável. O culto do fogo perde-se na pré-história e é comum a todas as civilizações, religiões, filosofias e teologias. Se em Israel o fogo tem apenas um valor de sinal, que é preciso ultrapassar para encontrar Deus, para os gregos, mais concretamente para Heraclito é Αἰθήρ (aither), substância ígnea e brilhante considerada por Heraclito como centro motor dos processos cosmológicos. Kirk e Raven (1982, p. 201) salientam que “esta ordem do mundo (a mesma de todas), não a criou nenhum dos deuses, nem dos homens, mas sempre foi, é e será: um fogo sempre vivo, que se acende com medida e com medida se extingue”. O fogo não foi, por um lado, oferta de Deus, nem por outra criação do Homem, no entanto,

ele foi roubado (arrancado) à natureza, não tendo sido dispensada a colaboração dos Veneráveis Pais: “logo malha rijamente sobre a paderneira (...). E, oh, espanto! uma fagulha salta, refulge, morre” (Queirós, 1988, p. 365). Se a primeira fagulha é fruto do acaso, as que irão originar a ignição intencional do feno constituem mais um passo decisivo rumo à aventura da hominização:

E de novo o fumo rola, e de novo a chama refulge. Oh, triunfo! Eis a fogueira, a fogueira inicial do Paraíso, e não casualmente rebentada, mas acendida por uma clara vontade que, agora, para todo o sempre, cada noite e cada manhã, poderá repetir com segurança a façanha suprema! (Queirós, 1988, p. 365)

O fogo é mais um instrumento colocado ao serviço do homem: “Agora já Adão sabe que o seu fogo espanta todas as feras (mesmo o medonho espeleu que nada espanta) e que no Paraíso existe enfim um buraco seguro, mas amável – porque o lume o alumia, o aquece, o purifica” (Queirós, 1988, p. 366).

4 – Desobediência / transgressão, Eça recorre mais uma vez ao intertexto bíblico de Gn 3, interpretando-o numa linha bastante pessoal, aproximando-se, neste aspeto, das teses seguidas pelos exegetas contemporâneos de maior expoente. Eça afasta-se completamente da ideia de queda, tese muito vulgar na teologia tradicional, ainda hoje defendida como «doutrina oficial» dentro das várias confissões religiosas. Aquilo a que se convencionou chamar «desobediência», ou «queda», acabou por tornar o homem como ser, indivíduo, humano: pensa e distingue o que é bom e mau. A alegoria da transgressão significa para Eça o passo decisivo que projeta o Homem rumo à perfeição. Perfeição essa que há-de atingir o seu clímax na arte, manifestação suprema do desenvolvimento humano. Eva, a nossa Mãe, é colocada numa situação de superioridade em relação a Adão. Ela é sujeito capaz de aspirar à divinização, ao contrário de Adão, incrédulo “em frutos que comunicam a divindade e a sapiência, ele que tanta fruta comera nas árvores e se conservava inconsciente e bestial como o urso e o auroque” (Queirós, 1988, p. 366). Mas os méritos de Eva em favor da causa humanitária vão mais longe, na medida em que persuade Adão a partilhar do transcendente pomo. É igualmente por Eva que “Deus continua a criação superior, a do reino espiritual, a que desenrola sobre a Terra o lar, a família, a tribo, a cidade. É Eva que cimenta e bate as grandes pedras angulares na construção da humanidade” (Queirós, 1988, p. 366). É assim que Adão e Eva passam do patamar da terra para o do ar.

5 – Alimentação / cozer, com a descoberta do fogo e o uso do mesmo, uma nova conquista se adivinha no escalão da humanidade:

Donde vem ele, o gostoso aroma? Do fogo onde a posta de veado ou de lebre grelha e rechina. Então Eva inspirada e grave, empurra a carne para a brasa viva; e espera ajoelhada, até que a espeta com uma ponta de osso, e a retira da chama ruidosa, e a trinca, em sombrio silêncio (Queirós, 1988, p. 367). Da mesma forma que as anteriores conquistas, a cozinha também tem os seus tempos, os seus silêncios, os seus momentos de triunfo:

e, com a pressa amorosa com que ofereceu a maçã a Adão, lhe apresenta agora aquela carne tão nova, que ele cheira desconfiado, e depois devora a rijas dentadas, roncando de gozo! E eis que, por este pedaço de gamo assado, nossos pais sobem vitoriosamente outro escalão da humanidade! (Queirós, 1988, p. 367).

6 – Coser / vestuário apresenta-se-nos em primeiro lugar como um símbolo da atividade espiritual do ser humano, como a manifestação visível do homem interior; “confere a individualidade, a distinção ao homem, enquanto indivíduo” (Chevalier & Gheerbrant, 1994, p. 688). Porém,

... Eva recolhe logo à caverna, para se entregar, sem descanso, a uma tarefa que a encanta. Encruzada no chão, toda atenta sob a coma crespa, nossa mãe fura, com um ossinho agudo, buracos finos na orla de uma pele, e tão embebida que nem sente Adão entrar e remexer nas suas armas, une as duas peles sobrepostas, passando através dos buracos uma delgada fibra de algas que secam diante do lume” (Queirós, 1988, p. 367).

Neste sentido, a situação atual revela um afastamento do “tempo” da proteção divina, em que era o “próprio Deus, ou o Seu mensageiro que providenciava o vestuário para o ser humano, ou qualquer outro tipo de proteção” (Queirós, 1988, p. 362). No mesmo sentido, assistimos ao despojamento do homem velho e o conseqüente revestir do homem novo, de que fala S. Paulo. Nesta situação concreta o homem velho significa o estado incivilizado, por oposição ao homem novo, onde o vestuário se revela como símbolo do próprio ser humano, já civilizado. Se quisermos recuperar a simbólica paulina (2Cor 5,3) do vestuário, diremos que a evolução plena do homem há-de acontecer, quando ele se, (re) vestir já não das peles grosseiras dos animais, nem da seda da china, mas da veste branca do batismo, tal como os mártires do Apocalipse, por ocasião da abertura do sexto selo (6, 11) e os eleitos de Deus na visão de João (7, 9), os que vieram da grande tribulação e lavaram os seus vestidos e os branquearam no sangue do Cordeiro (7, 13s), símbolo da maturidade do cristão. O vestuário aparece-nos como um elemento essencial à natureza do ser que o usa. É algo próprio do homem, os animais não fazem uso do vestuário, ele “é um dos primeiros indícios duma consciência da nudez, duma consciência de si, da consciência moral. É também o elemento revelador de alguns aspetos da personalidade do indivíduo” (Chevalier & Gheerbrant, 1994, p. 690).

7 - A domesticação, na nossa perspectiva, deve ser entendida como uma simbiose de relações simbólicas entre o homem e os animais. Assim, a lenda sobre Pitágoras atribui-lhe uma ascendência sobre os animais:

faz surgir as serpentes e domestica as águias; amansa uma ursa terrível, que nos arredores de Daunia, aterrorizava a população, convencendo-a a não mais tocar nos seres vivos e a contentar-se com a fruta e o mel silvestre; a anedota fabulosa anuncia a conversão do lobo de Gubio por S. Francisco, no livro XXI dos Fioretti. Persuade um boi a não pastar as favas e, como recompensa fá-lo escapar ao matadouro confiando-o ao templo de Hera em Tarento (Mattél, 2000, pp. 18-19).

Neste espectro de relações simbólicas entre o homem e os animais, Eça deixa transparecer, por um lado, a influência, ou simpatia pelo pensamento de Francisco de Assis, onde Eva incarna os sentimentos de compaixão para com os animais; por outro lado, e em oposição à caridade de Eva, Eça responsabiliza Adão pelo pecado contra a natureza, manifestada nos seus sentimentos ainda selvagens, embora já humanos e, por isso, imorais:

Outros gestos e modos de Eva o irritam também: e por vezes, com uma desumanidade que é já toda humana (...) um furor o tomou, uma tarde, avistando, no regaço de Eva, sentada diante da fogueira, um cachorrinho mole e trôpego, que ela, com carinho e paciência, ensinava a sugar numa febra de carne fresca. À beira da fonte descobrira o cachorrinho perdido e ganindo; e muito mansamente o recolhera, o aquecera, o alimentara, com uma sensação que lhe era doce, e lhe abria na espessa boca, ainda mal sabedora de sorrir, um sorriso de maternidade. Nosso Pai venerável, com as pupilas a reluzir, atira a garra, quer devorar o cachorro que entrara na sua toca. Mas Eva defende o animal pequenino, que treme, que a lambe. O primeiro sentimento de caridade, informe como a primeira flor que brotou dos limos, aparece na terra! E, com as curtas e roucas vozes que eram o falar de nossos Pais, Eva tenta talvez afiançar que será útil, na caverna do homem, a amizade de um bicho” (Queirós, 1988, p. 368).

E é assim, tal como Eva, que Adão se abre à espiritualidade, manifestando a abertura à relação com a natureza, na figura de um manso cachorro: “Adão puxa o beijo trombudo. Depois, em silêncio, mansamente, corre os dedos pelo lombo macio do cachorrinho encolhido” (Queirós, 1988, p. 368). É Eva quem dá continuidade ao processo de domesticação, de tal forma que poderíamos afirmar que Eva está para a domesticação, assim como Adão está para a caça. O símbolo caçador que habita Adão irá ceder espaço à figura de Caim, seu filho, que há-de aprender com Eva, sua mãe, a arte de domar e converter-se-á paulatinamente em pastor: “este é, na história, um momento espantoso! Eis que o homem domestica o animal! Desse cachorro agasalhado no Paraíso nascerá o cão amigo, por ele a

aliança com o cavalo, depois o domínio sobre a ovelha. O rebanho crescerá; o pastor o levará; o cão fiel o guardará. Eva da beira do lume, prepara os povos errantes que pastoreiam os gados” (Queirós, 1988, p. 368). Ainda na mesma simbiose de relações entre o homem e o animal, o Adão queirosiano, tal como o bíblico penetra cada animal para lhe dar um nome; os animais estão ali, criados por Deus, mas não são reais enquanto o homem não os nomeia (Gn 2, 19-20). Embora posterior à criação, a imposição do nome é um “ato da atividade ordenadora com a qual o homem se apodera espiritualmente, das criaturas, objetivando-as diante de si” (Rad, 1978, p. 102). “A Bíblia, com a sua exageração oriental, cândida e simplista, conta que Adão, logo na sua entrada pelo Éden, distribuiu nomes a todos os animais” (Queirós, 1988, p. 349).

8 - Agricultura, e a descendência entramos no terceiro patamar da pirâmide, que se liga à água. A água é um elemento essencial, quer à agricultura, quer à reprodução do homem (feto). A agricultura, como conceito originário, encontra o seu suporte no cultivo e não na atividade pastoril, como acontecia no estádio anterior (domesticação); embora não exclua totalmente esta última, não lhe está subordinada: *ager* é o terreno cultivável por excelência.

9 - Descendência, a sobrevivência no estado de «natureza», quer do homem, quer de qualquer outro animal deve satisfazer três condições fundamentais: proteção ou defesa, nutrição e a de reprodução. Já vimos as duas primeiras, fundamentais para a sobrevivência do indivíduo. Para a sobrevivência da espécie é essencial que se verifique a terceira condição, ou seja, que aconteça a reprodução. Sem descer a pormenores, Eça invoca, apenas, três vezes o nome de Abel, referindo numa delas o nascimento: “No entanto, bem podemos supor que Abel nasceu” (Queirós, 1988, p. 369). A figura de Abel, tal como na Bíblia, colocada pelo contador na primeira geração, reveste-se de um significado protótipo e insinua, apenas, um dos aspetos negativos da condição humana de todos os tempos (querelas fraticidas), mesmo sem referir o nome de Caim. Poderíamos perguntar: Por que não aparece aqui a personagem de Caim? A questão é pertinente e a resposta não se torna difícil, se tivermos presente que, de acordo com a ideologia de Eça, o desenvolvimento, a evolução do Homem, culmina no amor. Não poderia, por isso, um símbolo fraticida figurar e manchar com o sangue de seu irmão a peregrinação rumo à casa da perfeição. Eça revela-se neste conto como alguém otimista, alguém que acredita no Homem e nele coloca a sua esperança, como ser capaz de realizar a sua vocação.

10 - A arte, com a arte chegamos ao cume da pirâmide. A arte funciona como o grande fogo, que tudo transforma. O ardor devorador do fogo é o «Amor» que dará ao homem acesso ao seu coração. Já Isaías é queimado pelo carvão ardente (Is 6, 7), Jeremias sente a Palavra de Deus queimá-lo interiormente (Jer 20, 9), os jovens louvam a Deus na fornalha ardente (Dn 3, 24ss), e, enfim, Jesus quer ser batizado pelo fogo (Lc 12, 50) (Carvalho, 1993, p. 55). Tornar-se homem significa apropriar-se do fogo. Chegados a este ponto, Adão imortaliza-se, manifestando, pela arte, o seu estado de perfeição. Eça elege a arte como símbolo de realização humana, onde o ócio encontra o seu enquadramento e justificação etiológica: “E Adão (oh, estranha tarefa!), muito absorto, tenta gravar, com uma ponta de pedra, sobre um osso largo, os galhos, o dorso, as pernas estiradas de um veado a correr!” (QUEIRÓS, 1988, p. 369).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No plano das considerações finais e perspectivas futuras, tal como refere Cabral e Moraes (2015, p. 293) e dada a necessidade e oportunidade de se continuar e estender estudos do género “faz-se necessário apontar o caminho a seguir para futuras pesquisas sob a luz crítica da comunicação e suas sinuosidades discursivas”, assumindo o discurso “como qualquer atividade produtora de sentido entre os interlocutores no processo da enunciação, e é regulado por uma exterioridade linguística que é o contexto histórico-social e a ideologia” (Jardim & Souza, 2015, p. 139).

No plano histórico, com o aparecimento das luzes (século XVIII), gera-se claramente um fosso epistemológico entre a ciência nascente e os ensinamentos teológicos, fechados numa interpretação literal da Bíblia. Tal divórcio resultou em consequências tão nefastas, quer para a Igreja, quer para o avanço da ciência. As pesquisas sobre a origem do homem contaram com o travão das implicações religiosas, pois julgava-se, erradamente, que teorias como o evolucionismo se opunham aos ensinamentos da religião cristã e, constituíam uma grave ameaça ao esquema da criação apresentado pela *Bíblia*. Era inaceitável o diálogo entre os conceitos de evolução contínua com passagem do animal ao homem e criação divina. Aquilo que para nós, hoje, parece evidente, era nos princípios do século XVIII muito complicado, pois toda a gente era fixista. Só nos finais do século XVIII e no início do século XIX, Lamarck (1744-1829) elaborou a primeira teoria evolucionista, o transformismo¹⁰⁵. Mesmo assim, foi “necessário esperar quase meio século pela publicação das obras

¹⁰⁵ Teoria assente no mecanismo da transformação dos seres vivos: a organização progressivamente complexa dos seres vivos e a sua capacidade de reacção às mudanças ambientais.

de Darwin, para se colocar devidamente o problema da origem animal do homem” (Akoun, 1983, p. 276). A opinião pública mostrava-se descrente perante tais ideias. A prová-lo estão as caricaturas dos jornais da época. Em Portugal, afinava-se pelo diapasão da Europa.

No presente conto temos o testemunho de alguém dos círculos da cultura portuguesa que soube lidar com a temática do evolucionismo/criacionismo de uma forma superior à polémica então instalada. O conto serviu de veículo literário ao autor, através do qual, partindo de uma exegese do texto do Génesis, bastante avançada para o tempo, estabeleceu o diálogo entre as duas perspetivas, superando, assim, a falsa dicotomia que teimava em reinar.

O símbolo, particularmente a simbólica dos números e dos elementos revelam-nos a ideologia do autor: a crença na criação não constitui impedimento, mas condição *sine qua non* para afirmar e sustentar a crença no evolucionismo. Não queremos tirar conclusões precipitadas, sem outras fontes que o confirmem, mas o profundo conhecimento que Eça de Queirós revela ter da maçonaria, particularmente da *tetráctis pitagórica*, que serviu de matriz à estrutura do conto, afigura-se-nos como sintoma demasiado claro, roçando as franjas da evidência, para silenciarmos, pelo menos a hipótese, de que Eça de Queirós tenha pertencido a qualquer obediência maçónica, não em Portugal, mas provavelmente em Paris, onde terá sido iniciado em 1888, o ano em que publica “Os Maias”.

O soneto de Antero – “Evolução” - pode ser uma das chaves possíveis para ler e interpretar o presente conto:

*Fui rocha, em tempo, e fui, no tempo antigo,
Tronco ou ramo na incógnita floresta...
Onda, espumei, quebrando-me na aresta
Do granito, antiquíssimo inimigo...*

*Rugi, fera talvez, buscando abrigo
Na caverna que ensombra urze e giesta;
Ou, monstro primitivo, ergui a testa
No limoso paul, glauco pascigo...*

*Hoje sou homem – e na sombra enorme
Vejo, a meus pés, a escada multiforme,
Que desce, em espirais, na imensidade...*

*Interrogo o infinito e às vezes choro...
Mas, estendo as mãos no vácuo, adoro
E aspiro unicamente à liberdade (Quental, 1972, pp. 294-205)¹⁰⁶.*

A mesma temática é, por Antero, tratada de forma diferente. O último verso do soneto revela-nos a chave de leitura: “E aspiro unicamente à liberdade”. A plenitude da evolução, isto é, a perfeição atinge-se com a liberdade. A liberdade é a grande aspiração de Antero, de tal forma que podemos afirmar que:

A liberdade está para Antero,

assim como

O amor está para Eça.

O final do conto é um verdadeiro hino ao amor. É o amor que deixa de ser utopia para se tornar perfeição, pois ele já foi provado na figura de Francisco de Assis.

Moral do conto – a verdadeira evolução humana, isto é, a perfeição atinge-se quando o homem aprende a arte de amar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Akoun, A. (1983). «Arte» em Dicionário de antropologia. Viseu.

Arnaut, A. (1999). *Entre o esquadro e o compasso*. Universidade Editora.

BIBLIA de Jerusalém. (1993). Edições Paulinas.

Cabral, M. S. A., & Moraes, R. (2015). O drama midiático como discurso da verdade: sedução e afeto para o consumo da informação simbólica. *Crítica Cultural - Critic*, Palhoça, 10(2), 283-295. <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.v10e22015p.%20283-295>

Carvalho, M. M. (1992). *A Centralidade Cristológica do Eschaton nos escritos de Hans Urs von Balthasar*. (Tese de Doutoramento). Universidade Católica Portuguesa e Fundação Eng. António de Almeida.

Chaboche, F. X. (1979). *Vida e Mistério dos números*. Hermus.

Chevalier, J., & Gheerbrant, A. (1994). *Dicionário dos Símbolos*. Editorial Teorema.

ENCICLOPÉDIA Einaudi (16) Imprensa Nacional Casa da moeda.

Gonçalves, H. M. A., & Monteiro, M. A. M. (2001). *Introdução à leitura de Contos de Eça de Queirós*, Almedina.

Jardim, A. F. C., & Souza, J. R. (2015). Discurso e relações de poder em *Lavoura arcaica*, de Raduan Nassar. *Crítica Cultural – Critic*, Palhoça, 10(1), 133-150 .
<http://dx.doi.org/10.19177/rcc.v10e12015133-150>

Rodrigues, J. B., Morgado, E. M. G., Pereira, L. C., & Silva, L. L. F. (2017). “Adão e Eva no paraíso”: a força dominadora do símbolo no dizer de um conto de Eça de Queirós. *Crítica Cultural–Critic*, Palhoça, 12(2), 315-331. <https://doi.org/10.19177/rcc.v12e22017315-331>

Kirk, G. S., & Raven, J. E. (1982). *Os pré-socráticos*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Mattéi, J-F. (2000). *Pitágoras e os pitagóricos*. Paulus.

Paneth, L. (1976). *La Symbolique des Nombres dans l'inconscient*. PBP.

Pessoa, F. (1997). *Mensagem*. (19.^a ed.). Edições Ática.

Queirós, E. (1988). «*Adão e Eva no Paraíso*» em *Obras Completas de Eça de Queiroz*. Resomnia Editores.

Quental, A. (1972). *Sonetos*. Livraria Sá da Costa.

Rad, G. V. (1978). *Genesis*. Bréscia.

TRADUTION OECOMENIQUE DE LA BIBLE. (1975). Les Editions du CERF/Les Bergers et les Mages.

A ESCOLA OFICINA N.º 1 de Lisboa (1905-1987): "...coisa mais útil como pode ser uma escola..."

António Nunes¹⁰⁷

Palavras-chave

Anarquia
Maçonaria
Republicanos
Educação
Escola Moderna de Francisco Ferrer
Escola Oficina nº 1 de Lisboa.

Resumo

A escolha deste tema, a educação e a "Escola Oficina nº 1 de Lisboa", tem, naturalmente, uma clara e inequívoca intenção: arrastar para os tempos de hoje o ideário de um punhado de homens que viam na educação um meio decisivo e fundamental na aquisição de um conjunto de valores, dados como indispensáveis na união fraterna dos povos. Para isso, obrigo-me a calcorrear um percurso mosaico inscrito por diferentes contornos (político-económico, o sócio-histórico e o científico-cultural) e escorado numa convergência dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, no republicanismo e, numa grande maioria dos casos, nas concepções dos anarquistas e da maçonaria.

1. Algumas considerações sobre o movimento da Escola Nova

Montaigne (1533-1592), na sua obra "Ensaios"¹⁰⁸, faz-nos um julgamento muito crítico da escola, entendendo-a como um espaço de importância determinante para a vida das pessoas, sempre que esta as capacita de verdadeiros e úteis saberes e não quando as trata como um depósito, quantas vezes momentâneo e de conhecimentos desgarrados. Sobre isto, diz-nos:

Efetivamente, os cuidados e despesas de nossos pais não visam senão encher a cabeça de ciência; a respeito de entendimento e virtude, nada. Indagamos de bom grado: sabe grego ou latim? Escreve em verso ou em prosa? Mas o principal fica para trás. Caberia indagar quem sabe melhor e não quem sabe mais (1, XXV: p. 58) (Montaigne, 2000).

Anos mais tarde, mais precisamente em 1920, Adolphe Ferrière (1879-1960) publica "*Transformons l'école*", uma obra traduzida para a língua portuguesa¹⁰⁹ pelo "pedagogo" Álvaro Viana de Lemos, como dizia António Sérgio, e por João Ferreira da Costa, a qual nos apresenta uma pequena história, "O Diabo inventou a Escola", de sentido crítico, mas, convenhamos, com um certo humor, e na qual Ferrière tenta "justificar" o aparecimento da escola. Esta sua obra sofre, à época, muita contestação, sendo considerada em muitos espaços educativos como uma afronta ao sistema de ensino, aos professores e, acusada até de se aproximar um certo diabolismo, manchando, assim, a imagem desta imaculada instituição.

¹⁰⁷ ANTÓNIO NUNES – MUNDIS, PORTUGAL. Email: ajsnunesr@gmail.com

¹⁰⁸ A primeira edição (constituída por dois livros) é publicada em 1580. Em 1588 publica-se o terceiro volume e em 1595 sai uma edição póstuma destes três livros com alguns acrescentos.

¹⁰⁹ "Transformons l'école", foi traduzido para a língua portuguesa, em Portugal, em 1928, com o título de "Transformemos a Escola. Apelo aos pais e às autoridades". Livraria Francesa e Estrangeira Truchy-Leroy.

O DIABO INVENTOU A ESCOLA

“Queiram ouvir esta história.

Um belo dia, deu o diabo uma saltada à terra, e verificou, não sem despeito, que ainda cá se encontravam homens que acreditassem no bem. Como não falta a Belzebú um fino espírito de observação, pouco tardou em se aperceber que essas criaturas apresentavam caracteres comuns: eram boas, e por isso acreditavam no bem; eram felizes, e por conseqüências boas; viviam tranquilas, e por isso eram felizes. O diabo concluiu, do seu ponto de vista, que as coisas não iam bem, e que se tornava necessário modificar isto.

E disse consigo: “A infância é o porvir da raça; comecemos, pois, pela infância.”

E apresentou-se perante os homens como enviado de Deus, como reformador da sociedade. “Deus”, disse Belzebú, “exige a mortificação da carne, e é mister começar desde criança. A alegria é pecado. Rir é uma blasfêmia. As crianças não devem conhecer alegrias nem risos. O amor de mãe é um perigo: afemina a alma dum rapaz; é preciso separar mãe e filho, para que coisa alguma se oponha à sua comunhão com Deus. Torna-se necessário que a juventude saiba que a vida é esforço. Façam-na trabalhar (...); encham-na de aborrecimento. Que seja banido tudo quanto possa despertar-lhe interesse: só é proveitoso o trabalho desinteressado; se nele se mistura prazer, está tudo perdido!”

Eis o que disse o diabo. A multidão, beijando a terra, exclamou:

- Queremos-nos salvar! Que devemos fazer?

- Criem a escola.” (...) (Adolphe Ferrière, 1928, pp. 11-12).

Ferrière, contudo, manifesta-se como um dos mais brilhantes nomes do movimento da Educação Nova, criando o “*Bureau International d’Éducation Nouvelle (1899)*”, sendo, juntamente com Pierre Bovet e Edouard Claparède, fundador do “*Institut Jean Jacques Rousseau (1912)*” ajudando, ainda, a criar a “*Ligue Internacional pour l’Éducation Nouvelle*”. Amigo do português Faria de Vasconcelos (1880-1939), deixa-nos uma vasta obra, crítica da escola do seu tempo, como já referimos, mas, ao mesmo tempo, dando fortes contributos para uma outra visão de escola, uma escola de esperança, de educação renovada, uma escola chamada de Escola Nova¹¹⁰.

¹¹⁰ À bomba atômica destruidora, é necessário opor esta energia atômica de ordem constructiva e espiritual: a Escola Activa! E que esta vença em poderio aquel. (p. 17). In A. Ferrière. (1965). A Escola Activa. Tradução Jorge Babo. Prefácio de Émile Planchard. Ed. Aster.

No prefácio de *“Une École Nouvelle en Belgique”* (1915), obra de Faria de Vasconcelos, Ferrière formula os 30 princípios¹¹¹ que serviam para identificar o que se poderá considerar uma escola, como pertencendo ao movimento da escola nova.

O que interessa à criança, o que faz o ensino atraente, querido e amado são os factos concretos, que a criança vê, observa, são os objetos em que ela mexe e que examina, compõe e decompõe, fazendo experiências concretas e demonstrações aplicáveis à vida (Adolfo, 1916, p. 25).

Este período, centrado nos primeiros 20, 30 anos do sec. XX, apresenta-se como desafiador e influenciador de muitos educadores, originando o aparecimento de várias práticas inovadoras, de novos olhares sobre a educação, integrando a escola na vida e a vida na escola e, mais do que tudo, fazendo um esforço enorme em entender a criança como ela é, ou seja, uma criança.

Declarada a falência da velha escola da Escola do magíster dixit, da palmatória e do psitacismo, criticada por todos os aspetos a sua organização, julgados e ensinados os seus meios de ensinar e patenteados todos os seus vícios, todas as suas inconseqüências –assaz funestas às crianças, à sociedade– a Escola antiga, do mestre autoritário e rabugento, sem critério nem orientação pedagógica e social, foi e é considerada como uma instituição que deve desaparecer por prejudicial (Adolfo, 1916, p. 5).

Aparece, pois, um conjunto de práticas pedagógicas inovadoras, cuja natureza visa tornar a escola num laboratório de pedagogia prática, desenvolver nos alunos o espírito crítico, a sua autonomia, implementar um sistema de coeducação e ter uma especial atenção aos trabalhos manuais, ao exercício físico, às artes e à natureza. Temos, pela primeira vez na história da pedagogia, um movimento com uma matriz de ação que se sustenta num conjunto de ideias desenvolvidas a partir de uma crítica aos modelos de escola que até então vigoravam.

Várias análises quanto à função da escola vão aparecendo em geografias diferentes e, naturalmente, também no nosso país. Por aqui, é de elementar justiça mencionar, e de forma muito clara, a determinação de um punhado de homens¹¹² para os quais a educação era, como dizia Adolfo (Lima, 1911, pp. 116-122), *“o meio, o processo de alcançar a civilização, o progresso, o futuro humano”* (p. 116). Muitos deles, devido às posições que tomaram na defesa deste tipo escola, viram

¹¹¹ Em 1921, mais precisamente no Congresso da Liga Internacional para a Educação Nova, passam a 7, de forma a simplificar o processo de apreciação.

¹¹² Como exemplo destes anos de ouro, recordamos, entre outros, os nomes de Adolfo Lima (1847-1919), Borges Grainho (1862-1925), Alves dos Santos (1866-1924), Adolfo Lima (1874-1943), João de Deus (1878-1953), António Aurélio da Costa Ferreira (1879-1922), Faria de Vasconcelos (1880-1939), Álvaro Viana de Lemos (1881-1972), Leonardo Coimbra (1883-1936), António Sérgio (1883-1969), Jaime Cortesão (1884-1960), Irene Lisboa (1892-1958), Carvalhão Duarte (1897- 1972) e Maria Amália Borges (1919-1975).

as suas escolas encerradas, foram perseguidos, presos e expulsos do ensino pelo Estado Novo, bem como pelas posições públicas em defesa da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Nesse sentido, e como nota desta discricionariedade, deixamos um pequeno registo referente à publicação do livro de Ferrière, *“Transformons l’école”*. A sua publicação só seria efetivada no Brasil¹¹³, visto que, em Portugal, na sequência da instauração do golpe militar de 28 de maio de 1926 e, logo depois, na Revolta de Fevereiro de 1927, a sua publicação ter sido proibida.

Temos, então, um movimento mobilizado em torno de uma escola centrada no desenvolvimento físico e intelectual da criança, que beneficiava das motivações “naturais”, de um fervilhar da ciência, da medicina pedagógica e das questões do higienismo. Estes primeiros vinte, trinta anos do sec. XX, anos excepcionais na história da educação e da pedagogia, levam Daniel Hameline a classificá-la como *“os anos de ouro da pedagogia”*, tornam-se, paradoxalmente, segundo o mesmo, *“anos de um silêncio eloquente (...) o silêncio da própria prática”* (Correia, 1998, p. 43), silêncio esse provocado, como afirma Houssaye, citado por Candeias, Nóvoa, e Figueira (1995) pelo “nascimento” das chamadas ciências da educação: A morte da pedagogia (...) a morte porque a referência à ciência provoca a passagem para as ciências da educação. Os inovadores (no terreno) acabarão por ser enterrados e renegados em nome das ciências da educação, da exclusão da prática (Candeias, Nóvoa, & Figueira 1995, p. 30).

Fecham-se as portas ao entusiasmo, à descoberta e à divulgação das práticas profissionais dos professores, que se arrasta, penosamente, quase até aos dias de hoje, apresentado dificuldades em fugir ao que podemos chamar de *“maldição de Midas”*, no sentido dado por Hugo Monteiro e Pedro Ferreira (2011), para os quais “tudo o que a escola toca, torna-se (...) escolarizado” (Monteiro & Ferreira, 2011, p. 6). Aparecem, contudo, aqui e ali, espaços onde o entusiasmo dos educadores, inspirados pelo desejo de uma escola libertadora, apostada na reforma dos costumes, de caráter ético e cívico, dão origem, como no caso português, à aparição, em 1905, da Escola Oficina nº 1. Esta escola, como outras, propunha-se, pois, destruir este mito, fazendo da escola um lugar para todos, predestinado à leitura do mundo, assente num discurso de liberdade e tornando a pedagogia num permanente exercício de intervenção cívica e na busca incessante de uma cultura utilitária. Estava, assim

¹¹³ Existe um recorte de jornal, junto ao livro, de um artigo de Ferrière com as seguintes anotações manuscritas: *“Esta edição foi maldada por motivo do levantamento de Braga ... de fev. de 27. Eu estivera com A. Sérgio em agosto ou setembro em Paris. Meu pai faleceu em...”*. *“Não saiu no livro/que não foi posto a venda em Portugal. A edição foi toda para o Brasil por motivos políticos e, portanto, teve em parte da redação diferente da que os 2 tradutores lhe havia, dado.”*, in PERES, E.T. (s.d.). O DIABO INVENTOU A ESCOLA A ESCOLA ATIVA NA VISÃO DE ADOLPHE FERRIÈRE. CEIHE (Centro de Estudos e Investigações em História da Educação).

Declarada a falência da velha escola da Escola do magister dixit, da palmatória e do psitacismo, criticada por todos os aspetos a sua organização, julgados e ensinados os seus meios de ensinar e patenteados todos os seus vícios, todas as suas inconseqüências –assaz funestas às crianças, à sociedade– a Escola antiga, do mestre autoritário e rabugento, sem critério nem orientação pedagógica e social, foi e é considerada como uma instituição que deve desaparecer por prejudicial (Lima, 1914, p.5).

2. Um outro olhar para o campo educativo: os Maçons, os Anarquistas e os Republicanos

um governo republicano requer uma população educada e alfabetizada; a educação deve cumprir uma função cívica e política, ao invés de religiosa; o Estado tem responsabilidade de promover a adequação educacional; a sociedade democrática deve oferecer oportunidades educacionais para todos, pessoas comuns e líderes talentosos (Gutek, 1995, p. 181).

Olhando para trás, mais precisamente para a Inglaterra do século XVII, encontramos em muitos dos seus mais proeminentes pensadores uma importante contribuição no campo educativo, que poderemos ler como revolucionária, relacionada com o surgimento de um novo conhecimento constituído num corpo assente na aplicação de metodologias baseadas na discussão e na observação, buscando sempre, antes da palavra, a sustentação da verdade e da razão. Daqueles pensadores destacamos John Locke (1632-1704), que nos abre um espaço de reflexão ligado ao campo da educação e da pedagogia.

Locke, ao propor a dimensão física da educação, contempla no currículo uma série de disciplinas que desenvolviam o vigor físico, como a natação, a esgrima, a equitação. Além de propor uma série de hábitos no que diz respeito à alimentação, ao vestuário, ao descanso e ao lazer, apresentou, também, a importância de se aprender algum ofício manual relacionados com a arte, a exemplo da pintura, preparar perfumes, envernizar, gravar, bem como, ofícios manuais relacionados ao trabalho com ferro, latão e prata (Oliveira, 2003, p. 196).

Aparece um novo pensamento educacional e no qual a maçonaria inglesa participa, ritualizando, por exemplo, o culto da razão. Locke deixa-nos, entre várias obras, três, que gostaria de mencionar: o “Tratado sobre a Tolerância”, de 1689, os “Ensaio acerca do entendimento humano”, de 1690, e, no campo pedagógico, o “Pensamentos sobre a Educação”, de 1693 (Locke, 1985). Esta última, enfatiza a importância de desenvolver o desejo de saber, que levará o aprendiz à busca incessante de querer aprender. Condena, também, quer os castigos corporais, quer as recompensas materiais, olhando estes dois atos, a punição e o prémio, como algo inibidor à moral sólida do aprendiz. É uma obra na qual Locke visa a formação do homem íntegro, capaz de agir segundo a razão. A educação deverá iniciar-se desde cedo, através do desenvolvimento das aptidões individuais, da formação de “bons hábitos” e deverá estar centrada nos aspetos físico, intelectual e moral.

Em 1789, num dos países mais importantes e populosos da Europa, a França, dá-se a intitulada Revolução Francesa. Esta ocorrência determina o aparecimento de um conjunto de fenómenos e tem como base uma larga mancha social, radicalizada (burguesia, camponeses e classes urbanas que viviam miseravelmente), cujo desenvolvimento contagia diferentes geografias, projetando-as para outras formas nas suas organizações sociais.

De facto, é este acontecimento, ocorrido no dia 14 de julho de 1789, que marca o fim definitivo do Antigo Regime (século XV a século XVIII, sob as dinastias de Valois e Bourbon) e, dessa forma, o fim do regime absolutista régio, dando-se início a um novo tempo. Foi, no fundo, uma revolução de cariz “universalista”, influenciando diferentes áreas do viver, como, por exemplo: a social, a religiosa, a política, a económica, judicial e a educacional. Com o aparecimento da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789)¹¹⁴, na qual, no seu artigo primeiro podemos ler a célebre frase: *“Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum.”*, entendemos, rapidamente, a existência de uma nova vontade social e política, que se apresenta contra a hierarquização dos privilégios da burguesia, enquanto provoca o aparecimento de uma outra organização social, sustentada numa sociedade mais democrática e igualitária.

Em todo este movimento, que começa em 1789 e que se arrasta por mais uns longos anos, o papel da maçonaria, não sendo, como sabemos, exclusivo, apresenta-se como essencial, se menos no seu início, muito mais na sua solidificação, fundamentalmente, através da divulgação dos seus ideias sociais, políticos e filosóficos. Philippe Sagnac, citado por Albuquerque, 1967, p. 123 diz-nos que: “A Maçonaria, filha da filosofia francesa, preparou a Revolução ou mais exatamente, pela sua propaganda incessante, preparou pouco a pouco os espíritos para as reformas que poderiam ter sido feitas facilmente sem as intransigências da maior parte dos privilegiados”. Louis Amiable, citado por Albuquerque (1967), diz-nos que os maçons “tiveram participação ativa no grande e salutar movimento produzido no país. A influência deles foi preponderante nas assembleias primárias e secundárias” (p. 124).

¹¹⁴ Adoptada no seu princípio antes de 14 de Julho de 1789, dá lugar à elaboração de inúmeros projetos e, depois de vários debates, os deputados votam o seu texto final em 26 de Agosto de 1789. Apresenta um preâmbulo e 17 artigos referentes ao indivíduo e à Nação. Define direitos que considera “naturais e imprescritíveis”, como sejam a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão. Reconhece a igualdade, fundamentalmente perante a lei e a justiça e reforça o princípio da separação entre os poderes.

Os novos ideais iluministas propagandeados por muitos maçons, como Voltaire (1694-1778) e Montesquieu (1689-1755), trazem à tona um discurso de ideias centradas numa tendência filantrópica da Maçonaria. Esta é movida pelo espírito das Luzes, identificada como altruísta, sendo uma forma, pois, de expansão da civilização ocidental e, ao mesmo tempo, um meio eficaz de criar redes de poder que pudessem influenciar o curso da sociedade. A educação tornava-se a pedra angular para sustentar e credibilizar a revolução havida:

A pedagogia tinha um terreno comum com a beneficência: levar as Luzes do saber para os que não possuísem, retomando, pela via da instrução, a incorporação de setores da população aos costumes, idéias e ao progresso civilizatório, bem como formação de mão de obra (Morel & Sousa, 2008, p. 146).

Enquanto isso, nos EUA, o maçom Horace Mann (1796-1859) inspirado pela pedagogia do suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), um protestante filiado dos “pietistas” de Zurique, cujos membros apostavam num cristianismo prático, longe da “religião do verbo” e das imposições dogmáticas. Pestalozzi tinha como objetivo libertar o povo pela educação, recolhendo crianças e jovens órfãos e abandonados. Dizia-nos Pestalozzi (2006, p. 84) que “A liberdade nada mais é do que uma palavra vazia quando o homem está enfraquecido, quando seu entendimento não foi alimentado pelo conhecimento e sua capacidade de julgar não foi cultivada, mas especialmente quando o homem não está ciente dos direitos e deveres que possui, como ser moral o que é”.

Horace Mann, autor de uma obra emblemática, intitulada “A Educação dos Homens Livres”, arrasta consigo a Maçonaria que assume um papel de liderança na promoção da aprendizagem e da educação, tal como já fizera na Escócia e na Inglaterra. Mann, tem um papel determinante na expansão do sistema educacional dos EUA e é o grande defensor da escola pública universal (entre 1830 e 1850), sentindo, contudo, ao longo de todo este processo, grandes dificuldades na sua implementação. Mann (1963), acreditava, pois, que:

A educação, portanto, mais do que qualquer outra instituição de origem humana, constitui-se no grande nivelador das condições dos homens – o volante da máquina social. Quero, porém, dizer que proporciona a cada homem a independência e os meios pelos quais fica em condições de resistir ao egoísmo dos outros homens. Faz mais do que desarmar o pobre da hostilidade contra os ricos; impede que sejam pobres. A generalização de educação, ampliando a classe ou casta culta, patenteia área mais vasta sobre a qual vem expandir-se os sentimentos sociais; e, se essa educação se tornar completa e universal, contribuirá mais do que qualquer outra instituição para apagar as distinções artificiais da sociedade (Horace, 1963, p. 107).

A partir da metade do séc. XIX e inícios do séc. XX, o anarquismo é-nos apresentado como uma forte corrente que brota das linhas socialistas existentes na altura, “alternativa” às políticas sociais, económicas, ideológicas, culturais e educacionais vigentes, sendo, ao mesmo tempo, opositora a uma outra corrente, com quem, à época, poderemos dizer que rivalizava, o comunismo. Nos seus ideais e ações, não podia ser visto como um corpo único e estável, visto que, ao longo do tempo e das diferentes geografias onde emergia, encontramos nele várias correntes (anarquistas, anarco-sindicalistas e sindicalistas revolucionários), fundamentalmente ao longo século XIX, as quais plasmavam, por isso mesmo, algumas nuances, quer no plano teórico, quer na sua ação prática, apresentando, contudo, um ponto comum direcionado na inflexibilidade da defesa da liberdade, da negação do princípio da autoridade e de ter no Estado o seu inimigo principal. Podemos considerar a corrente anarquista portadora de um princípio gerador de quatro princípios básicos de teoria e de ação: autonomia individual, autogestão social, internacionalismo e ação direta (Gallo, 2015).

Várias figuras do movimento anarquista, como sejam, Proudhon (1809-1865), Bakunin (1814-1876), Tolstói (1828-1910), Kropotkin (1842-1921), Paul Robin (1837-1912) ou Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909), apresentam um certo unanimismo, centrado numa visão projetada em duas frentes: a política e a cultural. Assim sendo, creem, ao mesmo tempo, na insurreição e na Greve Geral, como forma rápida, violenta e eficaz de destruir os pilares fundamentais das estruturas dos Estados Modernos, e na educação como um processo reparador e construtor de um outro homem, um homem capaz de transformar a sociedade numa sociedade sem classes e sem Estado.¹¹⁵

Os anarquistas combinam uma crença na possibilidade de uma transformação violenta e súbita da sociedade com uma crença na racionalidade dos homens e na possibilidade de aperfeiçoamento destes. (...) por outro lado, são também os filhos da razão. Metternich, com verdade, chamou um dia a Proudhon o filho ilegítimo do iluminismo. Eles mais do que ninguém, levaram a sua crença na razão, no progresso e na persuasão pacífica para lá dos limites lógicos. O anarquismo é simultaneamente uma fé religiosa e uma filosofia racional (Joll, 1970, pp. 13-14).

Temos, pois, enraizada numa parte da sociedade uma linha de intervenção política, nascida de uma revolta moral contra as enormes injustiças sociais que grassavam nessa mesma sociedade e às quais era necessário por cobro, através do derrube do Estado, criando-se, assim, um espaço onde se pudesse viver sem a existência de um governo. Gallo (1995), sobre a questão do Estado, diz-nos

¹¹⁵ Numa entrevista realizada no início dos anos vinte do século XX por Raul Brandão ao então e 1º Secretário-Geral do jovem Partido Comunista Português, Carlos Rates (1879-1945), referindo-se ao problema da educação e dos anarquistas, diz o seguinte: “Separar-nos dos sindicalistas e dos anarquistas eles darem uma importância primordial ao factor educação para provocar a revolução, enquanto nós supomos que serão os factores materiais que a hão-de provocar. (...) Eles supõem que a revolução há-de vir quando a humanidade estiver educada. (In Brandão, 1984). Brandão, R. *Os operários*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984.

o seguinte: “(...) não se pode falar em Estado sem falarmos em súbdito e soberano, em explorado e explorador, em dominado e dominador, no contexto de uma sociedade que é regulada por uma máquina estatal, é impossível que falemos em igualdade e justiça”.

Um Estado autoritário e abusador, que sufoca, explora, no fundo ilegítimo, no qual “vêm sacrificar-se, morrer e enterrar-se todas as manifestações da vida individual” (Bakunin, 1980, p.37), deve muito da sua existência, segundo os anarquistas, a um sistema de ensino de organização capitalista¹¹⁶. Por isso, a necessidade da alteração deste sistema de ensino, por um outro que termine com as desigualdades, que tenha um saber distribuído de forma igualitária, racional e integral e potencie a liberdade, a igualdade, a fraternidade.

Antony (2011, p. 23), diz-nos que

Para a utopia anarquista, visando a criação de um homem livre, ideal, novo... a escola é um elemento fundamental, que deve permitir aos alunos/aprendizes emancipar-se pessoal e socialmente. Eis porque a utopia pedagógica libertária é sem dúvida a mais importante das proposições pedagógicas das diferentes correntes[...].

Mandai à escola os vossos filhos e ide vós próprios porque o homem que atravessa a vida não conhecendo mais do que as ferramentas com que ganha o sustento, não deixará jamais de ser um escravo. Lembrai-vos que a burguesia treme apavorada ao lembrar-se que os trabalhadores procuram instruir-se, porque uma escola fundada dentro de uma associação operária é mais uma enxada na cova que os há-de sepultar e com eles a tirania (In O Construtor, nº 84, 1915).

Entretanto, aqui ao lado, em Espanha, mais precisamente em Alella, na Catalunha, no ano de 1859 nascia Francisco Ferrer y Guardia que, em 1889 é iniciado maçom na Loja Verdade, em Barcelona, com o nome simbólico de Zero¹¹⁷. Mais tarde, adere ao Partido Republicano e conhece Manuel Ruiz Zorilla, considerado o fulcro da ação revolucionária. Ajuda vários operários a passarem a fronteira para França fugindo à tirania de Afonso XIII e cria uma biblioteca itinerante para os trabalhadores ferroviários, onde trabalhava como fiscal da Companhia Ferroviária, no trajeto Barcelona a Cerbére.

¹¹⁶ *A escola de hoje mais se assemelha a uma caserna do que a uma instituição encarregada de fornecer à sociedade homens livres e úteis (...). O professor, salvo honrosas exceções é o carrasco e o verdugo da criança quando devia ser o seu pai espiritual. É verdade que a instrução, tal como está preparada, tem por fim, não fazer homens compreendedores dos seus direitos dentro da sociedade, mas autómatos que se prestem a soldados para defesa da sociedade, bolsas para o pagamento de impostos...escravos que mourejem dia-a-dia para que os zangãos sociais folguem e se divirtam (...). Há portanto, a conveniência da parte de quem dirige a educação que ela se mantenha na mesma. (...) a nós cérebros libertos da instrução dogmática cabe-nos o dever não de pedir ao Estado que remodele a instrução, o que ele nunca fará, mas de criarmos escolas (...) fundadas na moderna pedagogia... Um esforço, pois, que o interesse é nosso e dos nossos filhos (In O Metalúrgico, nº 25, 1904).*

¹¹⁷ Em França, adere à loja maçónica “Les vraies esprits”, pertencente ao Grande Oriente de França.

Exila-se em Paris depois de acusado em participar no levante republicano em Santa Coloma de Farners, no ano de 1886. Em França dá aulas particulares nas instituições ligadas à maçonaria e aos livres-pensadores. Apoiava as lutas proletárias, definindo-se como um “revolucionário inspirado no ideal de justiça, pensando que a liberdade, a igualdade e a fraternidade eram o corolário lógico e positivo da República” (Ferrer & Guardia, 2010, p.1). Começa a ter contactos com importantes personagens de diferentes movimentos, como o anarquista, o socialista (libertário ou não), o liberal, o dos livres-pensadores e, naturalmente, com a maçonaria. Todos estes movimentos exerceram uma enorme influência em Ferrer no que respeita à importância da educação dos operários para o triunfo da revolução republicana. Este seu interesse faz com que dê início a um movimento pedagógico particular, com uma pedagogia própria a que chamou de Educação Racional, criando várias escolas, as chamadas Escolas Modernas. Em 8 de outubro de 1901, em Barcelona, inaugura a primeira Escola Moderna, que abre, apenas, com 12 meninas e 18 meninos, crescendo, no entanto, de uma forma tão rápida, que em 1904 existiam já 32 escolas espalhadas pela Catalunha, Andaluzia e Múrcia, que comungavam dos seus ideais e princípios, chegando rapidamente às 60. Dizia Ferrer (2010, p.7), “A missão da Escola Moderna consiste em fazer com que os meninos e as meninas que lhe forem confiados se tornem pessoas instruídas, justas e livres de qualquer preconceito. Para isto, o estudo dogmático será substituído pelo estudo racionalizado das ciências naturais”.

A sua Escola Moderna primava, assim, por uma pedagogia que se sustentava em valores como a liberdade, a igualdade, a fraternidade e a solidariedade entre todos os indivíduos, sendo que, para isso, seria necessário que os processos de ensino se aproximassem dos processos reais da vida e disseminassem a verdade, a razão e a ciência. No entanto, sabemos que a sua Escola Moderna nasce do conhecimento, aquando da sua estadia em França, da existência de um outra Escola Moderna, fundada por Louise Michel (1830-1905), professora primária, anarquista, franco-maçona, feminista e uma das grandes figuras da Comuna de Paris.

Francisco Ferrer não perdeu tempo. Como um faminto, jogou-se nos vários movimentos liberais, conheceu todos os tipos de pessoas, aprendeu, absorveu e cresceu. Foi lá também que ele viu em funcionamento a Escola Moderna, que constituiria uma importante e decisiva parte de sua vida (...) A escola moderna na França foi fundada bem antes da época de Ferrer. Sua criadora, ainda que em pequena escala, foi Louise Michel, aquele doce espírito. Se consciente ou inconscientemente, nossa grande Louise sentiu, muito tempo atrás, que o futuro pertence às jovens gerações; que a não ser que os jovens sejam resgatados daquela instituição que destrói corpo e mente, a escola burguesa, o mal social continuará a existir (Goldman, 2006, pp. 2-3).¹¹⁸

¹¹⁸<https://iithanarquista.files.wordpress.com/2020/01/emma-goldman-francisco-ferrer-e-a-escola-moderna.pdf>

Em 1907, Francisco Ferrer, preso em Barcelona, publica no periódico Humanidad Nueva o seguinte texto:

A Escola Moderna propõe-se combater todos os preconceitos que entrem a completa emancipação do homem. Por isso a educação que ministra é racional, humanitária, levando o espírito da criança ao conhecimento de todas as injustiças sociais, para que, por sua vez, possa combatê-las e opor-se-lhes. O racionalismo que preconizamos abomina as guerras fratricidas, internas ou externas, a exploração do homem pelo homem, a escravidão da mulher; tem como alvo a destruição de todos os factores da desarmonia humana, como a ignorância, a maldade, o orgulho e outras chagas sociais que tanto afligem a humanidade (Lima, 1914, p.33).

A região de Barcelona, entre 26 de julho a 2 de agosto de 1909, assiste a um processo revolucionário muito violento que fica conhecido como a “Semana Trágica”, na qual vários estabelecimentos foram saqueados e as igrejas e conventos incendiados numa grande parte da cidade. Estes acontecimentos tinham por alvo a burguesia espanhola, a monarquia e a igreja. A reação do governo foi muito violenta, tendo sido vários intelectuais e militantes republicanos acusados como líderes do movimento. Um deles era Francisco Ferrer y Guardia. Depois de julgado é pronunciada a sentença que o considera culpado, aplicando-lhe a pena de morte e confiscando-lhe todos os bens, assim como aos seus familiares. É interessante referir que o auditor do processo constrói uma clara relação entre as atividades pedagógicas da sua escola, as suas ações revolucionárias e a maçonaria. Em 4 de outubro, Ferrer enviou a seguinte carta ao L’Humanité¹¹⁹:

Cela da Prisão, 4 de outubro de 1909.

Meus caros amigos, apesar da mais absoluta inocência, o promotor pede minha pena de morte, baseado em denúncias da polícia, que me coloca como chefe dos anarquistas do mundo, dirigindo os sindicatos operários na França, e culpado por conspirações e insurreições em todo lugar, declarando que minhas viagens para Londres e Paris foram empreendidas com outro objetivo. Com tais infames mentiras, estão tentando me matar. O mensageiro está quase saindo e não tenho mais tempo. Todas as provas apresentadas ao juiz de instrução pela polícia, não são mais do que um emaranhado de mentiras e caluniosas insinuações. Não há provas contra mim e nada fiz, de fato (Ferrer).

Francisco Ferrer é fuzilado em Barcelona a 13 de outubro de 1909, sendo que, em 29 de dezembro de 1911, após novo julgamento, é oficialmente declarado inocente pela justiça espanhola.

¹¹⁹<https://ithanarquista.files.wordpress.com/2020/01/emma-goldman-francisco-ferrer-e-a-escola-moderna.pdf>

No ano de 1909 Ferrer esteve em Portugal visitando a Escola Oficina nº 1 de Lisboa, a qual apresentava traços de funcionamento semelhantes à pedagogia por si criada. Sabendo da sua chegada a polícia do Governo Civil interpelou-o e obrigou-o, dias depois, a regressar a Espanha, onde seria, como sabemos, fuzilado. Hoje, Lisboa tem uma das suas ruas com o nome de Francisco Ferrer, cujo processo, embora começasse poucos dias depois da sua morte, só em 2011 consegue terminar e entrar na toponímia da cidade. Várias cidades portuguesas tentaram, também, colocar o nome de Francisco Ferrer y Guardia em algumas das suas ruas. Como exemplo temos o caso de Almada (1914), que após ter dado o nome de Ferrer a uma das suas ruas, viu-se obrigada, pelo Estado Novo, a retirá-lo e substituí-lo por outro.

A 6 de Dezembro de 1935, o Governador Civil do Distrito de Setúbal, Francisco Supico Pinto, mandou retirar as placas toponímicas das ruas de Almada que tivessem os nomes de Francisco Ferrer e Elias Garcia [...] por se tratar de vultos cuja acção política foi perniciososa, visto terem sido elementos notáveis da democracia liberal e da maçonaria cuja nefasta acção internacionalista era combatida pelo Estado Novo, sugerindo que [...] aqueles nomes fossem substituídos por outros mais de acordo com a Situação. Deste modo a Rua Francisco Ferrer passou a denominar-se Rua Eng. Duarte Pacheco.¹²⁰

3. A Escola Oficina nº 1 de Lisboa

Lima (1911), diz-nos que os pedagogos, os homens de ciência bem proclamam, bem procuram estabelecer um critério, elevado, independente, emancipador, que liberte a Educação da tutela política. As suas obras, os seus escritos são matéria mais do que suficiente para estabelecer uma orientação firme a seguir no problema da Educação, mas não são ouvidos e quando fingem que os consultam é para fazerem o contrário do que eles preconizam e em seguida afastam-nos manhosamente, seguindo processos e estratagemas jesuíticos (pp. 118-119). Portugal apresenta-se em 1844, durante o de governo de Costa Cabral, como um dos países da linha da frente na introdução da escolaridade obrigatória (Quadro 1). Contudo, paradoxalmente, exhibe, cerca de vinte e seis anos depois, precisamente em 1870, uma taxa de escolarização baixíssima, que ronda os 13%.

¹²⁰ AHCMA/ Administração do Concelho - CDA/DAGF – Correspondência. *Ofício Confidencial n.º 33 6/12/1935 (Cx.2)*.

Quadro 1- Datas da introdução da escolaridade obrigatória e taxas de escolarização em 1870

Países	Introdução da escolaridade obrigatória	Taxas de escolarização em 1870
Prússia	1763	67%
Dinamarca	1814	58%
Grécia	1834	20%
Espanha	1838	42%
Suécia	1842	71%
Portugal	1844	13%
Noruega	1848	61%
Áustria	1864	40%
Suíça	1874	74%
Itália	1877	29%
França	1882	75%
Irlanda	1892	38%
Holanda	1900	59%
Luxemburgo	1912	-
Bélgica	1914	62%
EUA	-	72%

Fonte : Soysal & Strang (1898, p. 278).

Alves dos Santos (1866-1924)¹²¹, no seu livro *“A Nossa Escola Primária – (o que tem sido o que deve ser)”*, inicia o seu primeiro capítulo, intitulado *“O Analfabetismo Nacional”*, de uma forma muito crítica, no que respeita à literacia da nossa elite governativa:

É certo que Portugal é um país de analfabetos. E não só o é actualmente, como o tem sido sempre, desde a fundação da monarquia. Desde D. Afonso Henriques até D. Diniz, nem os próprios imperantes sabiam ler e escrever, e foi necessário que uma nova orientação se apoderasse dos educadores e príncipes para que este último soberano pudesse assinar os diplomas das leis que promulgou.¹²²

Esta moldura, localizada na passagem do século XIX para o século XX, é o espelho de um sistema de ensino desorganizado, mas, ao mesmo tempo, rico em acesas discussões pedagógicas e, por isso mesmo, revelador da atenção que a escola começava a ter no desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade.

¹²¹ Lente da Universidade e “Antigo” Inspetor Primário (membro do “movimento republicano para a implementação de pedagogia científica no ensino de professores e nas escolas” e forte apoiante do ensino público).

¹²² Santos, A. (sd). *A nossa escola primária – (O que tem sido, o que devia ser)*. Editora Figueirinhas.

A frase “... coisa mais útil como pode ser uma escola...”, extraída da ata da Assembleia Geral de Sociedade Promotora de Creches (16 novembro de 1902), vemo-la como uma premonição que põe termo à Creche de Santa Eulália, fundada nos anos 70 do século XIX para os filhos das mães trabalhadoras e pobres. Em 1903 a creche é encerrada sendo as suas instalações ocupadas pela Escola Oficina nº 1, de Lisboa. Esta é inaugurada no dia 1 de janeiro de 1905, primeiro na Rua Sº João da Praça, nº 83-2º, passando, em 1906, para o Largo da Graça¹²³, em Lisboa, vindo a encerrar no ano de 1987.

No dia 9 de Fevereiro de 1905, na Sede Provisória da Sociedade Promotora de Asilos, Creches e Escolas, Rua Sº João da Praça, nº 83, 2º andar, às nove horas da manhã, perante os corpos gerentes da escola, dos dois professores e dos 4 alunos, foi solenemente inaugurada a Escola Oficina Nº 1. (a.d. 9 de Fev. 1905)

A Escola Oficina nº 1 de Lisboa nasce da fusão entre a política e a pedagogia, interpretada pela vontade de um conjunto de homens ligados a instituições republicanas, à maçonaria, assim como a ideais do anarco-sindicalismo. Constitui-se, podemos afirmar, como um oásis dentro do sistema educativo português.

como a instituição que melhor encarnava o seu espírito. Por isso, quando era necessário dar um exemplo de modernidade pedagógica, mostrar como se fazia diferente era sistematicamente referida. Pode considerar-se, portanto, uma escola de referência, pelo importante contributo que deu para a implantação do ideário da Educação Nova em Portugal (Figueira, 2004, p. 124).

Apresentava uma pedagogia audaz, inovadora e alternativa às escolas pertencentes à rede estatal, mantendo um ensino gratuito nas seguintes modalidades: maternal, geral ou integral e preparatório profissional. Valorizava os trabalhos manuais, a educação estética e a educação física, praticava o self-government e funcionava num sistema de coeducação, próprio das escolas novas, na qual, a partir do ano de 1908 até aos anos 30, os exames serão abolidos.

¹²³ “... uma fachada térrea de cerca de 25 metros de largura dum amarelo-torrado algo desbotado, com uma sólida porta dupla de madeira e quatro janelas para cada lado dessa porta.

Por cima da porta, uma placa de pedra onde discretamente se encontra inscrito o nome da escola e, por cima, um frontispício com o último nome da associação que esteve na sua origem: "Sociedade Promotora de Escolas".

Mas quem conheça melhor o edifício, cedo verificará que as características acima apontadas sofrem dum excesso de modéstia; na verdade a fachada não nos dá uma ideia exacta dum edifício que se encontra implantado num terreno com a área aproximada de 1320 m², com uma frente de cerca de 25 metros como antes tínhamos dito e com um comprimento aproximado de cerca de 53 metros.

Saliente-se que a área útil do edifício é superior, aproximando-se dos 1600 m², devido ao declive do terreno cujo lado direito dá para a Rua de "A Voz do Operário", que na altura em que a Escola Oficina Nº1 começou a funcionar, tinha o bem mais bonito nome de "Rua da Infância". Ou seja, através da fachada não se pode de facto adivinhar um edifício com dois pisos amplos e com um vasto quintal de cerca de 600 m² de área (25mx24m).

Abrindo a porta de madeira, pintada de verde e com duas grades rendilhadas num pesado ferro forjado, por onde, de dentro do edifício se pode ver quem está do lado de fora, deparamos com 3 degraus que dão para um vestíbulo amplo e claro; a meio desse vestíbulo, de cada lado, uma porta, que do nosso lado esquerdo abre caminho para a sala da Direcção e do lado direito para a Secretaria. Trata-se de duas salas simétricas com as mesmas dimensões de cerca de 3 por 5 metros. Tanto quanto nos foi possível de saber, sempre foram estas as funções destas salas desde que no edifício se instalou a Escola Oficina" (Candeias, 1994. p. 276).

Os exames que se faziam na escola no fim de cada ano lectivo foram, finalmente, abolidos por completo, e substituídos por exposições dos trabalhos dos alunos, efectuados durante o ano.

Também foram extintos os graus ou anos das aulas profissionais. Os alunos têm de saber a matéria do programa pela sua ordem gradual de complexidade numa seriação de trabalhos cada vez mais difíceis. Mas a sua passagem ou transição está ao critério do professor. O aluno perito e trabalhador poderá adiantar-se, sem ficar a marcar passo, à espera do final do ano, para transitar para o grau seguinte. As notas de aproveitamento e de comportamento, acerca das quais alguns dos nossos colegas já tinham adoptado o processo de serem os próprios alunos a avaliar e a marcar as suas próprias notas, foram também este ano abolidas por completo. Não se notou, por esse facto, menor aplicação ou pior comportamento. Não influiu absolutamente em coisa alguma essa eliminação, e acabou-se com uma prejudicialíssima fonte de rivalidades e às vezes, de injustiças (p. 6)¹²⁴.

O seu plano de estudos estava dividido por 10 classes (duas na maternal, cinco no curso geral ou integral e três no curso preparatório profissional), frequentadas por crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos.

Pensamos ser claro e evidente a importância que a maçonaria dá à questão da educação¹²⁵, isto porque encontra nesta um espaço de afirmação de um conjunto de valores subsidiários de uma vida futura em que os homens sejam mais solidários e independentes, como se inscreve nos ideais da Educação Integral e da Escola Nova. Por isso, não é de estranhar encontrarmos maçons na linha da frente deste combate pela desejada construção de um homem livre, justo e de bons costumes. Como reforço do que dizemos, recorremos ao "Dicionário de Maçonaria Portuguesa" organizado por Oliveira Marques e, quando se procura pela Sociedade Promotora de Creches, encontramos escrito a seguinte definição: "... *Sociedade de beneficência fundada em 1876 (...) com forte influência da Maçonaria. A sua iniciativa deve-se sobretudo ao Maçon José Gregório da Rosa Araújo. (...) Veio a transformar-se na Sociedade Promotora de Asilos Creches e Escolas de onde sairia a Escola Oficina Nº1 ...*" (p. 1370, vol. 2). Fazendo o mesmo exercício para a Escola Oficina nº1, encontramos a seguinte significação: "... *Escola fundada em Lisboa pela Maçonaria em 1905 através da Sociedade Promotora de Asilos Creches e Escolas, e devido, sobretudo, à iniciativa das lojas «José Estevão» e «A Sementeira»* (pp. 511 e 512, vol. 1). Mais um testemunho que corrobora esta ideia é o de Borges Grainha (1976) que na "História da Franco Maçonaria em Portugal", diz que "... *A Escola Oficina Nº*

¹²⁴ In " Relatório do Conselho Escolar (...) Gerências dos Anos Económicos de 1909-1910 e 1910-1911"

¹²⁵ "Um Decreto do Conselho da Ordem, datado de 28 de março de 1931, determinava a criação de uma Comissão de Instrução com vista a intervir nos diferentes graus de ensino, ao mesmo tempo que apelava às Lojas para efetuarem um recenseamento dos seus Obreiros que fossem professores, quer no ensino oficial, quer particular. Foram nomeados para constituir esta Comissão Adelino da Palma Carlos, António Rodrigues Direito, Armando Alves da Silva, Dagoberto Augusto Guedes, Hélder dos Santos Ribeiro, Henrique Pires Monteiro e José Pedro Moreira." (p.225). Lopes, A. (2021). A MAÇONARIA PORTUGUESA 1926 – 1974: as suas ideias e a sua relação com a sociedade e as forças políticas. Universidade de Lisboa.

1 é igualmente obra de Maçons..." (p. 25) e que *"... a Maçonaria (...) Tomou sob a sua proteção a Academia de Instrução Popular para raparigas e a Escola Oficina N° 1 para rapazes, derivada da Associação das Creches e das Escolas..."* (1976, p. 188).

A partir de 1912, devido ao prestígio e à popularidade que a Escola Oficina nº1 gozava entre a maioria dos maçons, muitos deles governantes ou próximos destes, esta é reconhecida como instituição de utilidade pública, começando a receber do Estado um importante financiamento¹²⁶ e vendo reconhecidos os diplomas dos diferentes cursos que ministrava.

A Assembleia do Senado votou definitivamente, sancionando a resolução da Camara dos Deputados, o projecto de lei que concede o subsídio anual de seis contos de reis (...) e considerando equivalentes os certificados ou certidões de exame do 1º e 2º grau da instrução primária, respectivamente ao 3º grau e com o último grau do curso da Escola Oficina N° 1, após prévio exame dos três delegados nomeados pelo Governo. (a.d. 427, 6 Jul. 1912)¹²⁷

Princípios de Ação

No seu Relatório de Atividades referente ao ano de 1956, a Loja José Estevão (recordamos ter sido uma das lojas fundadora da Escola Oficina nº1) plasma de uma forma muito clara a convicção forte da ligação entre a educação e a humanização, no sentido dado pela "Declaração dos Direitos da Criança da Sociedade das Nações", em 26 de setembro de 1924¹²⁸

a criança deve ser educada de modo tal, que ponha as suas mais altas e melhores qualidades ao serviço dos seus semelhantes e para que cuide de enriquecer, com o seu esforço, o património comum da humanidade, herança que tem de transmitir-se às gerações futuras.¹²⁹

Os alunos eram desafiados e orientados a discutirem os seus problemas, assim como os acontecimentos sociais com que se deparavam e a procurarem as soluções adequadas à sua resolução. A educação moral, cívica e intelectual era exercitada em permanência, não através de uma autoridade adulta, imposta aos alunos, mas por um sistema de onde emanava a responsabilidade de exercer o sentido crítico e a liberdade de opinião. A existência de uma assembleia geral formada pelo diretor, professores, alunos e, às vezes, também por funcionários, era o culminar desse tipo gestão do espaço, do projetar de tarefas e da assunção das responsabilidades individuais e coletivas.

¹²⁶ O Estado Republicano reconheceu a Escola Oficina nº 1 como uma instituição de utilidade pública, atribuindo-lhe, por isso, um financiamento para suportar parte das suas despesas.

¹²⁷ Ata da Direcção 427, de 6 de Julho de 1912

¹²⁸ Mais tarde esta passa a ser denominada como "Declaração de Genebra".

¹²⁹ Processo da Loja José Estevão, de Lisboa – correspondência, Relatório de atividades referente ao ano de 1956, Arquivo do Grande Oriente Lusitano, citado por Lopes, António. (2021). A MAÇONARIA PORTUGUESA 1926 – 1974: as suas ideias e a sua relação com a sociedade e as forças políticas. Universidade de Lisboa.

Outros pontos estratégicos eram a realização de trabalhos livres, a existência de oficinas, a edição, publicação e divulgação de revistas, a existência de uma república escolar, a promoção do teatro escolar e das festas cívicas, o incentivo ao trabalho autónomo, a distribuição de cargos sociais aos pequenos cidadãos, entre outros assuntos.

No “Plano de Estudos para a Escola Oficina N.º 1” de 1906¹³⁰, nos seus pressupostos pedagógicos e políticos podemos ler:

As faculdades do Homem mantêm-se relacionadas de modo tão íntimo que raramente um acto é produto duma só; um esforço físico corresponde a um esforço intelectual e, por vezes, uma necessidade moral o impede ou incita. Se cada uma das faculdades não for perfeita, a resultante do concurso de todas será desequilibrada e imperfeita (...) Desta correlação e simultaneidade definições, resulta necessária a simultaneidade da educação nos aspectos em que é de uso classificá-la: físico, intelectual e moral. (...) A educação deve, pois, ser integral (destaque nosso), isto é, abranger todas as faculdades do homem-e fazer-se duma maneira simultânea (...) não excluindo, no entanto, a supremacia da educação intelectual, por ser a que sempre orienta as outras. (“Plano de Estudos para a Escola Oficina N.º 1”, s.d., pp. 3 e 4).

Por fim, é importante salientar, para não dizer imperdoável, esquecer que todo este processo emerge de um punhado de professores dos quais é justo destacar as figuras de Adolfo Lima e Luís Filipe da Matta.¹³¹ Com estes, encontramos, também, um naipe de educadores progressistas, na sua grande maioria republicanos, anarquistas e mações, como sejam, entre outros, Deolinda Lopes Vieira Quartim¹³², Lucinda Lopes,¹³³ António Godfroy de Abreu e Lima¹³⁴ e César Porto¹³⁵.

¹³⁰ O primeiro plano de estudos data de 1904, e foi elaborado antes da inauguração da escola.

¹³¹ Adolfo Ernesto Godfroy de Abreu e Lima (1874-1943) nasceu e faleceu em Lisboa. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e foi professor de Sociologia e diretor técnico da Escola Oficina n.º 1, entre 1906 e 1914. É preso em outubro de 1927 pelas autoridades da Ditadura Militar e em 1933, é nomeado para diretor da Biblioteca-Museu do Ensino Primário -anexa à Escola do Magistério Primário de Lisboa-, onde permaneceu até à sua morte.

Luís Filipe da Matta (1853-1924). Era um comerciante com bastantes posses económicas, republicano e maçom, tendo desempenhado cargos importantes dentro das estruturas da maçonaria (foi grão-mestre do Grande Oriente Lusitano) e republicanas. Desempenha vários e importantes cargos públicos, como sejam o de diretor da Associação Comercial de Lisboa e vice-presidente da comissão executiva do monumento ao Marquês de Pombal, o de vereador da Câmara Municipal de Lisboa (1908-1911) e o de provedor da Assistência Pública (1912-1917), entre outros. Embora não sendo um professor, foi figura fundamental na consolidação do modelo pedagógico da Escola, tendo desempenhado um relevante papel na divulgação do ensino laico, dirigindo ainda o *Vintém das Escolas* (fundado em Lisboa, por Feio Terenas e incluiu, a partir de 1 de Julho de 1902, um periódico com o mesmo nome (1902 – 1905) tendo a frase «Beneficência, Instrução, Educação Cívica» estampada no cabeçalho, sendo o produto da sua venda – um vintém por exemplar – destinando ao fundo de «Propaganda do Ensino Liceal». As palavras de ordem do jornal e do instituto eram “*Moralizemos, educando; formemos os cidadãos livres, instruindo. Instrução! Liberdade! Progresso!*”

¹³² Deolinda Quartim (1888-1993) foi professora na Escola Oficina n.º I entre 1911 e 1929. Foi casada com Pinto Quartim, jornalista, anarquista, e fundador do jornal Libertário “*Terra Livre*”, na primeira década do sec. XX, sendo, também, o primeiro chefe de redação de “*A Batalha*”, isto em 1919. Pertenceu à Maçonaria, com o pseudónimo de Maria Amália Vaz de Carvalho.

¹³³ Professora na Escola Oficina n.º 1 entre 1937 e 1987.

¹³⁴ António Godfroy de Abreu e Lima (1883-1968), era irmão de Adolfo Lima, foi professor e dedicou a maior parte da sua vida à Escola Oficina n.º 1.

¹³⁵ César Porto (1873–1944), jornalista, pedagogo e escritor. Exerceu o magistério primário em várias escolas e colaborou no jornal *A Batalha* e na revista *Renovação*. Maçom e republicano, visitou as escolas russas juntamente com o professor francês Celestin Freinet, a convite da Federação Pan-Russa dos Trabalhadores de Ensino. Entrou para a Escola Oficina n.º 1 em 1912, passando a assumir em 1918 a sua direção pedagógica.

A consolidação do Estado Novo, nos anos trinta, eliminou, na prática, o pouco que restava do registo pedagógico progressista. No início dos anos 40, o governo salazarista impõe à escola a escolha por um dos géneros -Decreto-Lei Nº 31.433 de 29 de julho de 1941-, tendo esta optado por ser uma instituição feminina, mantendo-se esta situação até 1974, ano da Revolução de abril. A Escola encerrou, definitivamente, em 1987, tendo até essa data funcionado regularmente no Largo da Graça.

Considerações finais

A Escola Oficina Nº1 mereceu a admiração e louvor de pedagogistas por ser a primeira escola portuguesa. Podiam discutir-se pormenores da sua organização; mas como conjunto, como espírito particular criador dum ambiente benéfico para as crianças, como vida íntima, simples... humana, não era fácil encontrar-lhe semelhante onde quer que fosse, dentro ou fora do país.

O seu ponto de vista, a sua directriz era: dar a cada criança uma educação primária indispensável para um ser humano viver, inteligente e dignamente, na sociedade humana, não como animal domesticado ou como animal feroz, mas como unidade social, capaz de livremente concorrer para a evolução progressiva do agrupamento social. (Discurso de Luís da Mata, de 1933, aquando convidado a voltar a ser o Diretor Técnico desta escola)¹³⁶

Seguindo o ideário de Luís da Matta, a Escola Oficina nº 1 foi uma escola onde educar era fazer com que todos os alunos fossem capazes de superar um destino dado à nascença, quer pela família, quer pela sociedade, quer ainda por limitações próprias. As suas práticas pedagógicas e orientações curriculares, inovadoras e alternativas -orientando-se pelos princípios da Educação Nova-, assim como os seus professores, foram um exemplo de um vanguardismo educativo, gestor, solidário, integral e racional.

Este modelo de escola, portador de um património educativo ímpar na história da Educação em Portugal, constituiu-se como um dos primeiros grandes exemplos de uma escola possível que abriu um novo espaço às instituições escolares, mostrando-lhes ser possível a existência de uma outra realidade educativa e rasgando novos horizontes demonstrativos do valor da educação na transformação da sociedade.

¹³⁶ A.d.870, 8 de agosto de 1933.

Por fim, recorro a Candeias, que de uma forma concisa, mas muito clara e precisa nos deixa espelhado o que foi o viver da Escola Oficina nº1 de Lisboa:

educar sim, mas segundo os objetivos políticos, sociais e culturais que visem a formação de um homem livre, racional e integral. Livre dos dogmas da religião e do Estado; racional ao ter como critério a verdade provada pela ciência; integral aproveitando e explorando de uma forma global as potencialidades intelectuais e afectivas do ser humano; integral ainda ao propor a educação politécnica, que recuse a divisão do trabalho manual – trabalho intelectual, que para os anarquistas será uma das causas e um dos resultados da divisão da sociedade em classes. (Candeias, 1987, p. 328).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, A. T. C. (1967). *O Que é a Maçonaria*. Editora Aurora.

Brandão, R. (1984). *Os operários*. Biblioteca Nacional.

Candeias, A. (2003). Lima, Adolfo Ernesto Godfroy de Abreu. In A. Nóvoa (dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses* (pp. 736-746). Edições Asa.

Candeias, A. (1981). Movimento Operário Português e Educação (1900-1926). *Análise Psicológica*, 1, 39-60.

Candeias, A. (1987). As Escolas Operárias Portuguesas no primeiro quarto do Século XX. *Análise Psicológica*, 3, 327-362.

Candeias, A. (1991). *A subversão de normas e valores sociais através de um Modelo Educativo: a Escola Oficina nº1, 1905-1930*. In Ciências da Educação em Portugal: situação actual e perspectivas, (pp. 207-218). Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação / Edições Afrontamento.

Candeias, A. (1994). *Educar de outra Forma: a Escola Oficina Nº 1 de Lisboa, 1905-1930*. Instituto de Inovação Educacional.

Costa, D. A. (1871). *História da Instrução em Portugal desde a fundação da Monarchia aos nossos dias*. Editora Educação Nacional.

Dietrich, T. (1973). *La Pédagogie Socialiste*. François Maspero.

Fernandes, R. (1979). *A pedagogia portuguesa contemporânea*. Instituto de Cultura Portuguesa.

Fernandes, R. (1973). *As Ideias Pedagógicas de Francisco Adolpho Coelho*. Fundação Calouste Gulbenkian.

- Ferrer, F. (1978 ed. or. n\o). *La Escuela Moderna*. Tusquets Editor.
- Figueira, M. H. (2004). *Um Roteiro da Educao Nova em Portugal. Escolas Novas e Práticas Pedagógicas Inovadoras (1882-1935)*. Livros Horizonte.
- Gomes, J. F. (1980). *Estudos para a História da Educao no Século XIX*. Almedina.
- Lindenberg, D. (1977). *A internacional comunista e a escola de classe*. Centelha.
- Monteiro, H., & Ferreira, P. D. (2011). Unpolite Citizenship: The Non-Place of Conflict in Political Education. *Journal of Social Science Education*, 10(4), 5-11. <https://doi.org/10.4119/jsse-576>
- Morel, M., & Souza, F.J.O. (2008). O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Nova Fronteira.
- Nóvoa, A. (1995). Uma educao que se diz nova. In: A. Candeias, A. Nóvoa, & M. H. Figueira (Org.), *Sobre a Educao Nova: Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana Lopes (1932-1941)*. Educa.
- Nóvoa, A. (dir.) (2003). *Dicionário de Educadores Portugueses*. ASA Editores.
- Nunes, A. (2002). Freinet: actualidade pedagógica de uma obra. ASA Editores.
- Pintassilgo, J. (2017). Anarquismo e educao nova em Portugal: o contributo de Adolfo Lima. *Revista Espaço Acadêmico*, n.º 196, set. Disponível em: <file:///C:/Users/IPB/Downloads/39311-Texto%20do%20artigo-173505-2-10-20170907.pdf>
- Proudhon, P-J. (2001). *Do Princípio Federativo*. Imaginário.

Siglas utilizadas

a.d. - Ata da Direco | a.g. - Acta da Assembleia Geral.

PARTE 2

O presente em diversos contextos e domínios de intervenção da Maçonaria



A divisa da Maçonaria aplicada à Medicina e à Sociedade em tempo de pandemia

João Marques¹³⁷; Álvaro Thomaz², & Amadeu Alves³

Palavras-chave

COVID-19
Fraternidade
Igualdade
Liberdade
Maçonaria

Resumo

A atual pandemia COVID-19 veio mudar o Mundo e o quotidiano de todos nós, colocando desafios tremendos à Humanidade. Os grandes valores da Maçonaria estão sintetizados na sua divisa universal: Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Esta pandemia veio-nos colocar diversos desafios aos quais nos temos de adaptar, nomeadamente a necessidade de Cooperação entre médicos e cientistas de todo o Mundo para resolver da forma mais célere possível uma doença nova e desconhecida; a necessidade de Solidariedade para sobrevivermos como Sociedade e o repto da divisa Liberdade, Igualdade, Fraternidade em clima de medo e de muitas vezes, poucos recursos. Para ultrapassar estes desafios a aplicação da divisa maçónica é uma ferramenta fundamental. A Grande Loja Simbólica de Portugal tentou implementar, pelo trabalho dos seus Obreiros, cada um destes pilares na construção de um Templo que proteja a Humanidade do impacto potencialmente devastador desta pandemia.

INTRODUÇÃO

A atual pandemia COVID-19 iniciou-se em dezembro de 2019, com os primeiros casos a serem descritos em Wuhan, na China. Antes disto, toda e qualquer tentativa de imaginar o Mundo como o vemos e vivemos hoje seria digna de um Óscar para “Melhor Argumento Original” ou de Nobel da Literatura.

Até à data, gerações e gerações de Homens foram crescendo e sendo educados num espírito de busca do conhecimento, à Luz da Ciência, tentando reduzir a imprevisibilidade que a Natureza sempre colocou ao Homem desde que há relatos. Vivíamos uma época em que, erradamente, julgámos, já ter atingido esse desígnio. Uma época em que o Homem se esqueceu de ser Homem no sentido da sua necessidade de harmonia com a Natureza, com os recursos do nosso planeta, com os nossos irmãos que vivem em todas as partes do globo e que conosco partilham esta casa global. Esta convicção foi abanada em poucos dias, veremos o que sairá dos escombros. Muitos vêem a penumbra, outros o arco-íris de que ficará tudo bem. Ficar tudo bem certamente não ficará, porque nem tudo estava bem antes, nem tudo ficará irremediavelmente destruído daqui em diante. Mas dificilmente algo ficará igual. Melhor ou pior, dependerá de cada um de nós.

¹³⁷ JOÃO MARQUES – Hospitaleiro, Loja Karnak, Grande Loja Simbólica de Portugal. Email: lojakarnak@memphismisraim.pt

² ALVARO THOMAZ – Venerável Mestre, Grande Loja Simbólica de Portugal. Email: alvaro.thomaz@memphismisraim.pt

³ AMADEU ALVES – Grão-Mestre da Grande Loja Simbólica de Portugal. Email: amadeu.alves@memphismisraim.pt

Os grandes valores da Maçonaria estão sintetizados na sua divisa universal: *Liberdade, Igualdade, Fraternidade* — *Liberdade* com ordem, *Igualdade* com respeito e *Fraternidade* com justiça (Arnaut, 2017). Esta pandemia veio-nos colocar diversos desafios, aos quais nos tivemos de (e temos de continuar) a adaptar. Entre os mais marcantes e que detalharemos de seguida salientamos:

- A necessidade de Cooperação entre médicos e cientistas de todo o Mundo para resolver da forma mais célere possível uma doença nova e desconhecida;
- A necessidade de Solidariedade para sobrevivermos como Sociedade;
- O repto da divisa Liberdade, Igualdade, Fraternidade em clima de medo e de, muitas vezes, poucos recursos.

Apresentaremos uma revisão narrativa de cada um dos tópicos anteriores, seguida do seu enquadramento de cada um destes tópicos à Luz da Maçonaria e da sua divisa. Detalharemos também de que forma a Grande Loja Simbólica de Portugal tentou colaborar em cada um destes pontos.

A necessidade de Cooperação entre médicos e cientistas de todo o Mundo para resolver da forma mais célere possível de uma doença nova e desconhecida

Podemos afirmar, dada o conhecimento atual, que a história da medicina moderna se iniciou há cerca de 2500 anos, no século V a.C, tendo por fundador Hipócrates. O cientista e filósofo grego foi o primeiro a postular que as doenças derivam de causas naturais e enfatizou a Medicina como uma Ciência (Pulciani et al., 2017). A Escola de Cós com que se identificava o seu nome rejeita superstições e explicações mágico-religiosas que atribuem a causa das doenças a castigos divinos, mas adoptava uma postura racionalista (Alexandra Alves de Sousa, 2018). Nos tratados hipocráticos a medicina é apresentada como uma disciplina que implica “investigação”. No período de pandemia COVID-19 que vivemos esta necessidade é imperiosa. A investigação médica permitirá conhecer melhor esta nova doença, melhorar o seu diagnóstico, tratamento e prevenção. Basilar também será garantir que esta investigação é célere, dispendendo recursos proporcionais e razoáveis, melhorando a técnica e otimizando cada um deste pilares – diagnóstico, tratamento e prevenção.

Assistimos com o alastrar global da pandemia a uma pressão sem precedentes nos investigadores, agências reguladoras e legisladores. Todos em conjunto deram o seu melhor para responder rapidamente às solicitações, tentando manter a coerência e segurança, pedras basilares da investigação, em particular clínica. No entanto, o desejo tremendo da comunidade científica em produzir dados relevantes gerou vários problemas. Os desafios encontrados na resposta global para

iniciar e coordenar ensaios clínicos na COVID-19 não são novos, mas o contexto pandêmico tornou-os bem mais visíveis. Um dos principais pilares do problema residiu na valorização da quantidade de investigação, em detrimento da qualidade, com estudos muitas vezes ineficientes e supérfluos, com limitações metodológicas claras. A pandemia COVID-19 enfatizou a necessidade de maior coordenação, colaboração e qualidade na investigação clínica. Sublinhou ainda a questão premente da partilha de dados entre estudos e investigadores, por forma a tornar a investigação mais efetiva (Park et al., 2021).

Começando por este ponto, também aqui a trilogia maçónica, *Liberdade, Igualdade, Fraternidade* pode contribuir para minorar estes problemas (Arnaut, 2017). Será a *Liberdade* de pensamento que permitirá o surgimento de ideias novas e inovadoras para a investigação, desprovidas de dogmas e de espírito aberto. Sem esta o conhecimento gerado é espartilhado e crivado por interesses que muitas vezes não colocam o Humanismo e a filantropia no centro. Na investigação clínica o Humanismo e a filantropia devem estar sempre na equação. *Igualdade* é um dos pontos mais difícil de alcançar na investigação, mas é também e, por si só, crítica. Só no claro exercício deste valor haverá equidade no acesso ao financiamento de projetos, privilegiando a sua qualidade e inovação, em detrimento de questões acessórias e não ligadas à ciência propriamente dita. Só a equidade de oportunidades de acesso a financiamento permitirá que novos e inovadores grupos e linhas de investigação se estabeleçam. São estes, imbuídos de outras perspectivas do mesmo problema, que muitas vezes desafiam a visão já explorada por outro método, por outros investigadores e que, no final, contribuem para um mais rápido e marcado avanço do conhecimento. *Fraternidade* urge na investigação. Só com a partilha da informação, seja ela sob a forma de publicações, de dados e inclusive de ideias será possível uma investigação mais rápida e sobretudo mais efetiva. Só esta será o garante de poupança de recursos e de preservação da segurança da investigação. A pandemia trouxe à tona a falta destes valores, mas expôs a sua necessidade. Resta-nos sermos Homens livres e de bons costumes para refletirmos sobre eles e tentar implementá-los a breve prazo.

A Grande Loja Simbólica de Portugal tentou contribuir para dar respostas a estas questões. Logo no início do primeiro estado de emergência em Portugal, em Março de 2020, foi criada uma comissão de acompanhamento médica da COVID-19 dentro da própria Obediência, denominada *Pool de Saúde*. O objetivo desta foi, desde logo, numa primeira fase, congregar diversos obreiros que tivessem ligados à Medicina e Investigação na sua vida profana para que, em conjunto, fossem reunindo, discutindo e triando a muita informação que foi surgindo em catadupa. Criaram-se assim

documentos com indicações e orientações para todos os Irmãos, à Luz do que se sabia à data. Estes documentos e estas informações foram sendo revistas e atualizadas periodicamente consoante o avanço do conhecimento e realizaram-se inclusive reuniões virtuais de partilha de conhecimento para com os restantes. Outro dos objetivos desta *Pool* foi, sobretudo em períodos de menor capacidade de resposta dos sistemas de apoio do Ministério da Saúde, apoiar as dúvidas médicas que fossem surgindo, sem nunca ousar substituir a imperiosidade da observação médica de acordo com o estabelecido pelas normas, mas antes como um apoio consultivo. Mais de um ano volvido após a sua constituição pensamos que esta foi bem-sucedida, permitindo orientar e acalmar os Irmãos que a ela recorreram e menorizando a sobrecarga que se assistiu no Sistema Nacional de Saúde nos seus períodos mais críticos.

A necessidade de Solidariedade para sobrevivermos como Sociedade;

Neste ponto, os grandes valores da Maçonaria, *Liberdade, Igualdade, Fraternidade*, são basilares para tentarmos sobreviver enquanto Sociedade (Arnaut, 2017). No entanto, mais do que nunca, a sua aplicação requer outro valor *sine qua non*, a *Humildade*. Humildade deriva da palavra em latim *humilitas*, definindo-se pela capacidade de reconhecer os próprios erros, defeitos ou limitações. A origem etimológica, em latim clássico *hūmus*, tinha vários sentidos figurados, nomeadamente, "de baixa condição, obscuro", "que tem sentimentos baixos", "pouco importante, fraco". Associou-se durante séculos a um significado de fraqueza, subserviência ou pobreza. O quão errada estava esta associação.

No entanto, de acordo com a psicologia moderna, pessoas humildes têm uma maior capacidade de autorregulação contra excessos e promovem tendências pró-sociais. À Luz da Maçonaria a visão é semelhante. A Humildade não se anuncia, é praticada em Silêncio. São irmãos e complementam-se. Assistimos diariamente, em jornais, televisões e no dia-a-dia, a "especialistas" de tudo e de nada. Neste período de pandemia foi evidente o quanto este valor falta na nossa Sociedade. O problema já existia antes, agora a sua nudez é manifesta. Médicos comentadores de futebol, economistas especialistas em epidemiologia e políticos especialistas em vacinas. Surgem todos os dias novos conceitos que se sobrepõem a este dever de responsabilidade. *Influencers* cujo protagonismo é dado por uma selva de redes sociais, desgovernadas, desreguladas e não escrutinadas, onde o número e qualidade da formação é substituída pelo número de seguidores.

A ambição que caracteriza o Homem, impele-nos a competir de forma desenfreada por um protagonismo que nos tolda a visão e nos embrutece. A natural busca pelo bem-estar não nos pode retirar a Humildade de perceber que vivemos em comunidade, na dependência uns dos outros. Os dias de pandemia que vivemos colocam mais uma vez essa Humildade à prova. Nunca a clássica Trilogia “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” foi tão necessária. Nunca fomos tão postos à prova. Temos de cultivar este valor nos anos vindouros sob pena de caminharmos para a anarquia. Uma *Liberdade, sem Igualdade, nem Fraternidade*.

Pensemos agora na aplicação desta Trilogia à pandemia COVID-19 e de como só esta nos pode retirar destes dias difíceis que todos vivemos, independentemente de quem somos e da posição social que tenhamos. Só a vacinação que nos é proposta em Liberdade, que deverá ser Igualitária e em regime de Fraternidade entre todos nos poderá salvar. Não poderemos jamais obrigar alguém a vacinar-se, no entanto necessitamos que todos o façam em Liberdade. A vacinação só poderá transformar a vida de todos, inclusive a dos já vacinados, quando todos estivermos vacinados, em Igualdade. Por último, enquanto os Povos com menos recursos não forem também vacinados, haverá oportunidade para que uma estirpe se torne resistente à vacina dos já vacinados. Liberdade, Igualdade, sem Fraternidade também não será suficiente.

Também neste ponto, a Grande Loja Simbólica de Portugal tentou humildemente responder a este desafio. Para além das ações da Pool de Saúde dentro da própria Obediência, já acima particularizados, foi ainda criada uma Pool de Logística para congregar bens e recursos partilhados em *Liberdade* entre todos, numa premissa de *Igualdade* e *Fraternidade* na sua posterior distribuição. Muitas vezes e ainda mais nos tempos que correm se discute o secretismo erradamente associado à própria Maçonaria. Afirmamos ainda que o trabalho da nossa Ordem se expande para além dos Nossos Irmãos, apoiando *discretamente* esta *Pool* de Logística uma associação sem fins lucrativos que dá apoio ao próximo, independentemente de ser ou não Maçom.

O repto da divisa Liberdade, Igualdade, Fraternidade em clima de medo e de, muitas vezes, poucos recursos

Outro dos desafios foi pensar e colocar em prática os grandes valores da Maçonaria, *Liberdade, Igualdade, Fraternidade*, mesmo em período de maior tumulto social e de maior necessidade. Citando Vergílio Ferreira, “Não será difícil ser humilde quando se é grande.

Difícil é ser humilde quando se é medíocre. Como é fácil ser generoso quando se é rico e não quando se tem pouco”. Este foi e sempre será este um dos desafios à Trilogia da Maçonaria. A promoção da Liberdade, Igualdade e Fraternidade é um desafio hercúleo quando os Obreiros são desafiados pela Sociedade em Geral.

A pandemia veio exacerbar medos, alimentar angústias, facilitar a disseminação de notícias falsas e a desinformação, simplificando perigosamente as mensagens, numa trajetória populista preocupante, questionando tudo e todos. Desde sempre que a maçonaria foi perseguida, vista como uma ameaça, sobretudo por regimes ditatoriais ou absolutistas. Este sentimento surge independentemente da diáde criada na Revolução Francesa de “esquerda” ou “direita. Começando no primeiro regime Fascista da Europa, na Hungria em 1919 com Bella Kun, e prosseguindo com o regime Fascista de Mussolini em 1923, esses tempos difíceis na maçonaria propagaram-se também a Portugal. No nosso país, durante o Estado Novo e com a entrada de Salazar para o governo e a sua rápida ascensão tutelar, aliada à crescente influência da direita reacionária foram reavivados velhos ódios das forças obscurantistas. O golpe que a ditadura supunha mortal na Maçonaria foi desferido em 19 de Janeiro de 1935 com a apresentação, na recém-instalada Assembleia Nacional, de um projeto de Lei subscrito pelo deputado José Cabral, proibindo as “associações secretas” e confiscando-lhe todos os bens. É claro que, embora o projeto o não referisse, o seu único alvo era a Maçonaria. A lei foi votada por unanimidade e publicada no Diário do Governo em 21 de Maio. A partir daí todos os que quisessem exercer funções públicas tinham que declarar, por sua honra, que não pertenciam, nem jamais pertenceriam, a qualquer associação secreta (Arnaut, 2017). A Maçonaria fora, assim, “legalmente” dissolvida em Portugal. Muitos maçons e outros democratas começaram então a frequentar as masmorras da ditadura. É claro que a Ordem maçónica não se extinguiu. A Maçonaria emergiu das catacumbas na radiosa manhã de 25 de Abril de 1974.

Em 2021, em pleno estado de emergência em Portugal, decretado sob os mais altos valores da nossa República e sob decreto do seu Presidente, assistimos a uma proposta de alteração legal para tornar obrigatório que deputados e titulares de cargos públicos declarem, no seu registo de interesses, se pertencem a associações e organizações discretas, como a Maçonaria.

A Grande Loja Simbólica de Portugal opôs-se a este diploma através da emissão de um Comunicado do seu Grão-Mestre (Alves, 2021), o qual rapidamente se disseminou por todos os países europeus e do mediterrâneo, em particular, naqueles sofreram a intolerância de regimes ditatoriais no passado, como por exemplo em Espanha. Relembre-se historicamente que, no caso de

Espanha e um ano após o fim da sua Guerra Civil, em 1940, Francisco Franco promulgou a Lei de Repressão contra a Maçonaria, ao abrigo da qual os maçons espanhóis foram perseguidos e fuzilados. Mas Franco permitiu a existência de lojas nas bases militares norte-americanas onde trabalhavam maçons deste país. Tal facto prova a versatilidade do ditador e a “elasticidade” dos seus princípios, que ora se curvava aos interesses externos, ora se dobrava para espezinhar quem erguesse a bandeira da *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*. A maçonaria, seja em Espanha ou em Portugal, nunca se vergará perante as adversidades, não é “elástica” e sempre servirá o bem comum em detrimento de interesses individuais. O suposto “secretismo maçónico” justificado na proposta de tal diploma não é a clarificação dos interesses que poderão existir ao nível das lideranças partidárias e de órgãos de soberania nacional, mas antes a devassa da liberdade de consciência de cada maçom. Mesmo que este diploma venha a ser aprovado, o verdadeiro “segredo maçónico” será sempre impossível de comunicar ao mundo profano. “Ele” pode ser revelado e explicado, mas só os verdadeiros iniciados conseguem compreendê-lo na perfeição. O que tal diploma mostra claramente é que existe uma verdadeira maçonaria universal, sem país, com os mesmos princípios da fraternidade, da liberdade, da igualdade, do humanismo e da filantropia, do progresso para uma sociedade livre e justa. A Grande Loja Simbólica de Portugal trabalha por estes princípios, que assentam no livre pensamento, na liberdade de consciência e na tolerância, permitindo o aperfeiçoamento do homem, a edificação de uma sociedade justa e igualitária e o progresso da humanidade através da elevação moral e espiritual. E destes princípios, com ou sem diploma, nunca abdicaremos (Alves, 2021).

Conclusões

O período que vivemos ficará certamente, para sempre e de forma marcada vincado na História da Humanidade. Das gerações que a estão a vivenciar, às que doravante se seguirão muito do que se está a passar e que se seguirá será objeto de reflexão e estudo. Assistimos a uma mudança rápida, dramática e profunda do nosso quotidiano e muito do que era o nosso dia-a-dia ficará mudado depois da COVID-19. Duma reflexão crítica e profunda podemos perceber que poucos foram os problemas novos que esta trouxe, amplificou e colocou a nu muitas das dificuldades já pré-existentes. Também na Medicina e no conhecimento científico este raciocínio se aplica. Os grandes valores da Maçonaria sintetizados na sua divisa universal, *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* são um caminho e uma solução posta à prova nos dias que vivemos. A Maçonaria está de Pé e à Ordem para, com todos os seus Obreiros, humildemente, os tentar pôr em prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sousa, A. (2018). *Hipócrates. Juramento Dos fetos de oito meses. Das mulheres inférteis. Das doenças das jovens. Da superfecundação. Da fetotomia*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Alves, A. (2021). *Comunicado “Lei PAN-PSD”*. Disponível em: <https://grandelojasimbolicaportugal.com/3924-2/> (acedido a 10 de Maio de 2021)

Arnaut, A. (2017). *Introdução à Maçonaria*. Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/https://doi.org/10.14195/978-989-26-1328-4>

Park, J. J. H., Mogg, R., Smith, G. E., Nakimuli-Mpungu, E., Jehan, F., Rayner, C. R., Condo, J., Decloedt, E. H., Nachega, J. B., Reis, G., & Mills, E. J. (2021, May). How COVID-19 has fundamentally changed clinical research in global health. *Lancet Glob Health*, 9(5), e711–e720. [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(20\)30542-8](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(20)30542-8)

Pulciani, S., Di Lonardo, A., Fagnani, C., & Taruscio, D. (2017, Jul-Sep). P4 Medicine versus Hippocrates. *Ann Ist Super Sanita*, 53(3), 185-191. https://doi.org/10.4415/ANN_17_03_02

PERSPECTIVAS PARA A MAÇONARIA BRASILEIRA NA ATUALIDADE

Eduardo Mansano Bauman¹³⁸

Palavras-
Maçonaria no Brasil
Grande Oriente do Brasil
Confederação da Maçonaria Simbólica
Confederação Maçônica do Brasil
Grades Lojas Estaduais
Grandes Orientes Independentes

Resumo

O presente artigo / investigação resulta num olhar sobre a Maçonaria na atualidade no Brasil que, como sabemos, acolhe um regime diverso, plural e amplo de Obediências. O GOB (Grande Oriente do Brasil) tem na sua estrutura organizacional os Orientes Estaduais Federados. A Confederação da Maçonaria Simbólica reúne as Grandes Lojas Estaduais. A Confederação Maçônica do Brasil agrupa os Grandes Orientes Independentes.

INTRODUÇÃO

Segundo os dados estatísticos comumente veiculados, existem hoje, no mundo, aproximadamente 3,5 milhões de Maçons, espalhados pelos 5 continentes. Destes, 1,5 milhão nos Estados Unidos; 250.000 no Reino Unido e 1,5 milhão nos demais países, sendo que no Brasil são aproximadamente 240 mil maçons regulares, o que faz de nós a terceira maior nação maçônica do mundo.

No Brasil há três grandes organizações Maçônicas – o GRANDE ORIENTE DO BRASIL, com os Orientes Estaduais Federados; a CONFEDERAÇÃO DA MAÇONARIA SIMBÓLICA, que reúne as Grandes Lojas Estaduais; e a Confederação Maçônica do Brasil (COMAB) que agrupa os Grandes Orientes Independentes.

Estas organizações, consideradas regulares, convivem de forma harmoniosa reconhecendo-se mutuamente, desenvolvendo, em muitas ocasiões, ações conjuntas de interesse social, alinhadas aos fundamentos da Sublime Ordem.

Convivem, contudo, com um número não estabelecido de organizações espúrias: Lojas Irregulares, mistas, e algumas que até oferecem iniciação pela internet.

Outro fator é a constante exposição da Maçonaria e seus fundamentos pela mídia, no mais das vezes alimentada por perjuros que, buscando lucro, estampam em revistas e tabloides nossos segredos e simbologia.

¹³⁸ Irmão EDUARDO MANSANO BAUMAN. A :R :L :S :BARÃO DE JACEGUAI Nº 4679 – GOB-SP

Não obstante, a par dos inevitáveis detratores, continua a Maçonaria Brasileira a atuar com a sua costumeira discrição.

Este o quadro objetivo encontrado em nosso País. A par do mesmo, exposto como ponto de partida, passemos a meditar sobre o elemento interno de nossas Lojas Regulares, de modo a traçar um painel de nossa situação atual.

1. DESENVOLVIMENTO

1.1. O Passado

Para a definição de uma perspectiva, falemos primeiro sobre a visão que temos, hoje, de nosso passado:

- Lembramos, constantemente, de uma Maçonaria atuante e influente em termos políticos, que patrocinou a Independência e a República. No campo externo, haveríamos inspirado a Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos. Em seguida, é também constante o lamento de que hoje, as coisas não são mais assim.

Há, aqui, um erro a ser corrigido em nossa visão sobre este passado. A Maçonaria não fez a Independência ou a República. Quem a fez foram homens resolutos, que também eram Maçons. Depois de concretizada a tarefa, a modéstia Maçônica (vigente até hoje) delega os feitos à “Maçonaria”, como inspiração coletiva. Mas a Maçonaria não poderia ter feito nada, pois ela é, antes de qualquer coisa, uma escola.

Não se deve esquecer, também, que entre os vencidos, também havia bons e valorosos Maçons, cujas vozes são, no mais das vezes, apagadas, pois a escrita da história é privilégio dos vencedores.

Este passado é, portanto, um mito carinhosamente cultivado.

2. O Presente

A Maçonaria compõe-se de dois elementos:

- O elemento **Iniciático**, pelo qual é secreta (em seu aspecto esotérico) e sigilosa (em sua feição exotérica);

- O elemento **Humano**, que resulta do fato de ser composta pela diversidade dos homens, de diferentes culturas e países, sujeitando-se, portanto, a diversas circunstâncias de meio e de momento histórico.

Nada há a apontar quanto ao elemento Iniciático, velado de forma zelosa pelas nossas Lojas Regulares. O elemento Humano, porém, sofre as influências e adversidades do meio e do momento histórico de nosso País.

Por este motivo, a Maçonaria, como um microcosmo, espelha as mazelas do Brasil atual.

Pontuemos:

- Todos vivemos em Municípios, que nos são reais, pois é neles que exercemos nosso trabalho e onde está nossa morada;
 - Em termos Maçônicos, nos agrupamos em Lojas, com endereço determinado, nestas mesmas cidades.
- Entretanto há duas abstrações: os governos estaduais e federal, que, apesar de serem abstrações, drenam a maior parte de nossos impostos;
 - Na Maçonaria, convivemos com Grãos Mestrados Estaduais, e, no sistema GOB, também com um Grão Mestrado Federal, sendo que todos procedem à arrecadação de seus próprios metais.
- Muitos cidadãos sentem que não recebem, em serviços, os impostos pagos aos governos;
 - Muitos Maçons questionam os serviços efetivamente prestados pelos Grãos Mestrados. Neste ponto, nossa Maçonaria regular transita da satisfação à absoluta insatisfação (o que levou inclusive à recentes cisões), espelhando, com isto, aquilo com o que se convive no mundo profano.

Essa dissonância de prumo (vertical), também encontra um paralelo de nível (horizontal):

- Quanto maior a cidade, menor a iniciativa social dos cidadãos. É comum em cidades pequenas a existência de entidades assistenciais mantidas pela comunidade. Nas grandes cidades esta participação é deixada ao encargo do Estado;
 - O mesmo ocorre na Maçonaria. Sua presença é sentida em cidades pequenas e vai, proporcionalmente, diminuindo em relação ao número

de Lojas e volume populacional (há exceções, como Barretos, mas são muito poucas).

Por fim, há um adendo de postura política em relação à situação que vivenciamos:

- Muitos cidadãos querem que “*alguém faça alguma coisa*” contra a corrupção, a violência e todos os males, uma vez que seus representantes parecem permanecer de braços cruzados;
 - Na Maçonaria, muitos Irmãos cobram uma postura das lideranças, para que elas também “*façam alguma coisa*”, o que faz com que circulem pelas redes sociais todo tipo de cobrança e declaração de indignação com o que se vê.

3. O Problema

O grande problema é que muitas das iniciativas dos Maçons do passado não deram em nada, uma vez que, por uma série de motivos, não se pôde lograr êxito.

Por este motivo não se deve confundir que um grande feito, creditado pela modéstia dos Irmãos à Maçonaria, nuble a visão dos Maçons, fazendo-os acreditar que nossa ESCOLA DA ARTE REAL possa, de *per si*, engendrar revoluções.

Vejamos dois postulados populares que a experiência demonstrou serem ineficazes:

- Os poderes centrais devem se manifestar em nome da Maçonaria (e isso faria a diferença);
- Devem ser eleitos Maçons para a criação de um mínimo ético na política.

Pois bem, há cerca de sete anos os Grãos Mestres do GOSP (Grande Oriente de São Paulo, então integrante da Federação do GOB – Grande Oriente do Brasil), da GLESP (Grande Loja do Estado de São Paulo) e do GOP (Grande Oriente Paulista) tomaram a voz na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e lançaram um manifesto. Resultado: não foi perceptível nenhum efeito.

Quanto à eleição de Maçons, estes sempre foram eleitos. O ex-Presidente da República e antigo Presidente do Congresso (Michel Temer) é Maçom. E o que mudou?

Na verdade, a Maçonaria, como instituição, apenas pode receber um homem bom e buscar que ele, com seu próprio esforço, tente se tornar uma pessoa melhor.

Isto não é episódico ou passageiro. Esta é uma luta que ultrapassa as eras, e que não pode deixar de ser lutada.

Se abandonarmos a imprescindível discrição e nos lançarmos à publicidade, vamos ter o mesmo destino das sociedades transitórias e irrelevantes: o melancólico fechar das portas.

Ou seja, a resposta está onde sempre esteve: **DENTRO DE NÓS MESMOS**. É difícil? Claro que é. Mas Confúcio disse: *“traga todos os dias um punhado de terra, e um dia terás uma montanha”*.

4. A Reflexão

Isto nos traz a uma importante reflexão:

- A Maçonaria se resume ao que os Maçons fazem?
- A Maçonaria, por ser uma Instituição, é algo separado do que fazem os Maçons?

A resposta a estas questões não pode ser dada de forma simplista, mas implica em uma terceira constatação, que escapa e ao mesmo tempo complementa o âmbito destas duas perguntas:

- A Maçonaria não pode se resumir ao que fazem os Maçons, pois estes são efêmeros, já que ao final de algumas décadas de atividade, rumam ao Oriente Eterno;
- A Maçonaria, por sua vez, não é algo absolutamente separado do que fazem os Maçons, pois estes é que vivenciam o seu dia a dia;
- Na verdade, há o que fazem os Maçons (de forma efêmera), e há a Instituição da Maçonaria, que é perene, mas não necessariamente imutável.
 - Há, assim, um liame que se estende pelos séculos, que é o diálogo mantido pelos Maçons com a Maçonaria, através das gerações, e que acaba por gerar transformações, significativas, em ambos os pólos, em um movimento contínuo de troca, sem que com isto se descaracterize a Instituição.

Não há, portanto, a ação de um único Maçom, alterando a face da Instituição, mas certamente há uma contínua troca, que se estabelece pela coletividade dos Irmãos, no correr do tempo.

Parece-nos que a Maçonaria será, no futuro, o produto desta dialética que tem se estabelecido a partir do diálogo entre a Instituição e as gerações de Irmãos que ingressam em suas Lojas.

É consensual a noção de que a **EDUCAÇÃO** é parâmetro básico para se moldar o futuro, uma vez que é partir dela que se forjam os homens.

Por tal motivo, é preciso meditar sobre uma Pedagogia Maçônica, que seja capaz de transmitir nossos valores mais caros, de modo a que eles não venham a se perder no passar dos anos.

Por tal motivo, para que o futuro seja o fruto de boas sementes hoje lançadas, parece-nos útil a lembrança a **Quatro Colunas**, que poderiam definir a **PEDAGOGIA MAÇÔNICA** que ora se propõe, para a manutenção de nossa essência:

- A primeira seria **APRENDER A VIVER JUNTOS**, reconhecendo que os homens apesar de irmãos possuem diferenças entre si, que devem ser conhecidas e, sobretudo, respeitadas;
- A segunda seria o **APRENDER A CONHECER**, no sentido de não se apegar apenas ao passado, mas trazê-lo como bagagem e experiência para conhecer a realidade e estar afinado com seu tempo, sem preconceitos e com a mente aberta;
- A terceira seria **APRENDER A FAZER**, não apenas como profissional ilhado em seu conhecimento técnico, mas para se adquirir uma visão ampla visando a integração do saber e o trabalho em equipe;
- A quarta, por fim, seria o **APRENDER A SER**, dando significado ao ensinamento “*conhece-te a ti mesmo*”, desenvolvendo todos os talentos latentes em si, e sendo tudo aquilo que se pode ser, moldando a pedra bruta de forma cada vez mais perfeita. É harmonizar dentro de si aquilo que se quer, o que se pode, e o que se deve, para que o comportamento ético seja natural. É, enfim, tornar-se, efetivamente, o Maçom que o Irmão planejou ser.

CONCLUSÃO

Estas são nossas ideias, sucintamente expostas, quando à linha que se estabelece entre o passado e o futuro, e que no presente, é objeto de nossa meditação.

Temos uma fé inabalável nos Irmãos, e sabemos, que enquanto houver, pelo menos um deles, **que mantenha os pés no chão, os olhos no horizonte e o coração no céu**, estará firme a Maçonaria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PUCCI, FRANCISCO CÉSAR DE LUCA. (2004). Pedra por pedra. Ed. A Trolha.

CASTELLANI, JOSÉ. Manias e Crençices em nome da Maçonaria. Londrina: Ed. A Trolha, 2002.

SANT'ANA, CLEMILDES. Temas Maçônicos. São Paulo: Ed. A Gazeta Maçônica, 1985.

ASLAN, NICOLA. Grande Dicionário Enciclopédico de Maçonaria e Simbologia. 3ª edição. Londrina: Editora Maçônica "A Trolha", 2012.

CAMINO, RIZZARDO DA. Breviário Maçônico. São Paulo: Madras, 2008.

São João da Boa Vista, abril de 2021.

Irmão EDUARDO MANSANO BAUMAN

A .:R .:L .:S .:BARÃO DE JACEGUAÍ Nº 4679 – GOB-SP

Ascensão e Queda da Maçonaria no Mundo¹³⁹

William Almeida de Carvalho¹⁴⁰

Palavras-chave
Maçonaria no Mundo
História da Maçonaria
Maçonaria no Brasil
Obra publicada
William Carvalho

Resumo

Trata-se de um extrato da obra com o mesmo nome da autoria de William Carvalho. Obra relevante com dimensão internacional. A Maçonaria no Mundo aos olhos do investigador, professor, sociólogo e Maçon que, como se pode aferir ao longo deste extrato, tem dinamizado dentro e fora do Brasil debates, seminários e formação avançada sobre a Maçonaria.

INTRODUÇÃO

Com as comemorações dos 300 anos da fundação da Grande Loja de Londres e Westminster faz-se necessário também analisar e fazer um balanço da situação da Maçonaria no mundo. Antes, porém, seria interessante algumas considerações de ordem teórico-metodológicas em relação ao assunto. Em ciências sociais não se tem telescópios nem microscópios para a análise dos fenômenos sociais, somente conceitos que deverão ser testados empiricamente para “iluminar” as faixas sombrias da realidade. Se o conceito for útil, avança-se, senão, abandona-se (Demo, 1995).

Um outro conceito que muito utilizo é o “insight” emigrado do idioma inglês e proveniente do escandinavo e do baixo alemão (o *Einsicht* e o *Einblick* freudiano do alemão moderno) e que significa compreensão súbita e instantânea de alguma coisa ou determinada situação (Abel, 2003).

O *insight* também está relacionado com a capacidade de discernimento, pode ser descrito como uma espécie de miniepifania dos tempos modernos. Nos desenhos, o insight é representado com o desenho de uma lâmpada acesa em cima da cabeça do personagem, indicando um momento único de esclarecimento em que se fez luz.

¹³⁹ Extrato autorizado do livro com o mesmo título.

¹⁴⁰ WILLIAM ALMEIDA DE CARVALHO: sociólogo, historiador, jornalista, empresário; pós-graduado em Administração Pública e doutor em Ciência Política pela Panthéon-Sorbonne; membro do Instituto Histórico e Geográfico do DF e da Academia de Letras de Brasília; Vice-presidente da Academia de Letras e Artes Buziana (Búzios); ex-Secretário de Estado do Distrito Federal; ex-subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República; Escola Superior de Guerra/ESG – XXo. CAEPE Turma JK, RJ 1993; professor e conferencista da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP e da Asociación Internacional de Presupuesto Público – ASIP; Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do DF - IHGDF. Obreiro da Loja Sagrada Família n° 3561 - GOSP; 33°; ex-deputado federal maçônico; sócio fundador da Loja de Pesquisa do GOB; Ex-VM da Loja de Pesquisas Maçônicas do Grande Oriente do DF/GODF; ex-Secretário de Educação e Cultura do GODF/GOB; ex-Diretor da Biblioteca do GOB; ex-Presidente da Academia Maçônica de Letras do DF; membro da Academia Maçônica do Brasil e da Academia Maçônica de Letras da Paraíba (correspondente); membro correspondente da Loja de Pesquisas Quatuor Coronati de Londres; da Scottish Rite Research Society; da Southern Califórnia Research Lodge; da Philalethes Society; da Masonic Library and Museum Association; representante do GOB em Congressos Maçônicos Internacionais em Santiago do Chile, Edimburgo na Escócia, Gijón na Espanha e Assunção no Paraguai; coordenador do primeiro curso de pós-graduação em História da Maçonaria no Brasil na Universidade do Distrito Federal – UDF - 2012; candidato a Grão-Mestre Adjunto do Grande Oriente do Brasil-GOB nas eleições de 2013. Prof. do Curso de Pós-graduação EAD em História da Maçonaria da Faculdade Unyleya na Disciplina História da Maçonaria: Das Origens Corporativas à Maçonaria Moderna em 2016/2017. BRASIL. Email: williamcarvalho@terra.com.br

Um *insight* é um acontecimento cognitivo que pode ser associado a vários fenômenos podendo ser sinônimo de compreensão, conhecimento, intuição. Algo que surge de forma repentina.

O conhecimento, principalmente o conhecimento científico, busca quebrar algum paradigma que o senso comum ou os mitos tenham engendrado na cultura humana. A quebra de paradigma possui um livro seminal sobre as revoluções científicas de Thomas Kuhn (1992) que serviu não só para as ciências físicas como as sociais. A primeira edição em inglês já datava de 1962, onde faz uma crítica tanto do empirismo lógico como do racionalismo crítico de Popper (1993). Para Kuhn é na dimensão histórica que se pode compreender o processo de construção do conhecimento científico. Um dos conceitos mais importantes (e também muito polêmico) na concepção kuhniana de ciência é o de paradigma. Pode-se defini-lo como o conjunto de aspectos filosóficos, sociais, culturais e tecnológicos que consolidam a unidade de uma comunidade científica. Ou seja, o paradigma kuhniano é historicamente situado em uma dada comunidade científica. Um exemplo sempre citado é o do paradigma dos modernos estados laicos do ocidente que viabilizaram o desenvolvimento e consolidação das pesquisas em engenharia genética e células tronco. Tais pesquisas são impensáveis em um estado controlado pelo poder religioso. Curioso é notar que inclusive aqueles que hoje são contra tais pesquisas muito provavelmente no futuro recorrerão às terapias e tratamentos que estas possibilitarão. Sim, a necessidade e as carências transformam a ciência e os homens.

Outro livro seminal que nos traz um conceito também fundamental para o estudo da maçonaria é o de Hobsbawm (1984), pois a maçonaria é prenhe de tradições inventadas como se fossem imemoriais. Hobsbawm afirma na Introdução do seu livro que “nada parece mais antigo e ligado a um passado imemorial do que a pompa que cerca a realeza britânica em quaisquer cerimônias públicas de que ela participe. Todavia, segundo um dos capítulos deste livro, este aparato, em sua forma atual, data dos séculos XIX e XX. Muitas vezes, “tradições” que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas. Quem conhece os “colleges” das velhas universidades britânicas poderá ter uma ideia da instituição destas “tradições” (a nível local, embora algumas delas - como o *Festival of Nine Lessons and Carols* (Festa das Nove Leituras e Cânticos), realizada anualmente, na capela do King’s College em Cambridge, na véspera de Natal - possam tornar-se conhecidas do grande público através de um meio moderno de comunicação de massa, o rádio. Partindo desta constatação, o periódico *Past & Present*, especializado em assuntos históricos, organizou uma conferência em que se baseou, por sua vez a presente obra. O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente

inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo - às vezes coisa de poucos anos apenas - e se estabeleceram com enorme rapidez. A transmissão radiofônica real realizada no Natal na Grã-Bretanha (instituída em 1932) é um exemplo do primeiro caso; como exemplo do segundo, podemos citar o aparecimento e evolução das práticas associadas à final do campeonato britânico de futebol. É óbvio que nem todas essas tradições perduram; nosso objetivo primordial, porém, não é estudar suas chances de sobrevivência, mas sim o modo como elas surgiram e se estabeleceram” (Hobsbawm, p. 9). O mito dos Cavaleiros Templários na maçonaria se encaixa neste conceito, pois no geral os maçons tem uma visão iluminista do Cavaleiro Templário, esquecendo-se de que eram verdadeiros fanáticos, que acreditavam que se matassem uma meia dúzia de maometanos iriam direto para o céu...

Utiliza-se neste artigo algumas vezes o conceito de classe social, principalmente quando se falar sobre classes médias, pois a maçonaria se transformou, com o tempo, num fenômeno típico de classes médias. Um sistema de *classe social*, é uma condição social baseada, sobretudo, na posição econômica e na luta de classes (na visão marxista), e na qual as características atingidas podem influenciar, e muito, a mobilidade social. São conjunto de indivíduos que se relacionam e agem de maneira similar quando sujeitos a constrangimentos e condições semelhantes. No que tange a *Estratificação social*, é entendida para alguns autores como, diferenciação de determinada população em estratos hierarquicamente sobrepostos, desde os inferiores aos superiores.

Os estudiosos do assunto ainda não encontraram uma definição de classe social consensual, pois não é tarefa nada fácil, ainda mais quando o tema não gera uma definição com o mínimo de aceitação entre estudiosos das mais diferentes tradições políticas, culturais e intelectuais. Todos estão de acordo com o fato de as classes sociais serem grupos amplos, em que a exploração econômica, opressão política e dominação cultural resultam da desigualdade econômica, do privilégio político e da discriminação cultural, respectivamente (Weber, sem negar o econômico, vai privilegiar o poder).

Marx (1848) e Weber (1999) dividem o cardápio dos conceitos de classe, pois as principais categorias de classe na tradição do pensamento social são: classe social e luta de classes de Karl Marx e estratificação social de Max Weber. De modo geral, no cotidiano, o cidadão comum tende a confundir as definições de classe social. Utiliza-se erroneamente o conceito ao se falar em classe dos políticos, dos generais, dos professores, etc. Neste caso o melhor será usar grupos sociais.

A concepção de organização social de Karl Marx e Friedrich Engels se baseia nas relações de produção. Nesse sentido, em toda sociedade, seja pré-capitalista ou capitalista (pois é um fenômeno típico da Revolução Industrial), haverá sempre uma classe dominante, que direta ou indiretamente controla ou influencia o controle do Estado; e uma classe dominada, que reproduz a estrutura social ordenada pela classe dominante e assim perpetua a exploração.

Numa sociedade organizada, não basta a constatação da consciência social para a manutenção da ordem, pois, em termos marxistas, a existência social é que determina a consciência. Em outras palavras, os valores, o modo de pensar e de agir em uma sociedade são reflexos das relações entre os homens para conseguir meios para sobreviver. Assim, as relações de produção entre os homens dependem de suas relações com os meios de produção e que, de acordo com essas relações, podem ser de proprietário/não, proprietário, capitalista/operário, patrão/empregado numa lógica binária que se esvaiu com o desenvolvimento do capitalismo. Os homens são diferenciados em classes sociais. Aqueles homens que detêm a posse dos meios de produção apropriam-se do trabalho daqueles homens que não possuem esses meios, sendo que os últimos vendem a força de trabalho para conseguir sobreviver. A luta de classes nada mais é do que o confronto dessas classes antagônicas. Essa é a concepção marxista de classe social. Em suma, classe social está ligado ao conceito de propriedade privada: o presidente da Federação dos Bancos - FEBRABAN é de uma classe enquanto o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos é de outra.

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial e da modernidade, a linguagem comum confunde com frequência o uso do termo *classe social* com *estrato social*. Para Weber, a estratificação das classes sociais é estabelecida conforme a distribuição de determinados valores sociais (riqueza, prestígio, educação, etc.) numa sociedade, como: castas, estamentos e classes.

Em Weber (1999), as classes constituem uma forma de estratificação social, em que a diferenciação é feita a partir do agrupamento de indivíduos que apresentam características similares, como por exemplo: negros, brancos, católicos, protestantes, homem, mulher, pobres, ricos, etc.

Em se tratando de dominação de classe, estabelecer estratos sociais conforme o grau de distribuição de poder numa sociedade é tarefa bastante árdua, porque o poder sendo exercido sobre os homens, em que uns são os que o detêm enquanto outros o suportam, torna difícil considerar que esse seja um recurso distribuído, mesmo que de forma desigual, para todos os cidadãos. Assim, as relações de classe são relações de poder, e o conceito de poder representa, de modo simples e

sintético, a estruturação das desigualdades sociais. Para Weber, o juízo de valor que as pessoas fazem umas das outras e como se posicionam nas respectivas classes, depende de três fatores: poder, riqueza e prestígio; que nada mais são que elementos fundamentais para constituir a desigualdade social.

As classes médias possuem propriedades: casa, carro, casa de campo etc, mas são pequenas propriedades que não as colocam nos altos extratos da sociedade.

Passa-se agora a se refletir neste artigo sobre o conceito de elite. A teoria das elites, depois dos estudos clássicos de Pareto (1935), Mosca (1984), Wright Mills (1982), Bottomore (1974), Michels (1982) e outros, já existe um certo consenso sob as principais características do conceito. Assim, ser de elite é ter uma certa centralidade no sistema, maior poder de informação em comparação com os membros do grupo, maior facilidade em transacionar com outras elites, maior capacidade de articulação intra e extra elite. Assim a sociedade é preche de microelites nas diversas classes sociais. Não se deve, pois, confundir elite com classe dominante, pois as elites permeiam todas a sociedade de alto à baixo. Pode-se ainda fazer uma divisão entre elites estratégicas e elites convencionais. As elites estratégicas possuem maior capacidade de articulação macroglobal e possuem sistemas de inteligência próprios. As elites estratégicas encontram-se no sistema político, econômico, militar, religioso, acadêmico, cultural e tem a capacidade de ter uma leitura de seu país: de onde está e para onde poderá ir e como elas podem acelerar esta trajetória. O restante das elites seriam as convencionais. Por exemplo: o lixeiro da minha rua não faz parte da elite dos lixeiros de Brasília, mas o presidente e os diretores do sindicato dos lixeiros integram a elite dos lixeiros.

No Brasil, em estudo inédito, afirma-se (CARVALHO, 2015) que até 1930 a maçonaria era uma elite estratégica que apontava caminhos para o país. Depois de 1930, a maçonaria se tornou uma elite convencional que não mais influi, de maneira marcante, nos destinos do Brasil.

Como última abordagem nesta introdução comenta-se sobre o conceito maçonaria. Em termos acadêmicos não existe a Maçonaria e sim as diversas maçonarias. Os maçons em geral falam sempre com maiúscula, causando certas contradições difíceis de equacionar. Por exemplo: temos no Brasil independente o conflito entre os maçons José Bonifácio de Andrada e Silva (monarquista constitucional) e Joaquim Gonçalves Ledo (republicano). Quando o primeiro ministro monarquista José Bonifácio manda prender o republicano Gonçalves Ledo por estar tramando contra o regime, os historiadores maçônicos, adeptos da MAÇONARIA, dizem que Irmão José Bonifácio é perjuro, pois está perseguindo a Maçonaria na pessoa do Irmão Gonçalves Ledo... Quando se uso o conceito das

maçonarias, fica muito mais inteligível o conflito. Diga-se o mesmo sobre o Ir. Simón Bolívar. Quando já quase no final de sua vida houve um atentado contra sua vida, perpetrado por alguns maçons antibolivarianos, os historiadores adeptos da Maçonaria afirmam: a Maçonaria tentou assassinar o Ir. Bolívar... Quando Bolívar os prendeu e mandou fuzilar, dizem: Bolívar é perjuro, pois mandou prender a Maçonaria... Marco Morel, um dos maiores maçonólogos (historiador não-maçom) utiliza sempre o conceito plural: as maçonarias (MOREL, p. 240, especialmente o cap. 8 – Luzes, sombras e divisão entre maçonarias).

Após esta breve introdução, passa-se agora a analisar a situação de declínio da maçonaria em diversas regiões do mundo, um assunto tabu, raramente analisado nas diversas revistas e sítios maçônicos. Os dados brutos, a não ser para os EUA, não são públicos nem em livros nem na Internet. As discussões públicas sobre o tema declínio também são raríssimas. O objetivo aqui é o de trazer à baila um tema estratégico para o futuro da maçonaria nos próximos anos.

1. Situação do Declínio da Maçonaria Mundial

Neste artigo divide-se a situação da maçonaria mundial em três regiões: a) os países de língua inglesa; b) a Europa continental e c) América Latina.

Nos países de língua inglesa, que sofrem as maiores perdas quantitativas, procurou-se estudos que analisassem a percepção das elites maçônicas sobre o assunto. O texto escolhido, um dos raros tornados públicos, foi o de John Belton e Kent Henderson intitulado *Freemasons – An Endangered Species?* (Maçonaria – Uma Espécie em Extinção?) publicado em 2000 na **Ars Quatuor Coronatorum**, os anais de pesquisa da Loja Quatuor Coronati de Londres, a mais antiga e a mais famosa do mundo. Foi um choque, não só o tema, o estilo como as discussões sobre o assunto. Salienta-se aqui que os dados estão um pouco desatualizados, mas são apresentados mais pelos comentários sobre como a elite maçônica dos países analisados percebem o fenômeno das evasões. Os que percebiam o fenômeno das evasões se dividiam sobre qual seria a explicação para suas causas: se a) ingênuas ou b) sociologicamente significativas. Convém salientar que os textos públicos sobre estas explicações são raros na Internet. Os dados brutos mais atuais serão apresentados no final de cada capítulo das três regiões analisadas.

Quanto a Europa continental deu-se uma preferência para os textos franceses que apresentam uma visão mais profunda e abrangente sobre o tão momentoso assunto. Foram 4 os autores escolhidos:

- Albert Lantoin: *Finis Latomorum? La Fin des Franc-Maçons?* (1950);
- Jean Bénédic: *Fin de la Maçonnerie?* (2001);
- Alain Bauer: *Le Crépuscule des Frères: La Fin de la Franc-maçonnerie?* (2005) e
- Alain Guyard: *La Fin de la Franc-maçonnerie* (2003).

Os franceses procuram jogar a culpa principal na maçonaria inglesa pelo seu estilo religioso e oligárquico, apesar de reconhecerem que também no seu arraial as coisas não andam tão excelentes.

No tocante à América Latina, o Brasil foi o *locus* privilegiado na abordagem do problema. Enquanto a maçonaria está minguando no mundo, na América Latina ainda está crescendo. Parece aqueles cantores que já entraram em decadência nos grandes centros metropolitanos, mas continuam com o prestígio intacto nas províncias do interior.

2. Os países de língua inglesa

2.1. Freemasons – An Endangered Species? (Maçons – Uma Espécie em Extinção?)

Um dos poucos estudos sérios sobre a decadência da maçonaria nos países de língua inglesa é o do inglês Belton em conjunto com o australiano Henderson (2000), ambos membros da Loja de pesquisas Quatuor Coronati de Londres. Será a base para este tópico.

Belton não ataca o problema de frente apresentando uma série de subterfúgios sobre o declínio de membros, principalmente nos EUA. Dizem que o problema se acentua a partir de meados da década de 60 até o presente de suas análises (p. 114). Afirmam que o fenômeno se acentua nos EUA a partir da década dos 80 e seria resultado de mudanças estruturais na população sobretudo no trabalho e na residência. E que somente na década de 90 que essa redução no número de adeptos foi objeto de pesquisa acadêmica (114). Faria parte de um fenômeno da diminuição da participação cívica nos EUA nas áreas de caridade, esporte, política, social e fraternal, gerando uma degeneração da vida comunitária norte-americana.

Após descrever, a nosso ver de uma maneira um tanto quanto ingênua, pergunta se não seria necessário uma renascença, pois a maçonaria conta com 300 anos e é o maior corpo não político e não religioso no mundo? Afirmam ainda que muitas GLs estão buscando uma solução nos seguintes temas: a) uma “nova abertura”, b) marketing e c) uma série de atividades para reter os membros e atrair novos aderentes (115).

Após tentar caracterizar as causas do declínio como decorrentes dos problemas do enfraquecimento da cultura cívica na sociedade moderna, passam a delimitar quantitativamente a falta de recrutamento de novos membros e a evasão contínua. Analisam em seguida algumas lojas individuais, as Lojas Provinciais inglesas e as GLs dos países de língua inglesa.

2.1.1 Lojas individuais

Belton apresenta uma tabela da Loja Mellor #3844 situada no Derbyshire na Inglaterra nos últimos 50 anos.

Tabela 1
Analysis of the membership Data of the Mellor Lodge 3844 (EC)

Period	No. of Candidates	No. of Joiners	Av. Age of Candidates	Av. Year To WM	Av. Years to Resignation/ Exclusion	% Resignation/ Excluded
1945-49	4	0	39.5	10.5	23.0	100%
1950-54	13	0	41.1	11.8	25.6	54%
1955-59	10	0	42.8	11.0	16.6	70%
1960-64	10	3	41.5	9.6	17.2	80%
1965-69	6	2	37.2	10.0	16.0	50%
1970-74	10	3	42.7	8.3	13.4	60%
1975-79	8	2	33.4	8.5	9.8	75%
1980-84	10	3	47.4	7.0	8.3	40%
1985-89	8	4	39.5	5.5	5.3	50%
1990-94	7	2	39.1	N/A	3.7	38%

Source: John Belton 'The Missing Master Mason' [viii] and the Membership Register of Mellor Lodge 3844 EC as at Jan 1999

Uma análise tradicional dos membros da Loja tende a visualizar uma mudança a cada ano e normalmente indica que foi iniciado, se faleceu ou se evadiu durante aquele ano. A média de idade para renunciar ou ser excluído é abissal, pois cai de 23 anos em 45-49 para 3,7 em 90-94. O último quadro também é nada animador.

Passam então a repetir esta análise de uma Loja para um conjunto de Lojas englobando o Canadá, Austrália e EUA numa amostra mais ampla.

Tabela 2
Average years to Resignation / Exclusion by period of Initiation

Period	Mellor #3844 England	Melloriii [xiv] #1774 England	Welbeck #2890 England	Concord #124 Alberta	Granite #446 Ontario	Cooroora #232 Q'sland	Lord Salton #98 Q'sland	Ashlar #19 Montana
1945-49	23.0	15.4	18.0	15.7	12.5	20.4	N/A	17.8
1950-54	25.6	20.2	26.2	17.4	14.7	16.8	26.3	18.8
1955-59	16.6	14.5	13.4	13.2	16.1	13.6	21.3	14.3
1960-64	16.1	17.6	10.0	12.6	14.4	16.2	17.0	14.5
1965-69	16.0	13.8	19.7	12.0	15.6	15.3	16.0	15.3
1970-74	13.8	10.6	13.3	10.8	14.2	N/A	12.8	11.7
1975-79	9.8	8.1	11.0	8.4	7.6	9.0	9.8	9.6
1980-84	8.3	8.2	10.7	6.5	8.8	4.8	8.3	6.5
1985-89	5.3	2.5	6.2	4.8	7.8	6.0	5.0	N/A
1990-94	3.7	3.8	4.5	N/A	4.0	4.3	4.0	N/A

Source: Belton 'The Missing Master Mason'iii [xv] and Lodge Membership Registers

A amostra ampliada mantém a mesma constância com a Loja Mellor. O problema agora começa a se generalizar para a maçonaria de língua inglesa.

Tabela 3
% Resignations / Exclusions by period of Initiation

Period	Mellor #3844 England	Mellor #1774 England	Welbeck #2890 England	Concord #124 Alberta	Granite #446 Ontario	Cooroora #232 Q'sland	Lord Salton #98 Q'sland	Ashlar #19 Montana
1945-49	100%	61%	33%	56%	31%	44%	N/A	39%
1950-54	54%	71%	25%	59%	28%	83%	25%	43%
1955-59	70%	73%	33%	64%	36%	89%	30%	51%
1960-64	80%	64%	8%	72%	31%	63%	73%	41%
1965-69	50%	50%	27%	40%	31%	50%	50%	43%
1970-74	60%	64%	25%	65%	18%	nil	70%	60%
1975-79	86%	89%	31%	62%	19%	100%	62%	47%
1980-84	40%	67%	36%	74%	47%	100%	40%	60%
1985-89	50%	29%	50%	28%	25%	100%	25%	N/A
1990-94	38%	75%	44%	N/A	23%	37%	43%	N/A

Source: Belton 'The Missing Master Mason' and Lodge Membership Registers

Concluem (p. 118) com algumas inferências: a) idade média para iniciação: variação mínima nos últimos 50 anos; b) anos para chegar à Venerável Mestre: redução de +10 anos para 5-7 anos; c) diminuição por exclusão e não pagamento: aumento nos últimos 15 anos.

Encerrada a fase de análise das lojas individuais, passam a analisar as Grandes Lojas.

2.1.2 Grandes Lojas Provinciais inglesas

O Relatório da Loja Provincial de Derbyshire afirma que os membros diminuíram em média 11,8% na última década (p.119) e conclui que se novas lojas não fossem abertas o declínio seria de 17,8%.

O Relatório da Grande Loja Provincial de Essex divulga que a perda de membros foi de 11% a 18% (p.120).

O Relatório da Grande Loja Provincial de East Lancashire não fica atrás neste colapso quantitativo. Adotaram um critério de analisar a diminuição do número de obreiros considerando: a) evasão normal; b) mortalidade e c) as duas combinadas entre 1997 (dados reais) até 2010 (com projeção de dados de 1998 em diante). A tabela 4 abaixo mostra as evasões sem mortalidade (p.120):

Tabela 4

RESIGNATIONS	1997 actual	1998 estimate	2002 estimate	2007 estimate	2010 estimate
No. of Freemasons	10529	9900	7800	6000	5100
Cumulative loss		6%	26%	43%	51%

Tabela 5

MORTALITY	1997 actual	1998 estimate	2002 estimate	2007 estimate	2010 estimate
No. of Freemasons	10529	10300	9300	8000	7200
Cumulative loss		2%	12%	24%	32%

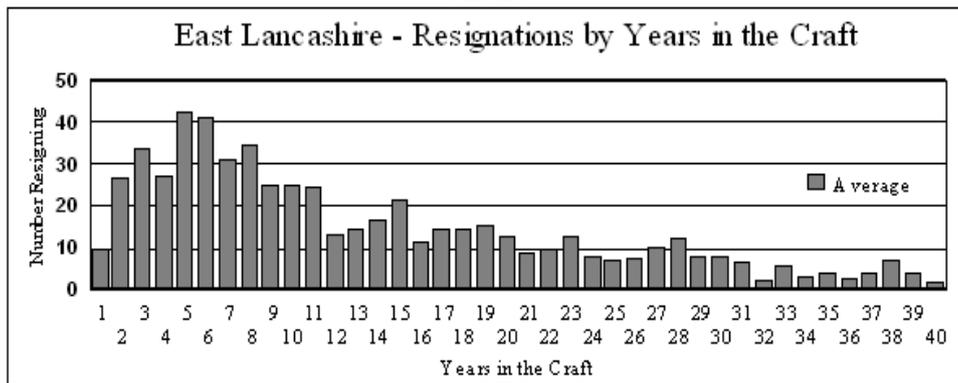
Tabela 6

MORTALITY & RESIGNATION	1997 actual	1998 estimate	2002 estimate	2007 estimate	2010 estimate
No. of Freemasons	10529	9689	7593	5727	4825
Cumulative loss		8%	28%	46%	54%

Nota-se que quando a Tabela 6 que combina os fatores de mortalidade e evasão fica claro que a evasão é o fator determinante. Existe uma diminuição em torno de 5,7 a 6,4% ao ano.

É possível, entretanto, mergulhar um pouco mais profundamente nos dados, e em particular nos dados de evasão, e para aqueles que se evadem ou são excluídos em relação ao tempo que estão na Ordem. Somente os de “cabelos brancos” continuam...

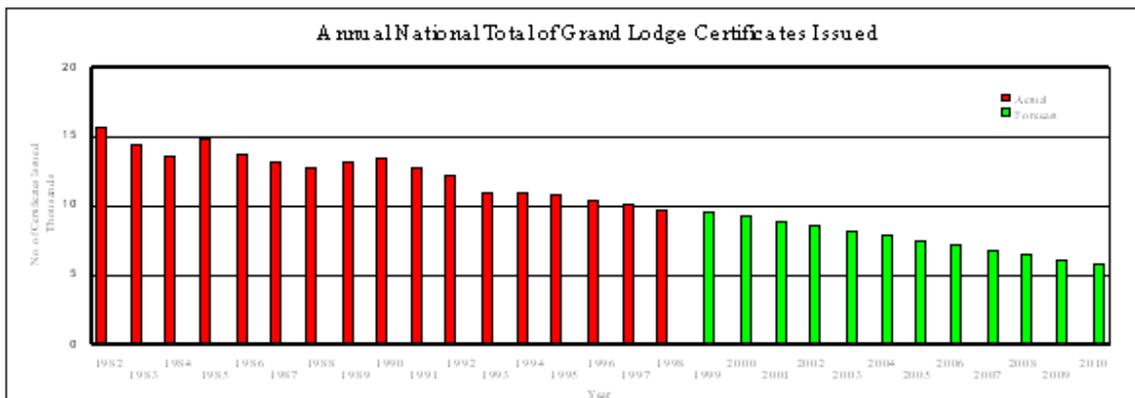
Tabela 7



Os dados ainda mostram uma taxa de evasão em torno de 25% em 5 anos, 43% em 10 anos e 51% em 2010. É um indicador de que o interesse na Ordem entre os seus novos membros piora rapidamente, e, no caso das exclusões indica significativa redução do interesse nos últimos 2 anos antes da exclusão...

A emissão de certificado pela GLUI demonstra uma estável redução nos últimos 15 anos e, na época do relatório, extrapolaram para 2010. A redução gira em torno de 4% a.a composto pelas iniciações, como se verifica nesta última tabela.

Tabela 8



2.1.3 Algumas Grandes Lojas nos EUA, Canadá, Austrália, Irlanda, Escócia

Belton (2000, p. 122) constata que a pesquisa deles demonstrou que não existe uma comunicação entre as diversas GLs dos países de língua inglesa sobre este problema crucial da diminuição do número de membros. Os diversos relatórios das GLs simplesmente vão para suas respectivas bibliotecas. Existe uma premissa implícita de que o problema das outras GLs são diferentes e não se tem muito a aprender com outras jurisdições. A pesquisa demonstrou que isto é uma premissa errônea.

Começando com a GL de New Jersey no seu *Bi-centenary Book* de 1987 que em 1959 a GL possuía 107.649 membros e 298 lojas que diminuíram em 1986 para 59.017 e 205 lojas. Isto representa um declínio de 45% nos membros e 30% nas lojas. Em 1995 os membros desabaram para 44.992 representando uma queda de 24% em nove anos (p. 122). As explicações sobre o fenômeno são incrivelmente ingênuas se comparadas com as do continente europeu, principalmente as francesas, como se verá mais adiante. Algumas explicações: deterioração das cidades, perda ou falta de adequado espaço para reuniões, escassez de parques para estacionamento, falta de segurança pessoal, êxodo urbano para os subúrbios e área rural, aumento do individualismo, etc...

A GL da Irlanda no seu relatório de 1994 não ataca diretamente o problema, levantando alguns nas áreas de i) imagem maçônica; ii) filiações; iii) caridade; iv) política da Ordem; e v) comunicação e desenvolvimento administrativo. Exortam os membros a serem mais positivos nos assuntos maçônicos...

A GL da Nova Zelândia apresenta também um quadro dantesco de desfiliações:

Tabela 9

Year	Actual Member Numbers (a)	1982 GL Member Forecast (b)	1996 Member Forecast (a)	Actual Lodge number	1996 Lodge Forecast
1963	47,137			424	
1970	44,219			430	
1975	41,493			433	
1980	37,466			428	
1985	33,076			417	
1986		32,800			
1990	25,912			377	
1991		29,520			
1995	20,444			344	
1996		26,528			
2000			15,300		304
2001		23,912			
2005			10,000		185

Source: (a) Pottinger. *New Zealand Freemasonry in 2005* (b) Busfield (1986) and GL reports

Busfield (p.123) nota, com alguma ironia, que enquanto o Relatório da Condição do Comitê da Ordem de 1982, ao apresentar uma queda de 25% de membros entre 1963 e 1982, e prevendo ainda um decréscimo de 30% até 2001, concluía que tudo estava bem...

A GL de Alberta no Canadá no seu Plano para Renovação Estratégica de 1997 apresenta uma série de fatos interessantes que poderiam ser comparáveis com os da Inglaterra e da Austrália.

Em 1995 havia 263 Iniciações, mas somente 211 completaram os três graus, ou seja, 20% não foram além do primeiro grau. Convém ainda salientar (p. 125) a GL opera uma mistura de rituais tipo Webb¹⁴¹ (arranjo de loja e ritual da maioria das lojas nos EUA) em algumas lojas e tipo Emulação (rituais mais comuns na Inglaterra) em outras.

Tabela 10
Grand Lodge of Alberta – Membership Statistics 1995

Year	Members	Candidates	Demits	Deaths	Lodges	Av. No. per Lodge
1987	12730	332	533	308	156	81
1988	12234	284	626	324	156	78
1989	11824	281	551	283	155	76
1990	11408	318	571	311	156	73
1991	10989	290	529	309	153	71
1992	10657	290	521	223	146	73
1993	10303	296	534	250	145	71
1994	9986	260	478	231	145	69
1995	9641	262	486	245	144	67
1996	9308	263	446	263	141	66

Source: Grand Lodge of Alberta: *Draft Strategic Plan for Renewal* (1997)

As evasões mantêm o quadro geral até aqui analisados.

A GL Unida de New South Wales apresentou em 1992 um relatório intitulado “O Desafio das Mudanças na Associação em New South Wales” contendo uma análise dos últimos 50 anos e as soluções propostas. O número de associações atingiu um pico em 1958 com 135.000 membros, caindo drasticamente para 40.000 em 1991 e 34.000 em 1995. Um decréscimo de 25% entre 1958 e 1995 (p.127). Foram tentadas, neste período de queda, diversas medidas, a nosso ver ingênuas e ineficazes, tais como i) desenvolvimento de políticas para melhorar a imagem da maçonaria; ii) reintrodução da revista *NSW Freemason*; iii) formação da Loja de Pesquisas de NSW; iv) tentativas de melhorar o relacionamento entre os Irmãos, entre as lojas e entre estas e a GL, com envolvimento das famílias; v) reforço na área de educação; vi) novas brochuras, vídeos e folhetos sobre a Ordem; vii) criação de um fundo para construir novas lojas e centros maçônicos; tudo isto em vão... Medidas para incrementar novas filiações produziram resultados desapontadores.

A GL da Escócia apresenta um problema peculiar que distorce as estatísticas: uma vez iniciado um membro, se ele pagar uma determinada taxa, eles entregam um Cartão de Membro Remido para toda a vida, tendo ele frequentado ou não sua loja... Assim membros passam décadas sem frequentar

¹⁴¹ Thomas Smith Webb (1771 – 1819) autor do famoso *Freemason's Monitor or Illustrations of Masonry*, um livro que tem um significativo impacto no desenvolvimento dos rituais maçônicos nos EUA, especialmente no Rito de York. Webb tem sido chamado de “Pai Fundador do Rito Americano ou de York.

suas lojas que às vezes possuem 400 afiliados que só recebem cartinhas com o programa anual e sem frequência. Se o Secretário da loja não é assíduo, membros que morreram décadas atrás continuam a receber correspondência e contados como membros (p.128). Os poucos relatórios que se debruçam sobre este declínio apresentam as causas ingênuas de sempre. As estatísticas sobre filiação são inexistentes... pelo menos na Internet.

Na análise da GL de Victoria (Belton, p. 129) faz menção a um trabalho de Peter Thornton intitulado “Nove entre dez maçons atacarão Moscou no Inverno” (Thornton, 1992) recordando que Carlos XII da Suécia em 1709, Napoleão em 1812 e Hitler em 1941, todos, tentaram tomar Moscou no inverno e falharam. Thornton faz então menção do grande afluxo de candidatos à maçonaria após a Guerra dos Boers, a Iª e a IIª Guerra Mundiais. Como a maçonaria ajudou a reintegrar na sociedade os soldados advindos destes conflitos bélicos, inculcando-lhes os valores maçônicos. Comparando com os dias atuais, Thornton pergunta: A maçonaria está em declínio? E responde com um sonoro Não. Apresenta uma série de perorações sobre a maçonaria: i) os ensinamentos morais e éticos que ele apregoa não foram alterados e serão sempre parte de uma sociedade democrática e civilizada; ii) não se pode consertar o que não foi quebrado; iii) se a GL for autocrática, que o seja, mas forte e não fraca... Não é necessário tomar Moscou neste inverno e sim aprender com as lições da história.

Após encerrar esta análise das GLs dos países de língua inglesa, os autores passam a tentar tirar uma lição geral desse declínio de membros. A primeira pergunta é se diferentes práticas protegem contra o declínio. Enumeram algumas práticas: grande ou pequeno número de maçons nas lojas; diferentes rituais – Webb ou Emulação; candidatos com grande trabalho a fazer x candidatos mais folgados; iniciações individuais ou coletivas; pequenas ou grandes taxas de contribuição; sessões longas ou curtas; etc. A conclusão fatídica é de que o declínio dos membros independe desses usos e costumes, pois todos estão declinando acentuadamente nos países de língua inglesa.

Outra pergunta: fatores internos exacerbam o declínio? Por ser uma organização tradicionalista, será a causa? Nem sempre foi assim. No século XVIII, era uma nova organização que emergia com vigor enquanto o poder tradicional das igrejas declinava, permitindo à maçonaria esposar uma série de valores morais e sociais, naquela época, revolucionários. O mundo mudou, agora aqueles valores que eram revolucionários se tornaram parte do Estabelecimento¹⁴². Apontam com uma lógica diabólica o que estaria acontecendo: aqueles valores em uma sociedade que foi se tornando tradicionalista, começaram como *costume e prática*, foram se transformando em *tradição ou*

¹⁴² Finalmente está se saindo das explicações ingênuas para algo mais substancial. Comentário do autor.

convenção e se cristalizaram, com o correr do tempo, em *landmark da loja, da GL e da Ordem em geral*. “O problema central é que a maçonaria e mudança não são consortes felizes...”

Finalizando esta parte os autores fazem um comentário final sobre os padrões de declínio em outras organizações tais como igrejas, grupos fraternais, filantrópicos, cívicos, etc. Dizem que a Igreja da Inglaterra (p. 130) sofreu um declínio de 50% de seus membros nos últimos 50 anos. Isto, segundo eles, explicaria em parte o declínio quantitativo maçônico, pois existe uma certa competição entre a maçonaria e estas outras organizações.

Antes de refletirem sobre uma possível Renascença maçônica apresentam ainda considerações sociológicas sobre o fato de que a maçonaria não é um grupo homogêneo. Regras que podem servir para um grupo, não funcionarão em outros. Eis então a cubagem desses grupos e suas diversas interações.

O primeiro grupo seria o da elite dirigente maçônica que estaria comprometida em preservar o *status quo*, com a conseqüente proteção e manutenção de seu poder, privilégio e posição. Os líderes teriam assim uma perspectiva que não seria necessariamente compartilhada pela maioria dos membros. Consideram irrelevante se isto é verdade ou não. A percepção é que é relevante.

Conseguem antever um segundo grupo de uma contraelite: os reformistas que lutariam por mudanças para tentar estancar o declínio. Esta contraelite percebe os líderes atuais da Ordem como insensíveis e até mesmo reacionários. Lutam para colocá-los de lado por causa de suas opiniões defasadas.

O terceiro grupo seria o dos tradicionalistas para quem as mudanças seriam anátema, pois a cada tradição ou costume da loja se transformou num *landmark* da Ordem que deve permanecer inalterado e inalienável. Embora não formem um grupo de grandes proporções, tendem a ser membros longevos e que mantêm uma permanência ativa e duradoura.

O quarto grupo é o da maioria silenciosa que não tem uma agenda própria, não tem muita frequência e simplesmente paga suas anuidades. Nas lojas de língua inglesa são a seiva vital financeira e cordatos em apoiar propostas razoáveis nas lojas (p. 132). É a turma do “garfo e faca” dos banquetes da Ordem.

O quinto grupo seria o dos Mestres Maçons demissionários e ausentes. Alguns pagam e aparecem de vez em quando nos banquetes sem muito compromisso. São cometas visitantes. A maçonaria não vale o seu precioso tempo.

Finalmente o sexto grupo seria o dos quintaessencialistas, um grupo quase invisível e que acredita piamente nos valores maçônicos. É a turma que sempre apregoa: a maçonaria é perfeita, o que estraga são os maçons. Eles experimentaram diversas frustrações sobre a “Inaceitável Face da Maçonaria”, pois são críticos ferozes de pequenos erros nos Ilr. e tem um prazer sádico em criticá-los; adoram provocar os ciúmes internos e estimular os conflitos, etc.

2.1.4 Propostas de Conclusão/Solução

Para encerrar o artigo, buscam-se levantar as possíveis soluções ao problema, observando, contudo, que não existe uma panaceia que resolva o assunto.

O receituário seria o seguinte:

- Os Ilr. nas Lojas devem tomar a iniciativa de fazer as coisas e não ficar esperando pela aprovação prévia das GLs;
- “Irmão, você tem permissão para pensar”. Normalmente o fluxo de comunicação dentro da estrutura maçônica tem sido tradicionalmente mais de comando do que de solicitação. O resultado tem sido a tendência para ambos – Lojas e maçons – não pensar por eles mesmos, mas seguir fielmente as instruções vindas de cima;
- “Estruturas de gestão das GLs ultrapassadas ou desatualizadas? O desenvolvimento organizacional da maçonaria nas GLs do Reino Unido ocorreu historicamente, no século XVIII, quando a autocracia, ou pelo menos a oligarquia, era o padrão de gestão política. A democracia liberal como se entende hoje era basicamente desconhecida, ou no mínimo, não admirada. Este legado permeou a estrutura maçônica dos dias atuais, tornando a maçonaria hodierna refém dessa estrutura “militar”, onde o fluxo de comunicação somente é direcionado em uma única direção: para baixo... As GLs foram então formadas dentro deste modelo autocrático nos últimos 200 anos, primeiro na Europa e nas áreas emancipadas do antigo Império Britânico e depois se espalhando para o resto do mundo. Somente nos EUA e em menor escala no Canadá, sob influência dos EUA, foram as GLs concebidas numa maneira mais *democrática* refletindo assim os padrões políticos da sociedade na qual estão inseridos. Mesmo assim, o declínio nos EUA tem sido mais do que comparado com os outros países de língua inglesa, indicando que a tipologia do governo maçônico não tem efetivamente influência neste fenômeno do declínio.

Este estilo autocrático/oligárquico de gestão não gerou problemas no passado, primeiro, porque sua base estava em consonância com os valores da sociedade em geral; com a sua ossificação tornou-se mais um *landmark* da Ordem (p.133). Os novos membros, mais recentemente, formados em valores mais pluralísticos de uma sociedade mais democrática, têm dificuldades em compartilhar esses valores de gestão e comunicação antiquados. Assim, fica “explicado” porque os novos membros deste século XXI sentem-se facilmente isolados ou inconscientes destas decisões que podem afetá-los, advindas dos altos escalões da Ordem e que eles não têm influência sobre elas;

- Abertura interna versus externa. Muitas GLs colocaram grande ênfase na necessidade de abertura, mas puramente num senso de comunicação para fora, para o mundo exterior em geral. A primeira reação observada em muitas GLs é a negação de que existe um problema. Invariavelmente isto tem sido seguido por uma relutância em reconhecer que exista um declínio quantitativo dos membros, mas que, quando não se tem mais jeito de negar, a causa é sempre externa à organização (p. 134).

Observando o comportamento muitas GLs, nota-se que somente quando o problema se torna agudo é que se busca timidamente considerar soluções internas. O fim do século XX apresenta uma evolução para formas mais democráticas de gestão.

- Educação maçônica e os maçons europeus. Os autores discutem se o declínio é mais próprio da maçonaria dos países de língua inglesa do que dos europeus, chegando à conclusão de que o fenômeno é universal. Evidentemente que em alguns países os maçons estão crescendo, também na Europa. Sem embargo que em alguns países europeus, que os maçons estão crescendo, partiram de um número relativamente pequeno de maçons, o que torna o fenômeno em parte explicável, como por exemplo na Turquia (p.134). Os “Continentais”(europeus) têm um tipo de recrutamento diferentes dos de língua inglesa. A diferença seria, pois, que, enquanto os países europeus que estão crescendo, se defrontam com o problema de reter seus membros, os países de língua inglesa sofrem o declínio tanto no recrutamento quanto na retenção dos já recrutados. Boa parte das Obediências europeias sofre com o que se pode chamar de “elitismo”, ou seja, um critério rigoroso de seleção, acompanhado de pagamentos financeiros elevados. O que é fácil e barato atrai menos do que o contrário. Para atingir a plenitude maçônica se demora em média um ano nos países de língua inglesa, enquanto nos europeus demora bem mais.

O novo Ir. europeu normalmente avança para o segundo grau em torno de um ano, e para chegar a Mestre não menos que cinco anos. O iniciado europeu para obter promoção tem de se adaptar aos seguintes critérios: i) reuniões semanais; ii) ativa participação em sessões de educação maçônica; iii) submetidos a um extenso exame verbal e iv) prestar exames escritos sob seu entendimento do conteúdo e ensinamentos maçônicos. Comparativamente o ordinário adepto dos países de língua inglesa é submetido a pouca educação maçônica, com foco exclusivo no que eles chamam de “Valsa Maçônica” (p. 135) também conhecida como “Alimentando a Máquina de Salsicha” dos graus 1, 2 e 3. Isto leva ao fenômeno chamado de “Maçom Porta Giratória”¹⁴³ que recebe os seus 3 graus em muito pouco tempo, sem entender muito o que significam e acabem ficando perdido nas lojas. Concluem que os europeus já perceberam que a educação é a chave para a retenção de novos membros.

- O papel das Lojas de Pesquisa em Transmitir Educação Maçônica. Os meios de transmitir uma forma mais significativa de educação maçônica somente agora começam a fazer sentido. As GLs da Escócia e do East Lancashire começaram a entender que as lojas de pesquisas podem auxiliar com palestras mais consistentes e professores mais aprofundados. Convém ainda relembrar, contudo, que as referidas lojas de pesquisas estão sofrendo da mesma doença do declínio... Nos EUA o Masonic Service Association existe para prover material de educação, mas infelizmente tal organização inexistente no Reino Unido e outros países de língua inglesa.

No artigo citado da Internet do BELTON (2000) não consta um debate do final da exposição dos membros de proa da Quatuor Coronati. Tais reflexões constam somente do livro da AQC. Convém refletir sobre algumas observações daqueles membros. Alguns menos notáveis, mas mais velhos, apresentam as seguintes observações com claro sinal de rejeição da conclusão dos autores: não é verdade que os membros dirigentes estão interessados em preservar o *status quo*; a comunicação entre a GL e os membros individuais tem melhorado e continua melhorando; a estrutura hierárquica não tem tradicionalmente sido associada mais com comando do que com solicitação; não existiu autocracia nem oligarquia na estrutura de comando na transição do século XVIII para o XIX; a maçonaria tem mudado continuamente e sem problemas nos últimos 3 séculos e meio, como continuará a mudar no futuro previsível; não encontro nenhuma evidência para acreditar que os maçons são uma “espécie em extinção”, somente porque temos alguns declínios; etc.

¹⁴³ Os jovens recém-iniciados observam os velhos destroçando o ritual, longos e enfadonhos discursos, comidas só encontrada nos aniversários de crianças, o que os leva a tornarem-se Maçons Porta Giratória. Disponível em http://kenthenderson.com.au/m_pa-pers01.html. Acesso em 21/07/2017

Convém, entretanto, refletir sobre algumas observações do Trevor Stewart, do Yasha Beresiner e outros.

a) Trevor Stewart Stewart¹⁴⁴ começa agradecendo o toque de clarim dado pelos autores (p.141). Levanta quatro pontos que gostaria de endossar e ampliar. Primeiro ponto: nos mais de 110 anos de existência da Loja de Pesquisa são raríssimos os trabalhos feitos a quatro mãos, mas parabeniza os autores pelo trabalho; segundo: os autores vivem em polos opostos do mundo: um na Inglaterra e outro na Austrália, conseguindo trabalhar graças aos modernos meios digitais de comunicação; terceiro: o texto foge aos padrões da Loja Quatuor Coronati, que são basicamente discursivos, pois estão cheios de gráficos, tabelas, quadros estatísticos, etc. Apesar de quebrar esta tradição, já é o momento de aceitar esta nova dinâmica de exposição; quarto e mais importante: este trabalho assinala um significativo ponto de partida, não na metodologia e expressão, mas também na escolha do tema. Muitos veem os nossos trabalhos publicados nos Anais como sendo concernentes com a realização de escavações na arqueologia da Maçonaria. Constata que a pesquisa apresentada foca nos aspectos do presente e do futuro, salienta, contudo, que estas áreas também devem ser objeto de pesquisas. Levanta uma série de pesquisas profanas sobre a mudança de comportamento nos jovens ingleses, concluindo que são i) menos envolvidos e comprometidos com o processo democrático; ii) menos leais e menos instruídos sobre sua comunidade, suas nações e a Europa; iii) menos comprometidos em respeitar os outros, em obedecer às leis e menos preocupados em ser um exemplo para os outros; iv) muito menos gostam de ajudar os outros ou tornam-se voluntariamente ativos em suas comunidades locais. Pergunta-se então: como pessoas com este perfil e valores podem ser convidadas para ingressar na maçonaria?

Pelo exposto, nota-se que a análise de Steward é bem parcial e pouco profunda. As suas propostas são mais de gestão do que de uma análise mais acurada. Vejam-se os seguintes exemplos quando Steward aponta os indícios salutareos e encorajadores do que tem sido feito, pelo menos, na Inglaterra (p.144):

- a recente reestruturação das funções administrativas no gabinete do Grande Secretário;
- a institucionalização de uma política de “abertura” pela nomeação em tempo integral de um Diretor de Comunicação encarregado de relações públicas;

¹⁴⁴ Trevor Stewart é um conferencista aposentado que foi educado nas Universidades de Birmingham, Sheffield, Durham e Newcastle. Seu trabalho acadêmico abrange a literatura inglesa no século XVIII e sua tese doutoral foi sobre o clube fechado dos maçons Iluministas que viviam no norte da Inglaterra. Tem dado conferências nos EUA, Bélgica, França, Alemanha, România, Grécia, Escócia e Inglaterra. É Past-Master da Quatuor Coronati.

- um plano em discussão para a totalidade da administração da GLUI para fora de Londres, economizando dinheiro nos custos administrativos e abrindo espaço para mais lojas, etc;
- computarização das atividades;
- diminuição dos cargos honoríficos ou não e dos paramentos maçônicos¹⁴⁵.

Como se vê, temas meramente administrativos ou de comportamento... E já começa a preparar o espírito para uma instituição bem menor, pelo menos em termos quantitativos, no futuro, quando afirma que em toda a história da Europa Ocidental tem demonstrado que as instituições não se expandem indefinidamente. O ciclo vital das instituições seria: nascimento (1717 na maçonaria), florescimento e decadência (tempos atuais) ...

b) Yasha Beresiner

Apresentam-se agora os comentários do meu amigo Yasha Beresiner¹⁴⁶. Elogia o trabalho pela importância e fascinante temática. Faz, entretanto uma pergunta: se a Loja de Pesquisa é o fórum mais apropriado para a discussão deste assunto? Somos uma Loja de Pesquisas e qualquer comentário nos trabalhos será visto como recomendação, no máximo, ou como uma crítica, no mínimo. Salaria que o intento da Loja não é de recomendar nem criticar por não ser sua função (p.146).

Não obstante e considerando o aspecto educacional do que foi dito, ele gostaria de aprofundar três assuntos referentes às Lojas inglesas em geral e as londrinas em particular:

- o conceito de preceptor da Loja de Instrução (LDI). Tem-se aqui uma compreensiva e completa rede, com ênfase na área de Londres, para a educação dos irmãos em cada loja. O sistema LDI é muito bem desenvolvido na Inglaterra menos o de Preceptores (professores) que foram infelizmente negligenciados. Talvez uma gestão melhor deste item faltante pudesse ajudar, e muito, na disseminação de informação e educação dos irmãos individuais;

¹⁴⁵ Quanto aos paramentos maçônicos cita um artigo publicado no *The Times* de 4 de setembro de 2000 intitulado: "Os Maçons Atacam a Obsessão dos Paramentos".(Qualquer semelhança com o Brasil é mera coincidência!).

¹⁴⁶ É um dos mais famosos e respeitáveis historiadores maçônicos. Past Master da Quatuor Coronati em 1997/8. Nasceu na Turquia em 1940. Educou-se nas escolas públicas inglesas; formou-se em advocacia pela Hebraica de Jerusalém, onde serviu no regimento de paraquedistas (em 1963 casou-se com seu sargento! [feminina]). Tem uma extensa carreira maçônica, escreveu diversos livros e centenas de artigos sobre maçonaria. Escreve regularmente na *Freemasonry Today*, a revista oficial da GLUI.

- avanços nos primeiros três graus. Diferentemente dos irmãos em muitos países europeus, um aprendiz (1º grau) necessita fazer nada mais do que aprender um conjunto de respostas de poucas questões no sentido de ser aclamado por ter respondido bem as perguntas. Dando ao novo irmão admitido um pouco mais de crédito e iniciativa, permitindo-lhe preparar seus próprios comentários e expressões antes de propor-lhe novos compromissos;
- tempo de nossas reuniões. Muitas lojas desencorajam o comparecimento dos irmãos e o recrutamento de novos jovens membros, começando as reuniões da tarde muito cedo desnecessariamente, principalmente em Londres.

Yasha aqui fica, a nosso ver, na periferia operacional do problema do declínio e das evasões.

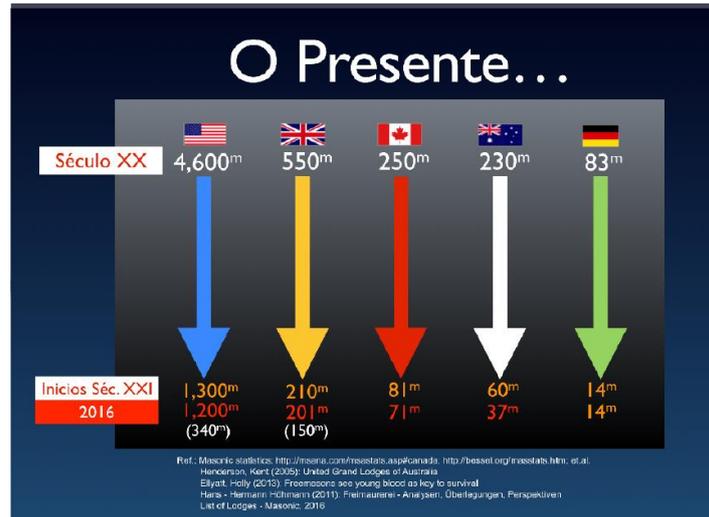
Vários outros Irmãos da AQC fizeram suas intervenções, mas sempre seguiram o mesmo ramerrão operacional.

2.1.5. Conclusão do Autor sobre este Item

Apesar de se encontrar poucas análises públicas que aprofundem o fenômeno do declínio numérico, isto não quer dizer que haja uma pequena consideração sobre o assunto. Em 5 de junho de 2014, o Duque de Kent, Grão-Mestre da GLUI soltou uma nota na prestigiosa revista *Freemasonry Today* explicando porque o recrutamento e a retenção dever ser a obrigação de todos independente de posição na Ordem. “Se você for indicado para ou promovido em altos cargos, eu gostaria de enfatizar que duas de nossas tarefas básicas são o recrutamento e a retenção”¹⁴⁷. Informa ainda que as pesquisas realizadas pelo *Membership Focus Group*, que trata do assunto, e presidida pelo presidente do Comitê de Propósitos Gerais, são de suma importância. Avisa que é inaceitável a alta taxa de evasão nos três graus simbólicos e durante os primeiros dez anos. Relata ainda que o propósito do *Membership* é analisar as estatísticas e fazer propostas para estancar a perda de membros.

Os dados brutos atuais mostram um verdadeiro tsunami de declínio nos países de língua inglesa como se pode observar pelo quadro abaixo:

¹⁴⁷ Disponibilizado em <http://www.freemasonrytoday.com/ugle-sgc/ugle/hrh-the-duke-of-kent-on-the-importance-recruitment-and-retention>. Acesso: 22/07/2017.



Fonte: List of Lodges 2016

Os EUA tinham em meados do século passado algo em torno de 4,6 milhões de maçons. Caíram para 1,3 milhão e caminham rapidamente para 1,2 milhão. O *Masonic Service Association* dos EUA apresenta o quadro analítico dos maçons norte-americanos desde 1924.

YEAR	U.S. TOTAL	YEAR	U.S. TOTAL	YEAR	U.S. TOTAL
1924	3,077,161	1955	4,009,925	1986	2,839,962
1925	3,157,566	1956	4,053,323	1987	2,763,828
1926	3,218,375	1957	4,085,676	1988	2,682,537
1927	3,267,241	1958	4,099,928	1989	2,608,935
1928	3,295,872	1959**	4,103,161	1990	2,531,643
1929	3,295,125	1960	4,099,219	1991	2,452,676
1930	3,279,778	1961	4,086,499	1992	2,371,863
1931	3,216,307	1962	4,063,563	1993	2,293,949
1932	3,069,645	1963	4,034,020	1994	2,225,611
1933	2,901,758	1964	4,005,605	1995	2,153,316
1934	2,760,451	1965	3,987,690	1996	2,089,578
1935	2,659,218	1966	3,948,193	1997	2,021,909
1936	2,591,309	1967	3,910,509	1998	1,967,208
1937	2,549,772	1968	3,868,854	1999	1,902,588
1938	2,514,595	1969	3,817,846	2000	1,841,169
1939	2,482,291	1970	3,763,213	2001	1,774,200
1940	2,457,263	1971	3,718,718	2002	1,727,505
1941	2,451,301	1972	3,661,507	2003	1,671,255
1942	2,478,892	1973	3,611,448	2004	1,617,032
1943	2,561,844	1974	3,561,767	2005	1,569,812
1944	2,719,607	1975	3,512,628	2006	1,525,131
1945	2,896,343	1976	3,470,980	2007	1,483,449
1946	3,097,713	1977	3,418,844	2008	1,444,823
1947	3,281,371	1978	3,360,409	2009	1,404,059
1948	3,426,155	1979	3,304,334	2010	1,373,453
1949	3,545,757	1980	3,251,528	2011	1,336,503
1950	3,644,634	1981	3,188,175	2012	1,306,539
1951	3,726,744	1982	3,121,746	2013	1,246,241
1952	3,808,364	1983	3,060,242	2014	1,211,183
1953	3,893,530	1984	2,992,389	2015*	1,161,253
1954	3,964,118	1985	2,914,421		

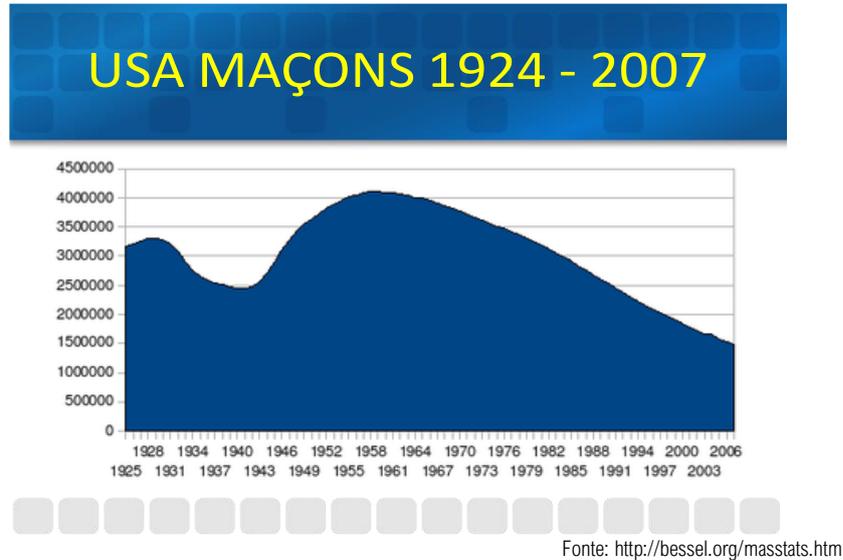
NOTE: * Indicates lowest point

** Indicates highest total

Fonte: http://www.msana.com/masstats_02to03.asp

O ponto alto foi o ano de 1959 quando atingiram o número de 4,1 milhão de maçons e o mais baixo se apresenta no último ano analisado 2015 com 1,16 milhão de maçons.

A visão em gráfico seria a seguinte:



O quadro abaixo apresenta o percentual de maçons em relação à população dos EUA, confirmando a regra:

Masonic Population Vs. US Population 1930 - 2000

YEAR OF CENSUS	US POPULATION	US MASONS	% OF POP. MASONS
1930	123,202,264	3,216,307	2.66%
1940	132,164,569	2,457,263	1.86%
1950	151,325,798	3,644,634	2.41%
1960	179,323,175	4,099,219	2.29%
1970	203,302,031	3,763,213	1.85%
1980	226,542,199	3,251,528	1.44%
1990	248,709,873	2,531,643	1.02%
2000	281,421,906	1,841,169	0.65%

Figures From US Census Bureau & Masonic Service Association Of North America

© 2005 Stephen A. Dafoe

Fonte: <http://freemasoninformation.com/2009/06/there%E2%80%99s-a-hole-in-our-bucket/>

Se o quadro é negro, os diagnósticos sobre as causas do fenômeno deixam a desejar por serem, com raras exceções, superficiais e ingênuas. As explicações e diagnósticos dos franceses, por exemplo, como se verá no próximo item, são bem mais sofisticadas e profundas.

3. Europa, especialmente a França

O diagnóstico do continente europeu vai-se ater aos franceses que possuem uma visão bem mais sofisticada do que os ingleses em explicar o declínio da maçonaria como se verá a seguir. Serão comentados os livros e artigos dos seguintes Irmãos:

- Albert Lantoine: *Finis Latomorum? La Fin des Franc-Maçons?* (1950);
- Jean Bénédic: *Fin de la Maçonnerie?* (2001);
- Alain Bauer: *Le Crépuscule des Frères: La Fin de la Franc-maçonnerie?* (2005) e
- Alain Guyard: *La Fin de la Franc-maçonnerie* (2003).

Deixa-se o livro de Alain Guyard para o fim deste capítulo por apresentar uma visão mais sistematizada sobre a crise da maçonaria, fruto, segundo ele, de uma crise civilizacional. Sua visão abrangente, pode-se não concordar com ela, apresenta observações heterodoxas do fenômeno das evasões maçônicas e suas causas.

3.1. *Finis Latomorum? La Fin des Franc-Maçons (Finis Latomorum? O Fim dos Maçons)* de Albert Lantoine¹⁴⁸

Este pequeno livro (opúsculo) publicado há mais de 50 anos é hoje uma raridade (o meu custou quase 250 dólares) apresentava uma radiografia da maçonaria que se tornou comum nos dias de hoje. Lantoine, aristocrático como sempre, fazia uma descrição dos principais problemas da maçonaria, já no seu índice, tais como: a política, a propaganda, a decadência, o remédio, a inutilidade das obediências francesas, as relações internacionais, a ortodoxia dos trabalhos, a utilidade passada das obediências francesas, a falência das obediências francesas, da independência das lojas, frivolidades dos ritos e a conclusão.

¹⁴⁸ Nasceu em Arras (1869-1949) na mesma casa de Robespierre. Escritor maçom e ensaísta francês. Venerável mestre da Loja Jerusalém Escocesa, historiador oficial renomado da Grande Loja da França, membro do Conselho Federal da GLF, bibliotecário do Supremo Conselho do REAA, membro ativo da Loja no. 4 do "Droit Humain". Defendeu o comportamento político do maçom como liberal e tolerante. Combateu a política "impura" e, a seu ver, a decadência da maçonaria se devia à "propaganda" e ao "enfeudamento" ao regime político da IIIª República. O remédio seria a supressão da centralização das lojas. Amigo de Oswald Wirth. Escreveu o monumental História da Franco-Maçonaria Francesa, Hiram Coroado de Espinhos, Carta ao Soberano Pontífice e o *Finis Latomorum* é o seu livro póstumo. Tinha uma visão aristocrática da maçonaria. O fim de Lantoine foi triste. De uma família rica, ficou pobre com a invasão alemã da França. Os alemães pilharam seus documentos, coleções e biblioteca. Tentou suicidar-se em 1948 se atirando no Sena. (Prefácio de Daniel Ligou in LANTOINE, 1981).

Em termos históricos, constata que a maçonaria na França já nasceu subversiva:

“quando muitos de seus altos dignitários vieram implantar a Ordem no nosso país e enriquecer seu próprio quadro de matrículas das lojas que eles criaram, não podiam ignorar que toda Sociedade – seja qual fosse, salvo a Academia [francesa] – estava interdita no Reino [de França]. Esta nova Sociedade, que além do mais tinha a pretensão de ser secreta, se encontrava pela sua própria existência – e com a cumplicidade da Inglaterra – a se insurgir contra o rei” (LANTOINE, 1950, p. 19).

Ao analisar a ambiência na formação e consolidação da maçonaria na França não deixa de alertar:

“dado que a Maçonaria francesa não pode abstrair a ambiência, que sua vida, tolerada e não oficialmente reconhecida, depende do humor sempre instável dos governantes, ela sofre desta tutela larvar” (p. 20).

Destaca o papel estratégico do liberalismo, como ideologia da Ordem:

“destaque essencial: o liberalismo não desmente o conceito de tolerância imposto pela Bíblia da Ordem; ele não é o monopólio de um partido. Todos os fervores políticos fraternizam sobre as ‘colunas’ do Templo: imperialistas, monarquistas, republicanos, todos deixam no vestiário suas opiniões respectivas” (p. 21).

Constata que no tocante à propaganda ela enriquece materialmente a maçonaria, mas a empobrece moralmente (p.28). Como desvio da fraternidade denuncia a vulgarização da Ordem. Exemplifica com o sinal de socorro que deveria ser destinado, sobretudo em caso de guerra, a provocar a generosidade do maçom inimigo e que somente os mestres teriam seu conhecimento (p.31).

Como sinal de seu aristocratismo faz um símile da maçonaria com o catolicismo. Citando São Francisco de Sales que sentia saudades do tempo do cristianismo antigo: “quando os cálices eram de madeira, os sacerdotes eram de ouro”. Neste tempo a Igreja contava com fiéis; hoje, com partidários. Ela também, a Igreja, conheceu a deserção das elites. Somente se encontrará a Palavra Perdida nas “obscuras claridades” das Catacumbas (p. 33).

Não chama a maçonaria de sociedade secreta nem de discreta, mas sim fechada (a maçonaria não é secreta, a não ser pelo seu comportamento interior) (p. 37).

Diz com todas as letras que “com o advento do regime republicano de 1871 começa a decadência da Maçonaria francesa” (p. 38). Esta decadência se acentuará na medida em que a demagogia triunfa sobre a democracia.

Não deixa de reconhecer, contudo, o papel que a maçonaria exerceu no tocante a abolição do clericalismo, ou seja, a influência do Clero nos assuntos de Estado (p. 82). Este papel ativo, contudo, que as circunstâncias a obrigaram a tomar, acabou. Ela não está mais na ordem do dia, e, sem ser cruel, ela não conta mais (p. 83). Conclui dizendo que:

o remédio que nos preconizamos tem uma decadência indiscutível – provocado depois de anos pelo comportamento lamentável da parte da Ordem e recentemente pelo desânimo que tem causado a certos irmãos os tormentos de toda sorte que tem valido quatro anos de ocupação alemã – será possível substituir a Maçonaria na estima das elites? (p. 97).

A visão de Lantoine tem a ver mais como uma profecia *avant la lettre* do que como uma análise sociológica mais aprofundada das causas da decadência da maçonaria.

3.2. Fin de la Maçonnerie? (Fim da Maçonaria?) de Jean Bénédict¹⁴⁹

Jean Bénédict, no seu artigo, começa afirmando que faz mais de 50 anos que Albert Lantoine, de maneira profética, dizia que o papel ativo da maçonaria que as circunstâncias a obrigava a tomar, terminou. Ela não está mais na ordem do dia e, sendo cruel, ela não conta mais. Os partidos políticos não necessitam mais dela. Eles a consideram mesmo com humor indulgente que nós testemunhamos ao lado dos velhinhos que se obstinam em entender que sua hora passou (LANTOINE, p. 83).

Aquilo que era restrito a segmentos da elite maçônica, parece que hoje é partilhado pelo grande público. Mais de cinquenta anos depois e, sobretudo, no mundo maçônico, os gritos de alarme se fazem ouvir exprimindo as inquietudes. As evasões, principalmente no mundo anglo-saxão, são alarmantes. Na Alemanha e na Suíça, apesar de não ser tão profunda quanto nos países de língua inglesa, é preocupante.

A maçonaria opera em dois domínios: i) o trabalho do indivíduo sobre ele mesmo e ii) sua ação sobre o mundo. Aqui se instala a dicotomia fundamental. Dependendo da ênfase que se dê a cada um desses domínios, seguirá um comportamento diametralmente oposto, seja no que concerne ao indivíduo, à loja ou à Obediência. Se si prioriza o indivíduo, com o risco de parecer egoísta, o maçom se fecha à sociedade. Não se coloca em dúvida o trabalho individual, mas a presença do maçom no mundo está em crise, no tocante aos valores sociais da maçonaria, de sua cultura em relação à sociedade civil. Cada vez menos pessoas se interessam sobre o que ela tem a dizer.

¹⁴⁹ Nascido em 1928, estudou nos Estados Unidos, Alemanha e Suíça. Foi iniciado em 1973 na Loja Liberdade, de Lausanne, ligada à Grande Loja Suíça Alpina - GLSA, onde ocupou diversos postos até chegar ao veneralato. Jean Bénédict é autor de diversos artigos e trabalhos de erudição, publicados na Revue Alpina. Membro fundador e presidente de honra do Grupo de Pesquisa Alpina – GPA, criado em 1985 em Berna, reconhecido pela GLSA em 2002. O GPA edita a revista Masonica.

Duas são as causas desta falta de importância atual apontadas pelo maçom Arved Hübler (2001, pp. 41-46):

- A primeira reside no perfil intelectual dos Irmãos: no nascimento da Maçonaria especulativa, contavam-se inúmeros maçons entre os grandes espíritos da época, engajados em ação social, intelectual e política. Desde a metade do século XIX, as lojas se tornaram clubes (tipo Rotary, Lions, etc.) onde se busca, sobretudo, as honrarias. Tornou-se assim o lugar de encontro da pequena burguesia. Os políticos, os artistas e executivos da economia brilham pela sua ausência. Se o caráter da igualdade é agradavelmente reforçado, perde-se a antiga natureza elitista da Ordem;
- A segunda é relativa ao caráter humanitário da maçonaria que é doravante realizado. Um Irmão, fundador da maçonaria especulativa que, por milagre, observasse nossa sociedade, constataria que os valores pelos quais ele lutava, entraram largamente nos costumes da sociedade: os Direitos do Homem, a igualdade de direitos, o desenvolvimento da personalidade, a democracia, etc. ficaram banalizados, mesmo que existam ainda algumas lacunas. O problema teórico e intelectual foi resolvido, assim a maçonaria humanitária tornou-se supérflua. Sem dúvida existe muito ainda a fazer, mas os problemas práticos são agora objeto de organismos profanos institucionais: a assistência social, o seguro saúde, pensão vitalícia, a Anistia Internacional, os Médicos sem Fronteiras, os partidos políticos, os “pastores”, etc.

Assim uma “plataforma” maçônica fundada sobre os valores do Iluminismo (vide Anexo I) tornou-se supérflua, visto que os políticos têm tido largamente a ocasião de os defender contra os detentores do poder: político, religioso e feudal.

Continua a questão crucial de saber se o fim, nobre e exigente, de portar a herança das Luzes no meio pequeno-burguês (respeito pela democracia e pelo próximo, as obras caritativas, a fraternidade e outros ideais maçônicos) podem ser alcançados pela Ordem. Parece que não, visto que nem nossos meios de comunicação nem nossos temas de estudos não podem agir sobre o mundo profano como um todo, nem em extensão, nem em profundidade.

Finalmente a maçonaria se resume numa associação – nostálgica – para a conservação da tradição, justamente capaz de aumentar o ego de algumas pessoas sem lustre e motivos para se fantasiarem com os aventais e alfaias maçônicos, um pouco como os grupos folclóricos. Assim o movimento maçônico será alçado ao último estágio de seu desenvolvimento, visto que as questões modernas da atualidade não são mais suscetíveis de encontrar uma resposta adulta, nem na terminologia nem numa pretensa filosofia maçônica.

Hübler cita ainda a técnica genética, a invasão da informação pela Internet, a globalização que destrói as particularidades culturais regionais e tantos outros temas que ficam sem resposta. Todas estas questões não encontram mais solução através de uma concepção clássica, esclarecida e humanitária do mundo e do homem (p.16).

Na medida em que o contexto muda, torna-se imperativo reformular as ideias e os conceitos, o que poucos ousam fazer e isto se traduz num conservantismo esclerosado. Bem ao contrário, segundo Hübler, convém reativar o impacto do ritual e do simbolismo a fim de encontrar a verdade aplicável à época presente, graças aos ensinamentos dos Antigos. Hübler concorda com Lantoinne que a maçonaria deve retomar sua “força e vigor” pois, ela tinha um magnífico instrumento intelectual e moral no passado para analisar o mundo e o homem. Não se deve cair no sentimentalismo tão frequente nas lojas atuais e que é um fator de fraqueza.

Hübler não propõe em definitivo uma tomada de consciência que envolva uma nova formulação de nossas ideias, adaptada à nossa época. Pode-se esperar algo de novo nesta seara?

Se a famosa profecia de Malraux – o século XXI será aquele da espiritualidade – se realizar, não nos restará mais que apertar os parafusos, ou seja, contar unicamente com a qualidade em detrimento da quantidade. Lá também nada de novo sob o sol: tem-se falado frequentemente sobre as condições úteis e necessárias para as Lojas simbólicas, e somente elas, asseguram a perenidade de nossos processos iniciáticos e de nossos ideais. Nada mudou; nada mudará. A iniciação é extratemporal e universal. Finis Latomorum? NÃO.

3.3. Le Crépuscule des Frères – La Fin de la Franc-Maçonnerie? (O Crepúsculo dos Irmãos – O Fim da Maçonaria) de Alain Bauer¹⁵⁰

BAUER gasta metade do seu livro descrevendo a gênese da maçonaria inglesa, a saga do Grande Oriente da França – GOF, no qual foi Grão-Mestre, os conflitos entre a maçonaria inglesa e francesa.

¹⁵⁰ Nascido em 1962, descendente de família judaica perseguida nos pogroms da Europa Oriental. Filiado desde os 15 anos ao Partido Socialista. Professor de criminologia aplicada na Sorbonne, na Escola de Oficiais da Gendarmeria Nacional, no Conservatório Nacional de Artes e Ofícios e consultor em segurança. Autor de uns 30 livros sobre maçonaria e uns 40 sobre criminologia. Foi consultor de segurança e de terrorismo. Foi Conselheiro da Ordem – GODF, e adjunto de Grão-Mestre Philippe Guglielmi de 1996 a 1999, e posteriormente Grão-Mestre do Grande Oriente da França – GODF de 2000 a 2003. Demitiu-se de todas as suas responsabilidades no GODF em 2005. Comendador da Légion d'honneur, Oficial da Ordem Nacional do Mérito, Comendador das Artes e Letras.

Constata que entre as duas guerras a maçonaria sofreu uma crise mundial (BAUER, p.71). De seis ou sete milhões de irmãos e algumas irmãs recenseados entre os anos 40-50, dos quais 4 milhões nos EUA e quase um milhão na Inglaterra, restam hoje algo em torno de 1 milhão. Nos EUA, uma boa parte paga uma quantia maior e ficam como membros por toda a vida, apesar de não mais frequentar a loja. Na Inglaterra, um irmão médio coloca os pés na loja cinco ou seis vezes por ano, no melhor dos casos, duas vezes ou menos para participar de banquetes...

Na França, a situação é um pouco melhor, pois existem (2005) algo em torno de 140.000 irmãos e irmãs e as iniciações continuam estáveis. Contudo, quantitativamente, a maçonaria desaparece pouco a pouco, vítima da sua incapacidade de se renovar no mundo anglo-saxônico. Mas na Europa, o espaço maçônico liberal, adogmático, laico, não consegue sempre compensar as perdas e a representação no mundo asiático é ínfima (p.73). Ilhas subsistem nos países francófonos e sinais encorajadores existem na América do Sul. A África continua gangrenada pela corrupção, malgrado alguns sinais alentadores nas elites estatais, parar encontrar a mensagem original.

Discute, em seguida, o conceito inglês da regularidade (*regularity*) que é causa de conflito entre a maçonaria francesa e anglo-saxônica. Regularidade, irregularidade, reconhecimento, clandestinidade, etc. são conceitos que os maçons adoram discutir. O conflito inglês-francês culmina em 1877 quando a Grande Loja Unida da Inglaterra (GLUI) declara irregular o Grande Oriente de França (GOF). Em 1929 a GLUI publica seus princípios de reconhecimento das obediências estrangeiras em número de oito. Em 1913 se cria a Grande Loja Nacional Francesa (GLNF) que recebe o reconhecimento de Londres. Fica então consolidada uma linha de divisão entre duas maçonarias: a regular anglo-saxônica e a continental, latina e de influência francesa. É a primeira que, por todo o mundo, está moribunda, pois toda maçonaria que segue seu exemplo compartilha sua sorte. A tal ponto que doravante, tanto na Inglaterra quanto nos EUA, os francos maçons inteligentes e sinceros dirigem suas vistas para a velha Europa no intuito de reexaminar um outro modelo maçônico: o modelo francês (p. 83).

Caracteriza então o modelo francês dando um bosquejo sobre o mesmo. Diz-se frequentemente que a característica da maçonaria anglo-saxã é o seu apego aos princípios religiosos e que o trabalho das lojas parece como uma capela interconfessional. É um pouco verdade. Mas se justamente na Inglaterra as Igrejas se esvaziam numa grande velocidade, por que as lojas ficariam abarrotadas? Os maçons ingleses estão passando mais tempo nos *pubs* do que nas lojas. Os maçons ingleses que visitam a França dizem que as lojas se esvaziam é porque os quarentões que querem

mudar de ideia e esquecer o estresse do trabalho e da vida cotidiana podem ir ao teatro ou ao cinema que são bem mais baratos do que a maçonaria. Outros invocam a organização arcaica, opaca, autocrática e rígida de uma Grande Loja da qual nada, ou quase, não passa por eleição e um Grão-mestre vitalício nomeia durante décadas os principais responsáveis. Tanto isto é verdade a “Grande Loja-Mãe”, como ela gosta de ser chamada, sofreu uma cisão. Certamente que a Grande Loja Regular da Inglaterra (<http://www.rgle.org.uk/RGLE.htm>), ainda minúscula, e talvez não sobreviva. Pouco importa: é a primeira vez que tal acontecimento se produz desde 1823... (p. 86).

Sabe-se que a referência pública e cotidiana aos princípios religiosos é um traço cultural inglês e não necessariamente uma profissão de fé, não se sabe por que os maçons ingleses, filhos de uma nação que contou com inúmeros filósofos de renome e de sábios muitas vezes iconoclastas (de Locke a Darwin) recusam-se a debater as grandes questões da condição humana. Jamais se discutiu isso em lojas, mas eles talvez estejam se preparando para isso.

A maçonaria francesa poderia agora desistir de seus princípios? Na França, a maçonaria está engajada numa luta de liberação dos indivíduos. Pioneira da democracia interna, do sufrágio universal, da abolição da escravidão, das liberdades individuais e públicas, de uma justiça equitativa, do direito de escolha para as mulheres, das leis sociais, da liberdade de opinião ou associação, da laicidade, do direito de morrer com dignidade, da liberdade de pesquisa, etc., a maçonaria conseguiu, depois de três séculos, influenciar o progresso das sociedades. Ainda resta muito a fazer, as obediências maçônicas não conseguiram ainda se reformar para agir verdadeiramente, tanto no concerto europeu e muito menos no mundial.

Esta dificuldade de apreender o universal, apesar de que a maçonaria, pelo seu caráter único da iniciação, é a primeira sociedade globalizada da história, constitui a principal ameaça para o futuro da Ordem (p. 87).

A maçonaria francesa, coetânea das Luzes, liquidada sob o Terror, maçonaria de Estado sobre o Império, construtora dos valores da República em 1848 e, de suas instituições depois de 1871, dizimada durante a colaboração, se fez cada vez mais discreta durante longo tempo. Neste início de milênio, a maçonaria na França e no mundo está dividida, dispersa, em plena crise moral e de estruturas (p. 89).

Quanto ao desafio cultural da maçonaria francesa, convém salientar que cada século tem sua maçonaria. No século XVIII ela foi povoada de grandes aristocratas e depois dos bons burgueses. Foi

no seu seio que todos se esforçaram para criar uma nova sociabilidade¹⁵¹ até então inusitada, de remover barreiras numa sociedade ainda prejudicada pelos interditos de castas, de opiniões e de crenças. E por que ela foi um dos espaços emblemáticos de realização desta necessidade coletiva, então sentida pela sociedade europeia, que a maçonaria foi tão brilhante, tão criativa, e por vezes tão temida no século das Luzes (p. 134).

Após a Revolução, na qual ela foi uma das causas involuntárias e paradoxalmente das primeiras vítimas, exposta à hostilidade dos governos autoritários e de uma intolerância religiosa, ela tornou-se o cadinho natural de um combate que durou quase um século, para o estabelecimento da República e da construção de um Estado laico.

Enfim, nas convulsões políticas e guerreiras do começo do século XIX, durante quarenta ou cinquenta anos, ela foi sob muitos aspectos, o último baluarte de certos valores essenciais, como a liberdade de pensamento e o respeito da dignidade humana. Eis a razão do porque em 1940, pela primeira vez de sua história, tentou-se erradicá-la. Ela não conseguiu se levantar completamente desta queda de 1940.

Visto isso, surge a pergunta: a que serve hoje a maçonaria? Qual é no presente seu vetor cultural, suscetível de substituir a dinâmica das Luzes que ela carregava há três séculos, ou aquele ideal republicano e laico há cem anos?

Parece que os mais brilhantes espíritos de nossa época não são mais tentados à pertencer à maçonaria, que apaixonava no passado, e hoje o que se vê são membros de classe média acomodados. Assim, pois a maçonaria deve urgentemente reinvestir no campo cultural, reestruturando e revivendo o debate nas suas lojas, renovando sua temática e fazendo enfim um compartilhamento do fruto de seu trabalho à todos aqueles que a reflexão apaixonava e que se interrogam, mesmo fora das lojas.

A literatura maçônica, ou aquilo que assim se chama, é, no mais das vezes, duma mediocridade e duma pobreza aflitiva. Nas livrarias, os livros maçônicos são encontrados juntos daqueles que falam sobre tarô, OVNI, parapsicologia e ela não deveria merecer uma sorte melhor? (p. 141). Existe um público ávido de saber coisas sérias sobre a maçonaria. Depois de 30 anos na França enquanto que as igrejas estão desertas e os seminários vazios, as lojas ainda se mantêm com certo *élan*.

¹⁵¹ O conceito de sociabilidade tem sido muito utilizado nos trabalhos acadêmicos sobre maçonaria desde a publicação do livro seminal de AGULHON, Maurice. *Pénitents et Francs-Maçons de l'Ancienne Provence*. Paris, Fayard, 1968. NA.

Os maçons franceses de hoje tentam realizar um velho sonho de inspiração cristã que a maçonaria carregou depois do começo do século XVIII e que se formula assim: “*O outro é meu irmão*”.

Resta dizer que a vitória histórica da maçonaria contra o ultramontanismo e a intolerância católica do século XIX não foi uma vitória doutrinal e muito menos política, mas antes de tudo uma vitória cultural e ética. Face a todas estas aflições, angústias e desafios de nosso tempo, que se impõem a cada um de nós, se a maçonaria não souber elaborar um projeto cultural não terá vida muito longa.

3.4. La Fin de la Franc-maçonnerie (O Fim da Maçonaria) de Alain Guyard¹⁵²

Guyard (2003) apresenta a sua *Weltanschauung* maçônica e dos problemas da maçonaria no livro acima mencionado. Convém aqui estender um pouco mais os comentários e transcrições pela visão filosófica (não é preciso concordar com ela) e original de Guyard. É composto das seguintes partes: i) introdução; ii) maçonaria burguesa; iii) maçonaria fundamentalista; e iv) maçonaria a golpe de martelo.

3.4.1. Introdução

Começa dando o seu recado: “a burguesia conhece hoje uma extensão planetária de seus valores, e os sinais precursores de sua asfixia; e como a maçonaria foi a matriz na qual a burguesia tomou consciência de sua existência, a maçonaria entra hoje por sua vez em agonia” (Guyard, 2003). Que diferença com a visão anglo-saxônica, não só por ser de *gauche*, mas por apresentar a crise maçônica dentro da crise da civilização moderna. A maçonaria que apresentou no início da burguesia em ascensão uma proposta reformista religiosa e política e, em alguns casos, até mesmo revolucionária, hoje se encontra amortecida e dopada, pois, esta sendo superada pela crise da mundialização (os franceses não gostam do termo globalização, pois o consideram anglo-saxão).

Não se deve então se assustar com os escândalos¹⁵³ que regularmente respingam na Venerável Ordem, principalmente os de corrupção. Os escândalos maçônicos seriam o espelho no

¹⁵² Filósofo francês nascido em 1966. Após seus estudos de filosofia e de pesquisas consagrados ao imaginário no centro Bachelard de Dijon, Glasgow e Mayence, estudou no Centre national de la recherche scientifique (CNRS). Escreveu em 1990 uma tese consagrada à alquimia, intitulada *Résurgence de l'imagination magico-religieuse chez Bachelard ou Bachelard le passeur d'Hermès*. É também autor de peças teatrais. Conhecido também sob o nome literário de Alain-René Königstein, de René Witzhard, de Un Académicien sans académie e de Lazare Vilain. Disponível em https://fr.wikipedia.org/wiki/Alain_Guyard. Acesso: 23/07/2017.

¹⁵³ Escândalos de corrupção pululavam na maçonaria franceses nos últimos anos.NA.

qual a filosofia liberal pode e deve contemplar seus próprios limites (p.10). Para fugir à esta extinção da maçonaria liberal na Europa e, principalmente na França, boa parte dos maçons buscam retornar a um estado de civilização escoimado pela revolução da modernidade. Refugiam-se no tradicionalismo – muitas vezes fundamentalista – se imaginando estar ao abrigo das mutações bruscas do tempo presente. Guyard apresenta assim um quadro quantitativo em 2003: 60.000 maçons franceses nas Obediências liberais contrapondo-os aos 30.000 das Obediências dogmáticas que querem promover um retorno à metafísica tradicional nos assuntos religiosos através da defesa de Cristo e de seus emissários (p.11). Negam o conflito capital x trabalho, reforçam a política de identidade nacional e negam algumas conquistas da Revolução Francesa.

Os dois paradigmas dominantes na maçonaria – burguesismo (liberalismo) e fundamentalismo – são os signos precursores que abalam a maçonaria e a sociedade em geral. Passa a analisar então estes dois paradigmas e uma terceira saída para que ela não faleça.

3.4.2. Maçonaria Burguesa

3.4.2.1. A Maçonaria Filha e Serva da Burguesia

Segundo Guyard a maçonaria nasceu nas convulsões de um século que viu a aristocracia ser despojada de seu poder por uma burguesia nascente, que buscava criar e estabelecer um espaço privado (Habermas, 1984). Descreve a maçonaria moderna nascendo nos subúrbios londrinos, composta de aventureiros. As lojas se tornam o espaço onde se balbuciam os novos sonhos, banhados por uma nova sociabilidade. Pequenos comerciantes, vendedores de estofados, mercadores de madeiras, curas embriagados pelas efusões sentimentais de Rousseau, aristocratas convivendo com plebeus, novos ricos, sem sangue azul, ávidos de encontrar um espaço, e protetores, aventureiros da bolsa de valores e agentes de câmbio (p. 22). Não queriam mais ter um direito recebido do alto em filiação direta com Deus e sob controle episcopal do sagrado, mas vindo de baixo, deles mesmo. Buscando valores mais igualitários, começaram a sonhar com a sua nova soberania que demitisse a antiga, a milenária, soberania de Deus. Eis que o direito de propriedade substitui aquele de Deus. Compreende-se, pois que, desde a declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, a propriedade torna-se um *direito inalienável e sagrado*. A propriedade coloca bolas pretas para a divindade. “Hosannah, Hosannah! Existe somente a Propriedade, e o Burguês é o seu Profeta” (Habermas, 1984, p. 22).

A Loja será o espaço que servirá para esta substituição dos valores do *Ancien Régime* para os novos valores burgueses. Mimando a aristocracia e a nobreza de toga e beca, substituindo a missa por uma bricolagem dos rituais, deixando livre curso para a fantasia, os burgueses faziam a experiência subjetiva da dessacralização das ferramentas simbólicas pelo qual o regime feudal, aristocrático e religioso, teatralizava seu poder real sobre a sociedade. Estava em marcha a desconstrução do *sagrado institucional*. A dessacralização do sagrado não se pode fazer senão substituindo os ritos, nos quais a fonte é considerada como divina e imemoriável (missa dominical, sagração do Rei, festas votivas nas áreas rurais, etc.), por um outro sagrado de substituição, feito por homens, ao sabor de suas fantasias e de sua vontade histórica, humana e relativa. A nova imaginação não tem limites: rituais de um novo gênero que consagram um Inspetor Geral do Templo de Salomão; Grande Sacerdote de Zorobabel; sublime Príncipe do Segredo Real, e outros gracejos do mesmo porte. Hoje em dia isto não causa mais escândalo, mas na época era revolucionário...

3.4.2.2. O Nihilismo dos Valores Liberais

A maçonaria começou alardeando os valores da burguesia, que estão consubstanciados no liberalismo – político, filosófico, religioso, econômico – buscando com isso substituir os valores do *Ancien Régime*. Contudo o que se assistiu historicamente não foi a substituição dos velhos pelos novos valores, mas uma erosão dos valores antigos, sem serem substituídos por novos valores. A sociedade tradicional era fortemente cimentada em torno das pedras angulares, que foram primeiramente a de sangue e a de guerra - para segurar o conjunto do corpo social – e secundariamente, o clero – que unia misticamente o corpo de Cristo. *Dieu et mon Droit*. Desse modo, o feudalismo atrelava poderosamente a unidade tradicional do sabre e do aspersório¹⁵⁴, cimentando o conjunto do corpo social (o povo), o corpo político (a nobreza) e o corpo místico (Cristo no meio dos homens graças à Igreja). O liberalismo burguês vai erodir estes três corpos unidos antes na mesma fusão metafísica. O corpo social será dissolvido pelo individualismo egoísta: o povo, como entidade una e indivisível, sob o olhar do Rei e de Deus, foi sendo desconstruído em pequenas unidades de consumo (as famílias) e de produção (as fábricas). O corpo político é dissolvido pela possibilidade de uma reivindicação democrática, mais adaptada à extensão do regime de crescimento. O corpo místico enfim, é dissolvido pela burguesia que sustentará o relativismo moral e a indiferença religiosa. Sob

¹⁵⁴ Aspersório (*latim*: aspergillum; aspergere – aspergir) é um pequeno objeto onde se coloca água benta para o sacerdote aspergir o povo, lugares e objetos a serem abençoados.

este bordão, o teísmo se transforma em deísmo e depois em ateísmo pelo pecado da indiferença (para que serve a religião quando estamos mergulhados nos negócios?) (p. 29).

Assim, a maçonaria que difunde seus *ideais* não o faz de maneira positiva, promovendo os novos valores burgueses e liberais, que deveriam substituir os antigos. Ela dissolve e desloca os valores tradicionais, diminui sua área de influência e reduz seu alcance. A maçonaria não é então uma instituição para a invenção dos valores modernos que deveriam substituir os antigos. Ela é como o liberalismo, uma empresa de aniquilação de valores, de todos os valores, uma desativadora sistemática da operatividade dos valores religiosos, mercantis e políticos tradicionais.

3.4.2.3. O Nihilismo do Liberalismo Político

Carl Smith¹⁵⁵ dizia com razão que não há projeto político do liberalismo, porque o liberalismo tem por projeto o desaparecimento da política (p. 31). A sociedade pré-moderna, tradicional dispõe de uma forte coesão política. A pressão da cidade é tal que, do alto, ela se imbrica na cidade de Deus e busca aperfeiçoar as analogias, e, em baixo, ela organiza com tal cuidado os deveres do homem inscrito na cidade e no cosmos. A entrada na modernidade se faz com uma ruptura cósmica considerável. Maquiavel estuda a política, integrando a possibilidade e mesmo a necessidade de uma contradição entre a moral e o exercício do poder, e, um pouco depois, Montesquieu reclama contrapoderes para refrear o abuso que estão necessariamente no cerne da autoridade. Pouco a pouco, é todo um universo político, harmonioso, coerente e divino que desaparece. Para deixar espaço a quem? Ao indivíduo. Se na pessoa na política tradicional deve se fazer a fusão com um cosmos sacralizado, no mundo moderno, o indivíduo busca, ao contrário, a afirmar com força sua independência e sua vontade contra todas as solidariedades cósmica, religiosa, política ou societal. Por consequência, para responder a esta demanda separatista da parte do indivíduo, a política liberal se ocupa prioritariamente em desemaranhar os liames tecidos sabiamente pela política tradicional (p. 32). O resultado é a dissolução das antigas solidariedades aldeãs, arcaicas, familiares e comunitárias.

¹⁵⁵ Carl Schmitt (1888-1985) foi um jurista, filósofo político e professor universitário alemão. É considerado um dos mais significativos e controversos especialistas em direito constitucional e internacional da Alemanha do século XX. A sua carreira foi manchada pela sua proximidade com o regime nacional-socialista. O seu pensamento foi influenciado, em parte, pela teologia católica, tendo girado em torno das questões do poder, da violência, bem como da materialização dos direitos. Além de direito constitucional e internacional, a sua obra abrange outros campos de estudo, como ciência política, sociologia, teologia, filologia germânica e filosofia. Ademais, da sua produção literária constam não somente textos de natureza jurídica ou política, mas também sátiras, relatos de viagem, investigações em história intelectual e exegeses de textos clássicos da língua alemã. NA.

O indivíduo, esta invenção concluída pela burguesia, logo que ela conquista a posição dominante no século XVIII, é este ser atomizado, mononuclear, se aliando à vontade dos contratos com outros átomos, eles também em queda livre no vácuo do espaço público. Sempre se considerou o contrato como uma invenção política absolutamente nova, do qual vão derivar o mercado e a democracia. Para Guyard o contrato não é uma ruptura com as formas políticas anteriores, mas, ao contrário, uma figura diluída e desbotada do pacto arcaico.

3.4.2.4. O Nihilismo do Liberalismo Econômico

O segundo aniquilamento de valor foi feito no espaço econômico e mercantil. Na sociedade tradicional ocidental, na época medieval, o valor de troca era transbordado em toda parte por um sobrevalor, por uma elevação da despesa e não do ganho. Um dia em cada quatro não se trabalhava. Não para recuperar as forças produtivas esgotadas pelo esforço do trabalho, mas para fazer a festa e consumir os produtos acumulados. A noção do tempo é circular, pois o retorno do sol, das colheitas e do Cristo ressuscitado são periódicos. A sociedade deve retornar a ela mesma, apagando as dívidas e as acumulações. A modernidade apresenta um tempo linear, sem fim, sempre acumulando... Assim o crescimento econômico é uma obrigação em razão da metafísica do tempo sob o qual repousa a modernidade. Neste mundo cristocêntrico, o tempo é circular, as festas e as estações vão e vêm, os deuses ressuscitam e o sol sempre aparece vitorioso na sua luta contra as trevas, no dia seguinte. Eis porque a capitalização financeira e a usura são impossíveis na sociedade tradicional, visto que os deuses lavam cada ano a dívida do mundo. A economia de mercado se encontra nas antípodas desta *estética econômica* (p. 42) e que o capitalismo convertendo homens, coisas e valores em mercadorias, os “horizontaliza”, os transforma em condição do aumento do lucro. Daí, para a devastação ecológica, é um passo.

3.4.2.5. O nihilismo do liberalismo religioso

O terceiro aniquilamento de valor perpetrado pelo liberalismo é o religioso. Na sociedade tradicional a religião aparece como o cimento, o liame que permite, em seguida, que a identidade política possa existir. Por isso a religião estará na linha de tiro do liberalismo. Mas ela não será aqui atacada no plano das ideias que ela veicula, sobre seus dogmas e sua ortodoxia, mas sobre sua função social de amálgama da sociedade. A Igreja sofre assim, contra toda a expectativa, a pulverização e uma sorte de suave e regular implosão de parte do pensamento liberal que não colocará em causa

o sentimento divino, mas recusará que ela tenha tal influência social. A passagem do teísmo, com suas cerimônias maníacas e procedimentais, seus ouros e seus aparatos, ao deísmo, como puro sentimento, íntimo e individual, vem de lá. De Rousseau à Voltaire, passando por Montesquieu, é evidente que a entrada nos tempos modernos, é também o encolhimento de Deus fora da esfera pública e seu entrincheiramento no coração solitário do fiel. Finalmente, o protestantismo não pode ser outra coisa do que o *coitus interruptus* e a retração do pênis divino fora da matriz social e política (p. 44). Assim nasce a laicidade, uma forma da retirada de Deus para fora do ventre da política.

Mas existe uma outra coisa que permitia o religioso e que desapareceu com o liberalismo. No seu tempo, a sociedade tradicional, com seus transes, seus loucos proféticos, seus psicotrópicos e seus carnavais, utilizava a religião para modificar o campo de percepção do profano, permitindo-lhe experimentações dos mundos metafísicos. Quer se trate de fantasmas derivados da ingestão de psicotrópicos derivados do trigo, ou de delírios psicóticos da pobreza substituindo o êxtase aos orgasmos, a realidade fenomenológica é indubitável: o mundo tradicional dos homens está na encruzilhada dos caminhos dos deuses, dos anjos e dos demônios (p. 45). Existe, pois, experiências de dimensões interiores, espirituais, que são constitutivas da natureza humana e que não podem ser encerradas nos limites profanos do entendimento, e que a autoridade eclesiástica organiza e rege a fim de dar sentido e sabor. Isto, o liberalismo não pode entender e, portanto, irá desmontar em duas etapas. Primeiramente ele irá desativar o vigor das experiências extáticas num quadro estritamente ortodoxo. Já se viu como irá agir: convertendo o teísmo em deísmo e o fervor popular coletivo em sentimentalismo íntimo e solitário. Assim a Igreja perde seu poder porque o êxtase se torna raro, pois Deus se retira das multidões e se recolhe no íntimo das pessoas. Segundo, considerando que o apelo extático é constitutivo da natureza humana, o liberalismo irá buscar encantar uma parte do monopólio da Igreja dando assim uma versão do êxtase, e remendando por sua vez uma ciência das alterações de consciência. Serão primeiramente os psicotrópicos profanos, como os *antidepressivos* no qual a polissemia é rica de sentido e que são distribuídos pelo corpo médico para dar aos cidadãos profanos sua microdose de beatitude (p. 46). Serão também enfim as grandes concentrações esportivas, onde o fervor religioso tem por função exaltar as almas até lhes proporcionar um frenesi de insensibilidade à dor e ao gosto do sangue. Culmina tudo isso com o delírio pela velocidade dos jovens automobilistas que morrem dentro destas máquinas de aço de matar lançadas velozmente em vias anônimas, ou seja, a mudança de velocidade é substituída pela mudança de regime ontológico (p. 46).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Belton, J., & Kent, H. (2000). Freemasons – An Endangered Species?. *Ars Quatuor Coronatorum - AQC*, 113, 114-150. Disponível em http://kenthenderson.com.au/m_papers10.html

Thornton, P. (1992). Nine out of ten Freemasons would attack Moscow in Winter. In *Proceedings of the Australian Masonic Research Council Conference* (pp. 27-30). Melbourne.

Arved Hübler, A. (2001). *Die Loge als Oberammergau der Aufklärung, über das Ende der Freimaurerei und was danach kommt*. QC Bayreuth.

Agulhon, M. (1968). *Pénitents et Francs-Maçons de l'Ancienne Provence*. Fayard.

Guyard, A. (2003). *La Fin de la Franc-maçonnerie*. EDIMAF.

Habermas, J. (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Tempo Brasileiro.

Principais obras publicadas:



HINO DA MAÇONARIA

Da luz que de si difunde
Sagrada filosofia!
Surgiu no mundo assombrado
A pura Maçonaria.

Maçons, alerta!
Tende firmeza!
Vingai direitos
Da natureza!

Da razão, parte sublime,
Sacros cultos merecia.
Altos heróis adoraram
A pura Maçonaria.

Maçons, alerta!
Tende firmeza!
Vingai direitos
Da natureza!

Da razão suntuoso templo
Um grande rei erigia,
Foi, então, instituída
A pura Maçonaria.

Maçons, alerta!
Tende firmeza!
Vingai direitos
Da natureza!

Nobres inventos não morrem
Vencem do tempo a porfia
Há de os séculos afrontar
A pura Maçonaria.

Maçons, alerta!
Tende firmeza!
Vingai direitos
Da natureza!



Humanos sacros direitos
Que calcará a tirania
Vai ufana restaurando
A pura Maçonaria.

Maçons, alerta!
Tende firmeza!
Vingai direitos
Da natureza!

Da luz depósito augusto
Recatando a hipocrisia
Guarda em si com zelo santo
A pura Maçonaria.

Maçons, alerta!
Tende firmeza!
Vingai direitos
Da natureza!

Cautelosa, esconde e nega
A profana gente ímpia
Seus mistério majestosos
A pura Maçonaria.

Maçons, alerta!
Tende firmeza!
Vingai direitos
Da natureza!

Do mundo o Grande Arquiteto
Que o mesmo mundo alumia
Propício protege, ampara
A pura Maçonaria!

Maçons, alerta!
Tende firmeza!
Vingai direitos
Da natureza!



Música: D. Pedro I¹⁵⁶.

Letra: Otaviano Bastos

¹⁵⁶ Dom Pedro I, logo depois de proclamar a Independência, além de ser o Imperador também foi Grão-mestre do então Grande Oriente do Brasil. Fez esta música com a letra de Otaviano Bastos em homenagem a Maçonaria Universal. Como maçom era contra a escravatura. Mesmo sendo o imperador não conseguiu aboli-la do Brasil. Isso só aconteceria depois em 1888 com outros maçons.

PARTE 3

Os desafios contemporâneos e as demandas para futuro



*O Papel da Maçonaria na Contemporaneidade: Princípios e Valores Universalistas na Criação de uma Sociedade Inclusiva, Solidária e Ética Social*¹⁵⁷

Pedro Nogueira-Simões¹⁵⁸, Orlando Martins¹⁵⁹, & Leonel Madaíl dos Santos¹⁶⁰

Palavras-chave

Contemporaneidade
Princípios
Valores Universalistas
Sociedade Inclusiva
Solidariedade
Ética Social

Resumo

Um dos grandes desafios das comunidades humanas na atualidade, é encontrar soluções para estabelecer uma sociedade mais inclusiva e solidária, onde prevaleça as questões éticas. De que forma a Maçonaria pode oferecer um contributo singular neste desafio? O objetivo deste trabalho será rever conceitos e procurar dar uma resposta a este tema na contemporaneidade. Deste modo, serão abordadas as questões referentes a princípios e valores universalistas, bem como aos conceitos de fraternidade e tolerância. Tratando-se a Maçonaria de um caminho de aperfeiçoamento realizado com base num comprometimento ancorado no desejo e amor à Verdade, a mesma tem como objetivo a criação de uma aliança de Homens que se unem para trabalhar em comum no progresso moral, espiritual e intelectual. Sendo identificado os problemas do concretismo de pensamento, bem como da tendência para cada humano e diversos grupos se isolarem nos seus dogmas e crenças, prejudicando as relações humanas existentes, a mesma propõe contrariar tal facto. Ou seja, independentemente das diversas culturas e de todos os poderes instituídos, a finalidade desta Ordem será sempre a de aproximar humanos, reunindo o disperso, sem impor nem uniformizar.

¹⁵⁷ Artigo publicado na Revista Europeia de Estudos Artísticos / European Review of Artistic Studies (Vol. 13 N.º 1 (2022): 48.ª Edição | ERAS). Consultar em: <https://eras.mundis.pt/index.php/eras/article/view/275>

¹⁵⁸ PEDRO NOGUEIRA SIMÕES – PhD. Psicólogo/ Advogado. Licenciado em Psicologia Criminal. Mestre em Psicologia Criminal e Forense. Mestre em Cognição Social Aplicada. Licenciado em Direito. Mestre em Direito Ramo Jurídico Políticas. Mestre em Direito Ramo Jurídico Forenses. Doutoramento Título Doutoramento Europeu em Psicologia Clínica. PORTUGAL. E-mail: pedrocarochosimoes@gmail.com

¹⁵⁹ ORLANDO MARTINS – Licenciado em Geografia Humana e Mestre em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local – Universidade de Lisboa/ Fisioterapeuta – Escola Superior de Tecnologia de Saúde de Lisboa. PORTUGAL. E-mail: orlandomartins766@gmail.com

¹⁶⁰ SANTOS, LEONEL MADAÍL DOS – Licenciado em Direito, Mestre em Direito, especialidade em Ciências Jurídico-Criminais – Universidade Autónoma de Lisboa, Pós-Graduado em Ciências Policiais e Segurança Interna – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Pós-Graduado em Mediação de Conflitos – Universidad Miguel de Cervantes. PORTUGAL. E-mail: leonelmadailldosantos@gmail.com

«Conhecereis a Verdade e a Verdade vos Libertará.» (João 8:32)
A Maçonaria desde o passado aos nossos dias ...

Quando se procura escrever sobre o que é a maçonaria, traços gerais podemos considerar como uma escola de progresso, de liberdade e de fraternidade humana, de acordo com as bases universais da sua constituição cosmopolita, livre de qualquer amarra e defensora dos princípios libertadores da humanidade.

Conhecidamente o seu lema de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, e de acordo com a perspectiva descrita em 1912 por Borges Grainha, “não deve descer ao corrilho das facções partidárias nem ao endeusamento das personalidades”, mas sim a um espaço de trabalho onde as ideias se “esplanem desenvolvidamente de maneira que todos os seus adeptos as entendam, aceitem, amem e pratiquem”, com obreiros aptos para as tratarem em loja, “convenientemente de maneira que todos se interessem por elas, as discutam e as apreendam” (Grainha, 1912).

Mas antes de se abordar as questões atuais será de relevância acrescida recuarmos em busca de referências no passado, e que por isso surge uma mistura de história e lenda, para estabelecer uma continuidade histórica. É claro que a visão que temos da mesma situa-se a partir do século XVIII, porém a sua origem remonta no seio das agremiações dos construtores de catedrais, aperfeiçoada e perpetuada desde então – estes construtores e arquitetos desses monumentos tinham de ser dotados de profundos conhecimentos técnicos, científicos e artísticos, gozando conseqüentemente de certos privilégios e eram protegidos pelo poder temporal e espiritual.

A título de exemplo, o Papa Nicolau III concedeu aos seus membros, em 1277, o título de pedreiros livres, que implicava a isenção de impostos, da jurisdição ordinária e da obediência aos regulamentos municipais e liberdade de circulação (Arnaut, 2009).

Consideramos como um dos mais antigos documentos maçônicos de que se tem conhecimento, o Regius Poem ou também conhecido como Manuscrito Halliwell, gravado em inglês arcaico, com letras góticas sobre pele de carneiro, poderá – através de várias partes que contêm lendas, episódios bíblicos, descrições de normas e artes – transmitir normas, regulamentos ou estatutos do ofício de Franco-maçom e da corporação.

O respetivo texto citava o Rei Athelstan como o responsável da criação dessas normas, convocando um encontro de maçons para que fossem estudadas e definidas as leis, regras e preços do ofício.

Aqui a Maçonaria era mencionada como Geometria, para o emprego de filhos da nobreza no Antigo Egito, e o mesmo documento já fazia referência a quinze artigos e quinze tópicos com as suas regras referentes ao comportamento moral, à aprendizagem de forma adequada, a punições, e às sete artes liberais.

Adicionalmente, o Manuscrito Cooke publicado no século XV corresponde a um outro documento que estrutura o Regulamento da Maçonaria operativa. O mesmo seguia o conto dos filhos de Lameque, a partir do livro Génesis. A partir destas personagens bíblicas foram-se construindo as diretrizes ao longo dos séculos. Assim, enquanto Jabal descobriu a geometria e tornou-se o maçom Mestre da Caim, Tubalcaim descobriu a metalúrgica e a arte da forja, e a sua irmã Naamá a tecelagem, Jubal descobriu a música.

Nesta sequência, como forma de manter tais conhecimentos e descobrindo que a Terra seria destruída pela água e fogo, inscreveram em duas colunas de pedra tais saberes. Após o dilúvio, Pitágoras e o filósofo Hermes Trismegisto descobriram tais colunas, e as setes ciências foram transmitidas para Abraão, através de Nimrod – o arquitecto da Torre de Babel – que ensinou aos egípcios, incluindo Euclides, enquanto disciplina instrutiva. O ofício é então ensinado aos filhos de Israel, e do Templo de Salomão seguiu seu caminho para a França, e para a Inglaterra de Santo Albano.

Posteriormente, com o surgimento de uma nova visão contrária ao absolutismo e ao poder aristocrático e clerical, procurou-se cultivar os valores da tolerância e do universalismo – na esteira dos utopistas Bacon e Campanella – e a Maçonaria transformou-se em Maçonaria filosófica ou especulativa. Ou seja, o escopo da Ordem deixou de ser a construção de templos, em concreto, como era evidente na Maçonaria operativa, para se tornar, metaforicamente, na construção do *templo ideal*, na edificação de um mundo melhor, justo e fraterno (Arnaut, 2009).

Tal movimento renovador foi iniciado em Inglaterra. Em 24 de junho de 1717, dia da festa de S. João Batista, reuniram-se as quatro lojas de Londres conjuntamente e deliberaram criar um órgão federador, denominado Grande Loja de Londres procurando unificar e preservar o espírito e os valores maçónicos, bem como a regularidades das lojas. Tal necessidade provinha de uma Inglaterra que depois da Revolução Gloriosa de Guilherme de Orange, recuperava e procurava equilíbrios no plano político, social e económico, sendo a Maçonaria considerada como um novo espaço de sociabilidade onde podiam conviver homens “livres e de bons costumes”, com opções políticas e religiosas diferentes (Ventura, 2013).

Nesta senda, o teólogo e pregador James Anderson, foi encarregado de coligir os velhos regulamentos (Old Charges), em colaboração com o pastor francês Jean Théophile Désaguliers, resultando a publicação da obra em 1723 conhecida por Constituições de

Anderson, ou seja, a *Magna Carta* da Maçonaria moderna, em que “Um Maçom é obrigado, por dever de ofício, a obedecer à Lei Moral; e se ele compreende corretamente a Arte, nunca será um estúpido ateu nem um libertino irreligioso”.

Nos tempos remotos e medievais, os maçons “eram obrigados em cada país a adotar a religião daquele país ou nação, qualquer que ela fosse, hoje pensa-se mais acertado somente obrigá-los a adotar aquela religião com a qual todos os homens concordam, guardando suas opiniões particulares para si próprio, isto é, serem homens bons e leais, ou homens de honra e honestidade, qualquer que seja a denominação ou convicção que os possam distinguir; por isso a Maçonaria se torna um centro da união e um meio de conciliar uma verdadeira amizade entre pessoas que de outra forma permaneceriam em perpétua distância” (*Constituições da Antiga Fraternidade dos Maçons Livres e Aceitos*, sob a guarda da Grande Loja de Londres fundada em 24 de junho de 1717 – *Constituição de Anderson 1723*).

Figura 1 – Constituições de Anderson (1723)



Fonte: Uma História da Maçonaria em Portugal.

Tal mudança surge com o *Iluminismo* e das reformas modernas, e sobre o tema específico da imposição de religião, esta consiste sim, na sua essência amar o próximo, fazer o bem, ser um homem bom, de honra e probidade. É por este facto que a Maçonaria se considera a casa de união entre ateus, agnósticos e pessoas dos mais diversos credos, consistente com a divisa maçónica *Deus meumque Jus*.

No entanto, a Bíblia continuou a ser o “livro da Lei”, embora dê ênfase à concepção reformista. Contudo, o ramo liberal ou também denominado de irregular, não se exige a crença em Deus, admitindo apenas homens bons e rectos, que sigam os princípios da universalidade, da fraternidade e da tolerância. Estes valores consideram igualmente o reconhecimento e aceitação da mulher em Lojas de Maçonaria.

No contexto nacional, também a Maçonaria está intimamente ligada à História de Portugal, principalmente nos últimos quase trezentos anos. Segundo alguns indícios, pensa-se que tenha existido, em Lisboa, uma Loja composta por membros de nacionalidade inglesa e escocesa, trabalhando a partir de 1727 e introduzida pelo católico inglês William Dugood, proprietário, morador na Lapa e amigo de Alexandre de Gusmão. Seria conhecida pela Inquisição como Loja «dos Hereges Mercadores» pelo facto de ser constituída por ingleses e escoceses protestantes, regularizada na Grande Loja de Londres de 1735, primeiro com o número de ordem 135 e depois com o 120.

A segunda Loja conhecida em Lisboa, A Casa Real dos Pedreiros-Livres da Lusitânia, foi criada por irlandeses católicos, em 1733. Houve uma tentativa de regularização em 1738 junto da Grande Loja de Londres que não foi concretizada. Em 1741, surgiu a Loja de John Coustos com cerca de 300 membros, que se manteve em atividade até 1743, momento em que vários membros foram presos.

As razões que explicam esta curta existência, deve-se ao facto de, a 28 de abril de 1738 o papa Clemente XII publicar a bula *In Eminentí Apostolatus Specula*, condenando a Maçonaria. Nesse mesmo ano, a 28 de setembro, data em que a bula foi afixada em Lisboa, o inquisidor-mor cardeal D. Nuno da Cunha e Ataíde publicava um edital que constituía o primeiro momento da perseguição à Maçonaria em Portugal (Ventura, 2013).

Tal situação só melhorou com a subida ao trono de D. José I, com a governação pombalina, apesar de, em 1751, o papa Bento XIV ter renovado a condenação da Maçonaria através da bula *Providas Romanorum*. Nomes como Marquês de Pombal,

Gomes Freire de Andrade e D. Tomás Xavier Lima (marquês de Ponte de Lima), foram cruciais nesta fase (Matos, 2014). Sendo uma época plena de contradições, pensa-se que o Marquês de Pombal tenha sido iniciado em Londres ou Viena, tendo como elemento indicador o mesmo ter pertencido à Royal Society, dominada por maçons, assim como a visita da Loja Aux Trois Canons, na capital austríaca.

De igual modo, a vinda para Portugal do conde reinante de Schaumburg-Lippe, Friedrich Wilhelm Ernst, por sugestão da Grã-Bretanha, a fim de reorganizar o Exército luso, contribuiu para o fortalecimento da Maçonaria. Assim como os oficiais que o acompanhavam eram pedreiros-livres, o contacto com militares portugueses produziu frutos, patentes no surgimento de Lojas macónicas em localidades com guarnições militares, como são os casos de Lisboa, Elvas, Olivença e Valença.

Outra nova fase de perseguições surge, com a morte de D. José I, ocorrida em 24 de fevereiro de 1777, e com a queda do Marquês de Pombal, influenciada pelos setores mais conservadores da aristocracia e da Igreja, em pleno reinado de D. Maria I. Posteriormente, o clima de guerra generalizada que a Europa conheceu desde 1792, em consequência da Revolução Francesa, acabou por potenciar, paradoxalmente, o desenvolvimento da Maçonaria em Portugal nos anos que antecederam a passagem do século XVIII para a centúria seguinte.

Em termos históricos, é no final do século XVIII, princípios do século XIX, que surge a orientação espiritual da Maçonaria agnóstica, baseada no Grande Oriente de França. É também nesta fase que começam a existir, efetivamente, Lojas autónomas, e em 1805 foi publicado um livro considerado como a primeira obra sobre a Maçonaria em Portugal – *Cartas sobre a Framaçonaria*.

Posteriormente, no Congresso Maçónico de 1905 e no Congresso do Livre Pensamento realizado em 1908 discutiram-se aquelas que viriam a ser as bases de um futuro regime republicano. Tal ideologia tinha muitos apoiantes, pois tratando-se de uma visão progressista, que pretendia colmatar as agruras da Pátria e a decadência da nação. Tal regime proposto assentava na laicidade da sociedade, que se manifestava através da separação do Estado face à Igreja, da abolição do carácter oficial de todas as festas religiosas, do registo civil obrigatório, da assistência pública hospitalar e da instrução primária pública e obrigatória para todas as crianças (Arnault, 2006; Ultimatum da GrãBretanha a Portugal no qual impunha a obrigação de renunciar a um vasto território africano, que ligava Angola a Moçambique, viria a dar origem à revolta de 31 de Janeiro de 1891).

Assim considera-se este momento como de relevância acrescida na história da Maçonaria em Portugal, ou seja, a proclamação da República. No dia 5 de outubro de 1910, a Maçonaria e a Carbonária foram decisivas para o sucesso da implantação da República, e outras associações secretas portuguesas desempenharam um papel importantíssimo no movimento. No entanto, na revolução participaram maçons e não maçons.

Se por um lado, Machado dos Santos se deixou entusiasmar afirmando que a revolução se deveu exclusivamente à Maçonaria, Magalhães de Lima mostrava-se mais rigoroso ao afirmar que o movimento revolucionário fora obra de maçons. O certo é que não faltava quem exibisse a sua condição de maçom como forma de se associar ao novo regime. Um momento de plena afirmação do novo regime que consagra os seus mártires, foi o funeral de Miguel Bombarda e de Cândido dos Reis, com a presença das delegações de Lojas com os seus estandartes e alguns membros paramentados.

Na sequência do golpe de Estado de 28 de maio de 1926 e com a formação do Estado Novo, a Maçonaria portuguesa tem um período agitado. A título de exemplo, no dia seguinte à publicação da lei n.º 1901 de 21 de maio de 1935, Norton de Matos escrevia o seguinte ao Ministro da Guerra: «Venho comunicar a V. Ex.^a que, devendo, em virtude dessa lei, dissolver-se a associação de maçons portugueses, deixo desde hoje de ser grão-mestre da Maçonaria portuguesa e de pertencer a uma associação que, em obediência a uma lei do Estado, deixa de existir» (Norton, 2002). E sob o regime salazarista e marcelista, a maçonaria portuguesa praticamente deixou de existir até ao 25 de abril de 1974.

Por fim, a Revolução dos Cravos ao derrubar a ditadura restabeleceria a ordem democrática e a liberdade. O triunfo deste movimento revolucionário desencadeado a 25 de abril de 1974, com a garantia de liberdade de associação e de reunião, provocou uma profunda transformação no sindicalismo, que já se vinha libertando do espartilho corporativo, gerando movimentos associativos de diversos tipos, gerando um clima de liberdade que proporcionou à Maçonaria a possibilidade de emergir à luz do dia, depois de décadas de clandestinidade.

Em 6 de maio de 1983 é instalada a primeira loja portuguesa da Maçonaria feminina, Unidade e Mãria, com mulheres iniciadas em França, sendo eleita a 29 de março de 1997 a primeira grã-mestra. A Ordem Maçónica Mista Internacional *Le Droit Humain* começou a laborar em 1980, tendo já existido em Portugal nos anos vinte do século XX, e surge em 2008 a Ordem Maçónica Internacional do Rito Antigo e Primitivo de Memphis e Misraim, demonstrando a Maçonaria nestes

três séculos de presença em Portugal, uma Maçonaria viva e com uma pluralidade de Obediências que refletem diferentes formas de ler, assumir e viver a tradição maçónica (Ventura, 2013).

Nesta ordem de pensamento, atualmente pode-se considerar que persistem muitos dos ideais obtidos após a vitória dos liberais, nomeadamente o poder do Estado assentar na igualdade de todos os cidadãos perante a lei, na salvaguarda dos direitos individuais, na propriedade privada e no princípio da separação dos poderes judiciais, legislativo e executivo (Cravinho, 2013). Consequentemente, mantém-se os valores de fraternidade, da solidariedade e da justiça, que influenciam não apenas os seus obreiros, mas inclusive o mundo profano.

Atualmente é considerado e aceite por todos os maçons que o papel desta Ordem consiste essencialmente numa escola de sabedoria e virtude, estando os seus membros ligados entre si por ideais nobres, ideais de perfeição, embora possam divergir entre eles, já que são livres de adotar religiões diferentes. De igual forma, podem e devem expressar livremente o seu pensamento, e para tal não se deve considerar a Maçonaria como uma sociedade secreta, mas sim fechada, onde no seu Templo se reúnem à porta fechada pessoas que pretendem ensinar e aprender a sabedoria e a virtude. É por isso, e somente por isso, que a Loja se considera um espaço sagrado e protegido, no qual estão visíveis os símbolos e emblemas, úteis ao aperfeiçoamento pessoal (Matos, 2014).

A linguagem dos símbolos na Maçonaria aponta para o caminho da necessidade que o maçom tem de reconhecer a sua própria vulnerabilidade, isto é, precisa tomar consciência das suas feridas, que representam a possibilidade de ele próprio “adoecer” e sofrer. É por meio desta consciência que cada um de nós se pode colocar no lugar do outro para poder avaliar o sofrimento dele e, desse modo, exercer a fraternidade e a solidariedade.

A Maçonaria na Resolução dos Problemas Atuais: Espaço de criação e de resposta na Sociedade Contemporânea

Tratando-se a Maçonaria de uma associação de homens esclarecidos, a mesma poderá contribuir na atualidade para a finalidade a que sempre se propôs: felicidade do género humano. Tal objetivo estará desprovido de interesses políticos ou religiosos. De acordo com Jacques Ploncard D’Assac, trata-se de “uma associação de homens esclarecidos, não tendo outra preocupação se não a felicidade do género humano – fora de toda a preocupação religiosa e política – excluindo apenas o ser sem virtude” (D’Assac, 1984, p. 8).

A Maçonaria é uma aliança de Homens que se unem para trabalhar em comum para o aperfeiçoamento intelectual, moral e espiritual da Humanidade – e dentro desta não há classes sociais – há graus de conhecimento (pilar do Ensino), funções executivas (pilares da Economia com os Oficiais de Loja e o Venerável Mestre ou o Conselho da Ordem) e funções jurisdicionais com o Venerável Mestre ou o Grande Tribunal Maçônico. Este caminho de aperfeiçoamento é realizado com base num comprometimento ancorado no desejo e amor à Verdade. Assim, a Maçonaria é uma escola de virtude e sabedoria, que opera através de um “sistema de moral velada pela alegoria e ilustrada por símbolos, e que não tem por base um mandamento que nos tenha sido dado (...), mas baseia-se em factos precisos e leis de ordem natural, sobre os quais não há dúvidas.” (GLSP, 2017).

Deste modo, a mesma se afirma como uma “Família”, uma “Família Universal” em que ser maçom é pertencer a esta família a qual se dedica à construção do Templo de Verdade, como se referiu acima. Para Luiz Silva (2016), um dos principais elementos que caracteriza a família, é esta acolher os seus membros e portanto, família significa “Acolhimento”. Frequentemente, no nosso quotidiano, observando de forma direta ou sendo relatado, convivemos com acontecimentos marcados não pelo acolhimento e construção, mas sim, pela rejeição, exclusão e divisão e pela destruição (Silva, 2016).

Um dos grandes desafios da atualidade é a necessidade de encontrar novas soluções para estabelecer uma sociedade mais inclusiva e solidária. É inerente a todos, o dever de se implicar e acompanhar as mudanças em curso no mundo e procurar estar afinado com o seu diapasão, isto é, com base no que Immanuel Kant definiu como imperativo categórico: dever de cada um agir conforme os princípios e os valores que considere serem benéficos caso sejam seguidos por qualquer outro indivíduo.

Coexistimos, mas muitas vezes afastamo-nos uns dos outros e quando isso acontece, também nos afastamos do mundo. Frequentemente vivemos em conflito com a ordem natural das coisas e em desacordo com a nossa dimensão biológica. Nós, por natureza, temos necessidade de explicar o que é o mundo e dessa necessidade nasceu a ciência moderna. Temos igualmente necessidade de compreender quem somos e quem é o outro, questões que nos conduzem para domínios subjetivos, como sejam: sentimentos, emoções, valores e intuição.

Aliás, numa sociedade moderna em que o consumismo impera, grande parte dos seres humanos tem recursos suficientes, não se preocupando com a sustentabilidade do sistema. Outro

risco inerente que aqui se coloca para a humanidade, ou seja, a consciência global acerca da nosso lugar como pessoa humana nessa enorme família. O despreendimento de se isolar em si mesmo, e não contribuir para a própria espiritualidade dos demais. Apesar do processo iniciático ser individual, não obstante ocorrer num contexto coletivo, pois o estudar, aperfeiçoar, meditar e refletir para melhorar no seu dia a dia apenas se consegue na obtenção de força e partilha de conhecimentos no seio da Loja (Matos, 2014).

A essência de uma comunidade de “irmãos” – tal procura ser a Maçonaria – é a inclusão do outro. Neste sentido, face aos desafios contemporâneos da construção de sociedades mais inclusivas e solidárias, de que forma a Maçonaria pode oferecer um contributo singular neste desafio? Uma das possíveis respostas poderá ser enunciada da seguinte forma: é preciso refletir para reconstruir. Perante uma cultura em que o Homem é, em simultâneo, protutor, produto e subproduto de uma sociedade mercantilizada, é preciso questionar, entender e transformar.

Na nossa cultura predomina o pensamento linear, a lógica binária. Este modo de pensar pode fazer acreditar que há sempre polos antagônicos entre os quais é preciso escolher. A possibilidade de escolher é um dos fundamentos da liberdade e da democracia, valores grandemente exaltados pela Maçonaria, todavia, esta não é aquela escolha binária – ou é preto ou é branco – que limita as possibilidades de exercer a individualidade, a criatividade e a consciência crítica.

Uma cultura em que predomina o pensamento linear / a lógica binária, cria mentes prisioneiras das polaridades, como sejam: ou virtude ou vício; ou bem ou mal; ou Norte ou Sul, ou Oriente, ou Ocidente. Um pensamento fortemente formatado nesta lógica binária dificulta a nossa perceção da diversidade e da complexidade do mundo, conduzindo a uma deficiente comunicação entre as pessoas, geradora de uma lógica de exclusão. É certo que o modelo binário / linear permite criar resultados práticos e significativos para a melhoria da vida humana, como sejam as que se aplicam as situações mecânicas, instrumentais e operacionais.

O que torna problemático aquele modelo, não é sua existência nem as aplicações práticas que cria, mas sim o fato dele ser visto como quase único, exclusivo. Importa, assim, complementar aquele modelo de pensamento binário, por um modelo de pensar de forma abrangente / holístico, isto é, pensar o todo sem deixar de lado as partes. Silva (2016), a este propósito, cita o filósofo francês Blaise Pascal (1623-1662): "Considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, bem como conhecer o todo sem conhecer as partes em particular".

O lema “Bem Pensar, Bem Dizer, Bem Fazer” não nos deve indicar uma realidade sobre a qual fazemos uma escolha limitada, estreita e fragmentada entre dois polos opostos, mas sim uma escolha ilimitada, aberta à reflexão, à ponderação, capaz de conduzir à formação do homem livre e integral, capaz de pensar o mundo na sua natureza complexa. Para isso, precisamos de uma educação que nos conduza a um equilíbrio entre um modelo de pensamento objetivo e lógico - indispensável para que lidemos com as situações concretas, objetivas e quantitativas do quotidiano - e um pensamento de natureza subjetiva, que inclui os sentimentos, as emoções e a intuição. É neste sentido que os termos "acolhimento" e "complementaridade" são deveras importantes nos trabalhos maçônicos, os quais têm por base a construção da fraternidade e da egrégora entre os irmãos, capaz de ser transportada para a vida profana de cada um.

Ou seja, muitos dos problemas que a Maçonaria enfrenta hoje provêm da sua infidelidade a esta Verdade que cura as doenças e purifica, assim como à constante presença num pensamento marcadamente concreto quanto à sua essência. O Maçon é convidado e encorajado a conhecer, desejar e amar a sabedoria, a virtude e a verdade – sendo estes lemas de vida praticados no seio familiar de cada um, no seu local de trabalho, na sua convivência e conseqüentemente na sociedade em geral.

Neste ponto, os ensinamentos da Maçonaria são basilares, pois a sabedoria e virtude não servem para engrandecer o maçom, mas para o conduzir ao Templo da Verdade. E sabemos que não há religião superior à Verdade, logo o mesmo não tem necessidade de ter uma religião institucionalizada. Segundo Luis de Matos na sua reflexão sobre o Templo da Verdade, o mesmo refere que:

O Templo da Verdade é o local metafísico onde a percepção da verdade desaparece, a distorção causada pela verdade individual cessa e Verdade Indivisível, como ela É, brilha em todo o seu esplendor, inconfundível, indistorcível, inefável.

Para ensinar a sabedoria e a virtude, a Maçonaria trabalha num Templo. As reuniões decorrem à porta fechada, em Loja, num espaço sagrado e protegido, no qual estão visíveis os símbolos e emblemas de cada grau. A palavra “templo”etimologicamente provém do grego téménos, de radical “tem”, que evoca um corte. Em latim, templum significa “lugar reservado”, ou “lugar à parte”, lugar separado dos lugares comuns.

Para ensinar a sabedoria e a virtude, a Maçonaria usa o véu dos símbolos. Os símbolos são as regras da linguagem metafísica, do código linguístico partilhado por todos os seus estudantes – no caso da Maçonaria, essa linguagem é a sua matriz judaico-cristã (Matos, 2014, p. 26 e segs.).

Nesta sequência, é por esta ordem de ideias que o Evangelho de João está aberto no seu primeiro capítulo em todas as Lojas regulares em trabalho, pois é nesta passagem que se destacam palavras como “verdade”, “luz”, “obra”, “conhecimento” e “libertação”.

Mas note-se que, o acesso ao Templo da Verdade não está acessível ao simples curioso, é necessário desejar e amar a Verdade, pois a mesma expõe as nossas fraquezas, coloca à vista os nossos medos, a nossa vilanagem visceral. E nesta sequência, os seus Mistérios, pouco mais são do que a sua origem, fundação e objetivo. Essencialmente, a Maçonaria é uma escola iniciática, encorajando os seus elementos a conhecer, desejar e amar a sabedoria, a virtude e a verdade, praticando-as tanto em trabalho de Loja, como levando-as para a sociedade em geral.

Algumas questões podem surgir neste ponto, tais como: Qual o objetivo da Maçonaria como um todo? o que se propõe fazer e construir tais elementos que a compõem? e, para que serve a Maçonaria? Ao tentar responder de forma objetiva e utilitária, perde-se a objetividade de entender que a mesma é uma Escola Iniciática e nada mais, é apenas isto que caracteriza a sua essência.

Dependendo de cada pessoa, as respostas divergem na sua fundamentação, contudo dúvidas não existem desta Ordem enquanto via iniciática. E este aspeto iniciático remete para o verdadeiro desejo de uma transformação interior, e depois desta, através de uma ação de mutação formal, transmutação interior. Só assim, a questão da iniciação do Homem a trabalhar as suas imperfeições e ambições, a confrontar-se com elas, poderá posteriormente ser um elemento igualmente útil à sociedade em geral.

Contudo, não é essa a imagem que a população em geral tem da Maçonaria, ou seja, existe sim uma imagem pública ruínosa desta Ordem e dos elementos que a compõem em diversos países. Tal situação deve-se aos próprios elementos que a constituem, ao aceitar-se no seu seio Homens e organizações a que se insiste em chamar de “irmãos” e “maçonaria”, permitindo-lhes representar a Ordem. Tal representação e imagem difere, e nos países nórdicos ainda continua a ser extremamente respeitada. Contrariamente, nos países onde imperam formas de governo totalitário é que a mesma é perseguida por ser entendida como subversiva, capaz de gerar livres-pensadores, empreendedores e líderes não-conformistas.

A Maçonaria no século XXI não deve ser a mesma Maçonaria que foi vivida no século XVIII, apesar daquela que hoje projetamos só poder ser sólida se estiver bem assente nos fundamentos de todo o seu passado, porque também o seu passado assentava nos fundamentos judaico-cristãos da Maçonaria de ofício primitiva (Matos, 2014). Segundo Scawn Eyer a própria francomaçonaria

antecedeu o Cristianismo, mas foi a matriz cristã que deu um significado mais profundo à própria Maçonaria (Hackett, 2014; Eyer, 2016).

Especificamente, para pensar o seu papel na contemporaneidade, é preciso partir da base do sistema de pensamento ou modelo mental por meio do qual construímos o nosso mundo. Em geral aquele é um modelo que privilegia as partes isoladas, em prejuízo das relações. As sociedades contemporâneas são regidas por um sistema de pensamento que privilegia o não acolhimento, a divisão e o afastamento: vivemos numa sociedade de desconhecidos, de estranhos. Silva (2016) refere que o desconhecimento produz a desconfiança, e esta alimenta o medo e é por ele ampliada. Se temos medo de entrar em contato com os nossos sentimentos e emoções, acabamos por adotar uma visão de mundo em que tudo nos parece externo e objetivo.

Para pôr em prática os objetivos sociais da Maçonaria é preciso mudar de modelo mental. Trata-se de uma mudança ampla e profunda, que não pode ser feita por meio de iniciativas superficiais e de curto prazo. Na tradição maçônica é feita uma reflexão em torno do enunciado de “Bem Pensar, Bem Dizer e Bem Fazer”. Silva (2016) refere que em geral, sentimos antes de pensar, ou, de modo inverso, o que pensamos produz sentimentos. Assim, pode-se dizer que o sentir e o pensar se influenciam mutuamente, isto é, estão em relação circular.

Em conclusão, e reforçando esta perspectiva acima descrita, Kaplan (2014) realizou um estudo que procurou analisar a estrutura da intimidade coletiva usando como modelo o modo como os maçons desenvolvem sentimentos de amizade e fraternidade, assim como estes são vivenciados na sua esfera privada e pública.

Neste estudo observou-se naturalmente uma intimidade coletiva no seio dos seus trabalhos maçônicos, como também tal forma de interagir com os demais publicamente, e de comunicar extravasou ao nível da solidariedade nacional e cívica, confiança e amizade. Existe uma espécie de cadeia de união, sentimentos de familiaridade e reverência nas suas ligações privadas e no próprio coletivo/comunidade onde se inserem. Por fim, tais elementos encaram a esfera pública com os mesmos valores e atitudes que encaram as suas reuniões cerimoniais (Gaonkar, 2002; Kaplan, 2014). Podemos finalizar de acordo com a perspectiva de Rémi Boyer:

Dentro do contentor que a comunidade representa, o buscador aprenderá a jogar com os laços, a fazer e a desfazer as formas, sem que isso odilarece interiormente ou rasgue a nergia em presença. Tomará consciência de que aquilo que ele crê estar no exterior se encontra no interior e que, por isso, onde quer que se encontre, a comunidade, a loja, a Ordem, o mundo, permanecem nele. Ele é o seu próprio mundo, a sua própria criação (Boyer, 2017, p. 66).

Princípios e Valores Universalistas: Inclusão, Solidariedade e Ética Social

Propondo-se a Maçonaria realizar a universalidade, a fraternidade e a tolerância, coloca-se logo de partida a questão de saber como tal objetivo será possível se a mesma abarca várias obediências e ritos. Assim como algumas obediências rejeitam as mulheres e irmãos pelas suas opções políticas, religiosas, filosóficas ou por pertencerem a outras famílias maçónicas. Segundo Corneloup, é “a Ordem que é a que pode realizar a universalidade e as Obediências que atraíam a Ordem”.

Nesta linha de pensamento, a sua pretensão de universalidade também pode suscitar dúvidas, pois ao considerarmos a Maçonaria como uma estrutura viva, a mesma terá de se adaptar ao meio que a rodeia e reproduz no seu seio as fraturas que pretende resolver, e que em certo ponto pretende regular em função das épocas e lugares.

De facto, em cada país e com o decorrer dos séculos, foram promulgados diversos e numerosos estatutos, contudo, isso não obsta a que a Maçonaria possua determinado número de princípios básicos, aceites por todos os elementos que a compõem em todas as partes do globo. Tal condição possibilita a aceitação, a fraternidade universal dos maçons, a sua condição de grande família no seio da Humanidade, que centralize o pensamento e a ação da Ordem. Inclusivamente, pode falar-se de um conjunto de características institucionais comuns a todas as famílias maçónicas que permite a sua identificação (Lázaro, 1996).

A sua universalidade assenta no princípio de que todos os homens são iguais perante uma entidade a que denomina de Grande Arquiteto do Universo, sendo que todos os templos dos Francos-maçons são consagrados à humanidade, à tolerância, à união mais íntima, à amizade mais perfeita e ilimitada e à fraternidade incondicional (*Manual de Aprendiz*, RAPMM, GLSP, 2017).

Aquele enunciado da universalidade da Maçonaria está ancorado a uma construção política e jurídica, cujo início da produção remonta ao século XV e, principalmente, ao século XVII. À época do *Iluminismo*, não existia uma afirmação consagrada dos direitos humanos, válidos para todos de maneira universal, mas apenas direitos de âmbito regional ou nacional, pensados para alguns humanos de maneira específica, como foi o caso dos direitos do homem, integrantes da Declaração Francesa de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789 (Grubba & Staffen, 2017).

A Maçonaria acolhe no seu seio Homens “livres e de bons costumes” - e os bons costumes são diversos costumes - reconhecendo que a diversidade cultural assume um importante papel de aproximar os homens, sendo através do diálogo possível criar avanços na proteção e implementação dos direitos humanos.

Apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 ter declarado o caráter universal dos direitos humanos, desde o seu surgimento se discute a aplicabilidade daqueles direitos. Argumentos relativistas, localistas ou de direitos culturais, foram se afirmando contrários à ideia de uma possível ou necessária universalidade dos direitos humanos. Deste modo, consideravam ser o universalismo, uma “tentativa culturalocidental de imposição imperialista de uma única forma de se estar no mundo com dignidade” (Grubba & Staffen, 2017).

Os defensores do relativismo cultural sustentam que cada cultura possui uma visão acerca dos direitos fundamentais e que não há uma moral universal, em razão do pluralismo de culturas existentes no mundo. Esses discursos questionam a premissa universalista, considerando que a tentativa de universalização dos direitos, de maneira *a priori*, é incompatível como os demais modos de vida cultural não-ocidentais e não-capitalistas (Grubba & Staffen, 2017). Em contrapartida, os universalistas defendem que o pluralismo cultural não pode servir para encobrir violações aos direitos humanos.

Boaventura de Sousa Santos, referido por Pottumati (2014), defende que o multiculturalismo seria uma pré-condição para uma relação equilibrada, que além de reforçar a ligação entre a legitimidade local e a competência global, igualmente representaria uma política contra-hegemónica de direitos humanos.

Ressalta desta discussão a necessidade de diálogo entre as partes, a fim de se evitar o monólogo, fundamentalmente por parte dos que “defendem a preservação radical de valores culturais ou tradições, que podem ter sido forjados com base em manipulações para a manutenção do poder” (Pottumati, 2014).

O universalismo busca abarcar os localismos culturais e proteger o direito à diferença, inclusive o respeito aos direitos humanos, quando há uma tentativa de imposição culturalista no que concerne à escolha de religião ou crença. Podemos igualmente considerar não ser, o universalismo, uma tentativa de imperialismo cultural, mas, pelo contrário, a tentativa de impedir possíveis imperialismos culturais.

É importante considerar que este diálogo entre universalistas e relativistas não deva ocorrer apenas no meio acadêmico, mas também no seio de estruturas políticas, econômicas e socioculturais.

Os Trabalhos Maçônicos são espaços de debate e criação de valor pela Arte de acolher o multiculturalismo como condição do universalismo humano, pelo que - independentemente de vínculos culturais, religiosos ou políticos - os valores que objetivam a proteção da dignidade humana, são a fraternidade.

Neste sentido, a Maçonaria é única no seu objetivo de “reunir o disperso”, sem impor nem sequer uniformizar, expondo sempre as questões mais impertinentes, demonstrando a sua própria independência perante todos os poderes, a sua rejeição de qualquer identificação com um modelo político ou religioso específico, e o seu respeito pela pluralidade, que faz a vida mais rica e evoluída.

Assim, apesar das características individuais, ideias ou peculiaridades dos maçons, assim como as acima descritas diferenças culturais e societárias, os mesmos desenvolvem os seus trabalhos sempre com a exigência humanista permanente e igualmente compartilhada por todos os elementos que compõem tal Ordem, com base nos valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Este humanismo é alcançável pela tolerância, que é uma das grandes virtudes da Ordem, melhor dizendo, pela tolerância ativa, que implica aceitar a diversidade do outro para que ele aceite a nossa própria sensibilidade, e também criar plataformas de entendimento, através de valores éticos comuns, herança irrenunciável da Maçonaria universal (Arnaut, 2009).

Existem três traços que permitem considerar que a Maçonaria alberga três grandes correntes de pensamento: corrente espiritualista, social e esotérica. Na primeira corrente, assume-se que o sagrado é consubstancial da humanidade, o qual se busca o “homem primordial”, que mediante a tradição maçônica, tenta que cada maçom seja mediador da sua própria projeção para o universal e pureza original. A corrente social dá ênfase à atividade humana, em que tais elementos participam nesta família de pensamento e procuram participar em todas as atividades da vida social e política – privilegiando a espiritualidade ao invés do materialismo. Por fim, a última corrente privilegia a busca de

“poderes” psicológicos e paralógicos através de ritos e iniciações específicas, valores, conhecimentos e práticas esotéricas (Bannel, 2006; Eyer, 2016).

Na realidade a Maçonaria é portadora de um conceito do mundo, baseado num sistema de representação e organização potencialmente universal. De acordo com Yves Bannel tem “uma função hermenêutica do mundo em que vivemos, porque o mero facto de crer que o homem obedece a leis de índole universal não é neutro e expande o campo de ação da razão” pois “o mundo moderno não se limita a um país, uma república, uma monarquia específica, mas tende para a construção de um templo universal, horizonte inalcançável, mas sempre presente na mente dos utópicos que somos” (Bannel, 2006, p. 50 e 51).

Essencialmente, a sua orientação foca e analisa novos desafios da modernidade, para trabalhar na evolução das mentes e dos comportamentos, tanto individuais como sociais, e propor valores e ideais sem conotações ou manipulações históricas ou ideológicas.

Quanto aos valores propostos pela mesma, o primeiro corresponde à liberdade de pensamento, ou seja, aquela que resiste a todas as forças que moldam a sociedade. Assim “a verdade” e a “luz” que buscam os maçons são uma forma de assumir a liberdade universal, sempre que o sentido profundo integre esses valores morais que permite os seus elementos combinar a razão, a fraternidade, o livre arbítrio e o caminho pessoal. E o segundo valor proposto é a exigência moral, pois a mesma tende para a universalidade. Ou seja, como demonstrou Kant, é sempre universalista como mínimo, sobretudo quanto a moral maçónica é uma verdadeira ética, que se sustenta na razão e nos seus valores de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Outro elemento universalista a considerar da mensagem maçónica é a ética. De acordo com Comte-Sponville, a ética é uma moral enriquecida pelo amor. Essa fraternidade buscada e assumida pelos maçons, que não é mais que o amor à humanidade na sua plena diversidade, em busca de uma solidariedade verdadeira, ilustrada na perfeição pela associação dos dois termos: igualdade e fraternidade. Conseguir manter o espírito aberto aos outros e às mudanças, ao estranho e ao imprevisível e desconhecido fazem parte desta Ordem, que procura forjar e indicar um caminho, fora da necessidade formalista e anquilosada do presente, e da própria incompreensão (Bannel, 2006).

Segundo Marques (1995) este aprimoramento moral surge a par do intelectual, de modo que a hierarquia maçónica é frequentemente interpretada como a gradual ascensão no afinamento das qualidades morais, do conhecimento e amor ao semelhante e na superação de todo e qualquer preconceito.

Este trabalho de aperfeiçoamento e de reflexão concretiza-se na ação, ao nível filantrópico, político e social, em que os maçons têm sido importantes nas etapas de refundação intelectual da Europa. Estes, desde a Reforma, participando na elaboração dos valores e do próprio projeto humano e organizativo da sociedade, assim como na criação de instituições que continuam hoje estruturando o nosso enquadramento de vida e de pensamento.

Pode haver quem pretenda denegrir a imagem da Maçonaria e a sua importância no passado e como elemento essencial para um futuro com moral, ético e humanista. Pode haver quem não a classifique como uma Ordem única e que pretende situar o homem no próprio coração do homem, porém os trabalhos que a mesma desenvolve vão prosseguir contra todas as adversidades e impedimentos. A envergadura ético-moral dos grandes vultos da Maçonaria, e o seu contributo para a construção de uma sociedade mais livre e justa são penhor dos nobres princípios maçónicos (Arnaut, 2009).

Já assim foi quando a mesma através dos seus elementos procurou e conseguiu criar a Cruz Vermelha, a Sociedade das Nações e da ONU e muitas outras organizações, destacando-se: as grandes estruturas mutualistas, a concretização das ideias em matéria de abolição da escravatura, fim da pena de morte, laicidade, igualdade entre homens e mulheres, reforma educativa, criação de grandes estruturas de formação, tutoria e acompanhamento ao nível do Planeamento Familiar, ONG's, Alcoólicos Anónimos, etc..

Em conclusão, pautando-se pelo seu compromisso cívico, de cidadania, com especial atenção às problemáticas de cada época, e claramente um caminho iniciático, por natureza incomunicável, trata-se ao longo do tempo de uma verdadeira natureza e as suas propostas fundamentais se revelam plenamente. Traços gerais, conforme refere Yves Bannel, a mesma contribui na ideia de que “ser humano é tomar consciência da sua dependência dos outros e saber transformar esta dependência em liberdade” (Bannel, 2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arnaut, A. (2009). *Introdução à Maçonaria*. (6ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora
- Bannel, Y. (2006). *A Maçonaria – Uma Visão Diferente do Mundo*. A Corunha: Fundação Ara Solis.
- Boyer, R. (2017). *A Tradição Maçónica e o Despertar da Consciência. Ensaio para uma Pragmática da Iniciação Maçónica e Pós-Maçónica*. Sintra: Zéfiro – Edições e Actividades Culturais.
- Cravinho, A. (2013). *Influência da Maçonaria nos Feminismos da 1ª República. Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres na Sociedade e na Cultura*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.
- D'Assac, J. (1984). *O Segredo da Maçonaria*. Aveiro: Edição TIPAVE.
- Eyer, S. (2016). The Essential Secrets of Masonry - Insight from an American Masonic Oration of 1734. *The Plumbline: The Quarterly Journal of the Scottish Rite Research Society*, Vol. 23, No. 2: 1–7
- Gaonkar, D. (2002). Toward New Imaginaries: An Introduction. *Public Culture* 14 (1):1-19.
- GLSP (2017). *Manual de Aprendiz 1º Grau. Ritual Antigo e Primitivo Memphis Misraim*. Grande Loja Simbólica de Portugal. Oeiras: Edição Interna
- Grainha, Borges (1912). *História da Maçonaria em Portugal 1735-1912*. Lisboa: A Editora Limitada – C. Barão.
- Grubba, L. & Staffen, M. (2017). Direitos culturais e Nações Unidas: uma análise a partir da Declaração Sobre a eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseadas na Religião ou na Crença. *Revista de Direito Internacional, supl. Direito Internacional dos Investimentos / International Investment Law; Brasília Vol. 14, 2*.
- Hackett, D. (2014). *That Religion in Which All Men Agree: Freemasonry in American Culture*. Berkeley, Cal.: University of California Press.
- Kaplan, D. (2014). The Architecture of Collective Intimacy: Masonic Friendships as a Model for Collective Attachments. *American Anthropologist* 116(1), 81-93.

Lázaro, P. (1996). Origen, Evolución Y Naturaleza de la Masonería Contemporánea, in: Pedro Alvarez Lázaro (coord.), *Maçonaria, Igreja e Liberalismo – Masonería, Iglesia y Liberalismo*. Actas da Semana de Estudos da Faculdade de Teologia (Porto, 1 a 4 de

Fevereiro de 1994). Porto: Fundação Eng. António de Almeida. Universidade Católica Portuguesa, Madrid, Universidad Pontificia Comillas.

Marques, A. (1995). *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa: Publicações D.

Quixote.

Matos, L. (2014). *A Maçonaria desvendada: reconquistar a tradição*. Sintra: Edições e Actividades Culturais.

Norton, J. (2002). *Norton de Matos. Biografia*. Lisboa: Bertrand Editora.

Pottumati, C. (2014). *Direitos humanos, universalismo e relativismo: em busca de diálogo e novos paradigmas*. Revista Argumenta, v. 20, p. 181-197.

Silva, L. (2016). Maçonaria do Século XXX: Pensar, Sentir e Viver. *Revista O Buscador – Revista de Ciência Maçónica. Loja Maçónica de Estudos e Pesquisas Renascença n. 01*. Campinas Grande. Brasil.

The Matthew Cooke Manuscript with translation. Grand Lodge of British Columbia and Yukon A.F. & A.M. Consultado em 4 de maio de 2021

Vilela, A. (2013). *Segredos da Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: Editora Esfera dos Livros.

NOVA ESCOLA “MAÇONARIA OPERATIVA: RITO UNIVERSAL - RNP – RITO NACIONAL DE PORTUGAL”

Jacinto Alves¹⁶¹

Palavras-
Rito Nacional Português
Rito Universal
Maçonaria Universal

Resumo

A presente investigação apresenta as bases conceptuais da Nova Escola “Maçonaria Operativa” com base e recurso ao Rito Nacional de Portugal. No decurso desta apresentação, encontramos novas propostas e teorias, das quais destacamos a “Nova Teoria Quântica” e “NOVA TEORIA DO CAMPO UNIFICADO das Forças do Universo”. Em suma, pretende-se que novos trabalhos operativos dos maçons, obedeçam a novos e diferentes esquemas fundamentados em princípios avançados de Espiritualidade e no conhecimento científico.

INTRODUÇÃO

Através de diferentes épocas da História da Humanidade, os mais sábios de entre nós – os Mestres Iniciados, têm vindo a procurar aprofundar os grandes mistérios que estão presentes no estudo da METAFÍSICA, nomeadamente no que se está referindo ao Hermetismo nas suas SETE LEIS HERMÉTICAS, que tanto têm influenciado a própria CIÊNCIA!

"O todo é Mente; o universo é mental."

A primeira e mais importante lei hermética fala basicamente sobre o poder da mente. O universo em que vivemos e tudo o que cremos ser realidade é de natureza mental: a natureza, as nossas ações, os nossos corpos e todo o resto.

Nós somos o que pensamos! Se pensamos coisas boas, coisas boas virão; se pensamos coisas ruins, elas ficarão mais próximas de nós em uma estrutura chamada – FORMA PENSAMENTO. O universo é um campo de energia mental que está dispondo de dimensões próprias em função da transformação da matéria e da evolução da FORÇA!

Dentro desta mesma perspetiva e devido ao facto de existir no COSMOS, três universos, o Geométrico; o Computacional e o Holográfico, leva-nos a concluir de que o Criador ou a Inteligência Universal veio a projetar o seu Pensamento, criando assim um “esboço” no vácuo universal (espaço) composto por: pontos; retas e planos vindo a criar um Universo Geométrico, mas este emaranhado de “teias” de pontos; retas e planos precisam de uma definição própria, que venha a permitir a coordenação desse mesmo universo geométrico.

¹⁶¹ JACINTO ALVES - Escritor e investigador Maçon Grau 33º do REAA (Rito Escocês Antigo e Aceito). Membro fundador da GLNP – GRANDE LOJA NACIONAL PORTUGUESA E DO SUPREMO CONSELHO DE PORTUGAL DO GRAU 33º DO REAA.

Assim a “Mente Universal do Criador” veio a criar um novo e segundo universo designado por universo computacional, porque na verdade a MENTE UNIVERSAL DO CRIADOR funciona como um computador e daí poder ser alcançada esta nova fase chamada de Universo Computacional!

O Criador do Universo reunindo já as necessárias condições para a “materialização” desse universo TRIPLO em natureza e estrutura, tornando-o num terceiro e novo universo a que a Nova Teoria Quântica está chamando de Universo Holográfico e em que nós seres humanos estamos posicionados no interior desse mesmo universo holográfico que é de forma esferoide e finita.

Agora em pleno Século XXI, a CIÊNCIA, na sua área específica da Física Quântica, graças ao estudo e análise aprofundados das SETE LEIS HERMÉTICAS, estas têm vindo a revelar surpreendentes realidades e que estão presentes e animam a estrutura e expansão do Universo e em que a *Nova Teoria Quântica* vem a demonstrar de que na base da GEOMETRIA SAGRADA vai exercer uma função vital ao traçar um “esboço estrutural” que cria diferentes formas dimensionais no COSMOS.

A Geometria Sagrada é considerada o modelo da geometria natural no mundo e a base de todas as formas. É uma ciência antiga que explora e explica os padrões de energia que criam e unificam todas as coisas e revela a maneira precisa pela qual as energias do Universo se organizam e vão dar origem segundo, afirma a NOVA TEORIA QUÂNTICA DO CAMPO UNIFICADO de que existem na verdade três tipos distintos de universos que se vão combinar num só e que atrás já nos referimos.

Poderemos então vir a concluir de que o universo tripartido acima referido é uma consequência da ação global das SETE LEIS HERMÉTICAS inicialmente apontadas, ficando assim demonstrado a enorme importância que a Maçonaria (Metafísica) tem vindo a ter para com a Ciência.

Assim, e muito recentemente um grupo de investigadores na área da Mecânica Quântica, vieram a criar uma NOVA TEORIA QUÂNTICA, a que nós pessoalmente estamos chamando de NOVA TEORIA DO CAMPO UNIFICADO das Forças do Universo e fomos dar este nome, porque a pedido dos seus criadores não deveremos citar por ora a sua designação oficial até a mesma vir a ser publicada junto da comunidade científica internacional!

Teoria esta que está contendo uma importante descoberta, ligada à existência da QUINTA FORÇA UNIVERSAL, a qual se vai manifestar sob a forma de ONDAS LONGITUDINAIS que transportam em si a INFORMAÇÃO do Criador! A essa mesma QUINTA FORÇA, nós estamos chamando de FORÇA CRIADORA!

Pela primeira vez na História da Maçonaria Portuguesa vai ocorrer uma importante experiência científica de base maçónica que se vai fundamentar na aplicação prática na Nova Teoria Quântica, a qual, por ação direta do pensamento humano poderá ser convertida teoricamente em diferentes tipos de ENERGIAS, o que vai significar de que esses mesmos novos tipos de energias virão a ter aplicações úteis nos planos físico; psíquico e espiritual, o que daí irão provocar profundas alterações na forma tradicional de vivência da Humanidade!

Assim poderemos vir a concluir de que as outras quatro Forças existentes no Universo e que foram configuradas pela TEORIA DA RELATIVIDADE GERAL e que são precisamente a Gravidade; o Eletromagnetismo; a Força Nuclear Forte e a Força Nuclear Fraca são uma consequência direta da chamada QUINTA FORÇA, a que nós estamos chamando de FORÇA CRIADORA, ou seja:

A FORÇA PRIMORDIAL DO UNIVERSO é na verdade a geradora das quatro Forças universais já mencionadas que na sua estrutura e natureza estão dispostas de ONDAS que são TRANSVERSAIS, ao passo que a QUINTA FORÇA é uma FORÇA que se faz transportar por uma ONDA LONGITUDINAL e sendo portadora da INFORMAÇÃO do CRIADOR.

Surpreendente aqui será verificarmos de que a QUINTA FORÇA ou a FORÇA CRIADORA, é igualmente portadora do PENSAMENTO UNIVERSAL que na verdade é o PENSAMENTO do GADU (Grande Arquiteto do Universo) e esta QUINTA FORÇA está de igual modo presente em nós seres humanos através da emissão dos nossos próprios pensamentos e que obedecendo às leis naturais e imutáveis do Universo, verificamos que no campo da espiritualidade polos iguais se atraem e polos diferentes se repelem, precisamente o oposto ao que está ocorrendo na matéria e onde polos iguais se repelem e polos diferentes se atraem!

Assim e na perspectiva da NOVA ESCOLA DA MAÇONARIA OPERATIVA – PRINCÍPIOS BÁSICOS, título dado ao nosso novo livro que aqui estamos apresentando hoje, ali está desenvolvida a componente científica do RITO UNIVERSAL, demonstrando a importância que a Metafísica desde sempre tem vindo a ter para com o próprio desenvolvimento da CIÊNCIA!

Podemos aqui afirmar de que a NOVA ESCOLA DA MAÇONARIA OPERATIVA se encontra intimamente ligada à NOVA TEORIA QUÂNTICA!

Na verdade, a NOVA ESCOLA DA MAÇONARIA OPERATIVA é uma Maçonaria de TRANSIÇÃO uma vez que vai transitar dos seus três primeiros graus – Aprendiz; Companheiro e Mestre, fundamentados na “Lenda de Hiram” e que no presente caso vai corresponder aos três

primeiros graus do RITO ESCOCÊS ANTIGO E ACEITO para os últimos quatro graus que passam a ser ALTOS GRAUS OPERATIVOS, observando-se, assim, de que o RITO UNIVERSAL – RNP – RITO NACIONAL DE PORTUGAL, está dispondo de SETE GRAUS! Três simbólicos e especulativos e quatro altos graus operativos ou científicos!

Estes quatro Altos Graus Operativos poderemos considerá-los que em termos bíblicos vão corresponder à “Lenda de Melquisedeque,” uma personagem sacerdotal importante e misteriosa da Bíblia que tinha a capacidade de se manifestar fisicamente em diferentes épocas no Tempo; Este mesmo extraordinário fenómeno ocorre de igual modo com o primeiro Imperador da China – FO-HI, o criador do famoso livro sagrado chinês, chamando “I Ching” ou o “Livro Chinês das Mutações”; O que tudo está indicando que estas duas personalidades foram chamadas de “MESTRES SECRETOS DO TEMPO”, em que o conhecido escritor e investigador de nome JACQUES BERGIER, veio a dar como título ao seu livro “OS MESTRES SECRETOS DO TEMPO”.

Na verdade e com base na NOVA TEORIA DO CAMPO UNIFICADO que vai completar e aprofundar a Teoria da Relatividade Geral e em que é o seu principal criador o nosso Ilustre Amigo Cientista, JORGE BARCELLOS, de nacionalidade brasileira e residente na cidade de Moscovo – Rússia, nesta sua surpreendente teoria quântica poderemos reconhecer ser ela “o Santo Graal” da Física, a qual, irá permitir abrir duas importantes vias ou janelas para a “navegação no Tempo”, progredindo ou regredindo!

Não nos poderá vir a surpreender de que aqui está presente um futuro candidato ao Prémio Nobel da Física!

A primeira VIA é precisamente a navegação no Tempo numa restrita *base material/quântica*, a qual, por si mesma iria exigir simplesmente um investimento em recursos técnicos e financeiros verdadeiramente astronómicos;

Enquanto a segunda via, a que estamos chamando de via *psíquica/quântica*, poderia ser considerada estar a “CUSTO ZERO” uma vez que a própria ESCOLA DA MAÇONARIA OPERATIVA está dispondo de uma MACROCIÊNCIA, a qual, irá permitir ao futuro maçom operativo, poder “navegar no Tempo”, tanto para o Passado como para o Futuro!

Convém aqui esclarecer de que a Macrociência a que nos estamos referindo, representa a junção de duas ciências, a primeira de nome: Espiritologia, a Ciência do Espírito e a segunda a *Ciência do Zoísmo* – Educação Científica da Vontade!

De forma muito breve poderemos esclarecer de que a Espiritologia vai fundamentar-se numa doutrina detentora de princípios científico/espirituais muito avançados designada por – Racionalismo Cristão, fundada e codificada por um ilustre Maçon Português de nome LUÍS DE MATOS, em 1910 no Brasil;

Quanto à ciência do Zoísmo poderemos igualmente adiantar de que se trata de uma metodologia oriental de há milénios, adotada hoje na América e na Europa, dividindo-se em quatro grandes partes e pode ser estudado em um pouco mais de 6 meses ou em cerca de três anos.

A primeira parte – Iniciação vai ensinar-nos o autodomínio pela educação científica da vontade e a disciplina dos pensamentos; a segunda, o Império Mental vai-nos habituar a confiar em nós próprios, por exercícios práticos de domínio e de imposição ao “meio”;

A terceira – Zoísmo Elementar, prepara-nos praticamente no robustecimento diário das faculdades nobres do ser e a quarta – Zoísmo Superior, põe-nos em contato com os maiores problemas da vida, ensinando-nos a atuar na existência do sentido do BOM e do BELO e proporcionando-nos exercícios práticos admiráveis de imposição da vontade e de exteriorizações do pensamento!

Claro! Para alcançar tão ambicioso e surpreendente fim o novo Maçon Operativo terá que se submeter a uma formação e treinos psicossomáticos prolongados; rigorosos e exigentes!

Na verdade, a Ciência Iniciática do ZOÍSMO, foi introduzida em Portugal pelo Ilustre Português, e notável Mestre Zoísta, Martins Oliveira, autor de várias e importantes obras dedicadas ao estudo do ZOÍSMO!

Assim, A NOVA ESCOLA DA MAÇONARIA OPERATIVA, ao ser uma Maçonaria de TRANSIÇÃO, deixa de ser uma Maçonaria do Espaço para passar a ser uma Maçonaria do Tempo!

Convém aqui esclarecer de que o “PROJETO UNIVERSALIS” é um projeto maçónico, mas de base CIENTÍFICA e conseqüentemente sujeito a todo um processo próprio de investigação e estudos que virão a ter como finalidade avançada o desenvolvimento e execução dos novos trabalhos operativos da futura geração de Maçons!

Neste mesmo contexto, seria muito interessante que viesse a ser criado um GRUPO DE TRABALHO, absolutamente INFORMAL formado por Maçons e não Maçons que viessem a abraçar a importante tarefa de estudar e dar “corpo” ao RITO UNIVERSAL, no qual, se está verdadeiramente

mostrando ser distinto em relação aos ritos existentes e tradicionais devido ao facto de a sua filosofia e estrutura poderem ser adaptadas por povos de diferentes culturas.

E para que possam ser provadas estas nossas afirmações sobre a capacidade de adaptação cultural do RITO UNIVERSAL, temos já pronto para publicação um novo livro dedicado ao RITO UNIVERSAL – RITO NACIONAL DA CHINA!

Na verdade, será importante aqui destacar de que a NOVA ESCOLA DA MAÇONARIA OPERATIVA é efetivamente um renascimento da MAÇONARIA OPERATIVA dos Antigos Mestres Construtores da IDADE Média e que nos inícios do Século XVIII veio a dar lugar à nova Maçonaria a que chamamos hoje de “Maçonaria Simbólica e Especulativa!”

Simplesmente os novos trabalhos operativos dos Maçons, vão obedecer a novos e diferentes esquemas fundamentados em princípios avançados de Espiritualidade e no conhecimento científico!

O PAPEL DA MAÇONARIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA – UM BALUARTE NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
GLSP¹⁶²

Palavras-chave

Maçonaria
Direitos Humanos
Direitos Fundamentais
Liberdade

Resumo

A Maçonaria teve uma profunda influência nos principais movimentos progressistas e libertadores ocorridos em Portugal nos últimos 250 anos. Devido aos seus ideais de tolerância, de justiça, de defesa da liberdade, da igualdade e da fraternidade, a Maçonaria foi vítima em Portugal de sucessivas perseguições e tentativas de extermínio por parte de poderes mais autoritários. A Maçonaria continua hoje a trabalhar para o bem da Humanidade, não aceitando dogmas, intolerância, sectarismos e a ignorância, no respeito pela sua tradicional divisa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade. A Maçonaria hoje deve manter-se sempre na linha da frente na defesa dos Direitos Humanos, da tolerância, da democracia, da natureza, do ambiente e na luta contra as alterações climáticas. A Maçonaria deve contribuir ativamente para o progresso da Humanidade, lutar pela justiça social através da elevação moral e espiritual de cada um, praticando a tolerância e respeitando a liberdade absoluta de consciência política e religiosa. Em Portugal iniciou-se recentemente a discussão de várias propostas de alguns partidos políticos na Assembleia da República que propõem a obrigatoriedade de declaração de pertença à Maçonaria de titulares de cargos públicos. Estas propostas legais são antidemocráticas e inconstitucionais e violam os direitos fundamentais da intimidade, da reserva da vida privada, da liberdade de consciência, de religião e de culto, consagrados na Constituição da República Portuguesa e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O PAPEL DA MAÇONARIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA – UM BALUARTE NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

1. A Grande Loja Simbólica de Portugal – G.:L.:S.:P.: – é a terceira obediência maçónica portuguesa.

Pauta-se por uma grande discrição das suas atividades e tem uma grande ligação institucional ao Grande Oriente de França (maior obediência maçónica da Maçonaria Liberal do mundo).

Não se envolve em questões políticas ou económicas privilegiando o domínio filantrópico, social e o desenvolvimento intelectual/espiritual dos seus membros respeitando a Liberdade Absoluta de Consciência.

Foi a primeira Obediência Maçónica, em Portugal, a praticar o Rito Antigo e Primitivo de Memphis Misraim, de uma forma regular.

¹⁶² G.:L.:S.:P.: | Grande Loja Simbólica de Portugal - Maçonaria Portuguesa.

Atualmente, nas nossas Lojas Maçônicas, são praticados o Rito Escocês Antigo e Aceite, Rito Antigo e Primitivo Memphis Misraim, Rito de Emulação e York, legitimado pelas Cartas Patentes do Grande Oriente de França.

A Grande Loja Simbólica de Portugal é membro das três maiores Organizações Maçônicas internacionais:

CLIPSAS – Centro de Ligação e de Informação das Potências Maçônicas Signatárias do Apelo de Estrasburgo (maior organização maçônica mundial);

AME – Alliance Maçonnique Européenne (Maior organização maçônica europeia);

UMM – Unione Massonica del Mediteraneo.

2. A Maçonaria é *“uma Ordem iniciática e ritualista, universal e fraterna, filosófica e progressista, baseada no livre-pensamento e na tolerância, que tem por objetivo o desenvolvimento espiritual do homem com vista à edificação de uma sociedade mais livre, justa e igualitária”* (António Arnaut, Introdução à Maçonaria, p. 17).

As origens da Maçonaria perdem-se na memória dos tempos, sendo controversas as suas raízes primordiais, apontando alguns investigadores para épocas próximas de 5.000 anos antes da era vulgar e em civilizações e locais tão variadas como a Pérsia, o Antigo Egipto, a Grécia Antiga, Roma, ou até a Ordem dos Templários.

Em termos históricos, contudo, apenas é seguro afirmar-se que as origens da Maçonaria se encontram profundamente relacionadas com as associações de artistas da antiguidade, nomeadamente do Egipto, da Grécia, de Roma e corporações de pedreiros da Idade Média.

Estes homens tinham profundos conhecimentos de técnicas, de conceitos científicos e artísticos.

Neste contexto nascem as primeiras corporações de arquitetos, escultores e artistas da pedra, que gozavam de alguns privilégios concedidos pelos poderes da época.

Estes conhecimentos eram sigilosos e vedados a terceiros, dado que a sua divulgação pública implicava a perda desses direitos, sendo apenas transmitidos, de forma secreta, de Mestres a discípulos com determinadas características éticas de exigência e com um ritual específico.

Desta forma nasceu a Maçonaria Operativa.

Alguns séculos mais tarde, no contexto de profundas transformações políticas e sócio-económicas ocorridas na Europa e com o aparecimento de novas profissões e classes sociais com influência na sociedade, a Maçonaria Operativa transformou-se em Maçonaria Filosófica ou Especulativa, tendo como objetivo o aperfeiçoamento da sociedade, a construção de um mundo melhor, mais igual, livre e fraterno.

No dia 24 de Junho de 1717, dia de São João Baptista, reuniram-se em Londres quatro lojas deliberando criar a Grande Loja de Londres, marcando esta data como o início da Maçonaria Filosófica ou Especulativa.

James Anderson redigiu um conjunto de princípios Maçónicos, que vieram a ficar conhecidos como as “Constituições de Anderson”, que ainda nos nossos dias constituem a base jurídica da Maçonaria.

3. A Maçonaria teve uma profunda influência nos principais movimentos progressistas e libertadores ocorridos em Portugal nos últimos 250 anos: nomeadamente na inspiração dos movimentos liberais (no século XIX), na instituição da República (no início do século XX), ou na consolidação do regime democrático (no final do século XX, tendo por exemplo uma influência decisiva na criação do Serviço Nacional de Saúde).

Devido aos seus ideais de tolerância, de justiça, de defesa da liberdade, da igualdade e da fraternidade, a Maçonaria foi vítima em Portugal de sucessivas perseguições e tentativas de extinção por parte de poderes mais autoritários.

Por essa razão, desde o século XVIII a Maçonaria foi perseguida violentamente pela Inquisição, perseguindo, prendendo e matando muitos maçons nos tristemente famosos autos-de-fé.

Estas perseguições e execuções de maçons são continuadas com D. Miguel, na sequência da publicação do *“Edital da intendência Geral da Polícia que obrigava os cidadãos a denunciar a «infame e criminosa seita maçónica» para por cobro ao «nefando e horroroso projecto de destruir o Altar e o Trono»* (António Arnaut, Introdução à Maçonaria, p. 54).

O triunfo do liberalismo em Portugal proporcionou o crescimento da Maçonaria em Portugal, que viria mais uma vez a ser vítima de violentas perseguições após a Revolução de 28 de Maio de 1926.

Com efeito, o Estado Novo elegeu a Maçonaria como o seu inimigo principal, apresentando em 19 de Janeiro de 1935 um Projeto de Lei da autoria do deputado José Cabral, que proibia todas as “associações secretas”, ao mesmo tempo que lhes confiscava todos os seus bens, visando claramente atacar a Maçonaria.

Várias vozes corajosas levantaram-se contra este Projeto de Lei da Autoria do Deputado José Cabral, nomeadamente Fernando Pessoa que escreveu um acutilante e demolidor texto que viria a ser publicado no jornal Diário de Lisboa, em 4 de Fevereiro de 1935.

Neste iluminado artigo (que vale sempre a pena visitar) escreveu Fernando Pessoa: *“Não sou Maçon, nem pertença a qualquer outra Ordem semelhante ou diferente. Não sou, porém antimaçon, pois o que sei do assunto me leva a ter uma ideia absolutamente favorável da Ordem Maçónica”* (Fernando Pessoa, Antologia – A Maçonaria vista por Fernando Pessoa e Norton de Matos, p. 7).

A propósito das perseguições constantes à Maçonaria ao longo da sua existência, importa referir que *“o Fascismo considerou-se sempre inimigo da Maçonaria, inscrevendo a sua proibição e destruição no programa a defender em qualquer país. (...) Em Fevereiro de 1923, o Grande Conselho Fascista, presidido por Mussolini, intimou os fascistas a optarem entre Fascismo e a Maçonaria, considerados inconciliáveis.*

Não admira, assim, que em todos os países onde o Fascismo triunfou – fosse qual fosse a sua forma – ou onde se mostrou preponderante, a Maçonaria tivesse sofrido perseguições de toda a ordem, que incluíram a prisão, a tortura e a morte para milhares de obreiros.

A proibição das suas atividades foi formalmente decretada na Itália (1925), Alemanha (1933), Turquia (1935), Roménia (1937), Áustria (1938), Hungria (1938), Polónia (1938), Espanha (1936-1939), Tchecoslováquia (1939), Iugoslávia (1940), Bulgária (1941), etc.” (A. H. de Oliveira Marques, Dicionário de Maçonaria Portuguesa, Vol. I, p. 552-553).

Do mesmo modo, também “o comunismo Marxista-Leninista posterior ao triunfo da revolução russa proscreeu a Maçonaria no 3º (Junho, 1921) e no 4º (Novembro-Dezembro de 1922) Congressos da III Internacional (Komintern), por influência sobretudo de Trotsky. No 3º Congresso, proibiu-se aos membros do Komintern que fossem membros de lojas maçônicas. (...) Mau grado aproximações conjunturais, nomeadamente em França, a Maçonaria continua a ser condenada pela ortodoxia marxista-leninista, definindo-a a oficiosa Sovietskaia Entziklopedia (“Enciclopédia Soviética”, edição de 1954, vol. 26, p. 442 sub voc. “Massonstvo”) como “um dos movimentos mais reacionários dos países capitalistas”, afirmando que “ ao proclamar a fraternidade universal nas condições de antagonismo das classes, contribuía para reforçar a exploração dos homens, visto afastar as massas trabalhadoras do combate revolucionário.” (...) Assim, não admira que a Maçonaria tivesse sido proibida em quase todos os Estados onde triunfou o comunismo: União Soviética (1917-18), Bulgária (1946), Roménia (1948-52), China (1949), Hungria (1950), Tchechoslováquia (1951), etc.” (A. H. de Oliveira Marques, Dicionário de Maçonaria Portuguesa, Vol. I, p. 375-376).

Em suma, a Maçonaria tem sido sistematicamente perseguida pelos poderes totalitários e intolerantes.

4. A Maçonaria continua hoje a trabalhar para o bem da Humanidade, não aceitando dogmas, intolerância, sectarismos e a ignorância, no respeito pela sua tradicional divisa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade.

A Maçonaria hoje deve manter-se sempre na linha da frente na defesa dos Direitos Humanos, da tolerância, da democracia, da natureza, do ambiente e na luta contra as alterações climáticas.

A Maçonaria deve afastar-se das lutas político-partidárias, mas sem nunca deixar de contribuir ativamente para o progresso da Humanidade, lutar pela justiça social através da elevação moral e espiritual de cada um, praticando a tolerância e respeitando a liberdade absoluta de consciência política e religiosa.

Por estas razões *“a Maçonaria é um humanismo: sempre esteve, e deve continuar a estar, ao serviço do aperfeiçoamento moral e intelectual do homem para a construção de uma sociedade melhor”* (António Arnaut, Introdução à Maçonaria, p. 73).

Recentemente em Portugal iniciou-se a discussão de várias propostas de alguns partidos políticos na Assembleia da República que propõem a obrigatoriedade de declaração de pertença à Maçonaria de titulares de cargos públicos,

A Maçonaria nos seus mais de 300 anos de existência só se tornou incómoda, nomeadamente, quando se bateu pelo fim da escravatura, pelos Direitos Humanos e pela democracia.

Estas propostas legais são antidemocráticas e inconstitucionais e violam frontalmente os princípios da intimidade da reserva da vida privada, da liberdade de consciência, de religião e de culto, previstos nos artigos 26º e 41º da Constituição da República Portuguesa.

Estas propostas são, assim, violadoras dos direitos fundamentais da intimidade, da reserva da vida privada, da liberdade de consciência, de religião e de culto, consagrados na Constituição da República Portuguesa e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

À Maçonaria cabe a tarefa de combater os dogmas, todas as formas de opressão, o terror, a miséria, o sectarismo, a corrupção e a violação dos Direitos Humanos.

Como afirmou Fernando Pessoa no acima citado artigo publicado no Diário de Lisboa, em 4 de Fevereiro de 1935, deixem a *“Maçonaria aos maçons e aos que, embora o não sejam, viram, ainda que noutra Templo, a mesma Luz.”*

Deixem isso tudo, e no próximo dia 20 de Setembro, se quiserem, vamos juntos ao Rossio, em Lisboa. E calha bem porque será 20 de Setembro – o aniversário do primeiro auto-de-fé praticado pela Inquisição em Portugal, em 1540, precisamente no Rossio. E onde hoje curiosamente se encontra erguida a estátua de D. Pedro IV, que foi Grão-Mestre da Maçonaria.

Daniel Boone

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Ambelain, Robert (2004), *A Antiga Franco-Maçonaria*, São Paulo, Madras Editora.
- Anes, José Manuel (2014), *Uma Introdução ao Esoterismo Ocidental e suas Iniciações* (2ª ed.), Lisboa, Arranha-Céus.
- Arnaut, António (2012), *Introdução à Maçonaria* (7ª ed.), Coimbra, Coimbra Editora.
- Figueiredo 33º, Joaquim Gervásio de (s.d.), *Dicionário de Maçonaria* (4ª ed.), São Paulo, Editora Pensamento.
- Maltez, José Adelino (2011), *Abecedário Simbiótico*, Lisboa, Campo da Comunicação.
- Marques, A. H. de Oliveira (1986), *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, (Vols. I – II), Lisboa, Editorial Delta.
- Martin-Albo, Miguel (2012), *A Maçonaria Universal* (4ª ed.), Lisboa, Bertrand Editora.
- Pessoa, Fernando & Matos, Norton de (s.d.), *Antologia A Maçonaria vista por Fernando Pessoa e Norton de Matos*, Porto, Almagráfica.
- Pessoa, Fernando & Pike, Albert (2015), *A Origem e os Ensinamentos da Maçonaria*, São Paulo, Madras Editora.
- Santos, Ana Margarida (2017), *A Maçonaria Egípcia em Portugal*, Lisboa, Edições Ex-Libris.
- Santos, Manuel Pinto dos (2012), *Dicionário da Antiga e Moderna Maçonaria*, Lisboa.
- Ventura, António (2013), *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, Lisboa, Círculo de Leitores.

O papel da Maçonaria na sociedade contemporânea



ISBN 978-989-35320-1-0



9 789893 532010

 **REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA**

**CULTURA
NORTE**